



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 056 - SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sámy - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldeir Moka - (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)	
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TG) ²	SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1.5.6.7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	
1. Em 29/03/2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29/03/11. 2. Em 03/05/2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme RQS nº 408/2011, deferido na sessão de 05/11/2011. 3. Em 08/11/2011, o Senador José Agripino deu ciência ao Senado da sua renúncia ao mandato. 4. O Senador Waldeir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16/11/2011. 5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término da sua licença 6. Em 29.11.2011, vaga em virtude do Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato. 7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.	LIDERANÇAS	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PPV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romário Jucá (40) Sérgio Souza (29) Waldeir Moka Ricardo Fernando Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT (22.26) Vice-Líder Aécio Neves Lídice da Mata (29.39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37.43) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22.26) Vice-Líder do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (26) Antônio Dutra (25) Líder do PDT - 5 Aécio Neves Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29.39) Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37.43)	Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (24) Vice-Líder Cyrto Miranda (34) Flexa Ribeiro (6.33) Lúcia Vânia (35) Mário Couto (31) Paulo Bauer (32) Líder do PSD - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (7) Paulo Bauer (32) Flexa Ribeiro (6.33) Líder do DEM - 5 José Agripino (2.10.14.45.46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24)
Bloco Parlamentar União e Força (PTE/PR/PSC) - 13 Líder Gilm Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Líder do PTB - 6 Gilm Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozaribó Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17.47)	Governo Eduardo Braga - PMDB (38) PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (1.1.13) Vice-Líder Sérgio Petecão	
PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)		

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Em 08/11/2011, o Senador José Agripino exerceu a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 6/2011, lido na sessão do dia 8 de março de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador José Agripino é designado Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29/03/11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29/03/11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 16 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128.2011-GSKAA/B).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme OF. N° 068/2011-GSKAA/B.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. n° 1.327/2011-GSKAA/B, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/2011-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 24.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 24.11.2011, a Senadora Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GLPSOL N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Vice-Líder do PSOL, conforme OF. GLPSOL N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
20. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. GLPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 3/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDFAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSND N° 1/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Antônio Couto é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme OF. GLPCDOB N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Cássio Cunha Mariz é designado Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 3/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSD N° 3/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. n° 34/2012-GSMC).
33. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PR, conforme OF. GSMPB N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
34. Senador Fernando Collor é designado Vice-Líder do PR, conforme OF. GSMPB N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
35. Senador Cássio Cunha Mariz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, conforme OF. n° 035/2012-GLDRAAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício n° 039/2012-GLDRAAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sámy, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 064/2012-GLBU/FNF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

EXPEDIENTE	
Doris Mariz Rosário Palocci Diretora do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lea Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Administração Patrícia Freitas Portela Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 68^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE ABRIL DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2012 (nº 303/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Ultra Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.....

14598

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2012 (nº 327/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.....

14604

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2012 (nº 332/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Lagoa Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.....

14608

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2012 (nº 356/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Raio de Sol FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado da Bahia.

14614

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2012 (nº 362/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação e Publicidade Buriti Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritirama, Estado da Bahia.....

14620

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2012 (nº 364/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jordânia, Estado de Minas Gerais.....

14624

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2012 (nº 376/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.....

14630

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2012 (nº 380/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.....

14634

1.2.2 Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 113 a 120, de 2012, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. As matérias serão apreciadas terminativamente

14638

1.2.3 – Comunicação

Do Senador Demóstenes Torres, informando seu desligamento do Partido Democratas (DEM), a partir de 3 do corrente. (Ofício S/nº/2012).....

14638

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 373, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 4 de maio próximo.....

14638

Nº 374, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 7 de maio próximo.....

14638

Nº 375, de 2012, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2012, com os Projetos de Lei do Senado nºs 728, de 2011, e 394 e 480, de 2009.....

14638

Nº 376, de 2012, de autoria dos Senadores Armando Monteiro e Cyro Miranda, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 447, de 2011, e 87, de 2010.....

14638

Nº 377, de 2012, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011.

14639

Nº 378, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Faculdade Salesiana Dom Bosco.....	14639	SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da inauguração, ontem, em João Pessoa, de um hotel-escola do Sistema Fecomércio.....	14665
Nº 379, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Município de Itacoatiara.....	14640	SENADOR CASILDO MALDANER – Necessidade de revisão do pacto federativo, principalmente no que toca à participação dos Estados e Municípios na arrecadação e repartição dos recursos tributários.....	14666
Nº 380, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Centro Universitário Luterano de Manaus.....	14640	SENADOR WALTER PINHEIRO – Alerta para o problema da seca na Bahia, destacando a necessidade de políticas públicas para socorrer a região.	14668
Nº 381, de 2012, de autoria do Senador Zezé Perrella, solicitando voto de congratulações aos atletas e comissão técnica da equipe de vôlei do Cruzeiro Esporte Clube, de Minas Gerais.....	14641	SENADOR ACIR GURGACZ – Relato de audiência pública realizada hoje na CRA.....	14670
Nº 382, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 350, de 2012, autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 28 do corrente a 7 de maio próximo.....	14641	1.3 – ORDEM DO DIA 1.3.1 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.	
1.2.5 – Discursos do Expediente		1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA 1.4.1 – Discursos	
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Preocupação com a crise no Estado do Amapá.....	14641	SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Observações sobre a aprovação, ontem, pela Câmara dos Deputados, do Código Florestal; e outro assunto.....	14672
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Comemoração pela chegada da TV digital a Roraima.....	14644	SENADOR PAULO PAIM – Registro de acordo provisório entre o Governo do Rio Grande do Sul e o Ministério Público, que garante o pagamento do piso nacional do magistério aos professores gaúchos, a partir do próximo mês; e outros assuntos.	14675
SENADOR EDUARDO SUPlicy – Elogio ao voto do Ministro Ricardo Lewandowski, do STF, favorável à política de cotas étnico-raciais para a seleção de estudantes na UnB; e outro assunto..	14653	SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Homenagem pelo transcurso, hoje, dos 39 anos de existência da Embrapa.	14683
SENADOR MÁRIO COUTO – Apelo em defesa da luta contra a corrupção no Brasil.....	14654	1.4.2 – Apreciação de matérias Requerimento nº 373, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita. Aprovado.	14684
SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro do transcurso, amanhã, do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas; e outro assunto.....	14655	Requerimento nº 374, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita. Aprovado.	14684
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Defesa da extensão de direitos trabalhistas, já garantidos a outras classes laborais, às empregadas domésticas; e outro assunto.....	14656	1.4.3 – Discurso (continuação) SENADOR IVO CASSOL – Defesa do plantio da cana de açúcar na região amazônica; e outros assuntos.	14684
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Alerta acerca de irregularidades na Agência Nacional de Transportes Terrestres.....	14660	1.4.4 – Comunicação Da Liderança do PMDB e da Maioria no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Temporária Externa, criada nos termos do Requerimento nº 514, de 2011 (Ofício nº 93/2012). Designação dos Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim, como titulares; e Benedito de Lira e Ciro Nogueira, como suplentes, para comporem a referida Comissão.....	14689
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Críticas à política tributária desenvolvida pelo governo da Presidente Dilma Rousseff; e outro assunto.....	14661	1.4.5 – Discursos (continuação) SENADOR GIM ARGELO, como Líder – Agradecimento à Presidente Dilma Rousseff pela contemplação do Distrito Federal entre os entes beneficiados pelo PAC Mobilidade.....	14690
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Comentários acerca do esquema de contrabando de toxina botulínica em diversas cidades brasileiras.....	14662	SENADOR PEDRO SIMON – Comemoração dos votos favoráveis, no STF, ao sistema de cotas raciais para ingresso em universidades públicas; e outro assunto.	14690
SENADOR BENEDITO DE LIRA – Defesa da manutenção de investimentos em políticas públicas nas regiões mais pobres do Brasil, como no Nordeste, com o escopo de alavancar seu crescimento econômico e atenuar as desigualdades regionais.	14663		

SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Destaque para a importância da aprovação, no Senado Federal, do projeto de resolução que trata da unificação das alíquotas do ICMS para produtos importados entre os estados da Federação; e outros assuntos..... 14692

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Manifestação acerca de propostas de emenda à Constituição, em tramitação na CCJ, que dispõem sobre o ICMS sobre o comércio eletrônico..... 14696

1.4.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda, que *insere no rol de crimes hediondos os crimes tipificados no Código Penal que correspondam aos atos de improbidade administrativa referidos nos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.429, de 25 de junho de 1992*..... 14697

Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda, que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências” para explicitar a vedação de recusa de atendimento em situação de risco iminente de vida ou de lesão grave*..... 14700

1.4.7 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais. (**Ofício nº 24/2012**). 14701

Do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, informando a alteração da composição da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (CMACOPOLIM). (**Ofício nº 116/2012**)..... 14701

1.4.8 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 22, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o caput do art. 44 e acrescenta o art. 44-A à Constituição Federal para criar o Conselho Nacional do Legislativo*..... 14703

1.4.9 – Pareceres

Nº 452, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Aviso nº 11, de 2012. 14708

Nº 453, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Indicação nº 1, de 2010. 14715

1.4.10 – Comunicações da Presidência

Arquivamento do Aviso nº 11, de 2012, cujo parecer foi lido anteriormente..... 14726

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, a Indicação nº 1, de 2010, cujo parecer foi lido anteriormente. 14726

1.4.11 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2012 (nº 474/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009*..... 14726

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2012 (nº 523/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático – TAC, firmado em Bali, em 24 de fevereiro de 1976, pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, bem como de seus Protocolos Adicionais*..... 14739

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2012 (nº 540/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010*..... 14756

Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2012 (nº 559/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012*..... 14769

1.4.12 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 121 a 124, de 2012, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição. 14904

1.4.13 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Registro da aprovação do novo Código Florestal Brasileiro na Câmara dos Deputados. 14904

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – PARECER

Nº 4, de 2012-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 2, de 2012-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para os fins que especifica* 14905

3 – ATA

3.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ata Circunstaciada da 4ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2012..... 14911

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE****INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS
SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Comissões Mistas

CMMC – Comissão Mista permanente sobre Mudanças Climáticas

FIPA – Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 99.883, de 1999)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Comissões de Trabalho

Ata da 68^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 26 de abril de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência do Sr. Waldemir Moka, da Sr^a Ana Amélia, dos Srs. Anibal Diniz, Paulo Paim, Delcídio do Amaral e Pedro Simon

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 29 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

68^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 26/4/2012 07:00:00 até 26/4/2012 20:35:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELcíDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGripino	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 113, DE 2012

(nº 303/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ULTRA RADIODIFUSÃO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 595 de 24 de junho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Ultra Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 752, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006 – Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Rádio Cólón Ltda., no município de Joinville - SC;

2 - Portaria nº 755, de 18 de dezembro de 2007 – Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

3 - Portaria nº 825, de 20 de dezembro de 2007 – Gazeta Comunicações Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;

4 - Portaria nº 521, de 7 de agosto de 2009 – Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo, originariamente outorgada à Rádio Difusora Cariacica Ltda., no município de Vitória - ES;

5 - Portaria nº 841, de 22 de outubro de 2009 – Sistema Imagem de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Radio Estéreo Show Ltda., no município de São José do Rio Preto - SP;

6 - Portaria nº 845; de 22 de outubro de 2009 – S.P.S. Rádio e Publicidade Ltda., no município de Torres - RS;

7 - Portaria nº 105, de 1º de março de 2010 – Rádio Vida FM Ltda., no município de São José dos Campos - SP;

8 - Portaria nº 174, de 24 de março de 2010 – Rádio Subaé Ltda., originariamente outorgada à Rádio Subaé de Frequência Modulada Ltda., no município de Feira de Santana - BA;

9 - Portaria nº 175, de 24 de março de 2010 – Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda., no município de Petrópolis - RJ;

10 - Portaria nº 177, de 24 de março de 2010 – Rádio Marumby Ltda., no município de Campo Largo - PR;

11 - Portaria nº 187, de 24 de março de 2010 – Rádio Clube de Mococa Ltda., no município de Mococa - SP;

12 - Portaria nº 194, de 24 de março de 2010 – Rádio Cidade de Itu Ltda., no município de Itu - SP;

13 - Portaria nº 196, de 24 de março de 2010 – Rádio Lidersom FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Lidersom de Orlândia Ltda., no município de Orlândia - SP;

14 - Portaria nº 202, de 24 de março de 2010 – Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social, originariamente outorgada à Sombrasil Comunicação Ltda., no município de Vila Velha - ES;

15 - Portaria nº 352, de 15 de abril de 2010 – Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda., no município de Três Rios - RJ;

16 - Portaria nº 363, de 16 de abril de 2010 – Sistema Rádio Norte Ltda., originariamente outorgada à Intervisão Emissora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Montes Claros - MG;

17 - Portaria nº 428, de 13 de maio de 2010 – Fundação Rádio Educativa São Sebastião, com fins exclusivamente educativos, no município do Rio de Janeiro - RJ;

18 - Portaria nº 429, de 13 de maio de 2010 – Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Piraí - RJ;

19 - Portaria nº 431, de 13 de maio de 2010 – Rádio Marconi FM Ltda., no município de Açailândia - MA;

20 - Portaria nº 442, de 13 de maio de 2010 – Rádio Tempo FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Transcariri Ltda., no município de Juazeiro do Norte - CE;

21 - Portaria nº 446, de 13 de maio de 2010 – Rádio Montes Claros Ltda., no município de Montes Claros - MG;

22 - Portaria nº 463, de 20 de maio de 2010 – Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda., originariamente outorgada à Empresa de Radiodifusão De Grandi Ltda., no município de Santa Maria - RS;

23 - Portaria nº 475, de 21 de maio de 2010 – Fundação Aperipê de Sergipe, com fins exclusivamente educativos, município de Aracaju - SE;

24 - Portaria nº 477, de 21 de maio de 2010 – Rede Central de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Rádio Manchete Ltda., no município de Recife - PE;

25 - Portaria nº 481, de 21 de maio de 2010 – TV Serra Dourada Ltda., originariamente outorgada à Rádio Musical de Goiânia Ltda, no município de Goiânia - GO;

26 - Portaria nº 490, de 31 de maio de 2010 – Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, com fins exclusivamente educativos, no município de Joinville - SC;

27 - Portaria nº 517, de 11 de junho de 2010 – Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;

28 - Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010 – Rádio Morena Stereo Ltda., no município de Campinas - SP;

29 - Portaria nº 532, de 16 de junho de 2010 – Rádio Igrejinha FM Ltda., no município de Igrejinha - RS;

30 - Portaria nº 535, de 16 de junho de 2010 – Rádio Cidade Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

31 - Portaria nº 549, de 18 de junho de 2010 – Rádio Iguatemi Ltda., originariamente outorgada à Rádio Santo Antônio de Posse Stereo Som Ltda., no município de Santo Antonio de Posse - SP;

32 - Portaria nº 589, de 24 de junho de 2010 – TV Pajuçara Ltda., originariamente outorgada à Empresa Gráfica de Comunicação Pajuçara Ltda., no município de Maceió - AL;

33 - Portaria nº 594, de 24 de junho de 2010 – Rádio Porto Brasil FM Estereo Ltda., no município de Porto Seguro - BA;

34 - Portaria nº 595, de 24 de junho de 2010 – Ultra Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Emissora Minuano, no município de Rio Grande - RS;

35 - Portaria nº 638, de 6 de julho de 2010 – Sociedade Rádio Carijós Ltda, no município de Conselheiro Lafaiete - MG; e

36 - Portaria nº 684, de 23 de julho de 2010 – Lagoa Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS.

Brasília, 28. de dezembro de 2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Lula". It is written in a cursive style with a large, sweeping flourish at the end.

EM nº. 580/2010-MC

Brasília, 16 de julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.041241/2003, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada a **ULTRA RADIODIFUSÃO LTDA**, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada, no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A permissão foi conferida originalmente à Sociedade Emissora Minuano por meio da Portaria MVOP nº 458, de 1º de maio de 1951, posteriormente transferida à Ultra Radiodifusão Ltda, pela Portaria nº 224, de 29 de agosto de 1986 e renovada por meio da Portaria nº 299, de 21 de maio de 1997, e referendada pelo Decreto Legislativo nº 161, de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 1999.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 595 , DE 24 DE JUNHO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.041241/2003, resolve:

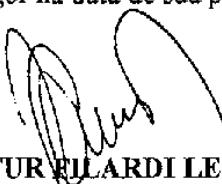
Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada originalmente à Sociedade Emissora Minuano por meio da Portaria MVOP nº 458, de 1º de maio de 1951, posteriormente transferida à **ULTRA RADIODIFUSÃO LTDA**, pela Portaria nº 224, de 29 de agosto de 1986 e renovada por meio da Portaria nº 299, de 21 de maio de 1997, e referendada pelo Decreto Legislativo nº 161, de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 1999, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 532, de 10 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de novembro de 2009.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR VILLARDI LEITE
Ministro das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 114, DE 2012

(nº 327/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 17 de agosto de 2010, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 25 de novembro de 2004, a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Mensagem nº 744, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados que renovam concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

Decreto de 5 de julho de 2006 (DOU do dia subsequente):

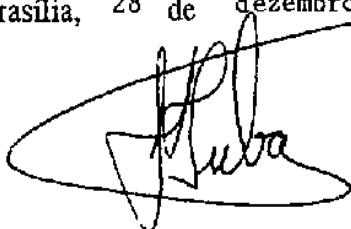
1 - TV Aratu S/A., no município de Salvador - BA;

Decretos de 17 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

2 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Boa Vista - RR; e

3 - Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº. 400/2010 – MC

Brasília, 31 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Em decorrência do retorno dos autos a este Ministério, para a reapresentação da proposta anteriormente encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, consubstanciada pela Exposição de Motivos nº 771, de 2008, em face da mudança de titularidade ocorrida nesta Pasta, submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53000.053250/2004, em que a RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA solicita a renovação da outorga concedida para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima, a partir de 25 de novembro de 2004.
2. A outorga foi conferida da pelo Decreto nº 74.704, de 16 de outubro de 1974, publicado no Diário Oficial da União do dia 17 subsequente e teve a sua mais recente renovação deferida pelo Decreto nº 88.066 de 30 de julho de 1992, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 149, de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 4 de dezembro de 1995.
3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

DECRETO DE 17 DE AGOSTO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.053250/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 25 de novembro de 2004, a concessão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda. pelo Decreto nº 74.704, de 16 de outubro de 1974, renovada pelo Decreto de 30 de julho de 1992, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 149, de 30 de novembro de 1995, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

*Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite
D-EM 400 MC-RADIO TV DO AMAZONAS(L2)*

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em
decisão terminativa)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 115, DE 2012

(nº 382/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à LAGOA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 684 de 23 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Lagoa Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 752, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 305, de 21 de junho de 2006 – Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Rádio Cólón Ltda., no município de Joinville - SC;

2 - Portaria nº 755, de 18 de dezembro de 2007 – Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

3 - Portaria nº 825, de 20 de dezembro de 2007 – Gazeta Comunicações Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;

4 - Portaria nº 521, de 7 de agosto de 2009 – Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo, originariamente outorgada à Rádio Difusora Cariacica Ltda., no município de Vitória - ES;

5 - Portaria nº 841, de 22 de outubro de 2009 – Sistema Imagem de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Radio Estéreo Show Ltda., no município de São José do Rio Preto - SP;

6 - Portaria nº 845, de 22 de outubro de 2009 – S.P.S. Rádio e Publicidade Ltda., no município de Torres - RS;

7 - Portaria nº 105, de 1º de março de 2010 – Rádio Vida FM Ltda., no município de São José dos Campos - SP;

8 - Portaria nº 174, de 24 de março de 2010 – Rádio Subaé Ltda., originariamente outorgada à Rádio Subaé de Frequência Modulada Ltda., no município de Feira de Santana - BA;

9 - Portaria nº 175, de 24 de março de 2010 – Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda., no município de Petrópolis - RJ;

10 - Portaria nº 177, de 24 de março de 2010 – Rádio Marumby Ltda., no município de Campo Largo - PR;

11 - Portaria nº 187, de 24 de março de 2010 – Rádio Clube de Mococa Ltda., no município de Mococa - SP;

12 - Portaria nº 194, de 24 de março de 2010 – Rádio Cidade de Itu Ltda., no município de Itu - SP;

13 - Portaria nº 196, de 24 de março de 2010 – Rádio Lidersom FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Lidersom de Orlândia Ltda., no município de Orlândia - SP;

14 - Portaria nº 202, de 24 de março de 2010 – Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social, originariamente outorgada à Sombrasil Comunicação Ltda., no município de Vila Velha - ES;

15 - Portaria nº 352, de 15 de abril de 2010 – Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda., no município de Três Rios - RJ;

16 - Portaria nº 363, de 16 de abril de 2010 – Sistema Rádio Norte Ltda., originariamente outorgada à Intervisão Emissora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Montes Claros - MG;

17 - Portaria nº 428, de 13 de maio de 2010 – Fundação Rádio Educativa São Sebastião, com fins exclusivamente educativos, no município do Rio de Janeiro - RJ;

18 - Portaria nº 429, de 13 de maio de 2010 – Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Piraí - RJ;

19 - Portaria nº 431, de 13 de maio de 2010 – Rádio Marconi FM Ltda., no município de Açaílândia - MA;

20 - Portaria nº 442, de 13 de maio de 2010 – Rádio Tempo FM Ltda., originariamente outorgada à Rádio Transcariri Ltda., no município de Juazeiro do Norte - CE;

21 - Portaria nº 446, de 13 de maio de 2010 – Rádio Montes Claros Ltda., no município de Montes Claros - MG;

22 - Portaria nº 463, de 20 de maio de 2010 – Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda., originariamente outorgada à Empresa de Radiodifusão De Grandi Ltda., no município de Santa Maria - RS;

23 - Portaria nº 475, de 21 de maio de 2010 – Fundação Aperipê de Sergipe, com fins exclusivamente educativos, município de Aracaju - SE;

24 - Portaria nº 477, de 21 de maio de 2010 – Rede Central de Comunicação Ltda., originariamente outorgada à Rádio Manchete Ltda., no município de Recife - PE;

25 - Portaria nº 481, de 21 de maio de 2010 – TV Serra Dourada Ltda., originariamente outorgada à Rádio Musical de Goiânia Ltda, no município de Goiânia - GO;

26 - Portaria nº 490, de 31 de maio de 2010 – Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, com fins exclusivamente educativos, no município de Joinville - SC;

27 - Portaria nº 517, de 11 de junho de 2010 – Rádio Atlântida FM de Santa Cruz Ltda., no município de Santa Cruz do Sul - RS;

28 - Portaria nº 520, de 14 de junho de 2010 – Rádio Morena Stereo Ltda., no município de Campinas - SP;

29 - Portaria nº 532, de 16 de junho de 2010 – Rádio Igrejinha FM Ltda., no município de Igrejinha - RS;

30 - Portaria nº 535, de 16 de junho de 2010 – Rádio Cidade Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

31 - Portaria nº 549, de 18 de junho de 2010 – Rádio Iguatemi Ltda., originariamente outorgada à Rádio Santo Antônio de Posse Stereo Som Ltda., no município de Santo Antonio de Posse - SP;

32 - Portaria nº 589, de 24 de junho de 2010 – TV Pajuçara Ltda., originariamente outorgada à Empresa Gráfica de Comunicação Pajuçara Ltda., no município de Maceió - AL;

33 - Portaria nº 594, de 24 de junho de 2010 – Rádio Porto Brasil FM Estereo Ltda., no município de Porto Seguro - BA;

34 - Portaria nº 595, de 24 de junho de 2010 – Ultra Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Emissora Minuano, no município de Rio Grande - RS;

35 - Portaria nº 638, de 6 de julho de 2010 – Sociedade Rádio Carijós Ltda, no município de Conselheiro Lafajette - MG; e

36 - Portaria nº 684, de 23 de julho de 2010 – Lagoa Radiodifusão Ltda., originariamente outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS.

Brasília, 28. de dezembro de 2010.



EM nº. 644/2010 - MC

Brasília, 16 de agosto de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.023188/2008, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à LAGOA RADIODIFUSÃO LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul, por dez anos, a partir de 8 de setembro de 2008..

2. A permissão foi deferida originariamente à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda, pela Portaria nº 296, de 6 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de setembro de 1988, renovada pela Portaria nº 51, de 2 de março de 2000 e referendado pelo Decreto Legislativo nº 357, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de setembro de 2001, autorizada a mudar sua razão social para Lagoa Radiodifusão Ltda, pela Portaria nº 72, de 18 de outubro de 2001.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA N^º 684 , DE 23 DE JULHO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei n^º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto n^º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo n^º 53000.023188/2008, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei n^º 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de setembro de 2008, a permissão outorgada originariamente à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., pela Portaria n^º 296, de 6 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de setembro de 1988, renovada pela Portaria n^º 51, de 2 de março de 2000 e referendado pelo Decreto Legislativo n^º 357, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de setembro de 2001, autorizada a mudar sua razão social para **LAGOA RADIODIFUSÃO LTDA.**, pela Portaria n^º 72, de 18 de outubro de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 116, DE 2012

(nº 356/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RAIO DE SOL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 525 de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Raio de Sol FM Ltda.. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 729, de 2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 525, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Raio de Sol FM Ltda., no município de Canápolis - BA;
- 2 - Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda.-SIR, no município de Ribeirão Corrente - SP;
- 3 - Portaria nº 989, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Santa Helena - PB;
- 4 - Portaria nº 990, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Sidrolândia - MS;
- 5 - Portaria nº 991, de 23 de dezembro de 2008 – Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda., no município de Nova Porteirinha - MG;
- 6 - Portaria nº 995, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Poço Dantas - PB;
- 7 - Portaria nº 996, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda., no município de Matozinhos - MG;
- 8 - Portaria nº 997, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Major Isidoro - AL;
- 9 - Portaria nº 998, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Veneza Ltda., no município de Ubajara - CE;
- 10 - Portaria nº 999, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Livramento Ltda., no município de Trairi - CE;
- 11 - Portaria nº 1.000, de 23 de dezembro de 2008 – Redc de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., no município de Tacuru - MS;
- 12 - Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., no município de Nuporanga - SP;
- 13 - Portaria nº 1.003, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lajinha - MG;
- 14 - Portaria nº 1.004, de 23 de dezembro de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de São Domingos do Prata - MG;
- 15 - Portaria nº 1.006, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., no município de Remígio - PB;
- 16 - Portaria nº 1.009, de 23 de dezembro de 2008 – Portal Comunicações, Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

17 - Portaria nº 1.010, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Wanderlândia - TO;

18 - Portaria nº 1.011, dc 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lagoa Formosa - MG;

19 - Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Campina do Monte Alegre - SP;

20 - Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Lagoa Grande - MG;

21 - Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Machado - MG;

22 - Portaria nº 1.017, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integração de Rádio Ltda., no município de Careaçu - MG;

23 - Portaria nº 1.019, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Maior de Comunicação Ltda., no município de Cubatão - SP;

24 - Portaria nº 1.020, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Centauro Ltda., no município de Divinésia - MG;

25 - Portaria nº 1.021, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Piacatu - SP;

26 - Portaria nº 1.022, de 23 de dezembro de 2008 – Transmissão de Rádio e Televisão do Nordeste Ltda., no município de João Pessoa - PB;

27 - Portaria nº 1.023, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Condinho Ltda., no município de Santa Vitória - MG;

28 - Portaria nº 1.024, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Rubinéia - SP;

29 - Portaria nº 1.029, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Xavante de Ipanema Ltda., no município de Ipanema - MG;

30 - Portaria nº 1.244, de 31 de dezembro de 2008 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Tapejara - PR;

31 - Portaria nº 1.245, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no município de Guaxupé - MG;

32 - Portaria nº 1.246, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Xambioá - TO;

33 - Portaria nº 1.247, de 31 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Umbuzeiro - PB;

34 - Portaria nº 47, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Floresta do Araguaia - PA;

35 - Portaria nº 50, de 24 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Américo Brasiliense - SP;

36 - Portaria nº 51, de 24 de março de 2009 – Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda., no município de Gaurama - RS;

37 - Portaria nº 52, de 24 de março de 2009 – Sistema Bréscia de Radiodifusão Ltda., no município de Nova Bréscia - RS;

38 - Portaria nº 54, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Serra Azul Ltda., no município de São Pedro do Piauí - PI;

39 - Portaria nº 56, de 24 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Porto Esperidião - MT;

40 - Portaria nº 62, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Curionópolis - PA;

41 - Portaria nº 63, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Dom Eliseu - PA;

42 - Portaria nº 64, de 25 de março de 2009 – Torres & Camargo Ltda., no município de Estrela D'Oeste - SP;

43 - Portaria nº 65, de 25 de março de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Frederico Westphalen - RS;

44 - Portaria nº 66, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Floraí - PR;

45 - Portaria nº 67, de 25 de março de 2009 – Neusa e Lemos Comunicações Ltda., no município de Cerejeiras - RO;

46 - Portaria nº 77, de 25 de março de 2009 – Super Rádio DM Ltda., no município de Ibiraçu - ES;

47 - Portaria nº 83, de 25 de março de 2009 – Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;

48 - Portaria nº 279, de 13 de maio de 2009 – Minuzzi Comunicação Ltda., no município de São Vicente do Sul - RS;

49 - Portaria nº 302, de 14 de maio de 2009 – Irmãos Thomé Ltda., no município de Autazes - AM; e

50 - Portaria nº 305, de 14 de maio de 2009 – Pereira e França Ltda., no município de Barreirinha - AM.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



MC 00505 EM

Brasília, 22 de setembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 016/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Canápolis, Estado da Bahia.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Raio de Sol FM Ltda (Processo nº 53640.000362/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTEARIA N° 525 , DE 13 DE SETEMBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000362/2001, Concorrência nº 016/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO RAIO DE SOL FM LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Canápolis, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 117, DE 2012

(nº 362/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE BURITI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritirama, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 437 de 13 de maio de 2010, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação e Publicidade Buriti Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritirama, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

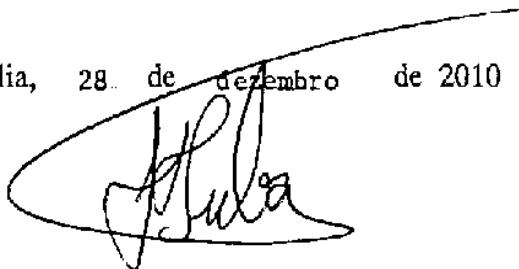
Mensagem nº 737, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 437, de 13 de maio de 2010 – Sistema de Comunicação e Publicidade Buriti Ltda., no município de Buritirama - BA;
- 2 - Portaria nº 466, de 20 de maio de 2010 – Empresa de Comunicação Princesa do Vale Ltda., no município de São Pedro do Sul - RS; e
- 3 - Portaria nº 473, de 20 de maio de 2010 – Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda., no município de Nova Crixás - GO.

Brasília, 28 de dezembro de 2010



EM nº. 347/2010-MC

Brasília, 20 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 009/2009-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritirama, Estado da Bahia.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema de Comunicação e Publicidade Buriti Ltda (Processo nº 53000.057968/2009) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 30 de março de 2010, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA N^º 437 , DE 13 DE MAIO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n^º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n^º 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n^º 53000.057968/2009, Concorrência n^º 009/2009-CEL/MC, resolve:

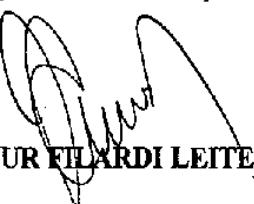
Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE BURITI LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Buritirama, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FIORARDI LEITE

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 118, DE 2012

(nº 364/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO DE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jordânia, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.025 de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jordânia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 739, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 553, de 4 de setembro de 2008 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Caiabu - SP;
- 2 - Portaria nº 1.025, de 23 de dezembro 2008 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Jordânia - MG;
- 3 - Portaria nº 53, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Porto da Folha Ltda., no município de Itabaianinha - SE;
- 4 - Portaria nº 55, de 24 de março de 2009 – Estudios Reunidos Ltda., no município de Nossa Senhora do Socorro - SE;
- 5 - Portaria nº 921, de 18 de novembro de 2009 – Portal Comunicações Ltda., no município de Montanha - ES;
- 6 - Portaria nº 927, de 18 de novembro de 2009 – Portal Comunicações Ltda., no município de Sooretama - ES;
- 7 - Portaria nº 930, de 18 de novembro de 2009 – Portal Comunicações Ltda., no município de Itarana - ES;
- 8 - Portaria nº 93, de 11 de março de 2010 – Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda., no município de Santa Rosa de Goiás - GO;
- 9 - Portaria nº 104, de 11 de março de 2010 – Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda., no município de Viseu - PA;
- 10 - Portaria nº 169, de 24 de março de 2010 – Sistema de Comunicação Osvaldo Cruz Ltda., no município de Bastos - SP;
- 11 - Portaria nº 170, de 24 de março de 2010 – San Marino Radiodifusão Ltda., no município de Capanema - PR;
- 12 - Portaria nº 171, de 24 de março de 2010 – Rádio Quixelô FM Ltda., no município de Quixelô - CE;
- 13 - Portaria nº 172, de 24 de março de 2010 – Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda., no município de Jambeiro - SP;
- 14 - Portaria nº 209, de 24 de março de 2010 – Empresa de Comunicação Correjo Ltda., no município de Princesa Isabel - PB;

15 - Portaria nº 210, de 24 de março de 2010 – Sistema de Comunicação Catoleense Ltda., no município de Catolé do Rocha - PB;

16 - Portaria nº 211, de 24 de março de 2010 – Rede Nova FM de Radiodifusão Ltda., no município de Morada Nova de Minas - MG;

17 - Portaria nº 212, de 24 de março de 2010 – Safira Radiodifusão Ltda., no município de Araucária - PR;

18 - Portaria nº 213, de 24 de março de 2010 – Mercom Brasília Comunicação Ltda., no município de Guaraci - SP;

19 - Portaria nº 214, de 24 de março de 2010 – Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda., no município de Missão Velha - CE;

20 - Portaria nº 215, de 24 de março de 2010 – Rádio Campos Floridos Ltda., no município de Arapoti - PR;

21 - Portaria nº 216, de 24 de março de 2010 – Rádio Centroeste Ltda., no município de Cantagalo - PR;

22 - Portaria nº 217, de 24 de março de 2010 – Rede Elo de Comunicações Ltda., no município de Ipaporanga - CE;

23 - Portaria nº 218, de 24 de março de 2010 – 102 FM Ltda., no município de Bueno Brandão - MG;

24 - Portaria nº 306, de 30 de março de 2010 – Tipuana FM Ltda., no município de Angical - BA;

25 - Portaria nº 309, de 30 de março de 2010 – LMG Comunicações Ltda., no município de Aiquara - BA;

26 - Portaria nº 310, de 30 de março de 2010 – Sistema Sintonia de Comunicação Ltda., no município de Brotas - SP;

27 - Portaria nº 311, de 30 de março de 2010 – T. L. Comunicação Ltda., no município de Aramari - BA;

28 - Portaria nº 312, de 30 de março de 2010 – Chapada Radiodifusão Ltda., no município de Andaraí - BA;

29 - Portaria nº 314, de 30 de março de 2010 – A. L. Comunicação Ltda., no município de Amélia Rodrigues - BA;

30 - Portaria nº 316, de 30 de março de 2010 – Natureza FM Ltda., no município de Pedregulho - SP;

31 - Portaria nº 319, de 30 de março de 2010 – Natureza FM Ltda., no município de Buritizal - SP;

32 - Portaria nº 353, de 16 de abril de 2010 – Empresa de Radiodifusão de Itabirito Ltda., no município de Itabirito - MG;

33 - Portaria nº 402, de 4 de maio de 2010 – San Marino Radiodifusão Ltda., no município de Planalto - PR;

34 - Portaria nº 404, de 4 de maio de 2010 – Gtoll Telecomunicações Ltda., no município de Paraíso do Norte - PR;

35 - Portaria nº 405, de 4 de maio de 2010 – Rede Vividense de Comunicações Ltda., no município de Coronel Vivida - PR;

36 - Portaria nº 407, de 4 de maio de 2010 – Rádio Quiguay Ltda., no município de Palmas - PR;

37 - Portaria nº 409, de 4 de maio de 2010 – Fabiane Comunicações Ltda., no município de Veré - PR;

38 - Portaria nº 410, de 4 de maio de 2010 – Gtoll Telecomunicações Ltda., no município de Clevelândia - PR;

39 - Portaria nº 411, de 4 de maio de 2010 – FM Rubi Ltda., no município de Medianeira - PR;

40 - Portaria nº 419, de 7 de maio de 2010 – CMM Comunicações Ltda., no município de Fazenda Nova - GO;

41 - Portaria nº 420, de 7 de maio de 2010 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Jales - SP;

42 - Portaria nº 423, de 7 de maio de 2010 – Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

43 - Portaria nº 456, de 19 de maio de 2010 – Sistema de Comunicação Vale das Vertentes S/C Ltda., no município de Carmo da Mata - MG;

44 - Portaria nº 465, de 20 de maio de 2010 – Fiúza & Silva Ltda., no município de Indiara - GO;

45 - Portaria nº 467, de 20 de maio de 2010 – Sistema Norte de Radiodifusão Ltda., no município de Mimoso de Goiás - GO;

46 - Portaria nº 468, de 20 de maio de 2010 – Empresa de Comunicações Jatobá Ltda., no município de Itarumã - GO;

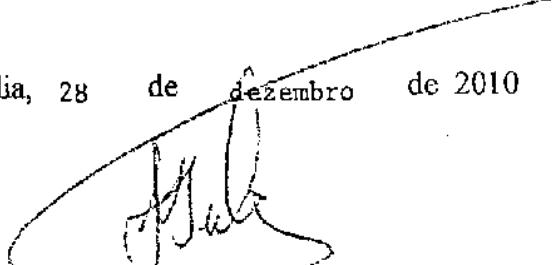
47 - Portaria nº 469, de 20 de maio de 2010 – Lagoa dos Patos FM Ltda., no município de Tapes - RS;

48 - Portaria nº 470, de 20 de maio de 2010 – Milano FM Ltda., no município de Telêmaco Borba - PR;

49 - Portaria nº 471, de 20 de maio de 2010 – Plus Radiodifusão Ltda., no município de Xangri-lá - RS; e

50 - Portaria nº 480, de 21 de maio de 2010 – Rede Ello Brasil de Comunicação Ltda., no município de Mirangaba - BA.

Brasília, 28 de dezembro de 2010



EM nº. 266/2010 – MC

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 068/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda (Processo nº 53710.000821/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

PORTARIA N^º 1025 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n^º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n^º 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n^º 53710.000821/2000, Concorrência n^º 068/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1^º Outorgar permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2^º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3^º, da Constituição.

Art. 3^º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4^º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 119, DE 2012

(nº 376/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL ALTERNATIVA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 31 de janeiro de 2006, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

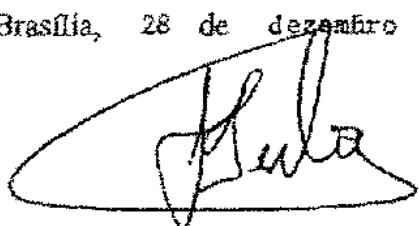
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 724, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 31 de janeiro de 2006, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que “Outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais”, salientando que o referido ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional pela Mensagem nº 57, de 3 de fevereiro de 2006, e posteriormente solicitado sua retirada de tramitação por meio da Mensagem nº 185, de 27 de março de 2006.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº. 778/2010 - MC

Brasília, 19 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.012749/2003, de interesse da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL ALTERNATIVA DE RADIODIFUSÃO, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.
2. Urge salientar que o presente feito já foi objeto de análise por parte desta Casa e a referida concessão fora outorgada pelo Decreto de 31 de janeiro de 2006. No entanto, em razão de supostos fatos de conhecimento superveniente, os autos retornaram a este Ministério com o fito de que - a luz de tais fatos - fosse elaborado o reexame técnico-jurídico da matéria, a pedido do Aviso nº 54/MC, de 17 de março de 2006.
3. Ressalte-se que, de acordo com o art. 13. § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.
4. Ademais, após o devido reexame do feito, tem-se que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
5. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

DECRETO DE 31 DE JANEIRO DE 2006.

Outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.012749/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

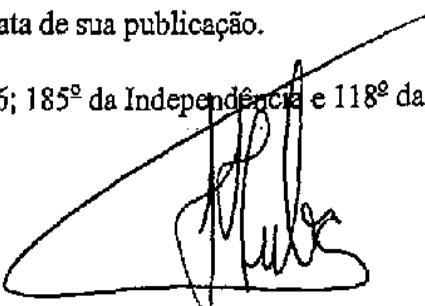
Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.



Referendado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa
D-FUNDAÇÃO ALTERNATIVA MG(MC 373 EM)(L2)

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 120, DE 2012

(nº 380/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA MARANHENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 4 de agosto de 2010, que outorga concessão ao Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 735, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 2 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 1 - SM – Comunicações Ltda., no município de Baixo Guandu - ES;
- 2 - SBC – Radiodifusão Ltda., no município de Primavera - PA;

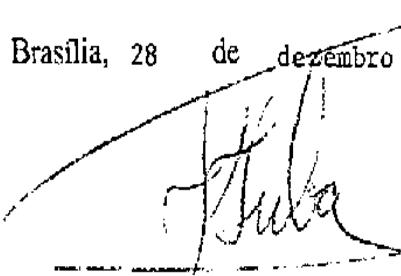
Decretos de 4 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 3 - Sistema Gois de Radiodifusão Ltda., no município de Juscimeira - MT;
- 4 - Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda., no município de São Luís - MA; e

Decreto de 5 de agosto de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 5 - Rádio Itaúna Ltda., no município de Jacinto Machado - SC.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.



EM nº. 354/2010 – MC

Brasília, 21 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 056/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda (Processo nº 53720.000444/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 2010.

Outorga concessão ao Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000444/2001, Concorrência nº 056/2001-SSR/MC,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão ao Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

*Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite
D-EM 354 MC-SISTEMA MARANHENSE RADIODIFUSÃO(L2)*

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 113 a 120, de 2012, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Comunico a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 7º, § 2º, do Regimento Interno, a partir de 3-4-2012 deixei de integrar a bancada do Partido Democratas – DEM.

Brasília, 26 de abril de 2012. – Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 373, DE 2012

Requeiro, com fundamento nos artigos nºs 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação, com ônus para o Senado Federal, em Audiência Pública da CPMI da Violência Contra as Mulheres, cuja relatoria me foi confiada, a realizar-se no dia 4 de maio de 2012, na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina. – Senadora **Ana Rita**.

REQUERIMENTO N° 374, DE 2012

Requeiro, com fundamento nos artigos nºs 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação, com ônus para o Senado Federal, em Audiência Pública da CPMI da Violência Contra as Mulheres, cuja relatoria me foi confiada, a realizar-se no dia 7 de maio de 2012, na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul. – Senadora **Ana Rita**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 375, DE 2012

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação

conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 10 de 2012 com os Projetos de Lei do Senado nº 728 de 2011; nº 394 de 2009; e nº 480 de 2009 por regularem a mesma matéria.

Justificação

Foi recebido nesta casa em 2 de abril de 2012, o Projeto de Lei da Câmara nº 10 de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003.”

Tramitam nessa Casa, no entanto, outros três projetos que tratam justamente sobre temas que estão abarcados pelo PLC nº 10 de 2012.

Assim, por se tratarem de proposições que regulam a mesma matéria, solicitamos sua tramitação conjunta, nos termos do art. 258 do RISF. – Senador **Randolfe Rodrigues**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 376, DE 2012

Requeiro, nos termos da alínea c, inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 447, de 2011 e PLS nº 87 de 2010, por versarem sobre matéria análogas ou conexas, referente a alterações no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Justificação

O Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, de autoria do Senador Sérgio Souza (PMDB – PR), acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a responsabilidade solidária da Administração e da pessoa jurídica tomadora de serviços, com o prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas.

Dispõe o Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2010, de iniciativa do senador Eduardo Azeredo (PSDB – MG), sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.

Em suma, essas proposições tramitam respectivamente, nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), e para melhor

apreciação dos temas contidos nesses projetos e celeridade de seus trâmites, impõe-se que esta Casa Legislativa delibere pela tramitação em conjunto das proposições acima referidas, por regulamentarem a mesma matéria (art. 258, RISF). – Senador **Armando Monteiro** – Senador **Cyro Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos regimentais

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 377, DE 2012

Requeiro, nos termos da alínea c, inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 136, de 2011 e PLC 130 de 2011, por versarem sobre matérias análogas ou conexas, referente à discriminação contra a mulher nas relações de trabalho.

Justificação

O Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), estabelece medidas de proteção a mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural ou urbano.

Dispõe o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, de iniciativa do deputado Marçal Filho (PMDB/MS), sobre o acréscimo do § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Em suma, o PLS 136/2001 foi distribuído, respectivamente, às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ), e o PLC 130/2011 às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ). Ocorre que, para melhor apreciação dos temas contidos nesses projetos e celeridade de seus trâmites, impõe-se que esta Casa Legislativa delibere pela tramitação em conjunto das proposições acima referidas, por regularem a mesma matéria (art. 258, RISF).

Sala das Sessões, – Senador **Armando Monteiro**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 378, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Faculdade Salesiana Dom Bosco, por estar completando 10 anos de credenciamento comemorado no dia 17 de abril de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Diretor Executivo – Professor César Lobato Brito, no seguinte endereço: Avenida Epaminondas, 57 – Centro – Manaus – AM CEP 69010-090.

Justificação

A Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus (FSDB), fundada em 2000 e credenciada pela portaria nº 1.166/2002/MEC é filial da Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia, que atua na área educacional desde 1921, especificamente em Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissionalizante e Missões Indígenas.

A FSDB, fundada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, tem por missão promover o desenvolvimento integral da pessoa humana e do patrimônio cultural da sociedade através da produção e difusão do conhecimento e do compromisso ético e político com a Região Amazônica.

A FSDB tem ainda por finalidade enriquecer a sociedade com um número crescente de cidadãos comprometidos com a sua transformação estrutural para que se construa maior igualdade de partilha e de justiça dentro de uma dimensão cristã, busque uma sociedade livre, democrática e participativa que supere as discriminações na construção de uma convivência pluralista.

Os salesianos não integram a chamada indústria do ensino, como acontece em alguns casos. O Dom Bosco trabalha uma ideologia que investe na instrução, prova disso é o número de 80% dos estudantes como bolsistas, ao lembrar que a população da região do Alto Rio Negro também recebe as ações dos catequistas.

Inserida nesse contexto a Faculdade Salesiana Dom Bosco tem como visão ser referência de ensino superior em ciências humanas e sociais aplicadas a partir da Pedagogia Salesiana.

Parabéns à Faculdade Salesiana Dom Bosco, que ensina a boa educação visando o crescimento pessoal e profissional do indivíduo. Parabéns, também, pelo terceiro lugar na avaliação do Ministério da Educação.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO N°379 DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Itacoatiara, por estar completando 138 anos de existência, comemorado no dia 25 de abril de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Prefeito Antonio Peixoto de Oliveira, no seguinte endereço: Rua Dr. Luzardo Ferreira de Melo, 2225, Centro – Itacoatiara – AM – CEP: 69.100-000.

Justificação

Itacoatiara está localizada à margem esquerda do Rio Amazonas, na região leste do Estado, o município de Itacoatiara é considerado a quinta maior cidade do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de mesmo nome, localiza-se a leste de Manaus, capital do Estado, distando desta cerca de 176 quilômetros. Considerado o maior polo agropecuário da Região Norte do Brasil a cidade vem ocupando uma relevante posição nacional, sendo considerada uma das mais dinâmicas do Brasil. Ocupa uma área de 8.891,993 km² e sua população, contada pelo IBGE em 2010, era de 86 840 habitantes, sendo assim o terceiro maior do estado em população, e o maior de sua microrregião.

A cidade é conhecida como Cidade da Pedra Pintada por possuir na entrada da área urbana uma pedra pintada com um escrito indígena do tupi ou nheengatu itá: pedra; e coatiara: (pintado, gravado, escrito, esculpido) que deu origem ao nome atual da cidade. Itacoatiara possui um importante porto fluvial, responsável por uma grande quantidade de transporte de cargas, sendo o segundo maior porto fluvial escoador do país, pois chegam diariamente cargas vindas de cidades como Belém, Cuiabá, Manaus e Santarém.

Nos tempos atuais, Itacoatiara demonstra tais influências em sua cultura que podem ser facilmente percebidas em suas festividades, transparecendo, do mesmo modo, no município. De tal maneira que destacam-se as seguintes atrações: O Festival da Canção de Itacotiara (FECANI); o Festival Folclórico de Itacoatiara, no mês de março; A Feira Industrial; a Festa da Padroeira; a Procissão Fluvial de São Pedro e a Festa de São Pedro em junho.

Parabéns à Velha Serpa hoje conhecida como Cidade da Pedra por seus 138 anos de História.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas

REQUERIMENTO N° 380, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto

de Congratulações e Aplausos ao Centro Universitário Luterano de Manaus — CEULM/ULBRA, por estar completando 40 anos de atividades no Brasil e 20 anos em Manaus, comemorado no dia 27 de Março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Diretor Professor Marcos Paulo Cereto, no seguinte endereço: CEULM/ULBRA – Centro Universitário Luterano de Manaus, Avenida Carlos Drummond de Andrade, 1460 – Conjunto Atílio Andreazza, Bairro Japiim II, Manaus/AM – CEP 69.077-730.

Justificação

O Centro Universitário Luterano de Manaus comemorou, nesta terça-feira, 27 de Março, o aniversário de 20 anos de atuação no Amazonas, contribuindo para uma educação de qualidade na região Amazônica. Até aqui, a instituição formou, exatamente, 6.027 alunos e disponibilizou ao mercado de trabalho, profissionais bem preparados e comprometidos com o bem estar social e a preservação do meio ambiente.

Em 1984, desembarcavam no aeroporto de Manaus, dois missionários luteranos: os reverendos Arno Schropfer e Luiz dos Santos com a missão de criar uma Comunidade Evangélica Luterana nesta cidade. Em 4 de novembro do mesmo ano, a incumbência realiza seu primeiro culto em um casarão de madeira no bairro Cachoeirinha, zona Sul da cidade.

Em agosto de 1988 foi definida a área para a construção do Campus da ULBRA na capital amazonense. Da construção ao início das atividades educacionais de primeiro, segundo e terceiro grau (à época), criou-se a Escola Concórdia e os cursos pioneiros no Estado, Psicologia e Arquitetura e Urbanismo. As aulas iniciaram em 5 de março de 1992.

A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) realizava, então, o grande sonho de desbravar a Amazônia e contribuir com o desenvolvimento da região mais importante do mundo, por meio do seu Instituto Luterano de Ensino Superior de Manaus, criado em 29 de janeiro de 1996.

Em 27 de março de 2001, o Decreto 2.306, transforma o Instituto Luterano em Centro Universitário Luterano de Manaus, mantido pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede em Canos, Estado Rio Grande do Sul.

Visionária, a instituição trouxe ao Amazonas mais três cursos pioneiros como Construção Naval, Logística, Engenharia Ambiental tornando-se, assim, referência também nestes segmentos.

O CEULM/ULBRA está de aniversário. Assim, todos os colaboradores e alunos sintam-se orgulhosos, pois a ULBRA, que tem se destacado com novas alternativas de ensino e projetos sociais como a UL-

BRATI, merece os parabéns do povo amazonense e do Senado Federal.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO N° 381, DE 2012

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja enviado aos atletas e comissão técnica da equipe de vôlei do Cruzeiro Esporte Clube, de Minas Gerais, voto de congratulação pela brilhante conquista do título da Superliga Masculina de Vôlei, ocorrida no dia 21 de abril deste ano.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2012. – Senador **Zeze Perrella**.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 382, DE 2012

Em adendo ao Requerimento nº 350, de 2012, e nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requeiro licença dos trabalhos da Casa, nos dias 1º a 6 de maio de 2012, com o fim de participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, de reunião de Mesa Diretiva Ampliada da Assembléia Parlamentar Eurolatinoamericana – EUROLAT, a realizar-se nos dias 3 e 4 de maio de 2012, na cidade de Hamburgo, Alemanha.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do País entre os dias 28 de abril a 7 de maio de 2012.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2012. – Senador **Roberto Requião**, PMDB/PR

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho, Senador.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplyc.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de

me inscrever como o primeiro para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para uma comunicação inadiável, está inscrito o Senador Eduardo Suplyc.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem.) – Peço a minha inscrição para falar como Líder. Fui o primeiro Líder a chegar aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela Liderança, Senador Mozarildo Cavalcanti. Já há o requerimento aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para uma comunicação inadiável, Senador Paulo Paim.

Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Minha inscrição pela Liderança do PP.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Falando pela Liderança do Partido Progressista, Senadora Ana Amélia.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, em sendo possível, a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para uma comunicação inadiável, V. Ex^a está inscrito.

Como primeiro orador inscrito, concedo a palavra, por permuta com o Senador Ricardo Ferraço, ao Senador João Capiberibe. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, como é de conhecimento de todos, o meu Estado, o Estado do Amapá, enfrenta uma grave crise institucional, uma vez que importantes responsáveis do Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas estão indiciados e alguns foram presos nas diversas operações da Polícia Federal, como a última, a Operação Mãos Limpas, em que foram presos o Governador em exercício, o ex-Governador, vários secretários, Prefeitos e conselheiros do Tribunal de Contas.

E, nessa segunda-feira, o STJ afastou cinco Conselheiros do Tribunal de Contas do Amapá, dos sete existentes.

No entanto, não se trata de um fato novo. Ao contrário: já no ano de 2000, o respeitável jornal **O Estado de S.Paulo**, também conhecido como **Estadão**, publicou um editorial intitulado: "A Cassação Adiada", no dia 25 de dezembro de 2000, dia de Natal, que versava sobre o embate entre o Governo do Amapá e os demais poderes do Estado.

Conforme o editorial, o Executivo queria "equilibrar as finanças estaduais e moralizar os hábitos políticos locais". É bom lembrar que ainda não existia a Lei de Responsabilidade Fiscal – estava nascendo essa lei. Mas, na verdade, nós éramos impedidos de moralizar e tornar a política mais republicana em nosso Estado pelas escusas perpetradas pelos demais Poderes.

A seguir, passo a ler o editorial do **Estado de S.Paulo**, datado do dia 25 de dezembro de 2002, com o título "A Cassação Adiada."

A decisão de se autodissolver, adotada pela Comissão Processante da Assembleia Legislativa do Amapá [abra-se parêntese para explicar o que é essa Comissão processante: uma comissão composta por seis desembargadores e seis Deputados Estaduais], interrompendo assim o processo de cassação do mandato do Governador João Alberto Capiberibe, surpreendeu a todos, especialmente ao Governador, que dava como certa a sua cassação.

A crise institucional do Amapá, no entanto, não terminou. Um grupo de deputados estaduais está disposto a aprovar o **impeachment** de Capiberibe e já anunciou que voltará à carga, saneando as falhas jurídicas que levaram à dissolução da Comissão processante.

Eleito pela primeira vez em 1994, quatro anos depois foi reeleito com grande apoio popular. Para ser diplomado e empossado, Capiberibe precisou recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral. Recebeu de herança o compromisso de pagar um substancial aumento concedido ao funcionalismo, retroativo a março de 1994, para ser pago em 1995, além de restos a pagar correspondentes a obras superfaturadas e fornecimentos duvidosos no valor de R\$ 160 milhões. A dotação anual destinada ao Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas Estaduais foi dobrada antes da sua posse, passando de R\$ 49 milhões, em 1994, para R\$ 104 milhões, em 1995.

É bom lembrar que já estava em pleno vigor o Plano Real, portanto, a inflação de 1995 foi da ordem de 22%. Então, não teria sentido sair de R\$ 49 milhões para R\$ 104 milhões de um ano para o outro os gastos com os Poderes.

A cada tentativa do Governador de equilibrar as finanças estaduais, de moralizar os hábitos políticos locais, a oposição respondeu com um processo na Justiça. Em menos de seis anos acumularam-se contra Capiberibe 479 processos, desde ações populares até a acusação de desvio de recursos do Fundef, o que deu origem ao processo de cassação, cuja tramitação foi suspensa esta semana.

O conflito entre o Governador e os Poderes Legislativo e Judiciário tornou-se crítico a partir do momento em que ele convidou, no início deste ano, a CPI do Narcotráfico para investigar o crime organizado em seu Estado. O relatório da CPI, divulgado em 5 de dezembro daquele ano, sugere o indiciamento da Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Margarete Salomão, do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Fran Júnior, e dos Deputados Jorge Salomão e Paulo José por suspeita de envolvimento com o narcotráfico e com lavagem de dinheiro.

É bom lembrar que a Conselheira Margarete Salomão acaba de ser afastada por decisão do STJ e, pelo menos dois desses nomes foram indiciados e estão sendo investigados pelo Supremo Tribunal Federal.

Segundo o governador João Capiberibe, "o real motivo da crise do Amapá é a discrepância de objetivos na aplicação dos recursos públicos: enquanto a meta político-administrativa do Executivo é investir na melhoria da qualidade de vida da população, membros do Legislativo querem apropriar-se dos recursos disponíveis sem justificar sua aplicação".

Este é um diagnóstico eufemístico do que se passa no Amapá. O antigo território, na verdade, transformou-se um Estado sem lei, administrado durante longos anos por oligarquias que se habituaram a tratar a coisa pública como se fosse propriedade privada. Que a população local estava farta dos desmandos, não resta a menor dúvida: em duas eleições seguidas escolheu o governador João Capiberibe, apoiando uma plataforma de governo financeiramente austera e politicamente moralizadora.

Mas só isso não saneará o Estado. As práticas imorais estão profundamente entranhadas na vida política e institucional do Amapá. Em julho, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal suspendeu por liminar a vigência das leis estaduais que haviam servido como base para a instauração de processo de **impeachment** de Capiberibe. Apesar disso, a Assembleia votou o pedido de instalação da comissão processante, que foi aprovado por 14 votos contra 4, quando o mínimo exigido para que a denúncia de crime de responsabilidade tivesse sequência era de 16 votos favoráveis.

A comissão foi, mesmo assim, formada, com a participação de cinco deputados e de seis desembargadores. O que sustou o processo foi a constatação, pelos desembargadores, de que ao governador havia sido negado amplo direito de defesa. Isso salvou temporariamente o mandato do governador João Capiberibe.

Temporariamente, porque a cassação aconteceu cinco anos depois. Mas não queriam apenas a cassação do mandato; queriam o nosso expurgo da vida pública. Era o que desejavam.

Mas ele continua sujeito a novo processo de **impeachment**, porque seus adversários já declararam que não esmorecerão enquanto não o tirarem do governo. Enquanto isso, causa pasmo a inércia dos diretórios nacionais dos partidos a que estão filiados os deputados estaduais que não apenas dilapidaram o Tesouro do Amapá, como estão acusados de envolvimento com o crime organizado. Mas causa maior espécie que o governo federal, dispondo de instrumentos poderosos como a Polícia Federal e Receita Federal, assista, sem nada fazer, ao que se passa no Amapá.

Eu fiz questão de ler esse editorial, datado de 25 de dezembro de 2000, para mostrar a diferença entre esses dois momentos na história do nosso País.

Naquele momento, não havia ação nenhuma, seja do Governo Federal, seja da Receita. Havia uma convivência pacífica com a corrupção, com o desvio de recursos públicos. Hoje, dadas as inúmeras denúncias, as centenas de operações da Polícia Federal, a CPI do Cachoeira, enfim, uma série de denúncias de corrupção e desmandos, e a atuação da decisiva da Polícia Federal e do Ministério Público para coibir a corrupção, há uma aparência de que a corrupção é maior que ontem. Na verdade, não é. Hoje, a corrupção está mais exposta e submetida a uma vigilância maior, tanto da sociedade, como das instituições públicas.

E falei isso para mostrar que, hoje, nós podemos, sim, fazer deste um momento histórico para o nosso País. Existe uma CPI para investigar a relação de um contraventor com instituições do Estado.

Eu, que acompanho e dediquei uma parte da minha vida política, e paguei caro por isso... Vejam, responder a 479 processos não é uma tarefa fácil. Entre outros, havia alguns absurdos. Eu fui acusado de ter retirado na boca do caixa, em março de 2002, quando deixei o governo, a soma fantástica de R\$365 milhões.

O Procurador Geral da República, na época, que decidiu instaurar um inquérito criminal, bastava a ele imaginar o que representam, qual o volume de R\$365 milhões para alguém retirá-los na boca do caixa de um banco. É preciso uma carreta, uma jamanta de 30 toneladas, talvez até mais do que uma, para transportar um volume tão grande de cédulas. Mas esse processo se prolongou por seis anos, até que o juiz federal mandou para o arquivo. Mas os meus adversários aproveitaram para tratar de me linchar publicamente por causa dessas acusações descabidas.

E continua até hoje. Ainda há pouco, era a questão da minha casa...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – E eu tenho certeza de que eles não vão...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS. Fazendo soar a campainha.) – Para concluir, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pois não. Vou concluir dizendo o seguinte: o afastamento desses cinco conselheiros está trazendo a público uma situação inusitada. O Tribunal de Contas em 2010 tinha um orçamento da ordem de R\$64 milhões. Depois da operação que aconteceu no dia 10 de setembro, o Tribunal não conseguiu mais executar o orçamento e começou a acumular saldos financeiros em 2010 e em 2011; e, hoje, calcula-se, Senador Mozarildo, que o Tribunal de Contas do Amapá tenha saldo financeiro disponível da ordem de R\$30 milhões. Basta ver que, em 2011, tinha uma dotação orçamentária de R\$60 milhões e só conseguiu executar R\$36 milhões.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, eu já lhe concedi quatro minutos. Peço que V. Ex^a conclua.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Concluo dizendo que essa diferença, esses R\$30 milhões precisam ser estornados ao Executivo para serem aplicados em saúde. Saúde realmente é o que a população mais reclama, e esse dinheiro deve voltar

porque está sendo estocado no banco sem nenhuma utilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senador João Capiberibe.

Inscrito pela Liderança do PTB, o Senador Mozarildo Cavalcanti tem a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Waldemir Moka, Sras Senadoras, Srs. Senadores, quero fazer um registro especial: hoje, no meu Estado de Roraima, precisamente na capital, Boa Vista, o Ministro das Comunicações, Deputado Paulo Bernardo, inaugurará o sinal digital da TV Roraima. É a segunda emissora pertencente à Rede Amazônica a ser transmitida com sinal digital. A primeira foi a chamada cabeça de rede, a TV Amazonas, com sede em Manaus.

A partir de agora, a TV Roraima passa a transmitir o sinal digital em alta definição (HDTV), em definição padrão (SDTV) e simultânea para recepção fixa, móvel e portátil, além da possibilidade de interatividade, o que só é possível pela tecnologia digital.

Ao pioneirismo da estadualização – utilizando sinal de satélite exclusivo, faz chegar a programação gerada de Boa Vista a todos os Municípios roraimenses –, junta-se, agora, a transmissão digital.

Após Roraima, Rondônia, Acre e Amapá também passarão a transmitir o sinal digital, com inaugurações previstas para este semestre.

Com isso, a Rede Amazônica vai cumprindo a missão traçada pelo seu Presidente, Dr. Phelippe Daou, de, segundo palavras dele: “Contribuir para a integração da região amazônica, oferecendo informação, entretenimento e cultura através da utilização da mais alta tecnologia disponível com base nos princípios da liberdade, da verdade e da justiça”.

Sr. Presidente, quero ressaltar que a Rede Amazônica, que é uma rede regional e que está presente nos Estados do Amazonas, do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, com sede em Manaus, é uma rede que presta um grande serviço de interligação daquela região com o restante do Brasil. Não fora a Rede Amazônica de televisão, à época, nós estaríamos isolados do resto do Brasil.

Quero registrar que, em Roraima, a televisão, na época analógica, começou em junho de 1974, transmitindo justamente a Copa do Mundo.

Então, quero cumprimentar o Presidente Phelippe Daou e o Ministro, por essa inauguração hoje, que foi uma autorização e uma ação do Ministério das Comunicações. Lamento não ter podido ir até lá com o Ministro – aliás, recebi o convite para ir lá –, porque

eu tinha compromissos já agendados. Mas, pela TV Senado, quero dar os parabéns à população de Roraima, que recebe um excelente serviço hoje.

Quero agradecer ao Dr. Phelippe Daou e a toda a sua equipe pelo empenho de tornar o meu Estado, depois do Estado do Amazonas, o primeiro a ter a TV Digital através da TV Roraima, que é uma afiliada da Rede Globo.

Quero dizer que, na verdade, Roraima, em meio a tantos momentos que vem atravessando de descompasso e de sofrimento por parte da população, pelo menos tem o alento de, hoje, receber uma dádiva, digamos assim, para a população, que quer estar sintonizada com o que acontece no resto do Brasil.

Lá se falava que a TV digital era algo inconcebível, mas, a partir de hoje, teremos a TV digital.

Quero encerrar, Senador Waldemir Moka, pedindo a V. Ex^a a transcrição de matérias a que fiz referência aqui, para não exceder o tempo regulamentar a que tenho direito.

Agradeço a V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

TV RORAIMA – SINAL DIGITAL

O Ministro das Comunicações, PAULO BERNARDO, inaugura hoje – 26 de abril – o sinal DIGITAL da TV RORAIMA.

É a segunda emissora pertencente à REDE AMAZÔNICA a ser transmitida com o sinal DIGITAL. A primeira foi a cabeça de rede, a TV AMAZONAS.

A partir de agora a TV RORAIMA passa a transmitir o sinal digital em alta definição (HDTV), em definição padrão (SDTV) e simultânea para recepção fixa, móvel e portátil, além de possibilidade a interatividade que só é possível pela tecnologia digital.

Ao pioneirismo da estadualização – utilizando sinal de satélite exclusivo faz chegar a programação gerada de Boa Vista a todos os municípios roraimenses – junta-se, agora, a transmissão digital.

Após RORAIMA, RONDÔNIA, ACRE e AMAPÁ também passarão a transmitir o sinal digital, com inaugurações previstas para este semestre.

Com isto a Rede Amazônica vai cumprindo a missão traçada pelo seu presidente, Dr. Phelippe Daou de:

“Contribuir para a integração da região amazônica, oferecendo informação, entretenimento e cultura através da utilização da mais alta tecnologia disponível com base nos princípios da LIBERDADE, da VERDADE e da JUSTIÇA.”

REDE AMAZÔNICA

A Rede Amazônica é uma rede de televisão regional brasileira afiliada à Rede Globo. Transmite sua programação através de suas emissoras de televisão para os estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Sua sede localiza-se em Manaus, no estado do Amazonas e divide-se em cinco emissoras: TV Amazonas, TV Acre, TV Amapá, TV Roraima e TV Rondônia. Possui ainda uma sucursal em Brasília, que produz matérias jornalísticas para os telejornais da rede.

História

A Rede Amazônica teve como embrião a empresa Amazonas Publicidade (atual Amazonas Distribuidora, empresa de distribuição de revistas), inaugurada pelos jornalistas Phelipe Daou, Milton Magalhães Cordeiro e Joaquim Margarido, em 30 de setembro de 1968. Posteriormente, participaram de uma concorrência pública para concessão de um canal de televisão para Manaus, da qual saíram vitoriosos, nascendo assim a TV Amazonas, instalada em Manaus em 10 de agosto de 1972, a primeira emissora de TV daquela que viria posteriormente a se chamar Rede Amazônica. Porém, o conceito de rede regional começou a se concretizar somente em 26 de setembro de 1974, quando a primeira emissora fora do estado do Amazonas fora repassada das mãos do governo do então território federal de Roraima para os dirigentes da rede: a TV Roraima, em Boa Vista. A partir daquele ano, foram sendo abertas emissoras em outros estados da Amazônia ou a concessão de emissoras já existentes foram repassadas do governo federal para os dirigentes da rede (a exceção de cobertura são os estados do Pará e do Tocantins). Essa rápida expansão da Rede Amazônica foi facilitada pela aproximação de seus dirigentes aos governos militares da época.

Mesmo com emissoras instaladas em 5 estados da Região Amazônica, até meados de 1986 algumas emissoras eram afiliadas a outras redes de televisão diferentes da Rede Globo (como a Band e Rede de Emissoras Independentes – REI, liderada pela Rede Record), até que em 20 de abril daquele ano a última emissora (TV Amazonas, à época afiliada da Band) passou a ser afiliada da Rede Globo, o que uniformizou a programação de todas as emissoras da rede. A partir da afiliação da última emissora à Rede Globo estava de fato concretizado o sonho de se construir uma rede regional de televisão pela Amazônia.

Cada uma das emissoras da Rede Amazônica possui retransmissoras nas cidades do interior dos 5 estados cobertos na Região Norte. Os únicos estados que não possuem cobertura da Rede são o Pará (cuja cobertura é feita pela Rede Liberal-ORM e TV Tapa-

jós) e o Tocantins (coberto pela Rede Anhanguera). A Rede Amazônica cobre a maior região brasileira em extensão geográfica, porém perde em número de estações para a RBS, rede regional afiliada à Rede Globo que cobre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Além dessas, conta ainda com um canal temático versando sobre a Amazônia, denominado Amazonsat, canal codificado no satélite desde 2007, e é transmitido em TV aberta em todos os municípios da área de abrangência da Rede Amazônica. Possui também as seguintes emissoras de rádio: Rádio Amazonas FM (Manaus), Rádio Amapá FM (Macapá), Rádio Acre FM (Rio Branco), Rádio Guará FM, Rádio Princesa do Solimões AM (Manacapuru), Rádio Mall e Rádio Echos da Amazônia (via Internet). Além da área de comunicação, a rede também atua nas áreas educacional (Fundação Rede Amazônica), comercial (Studio 5 Mall, Studio 5 Centro de Convenções e Amazonas Distribuidora de Revistas), de Internet (Portal Amazônia) e industrial (Alva da Amazônia, com a produção da linha de higiene e limpeza Modalva).

Todo esse complexo pertence ao empresário e jornalista Phelipe Daou.

Em 2010 houve a estadualização dos sinais de cada uma das emissoras em seus respectivos estados, assim, por exemplo, as retransmissoras do interior do estado de Rondônia receberão o sinal da TV Rondônia (e não mais da TV Amazonas, como vinha ocorrendo), possibilitando que cada estado gere e repasse a programação para seus próprios municípios[1], de acordo com as exigências da Rede Globo. Dessa maneira, cada emissora da Rede Amazônica ganhou sinal de satélite no BrasilSat B4, de propriedade da Embratel. Também haverá a digitalização do sinal para as capitais cobertas pelas emissoras da Rede Amazônica (por enquanto, somente Manaus possui sinal digital).

Com exceção da TV Amapá que segue a programação da Rede Globo em tempo real por conta do fuso horário igual ao de Brasília, todas as outras emissoras seguem a programação da Rede Fuso desde 8 de abril de 2008 por conta da diferença de 1 hora em relação do Horário de Brasília.

Em 29 de novembro de 2011 a Rede Amazônica lança o Prêmio Milton Cordeiro de Jornalismo, em homenagem aos 80 anos de seu diretor geral de jornalismo Milton Cordeiro. O concurso conta com as categorias jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo e webjornalismo, nos quais jornalistas de diversos segmentos de comunicação poderão participar desde que esses segmentos estejam dentro da área de abrangência das emissoras da Rede Amazônica.

Roraima – Antecedentes históricos

No ano de 1970, dois técnicos em eletrônica tentavam, pacientemente, rastrear sinais de televisão em Boa Vista. Domingos Leitão e Esdras Avelino, cada um em sua oficina, haviam montado rústicas, porém potentes antenas, e passavam horas à procura das perdidas emissões de televisão.

O domínio da técnica, aliado a obstinação, tiveram como resultado a captação de alguns sinal, obtendo resultados animadores, na medida em que se aperfeiçoavam.

A partir dessas conquistas, tornou-se comum o aglutinamento de amigos e conhecidos em suas casas, assistindo televisão.

Naquela época, captava-se com maior frequência as emissões da TV Liberal de Belém do Pará e de uma emissora de televisão porto-riquenha. Centenas de pessoas assistiram aos jogos da Copa do Mundo, realizada no México em junho daquele ano, especialmente a final entre Brasil e Itália.

Este fato levou muita gente entusiasmada a comprar televisores em preto e branco em Manaus. Rastrear sinais de televisão tornou-se um hábito frequente em Boa Vista.

UMA REVOADA DE MOTOCICLETAS

A primeira experiência efetiva da cidade de Boa Vista com a televisão verificou-se a 29 de dezembro de 1973, quando a equipe do Programa da Rede Globo Amaral Neto O Repórter, iniciou as gravações de um documentário sobre Roraima.

As gravações começaram no Centro Cívico, com sua arquitetura jovem e moderna, fazendo fundo para a exuberância e a alegria do grande desfile – motociclistas de todas as idades e motos de todos os modelos levaram a imagem de um povo e de uma cidade alegre, jovem, bonita e exuberante. Este programa fora, na época, exibido em nível nacional. As gravações prosseguiram no Monte Roraima, Pedra Pintada, Vale do Parimé e outros importantes sítios de potenciais turísticos e arqueológicos.

O material colhido era de tal beleza plástica que fez o experimentado homem de televisão desdobrar o programa em dois episódios, fato inédito no Programa Amaral Neto O Repórter, que na sua época era sucesso nacional absoluto.

O programa ia ao ar em dia útil, à noite e era repetido ao meio dia do sábado. Roraima, por sua vez, empolgou o público de todo Brasil, naturalmente, menos a população do antigo Território Federal de Roraima, que, na sua época, não possuía uma emissora de televisão.

Amaral Neto presenteou o governador Hélio Campos com duas cópias dos programas em 16 milímetros, criando, assim, a possibilidade de muitos assistirem o programa em Boa Vista.

O mais importante foi que o Brasil apaixonou-se por Roraima, tendo, a partir daí, dado um surto de migrações para o Território.

A HISTÓRIA DE UMA CONQUISTA

Em abril de 1974, o coronel-aviador Fernando Ramos Pereira assumiu o Governo do então Território Federal de Roraima, hoje Estado de Roraima. Tendo assumido o Governo, tomou conhecimento que não havia uma emissora de televisão na cidade, e que apenas algumas pessoas assistiam a televisão. Incrédulo com tal fato, providenciou uma pesquisa e constatou que havia aproximadamente setenta aparelhos de televisão na cidade.

O entusiasmo do Governo que acabara de se instalar o levou a anunciar publicamente a instalação de uma emissora de televisão, ainda a tempo de oferecer ao povo de Boa Vista as transmissões da Copa do Mundo, que iriam realizar-se no mês de junho, na Alemanha.

O assunto, embora tenha causado euforia, na maioria da população, estardeceu alguns, especialmente a quem compreendia a impraticabilidade de uma rede de estações repetidoras, portadora da transmissão de uma das emissoras amazonenses.

Por sua vez, Manaus ainda era separada de Boa Vista pela grande selva, e, principalmente, porque não existia nenhum tipo de terminal de satélite em Roraima, tendo de considerar que faltavam menos de dois meses para o início da Copa do Mundo.

No entanto, o Ministério das Comunicações tinha especial interesse em promover a dotação e a melhoria da radiodifusão na Amazônia e, naturalmente, Roraima não poderia ficar de fora. Neste sentido, fez publicar no Diário Oficial da União, do dia 21 de setembro de 1973, o Edital de Licitação, conforme ilustração do original.

A Copa do Mundo

Era o dia treze de junho de 1974, às sete horas da noite, uma quinta-feira.

A cidade de Boa Vista vive sua maior expectativa. Em centenas de lares, famílias e vizinhos se aglomeravam diante do televisor. Em dado momento, os mais curiosos chamam a atenção, pela primeira vez no vídeo, para a logomarca da TV Roraima no ar. Era o milagre da imagem e do som ao alcance de todos. Em menos de trinta dias, o impossível tornou-se realidade. Em apenas dois dias, a torre já era erguida, os técnicos conseguiram montar todo sistema, incluindo

treinamento aos profissionais selecionados para sua operação.

Finalmente, nas últimas vinte e quatro horas, o prédio fora decorado com um belo jardim.

O governador Fernando Ramos Pereira surge no vídeo e, em rápido discurso, agradece ao Presidente da República, na época, general Ernesto Geisel, aos ministros Maurício Rangel Reis – do Interior e Euclides Quandt de Oliveira – das Comunicações e, principalmente, ao empresário Phelippe Daou, que possibilitou ao Governo do então Território os meios para a realização do projeto; finalmente dedicou a emissora à população de Roraima.

A imagem colorida da TV Roraima estava no ar!

A população de Boa Vista assistia a um dos mais belos espetáculos da época. A magia cromática da televisão colorida mostrava a festa de abertura da Copa do Mundo.

A policromia das roupagens, a coreografia mágica, o encanto da música na vibração do estádio lotado, fundo inesquecível para a espera da emoção maior, a do futebol. Um espetáculo grandioso! Era difícil de acreditar. A partir daquele dia, até o final do ano, a TV Roraima – Canal 2 receberia diariamente a programação fornecida pela TV Amazonas. Assim foi com o restante da Copa do Mundo.

Terminada a Copa do Mundo, a população de Boa Vista ficou sem televisão. A TV Roraima suspendeu por alguns dias suas atividades, enquanto ajustava soluções finais de funcionamento e programação, ajustes de fornecimento de material, tráfego, ordem de programação e organização de pessoal.

No dia dezoito de outubro de 1974, o Ministro Euclides Quandt de Oliveira – das Comunicações, vai a Boa Vista para o lançamento da pedra fundamental da obra da estação terminal de satélite de Boa Vista, confirmando que a mesma entraria em funcionamento no mês de junho de 1975.

O momento era de boas notícias e grande euforia, tendo o Ministro aproveitado a ocasião para informar outra importante notícia: na véspera, o Presidente da República assinara o Decreto que concede um Canal de Televisão Comercial e definitivo para Boa Vista. A Rádio TV do Amazonas fora a vencedora da concorrência para a concessão.

Estava selado o advento da televisão empresarial, completa e definitiva. Com esta notícia, estava decretado o fim da televisão-sonho, mas continuava vivo o ideal.

No dia quinze de dezembro do mesmo ano, um jornal de Boa Vista publica uma importante entrevista com o empresário Phelippe Daou, diretor-presidente da Rádio TV do Amazonas, informando ter adquirido

o prédio e instalações da estação, de propriedade do Governo do então Território de Roraima, e já conclui as obras de modificações internas no prédio, restando as modificações técnicas, para a transformação do Canal 2 em Canal 4. Enquanto isso, Boa Vista ficara sem televisão, seria por poucos dias, segundo a palavra do empresário Phelippe Daou, que promete entregá-la ao povo antes do Natal daquele ano.

Era o dia vinte e dois de dezembro de 1974. A TV Roraima entra no ar, em fase experimental, dois dias antes do Natal.

A Inauguração

A solenidade de inauguração aconteceu no dia vinte e nove de janeiro de 1975, e constou do plantio de um pinheiro no jardim da emissora. A muda fora trazida do Rio Grande do Sul para simbolizar a integração do Norte com o Sul.

O próprio governador Fernando Ramos Pereira plantou a árvore.

O ato fora presidido pelo empresário Phelippe Daou, com a presença do Ministro Maurício Rangel Reis, o diretor da TV Roraima, na época Laucides Oliveira; o presidente da Maxwell, senhor Jorge Eddo – fornecedor de equipamentos; secretários de Governo e outros convidados.

A TV Roraima nascia para integrar, definitivamente ao Brasil, a mais longínqua das cidades brasileiras. Para crescer com a cidade, trabalhando pelo seu desenvolvimento e pelo bem-estar da sociedade.

DISCURSO PROFERIDO PELO DIRETOR-PRESIDENTE DA RÁDIO TV DO AMAZONAS DR. PHELIPPE DAOU NO ATO DA INAUGURAÇÃO DA TV RORAIMA

Exm^{as} Autoridades, minhas senhoras, meus senhores, senhor governador Fernando Ramos Pereira, senhor Ministro Maurício Rangel Reis.

Em abril de 1974, fomos convidados por Vossa Excelência para um encontro em Brasília.

Voltava Vossa Excelência de uma viagem a Porto Velho e nos encontrávamos em Porto Alegre, numa reunião do empresariado brasileiro. Atendendo ao seu chamado e no seu Gabinete, na Capital Federal, recebemos um apelo para que tudo fizéssemos de modo a que a população portovelhense assistisse, pela televisão, a Copa do Mundo. O seu Ministério, dizia Vossa Excelência, prestigiaría, em toda linha, a nossa ação. Asseguramos a Vossa Excelência, senhor Ministro, que tudo faríamos para efetivar a sua solicitação. E realizamos um pouco mais, fazendo surpresa, pois é também contagiente o seu entusiasmo pela Amazônia.

Não apenas Porto Velho assistiu ao mundial de futebol ano passado, mas também Rio Branco/Acre e

Boa Vista/Roraima, no Ocidente amazônico. Em Porto Velho, com um equipamento de videotape, fornecido por nós e um transmissor cedido pela Rede Globo; no Acre com equipamento todo nosso; em Boa Vista com equipamento adquirido pelo governador Fernando Ramos Pereira, e que hoje representa parte do que compõe esta estação, e tapes gravados por nós. Ainda o Amapá pelo esforço do governador Artur de Azevedo Henning assistiu a Copa de 1974, mas nisso não tivemos participação.

Logo a seguir à Copa, senhor Ministro na medida da conquista das concessões em concorrência pública, fomos instalando estações de televisão, primeiro TV Rondônia, em Porto Velho e Vossa Excelência e o Ministro Ueki nos deram a honra de participar da sua zero hora a treze de setembro de 1974; depois a TV Acre em Rio Branco, a dezesseis de outubro e, a seguir, a vinte e dois de dezembro último, colocamos em funcionamento esta TV Roraima, que Vossa Excelência hoje nos dá o prazer e a alegria de inaugurar oficialmente; e a vinte e cinco de janeiro em curso, completamos a Rede Amazônica de Televisão, com a inauguração da TV Amapá, em Macapá.

Como vê, senhor Ministro, num curtíssimo período de quatro meses montamos e fizemos funcionar quatro estações de televisão, que, embora a modéstia de seus equipamentos e de suas instalações, no entanto têm todas as condições para executar as suas finalidades, como qualquer estação geradora de televisão. Acima, porém, da sua importância material estão os objetivos que justificam a sua existência: a ocupação, o desenvolvimento deste imenso vazio verde e a sua efetiva integração ao todo nacional.

O desafio amazônico será vencido com a união de todos os brasileiros, mas impõe-se pressa nessa união e, por força dela, na realização das tarefas e dos programas que corrigirão os desníveis econômicos da Amazônia em relação a outras regiões e que, por muito tempo, nos fizeram viver como colônia do País.

Fomos apresentados na implantação da Rede Amazônica e estamos satisfeitos, porque sentimos haver cumprido um dever para com o Brasil e, particularmente, com as populações destes confins pátios, até então marginalizadas e privadas dos benefícios da televisão. Falhas de operação existem e existirão, até que suas equipes fiquem devidamente adestradas. No entanto, devem ser relevadas, porque as estações são operadas por elementos locais de cada unidade federativa, numa demonstração do valor do homem da região, ou que nela vive, ou que dela fez a sua própria terra. Estamos, agora, senhor Ministro, na fase de consolidação da Rede Amazônica. Que é, por sinal, a mais difícil e espinhosa. Seria, portanto,

agradável se, daqui por diante, fosse possível aos órgãos de seu Ministério usarem as suas estações para a divulgação dos programas de desenvolvimento que estão realizando, e, com isso, não só conscientizariam as populações da área, como contribuiriam para o seu funcionamento sempre mais aprimorado, pois a programação da Rede estará sempre em função dos recursos provenientes da sua única fonte de receita, que é a publicidade. Cremos que, assim, se concretizaria aquele oferecimento anteriormente feito por Vossa Excelência e até aqui não aproveitado, pois desejaríamos, primeiro, executar, como executamos, a nossa parte, que era a da implantação da Rede, e, depois pleitear a ajuda, o apoio e a participação de todos, para a sua manutenção e fortalecimento crescente.

De outra parte, senhor Ministro, não paramos a nossa caminhada. Vamos prosseguir, instalando repetidoras, ocupando novas áreas, beneficiando outras comunidades, precisamente aquelas que vivem mais distantes, que se localizam ao longo dos onze mil quilômetros lineares de fronteira e que, apesar do secular abandono a que foram relegadas, souberam, patrioticamente, manter, proteger e resguardar a soberania nacional.

Além disso, entendemos que chegou a hora de mostrar as cores da Amazônia ao Brasil e ao mundo. Brevemente, graças aos planos do Ministério das Comunicações, em execução pela Embratel, deixaremos de ser apenas receptadores de transmissões do Sul ou do estrangeiro. Vamos também ter a possibilidade de produzir os nossos programas, à base da realidade amazônica, e levá-los ao Centro-sul do País e muito mais além, pois a Amazônia, hoje, é assunto de grande interesse em toda parte. Já estão adiantados os estudos para a implantação do Centro de Produção da Amazônia, que será em Manaus, partindo da TV Educativa do Amazonas. Em futuro próximo, portanto, as coisas da Amazônia haverão de ser projetadas além-fronteiras da região, nelas incluídas as obras gigantescas do Governo Federal, que constitui todo o processo de integração definitiva desta outra metade brasileira.

Permitam-nos agora, uma palavra de sincero e profundo agradecimento ao governador Fernando Ramos Pereira, pela solidariedade e incentivo que nos tem emprestado, graças ao que foi possível realizar, com a rapidez desejada, a esta emissora.

Ele tem sido, inegavelmente, o grande responsável pelo ingresso de Roraima na era da televisão, fazendo jus a esta homenagem que prazerosamente lhe tributamos. Os nossos agradecimentos se estendem ao empresariado e à população roraimense pelo estímulo que nos vêm proporcionando, em razão do

que antevemos apreciável desenvolvimento para esta emissora.

Aos leais companheiros da Rede e a todos, enfim, que nos ajudaram na efetivação desta obra, também o nosso reconhecimento.

De resto, senhor Ministro Maurício Rangel Reis, pedimos a Deus que nos conserve humildes mas entusiastas nos nossos empreendimentos, vigorosos e inquebrantáveis nas nossas ações realizadoras e construtivas, correspondentes à confiança do Governo Federal por todos os seus órgãos, e fiéis aos princípios de independência da nossa Rede de Televisão na defesa dos sagrados direitos e interesses das populações amazônicas, da nossa querida Amazônia e do nosso muito amado Brasil.

26-4-2012

Televisão digital

A Televisão digital, ou TV digital, usa um modo de modulação e compressão digital para enviar vídeo, áudio e sinais de dados aos aparelhos compatíveis com a tecnologia, proporcionando assim transmissão e recepção de maior quantidade de conteúdo por uma mesma frequência (canal) podendo obter imagem de alta qualidade (alta definição).

O padrão em operação comercial transporta cerca de 20 Mbps. Em termos práticos, isto é o equivalente a 3 programas em alta definição, que ocupam 6 Mbps cada, ou 7 programas em definição padrão, que consomem em média 2,8 Mbps cada.

História

A história da televisão digital inicia-se nos anos 1970, quando a direção da rede pública de TV do Japão Nippon Hoso Kyokai (NHK) juntamente com um consórcio de cem estações comerciais, dão carta branca aos cientistas do NHK Laboratories para desenvolver uma TV de alta definição (que seria chamada de HDTV).

Inovações técnicas e tecnológicas da TV Digital Qualidade técnica de imagem e som

Resolução de imagem – Os primeiros estudos sobre a melhoria da resolução da imagem foram realizados na universidade de Massachusetts, onde os aparelhos receptores de TV tinham apenas 30 linhas de vídeo. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, os novos aparelhos já apresentavam 240 linhas de vídeo. Atualmente, um monitor analógico de boa qualidade apresenta entre 480 e 525 linhas. Na televisão digital de alta definição, chega-se a 1080 linhas com o padrão HDTV.

Qualidade do som – A televisão iniciou com som mono (um canal de áudio), evoluiu para o estéreo (dois canais, esquerdo e direito). Com a TV digital, passa-

rá para seis canais (padrão utilizado por sofisticados equipamentos de som e home theaters).

Sintonia do Sinal sem fantasmas – A TV digital possibilitará a sintonia do sinal sem a presença de fantasmas e com qualidade de áudio e vídeo ausentes de ruídos e interferências.

Interatividade

Interatividade Local – O conteúdo é transmitido unilateralmente para o receptor, de uma só vez. A partir daí, o usuário pode interagir livremente com os dados que ficam armazenados no seu receptor. Um novo fluxo de dados ocorre apenas quando é solicitada uma atualização ou uma nova área do serviço é acessada.

Interatividade com Canal de Retorno Não-Dedicado – A interatividade é estabelecida a partir da troca de informações por uma rede à parte do sistema de televisão, como uma linha telefônica. O recebimento das informações ocorre via ar, mas o retorno à central de transmissão se dá pelo telefone.

Interatividade com Canal de Retorno Dedicado – Com a expansão das redes de banda larga, pode ser desenvolvido um meio específico para operar como canal de retorno. Para isso, o usuário da TV digital necessitaria não apenas de antenas receptoras, mas também de antenas transmissoras, e os sistemas, a capacidade de transportar os sinais até a central de transmissão.

Acessibilidade

Facilidades para Gravação de Programas – A introdução de sinais codificados de início e fim de programas facilitará o acionamento automático de videocassetes ou gravadores digitais dos usuários.

Gravadores Digitais Incluídos nos Receptores ou Conversores – Alguns modelos de aparelhos receptores ou mesmo os conversores poderão incorporar gravadores digitais de alto desempenho (semelhantes aos discos rígidos utilizados nos computadores) que poderão armazenar muitas horas de gravação e permitir que o usuário escolha a hora de assistir o programa que desejar.

Múltiplas Emissões de Programas – A transmissão de um mesmo programa em horários descontínuos (um filme, por exemplo, iniciando de 15 em 15 minutos) em diversos canais permitirá que o usuário tenha diversas oportunidades para assistir ao programa desejado a um horário escolhido.

Recepção

Otimização da Cobertura – A tecnologia digital possibilita flexibilidade para ajustar os parâmetros de transmissão de acordo com as características geográficas locais. Em áreas accidentadas ou com muitos

obstáculos (grandes cidades com muitos edifícios, por exemplo) pode ser utilizado o recurso da transmissão hierárquica. Com este recurso, um programa pode ser transmitido (com sinal menos robusto) de modo a ser recebido em locais mais favoráveis, através de antenas externas, por exemplo, enquanto outro programa ou o mesmo programa do mesmo canal é transmitido (com sinal mais robusto) com uma menor resolução de imagem para recepção em todos os pontos da área de prestação do serviço. Isto permite que terminais portáteis ou móveis (instalados em veículos) possam receber sem problemas as transmissões.

Padrões Digitais

Apresentadas as principais características de transmissão e recepção dos primeiros padrões de radiodifusão digital de sons e imagens, a saber:

ATSC: acrônimo de Advanced Television System Committee, é o padrão norte-americano desenvolvido a partir de 1987;

DVB-T: acrônimo de Digital Video Broadcasting, é o padrão europeu projetado a partir dos anos 80.

ISDB-T: acrônimo de Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial, é o padrão japonês projetado a partir dos anos 70, é a evolução do sistema DVB-T

Meios de transmissão

Uma antena que recebe sinais de TV digital por satélite. Na Europa, a SKY TV já transmite em HDTV

Assim como a televisão analógica convencional, o sinal digital viaja por diferentes meios – que deverão continuar coexistindo após a adoção do padrão digital.

Terrestre – Transmitido por ondas de radiofrequência, os sinais digitais são transmitidos no ar e necessitam de antenas e receptores apropriados para a sua recepção. Este é provavelmente o meio mais aguardado da televisão digital já que seu custo econômico é o mais baixo, não há necessidade de pagar assinaturas bastando às grandes emissoras de televisão no país e suas retransmissoras efetuarem as devidas adaptações, exigindo também da parte dos consumidores, a aquisição de novos receptores. No Brasil, algumas companhias de televisão por assinatura já transmitem a sua programação usando um sistema semelhante denominado MMDS. Em Portugal, a televisão digital terrestre foi inaugurada em 29 de abril de 2009, adotando, como no resto da Europa, o sistema DVB-T (Digital Video Broadcasting – Terrestrial).

Satélite – Transmite o sinal de televisão e rádio através da infraestrutura de satélite a maioria das transmissões utiliza o sistema DVB-S desenvolvido especificamente para este uso, tendo a facilidade de se transmitir vários canais em um único sinal pela robustez e compressão dos sinais digitais.

TV Digital via satélite no Brasil

Já em uso no Brasil desde 1996 através das TVs por assinatura de banda Ku (SKY, Tecsat e DirecTV) este sistema permite a captação do sinal digital pelos utilizadores residentes em regiões remotas. Desde 1997 existe um satélite público da Embratel transmitindo sinais digitais a antenas parabólicas específicas, denominado de banda C digital sem custos financeiros para a recepção.

Atualmente, existem vários satélites com transmissões digitais abertas, chamados de sistemas Free to air (FTA), em formato DVB encontradas em satélites como a série BrasilSat (PAS B1, PAS B2, PAS B3 e PAS B4), Nahuel, Amazonas, Hispasat, entre outros, com programação variada, desde canais abertos (Rede Minas, TV Record, RedeTV!), emissoras regionais, rádios e canais estrangeiros.

Com uma antena parabólica e um receptor de satélite que receba sinal digital em banda C e apontando a antena para os satélites StarOne C2 e Brasilsat B4 os canais disponíveis são: RedeTV!, MTV, Rede Super, TV Gazeta, SBT, Band, Rede 21, Mix TV, TV Cultura, TV Mundial, CineBrasil, SescTV, TV Educativa, Record, Rede Família, CNT, TV Shop Tour, TV Rá-Tim-Bum, Rede Globo, entre outros canais. A qualidade da imagem é digital (igual da TV a cabo), porém algumas emissoras (Globo, SBT, Record, MTV, Band e RedeTV!) também exibem alguns programas em HD (alta definição), etc.

Cabo – Utiliza redes de cabo convencionais televisão a cabo para transmitir os sinais digitais que chegam à casa do assinante via operadoras de televisão por assinatura.

TV a cabo digital no Brasil

Implantado a partir 2004 em grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife este meio de transmissão para televisão digital é atualmente o mais difundido em todo o mundo.

Normalmente as operadoras de televisão a cabo recebem quase todos os canais através de satélite. Após a recepção, filtragem e amplificação poderão existir dois processos para a transmissão no cabo, sendo um deles a codificação analógica dos canais (canais premium, pay-per-view, conteúdo explícito para adultos, etc) criando-se um empacotamento, modulação e depois a transmissão no cabo.

Alguns canais, dependendo do interesse da operadora podem ser transmitidos diretamente no cabo sem a codificação analógica, como é o caso da recepção dos canais locais da cidade em que a operadora de TV a cabo se situa, os chamados canais **Off Air**, porém passam pelo processo de recepção, filtragem e amplificação, modulação e transmissão.

Em resumo, para os canais recebidos via satélite, eles são convertidos de sinais digitais (DVB-S), para sinais analógicos e depois transmitidos no cabo.

Via Internet – Utiliza a infraestrutura de comunicação da internet geralmente denominada IPTV ou TVIP e podem ser transmitidos programas em diversos formatos utilizando o protocolo de comunicação TCP/IP.

Operadoras de TV por Internet do Brasil Terra TV

TV IG
TV UOL
Megamax

Tipos de televisor

Televisor Analógico – Possui um sintonizador interno que permite receber as transmissões analógicas, mas não recebe transmissões digitais, necessitando, para isso, de um conversor digital (**Set-Top-Box**).

Televisor Digital – Possui um sintonizador interno que permite receber as transmissões digitais sem necessidade de um conversor digital. Também pode receber transmissões analógicas.

Televisor HD Ready – Possui sintonizador analógico, mas é capaz de reproduzir imagens com definição de 720 ou 1080 linhas horizontais. Com um conversor digital ISDB-Tb, poderá exibir imagens de alta definição transmitidas pelas emissoras de TV Digital no Brasil.

Televisor HDTV – (**High Definition TV** ou TV de alta definição) Capaz de reproduzir imagens com definição de 720 ou 1080 linhas horizontais. Os modelos cuja definição nativa é de 1080 linhas, se possuírem a função progressive scan, podendo exibir imagens com 1080 linhas de definição horizontal progressiva (1080p), são conhecidos como **Full HD**. Quando utilizados em fontes de sinal 1080i (ex: transmissões em HD) ou 1080p (ex: DVD de alta definição, HD-DVD ou **Blu-Ray Disc**), podem exibir a melhor definição disponível em alta definição.

Televisor SDTV – (Standard Definition TV) Possui definição nativa de 480 linhas horizontais. A maior parte dos televisores presentes no mercado pode reproduzir sinais com 480 linhas entrelaçadas (480i). Com a transmissão digital, a qualidade de imagem destes televisores será a mesma que eles apresentam quando conectados a um DVD. O conceito SDTV tem relação com a qualidade de imagem e não com o fato do produto ser digital ou analógico. Um produto SDTV pode ter um sintonizador digital.

Transmissão terrestre – Através de ondas de radiofrequência, os sinais analógicos ou digitais são transmitidos pelo ar a partir das antenas terrestres (diferentemente dos satélites, que ficam no espaço) e necessitam de antenas e receptores apropriados para a sua recepção.

TV a cabo – Sistema que distribui conteúdo audiovisual via cabos. É transmitido por uma operadora, que recebe este conteúdo, nacional ou internacional, e o distribui às casas que pagam mensalmente pelo serviço. Normalmente tem um número significativo de canais disponibilizados.

TV aberta – Sistema que emite livremente conteúdo audiovisual, sem encargos e taxas para o telespectador. Para ter acesso a este conteúdo, basta que a TV esteja conectada à rede elétrica (tomada, gerador ou bateria) e situada dentro da área de cobertura de alguma emissora aberta.

TV analógica — Transmissão (sinal aberto) – É o sinal de TV terrestre transmitido de forma analógica. É comum ocorrer perda de qualidade no processo de transmissão / recepção, ocasionando ruídos e interferências na imagem recebida.

TV de projeção – Funciona como um projetor, porém, a imagem é gerada invertida e projetada na parte de trás da tela do televisor. Assim, vemos a imagem não mais invertida do outro lado. Nos projetores, uma luz muito forte passa por espelhos que a filtram em três cores. Estas se unem e são projetadas para formar a imagem.

TV de tubo – (CRT) CRT é um acrônimo para a expressão inglesa **cathode ray tube**, que em português significa “tubo de raios catódicos”. Também conhecidos como Cinescópio. Dentro de sua TV existe um tubo onde encontramos duas placas: uma positiva e outra negativa. Quando a tensão entre as placas é muito alta, gera elétrons, e quando esses atingem a placa positiva, a diferença de energia gera um feixe de luz que atravessa o tubo e para na parte de trás do vidro da televisão, formando a imagem.

TV LCD – Um feixe de luz passa por pequenas células que contêm cristal líquido (daí o nome Liquid Crystal Display) controlado por uma corrente elétrica. Assim são geradas as três cores básicas para a formação de imagens: vermelho, verde e azul.

TV LED – O processo de transmissão das TVs de LED funciona praticamente como a de uma TV de LCD só que a tecnologia é um pouco diferente, ou seja, ao invés daquela luz branca no **backlight**, nas TVs de LED você tem um conjuntos de LEDs com as cores primárias (vermelho, azul e verde) e faz com que o trabalho de filtragem de luz do cristal líquido seja muito melhor realizado, conseguindo cores mais puras e com uma gama muito maior. Essa tecnologia também faz com que a luz seja exatamente igual durante todo seu tempo de uso e não ocorra perda de brilho ou alteração de cor, independentemente de ter uma luz acesa ou não. O painel também possibilita uma melhor regula-

gem na intensidade da luz. É a mais indicada para o sistema digital HDTV.

TV Móvel – É a possibilidade de captar os sinais de TV em dispositivos em movimento: ônibus, trens, metrô, carros, barcos, etc.

TV Plasma – No painel de plasma, encontramos pequeninas células que contêm uma mistura de gases. Quando uma corrente elétrica passa por essas células, excita os gases que passam para o estado plasma, gerando luz.

TV Portátil – É a recepção em equipamentos portáteis, que podem ou não estar em movimento. Exemplo: televisores e computadores de mão equipados com receptor de TV ou telefones celulares equipados com chip receptor, nos quais o espectador pode assistir à programação deslocando-se ou não.

TV Via Satélite – Com o avanço da tecnologia foi possível receber o sinal diretamente via satélite nos domicílios. Um satélite recebe a transmissão de outros satélites ou de uma central terrestre, e retransmite para as casas que possuem uma antena específica apontada para ele. É um serviço pago.

TV Digital no Brasil

Televisor ISDB-Tb Integrado – (conversor digital integrado) Independente de sua tecnologia (CRT, Plasma, LCD ou Projeção), é aquele que possui o conversor digital integrado. Isso significa que pode receber sinais de TV Digital no padrão ISDB-Tb (padrão de TV Digital adotado no Brasil), diretamente da antena, sem necessidade de outro equipamento para converter o sinal (conversor).

TV ISDB-Tb Digital – Transmissão (sinal aberto) – Sinal de TV terrestre transmitido de forma digital. O grande benefício deste sistema é que não há perda de qualidade no processo de transmissão. Imagem e áudio permanecem 100% com a qualidade do sinal original, eliminando ruídos e interferências características do sistema analógico.

Pay-per-view (PPV)

Antigamente, quem quisesse assistir a um canal de filme tinha que ter ciência da programação, ou mesmo um PPV, os clientes tinham que esperar o início do programa almejado para que pudessem comprá-lo. Podem ver também outros **pay-per-view** como, por exemplo no Brasil, o **Big Brother Brasil**.

HDTV

Em sua maior resolução de imagem – **High Definition Television (HDTV)**.

Este padrão prioriza a nitidez e qualidade da imagem em detrimento do número máximo de canais a serem transportados em uma mesma frequência. Atualmente, a resolução HDTV encontra resistência

em avançar no mundo, sendo o alto custo da solução um dos principais obstáculos. O HDTV é atualmente utilizado em algumas grandes cidades localizadas em partes dos Estados Unidos, do Japão e de algumas regiões da Europa (para quem dispõe de uma TV com esta tecnologia)..

Progresso da implementação da TV Digital no Brasil

O Brasil foi o único País emergente onde emissoras e indústrias de equipamentos financiaram parte dos testes de laboratório e de campo para comparar a eficiência técnica dos três padrões tecnológicos existentes em relação à transmissão e recepção dos sinais.

As universidades destacadas nesta pesquisa são a Universidade Presbiteriana Mackenzie, juntamente com equipamentos da NEC, que realizaram diversos testes em laboratório e em campo, para a escolha do padrão de TV digital japonês. E a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) que em seu laboratório de Sistemas Integrados, chegou a criar um padrão totalmente brasileiro de transmissão.

A TV Digital no Brasil chegou às 20h48min do dia 2 de dezembro de 2007, com pronunciamento do Presidente da República. Inicialmente na Grande São Paulo, pelo padrão japonês com algumas adaptações.

A RedeTV! foi a primeira rede de televisão a exibir em São Paulo a sua programação em formato digital de televisão. No dia 20 de abril o sinal de Alta Definição foi liberado pela Rede Globo apenas na região metropolitana do Grande Rio. O sinal de TV digital também já está presente em Foz do Iguaçu, Belém, Aracaju, Araguari, Campinas, Cuiabá, Goiânia, Belo Horizonte, Maceió, Porto Alegre, Fortaleza, Curitiba, Ituiutaba, Londrina, Vitória, Florianópolis, Salvador, Uberlândia, Uberaba, Teresina, Santos, Brasília, Joinville, Recife, Manaus, Sorocaba, Santa Bárbara d'Oeste, São Luís, Campo Grande, Natal, João Pessoa, Palmas, Presidente Prudente, São José dos Campos.

O sinal analógico será desligado em 29 de junho de 2016, tempo considerado suficiente para que toda a população do Brasil esteja inserida definitivamente na nova tecnologia[2]

Programas em Alta Definição

Além da transmissão digital, as emissoras optam também para a transmissão em Alta Definição, o HDTV. Veja agora alguns programas atuais de 2011 em HDTV no Brasil:

Globo: Telenovelas noturnas, Tela Quente, Futebol (principais jogos), Fórmula 1, Voleibol, A Grande Família, Tapas & Beijos, A Mulher Invisível (série), Divã (série), Lara com Z, Macho Man (série), Batendo Ponto, Bem Estar, Temperatura Máxima (alguns filmes), Sessão da Tarde (alguns filmes), Supercine (alguns filmes),

Domingão do Faustão (quando transmitido dos estúdios do Rio de Janeiro), Fantástico (alguns quadros), Domingo Maior (alguns filmes), Profissão Repórter, Globo Repórter (alguns programas), entre outros.

Record: Ídolos, Jornal da Record, Fala Brasil, Record Notícias, Hoje em Dia, Todo mundo odeia o Chris, Tudo a Ver, Domingo Espetacular, Super Tela (Algumas filmes), Tela Máxima (Algumas filmes), CSI, Balanço Geral, Troca de Família, algumas séries, entre outros.

SBT: Amor e Revolução, De Frente com Gabi, A Praça É Nossa, Aventura Selvagem, Um Contra Cem, Domingo Legal, Cine Espetacular (alguns filmes), Tela de Sucessos (alguns filmes), algumas séries, entre outros.

Band: Primeiro Jornal, Brasil Urgente, Jornal da Band, CQC, Jornal da Noite, Futebol, Top Cine, Jogo Aberto, Band Esporte Clube, entre outros (Em base, quase toda a programação do canal é exibido em HD, apenas alguns programas antigos como Mr. Bean e programas independentes não são exibidos em HD).

RedeTV!: Toda a sua programação é produzida em HDTV. Produções independentes (como seriados e desenhos) são transmitidos em SDTV.

TV Cultura: Cocoricó (na cidade), Roda Viva, Sr. Brasil, Educação Financeira, Quintal da Cultura, programação de orquestra, entre outros.

MTV Brasil: Top 10 MTV, Furo MTV, Quinta Categoria, Acesso MTV, Scrap MTV, VMB, entre outros.

Rede Vida: JCTV, Hora de Brincar, Vida Melhor, Missa do Santuário da Vida, Tribuna Independente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB - MS) – V. Ex^a será atendido regimentalmente, Senador Mozarildo.

Senador Mário Couto, informa-me o Senador Eduardo Suplicy – que tem um compromisso a cumprir - que V. Ex^a não se importaria de ele usar a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB - PA) – Deixa-me explicar: não há compromisso nenhum, é uma questão de simpatia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB - MS) – Entendo isso como um “sim”, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero muito agradecer ao Senador Mário Couto a gentileza. Há ocasiões em que o Senador é tão bravo aqui! Por outro lado, de repente, surge uma atitude tão simpática, de respeito e de construção.

Sr. Presidente, quero usar a tribuna para cumprimentar o Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, como fez ontem o Senador Paulo

Paim, pela fundamentação que empregou ao proferir o seu voto favorável à constitucionalidade das políticas afirmativas relativas às cotas étnico-raciais para a seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

O tema, que chegou ao Supremo por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186, teve sua discussão iniciada ontem com a leitura do voto do Ministro Lewandowski, Relator da matéria.

O Ministro Lewandowski afirmou que as políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB procuram superar distorções sociais historicamente consolidadas. Disse ele que essas políticas, que muitos pensam terem surgido nos Estados Unidos da América, tiveram origem na Índia - país composto por uma sociedade de castas –, sob a condução do líder pacifista Mahatma Gandhi.

Citando dados do Ministério da Educação, o Ministro Lewandowski lembrou que apenas 2% dos negros conquistam o diploma universitário no Brasil e que, para efetivar o princípio constitucional da igualdade, o Estado pode lançar mão de políticas afirmativas para corrigir distorções históricas. No caso da UnB, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e índios, pelo prazo de 10 anos, constitui providência adequada e proporcional ao alcance de seus objetivos.

Com propriedade, disse o Relator da matéria que a discriminação de negros e pardos “reveia um componente multiplicador, mas às avessas, pois sua convivência multissecular com a exclusão social gera a perpetuação de uma consciência de inferioridade e de conformidade com a falta de perspectiva, (...) sobretudo às gerações mais jovens, no trajeto sem volta da marginalidade social”.

Considero muito apropriadas as palavras do Ministro Ricardo Lewandowski, quando assevera:

(...) o reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na esfera pública, seja na esfera privada, resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido, ainda que, na maior parte das vezes, de forma camouflada ou implícita. Os programas de ação afirmativa em sociedades em que isso ocorre, entre as quais a nossa, são uma forma de compensar essa discriminação, culturalmente arraigada, não raro praticada de forma inconsciente e à sombra de um Estado complacente.

Sobre o tema, avalio que o Senado já se encontra com dados suficientes para votar o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, da Deputada Nice Lobão,

que se encontra pronto para a pauta na Comissão de Constituição e Justiça. Esse Projeto estabelece que, do total de vagas disponíveis nas universidades públicas, por curso e turno, 50% seriam destinadas a alunos oriundos de escolas públicas, observando-se a proporcionalidade, em cada Estado da Federação, de autodeclarados negros, pardos e indígenas. E, dessas vagas destinadas a oriundos de escolas públicas, 50% seriam para alunos com renda familiar de até um salário mínimo e meio, prevendo-se uma revisão da lei após 10 anos de sua aplicação.

Assim, ao tempo em que externo meus cumprimentos ao Relator, Ministro Ricardo Lewandowski, pelo seu voto nessa ação das políticas afirmativas nas universidades, auguro que os Ministros – que, no prosseguimento do julgamento, hoje, vão proferir seus votos – levem em consideração o estudo realizado pelo Relator da matéria.

Na mesma linha, espero que o Senado Federal conclua a apreciação do PLC nº 180, de 2008, já aprovado na Câmara dos Deputados, que vai consolidar a posição do Poder Legislativo sobre políticas afirmativas em nosso País.

Muito obrigado, mais uma vez, Senador Mário Couto.

Presidente Waldemir Moka, muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu que agradeço, Senador Eduardo Suplicy.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o País, nosso tão querido País, passa por momentos difíceis.

Hoje, passei o dia todo, na parte da manhã mais especificamente, na Comissão de Ética, na CPI... Pode-se até chamar não de CPI do Cachoeira, mas de CPI da Delta, porque está mais para Delta do que para Cachoeira.

Neste momento por que passa a Pátria, a Nação, deveríamos todos estar unidos, deveríamos todos estar juntos, independente de cor partidária. A Nação, neste momento, precisa de nós. É hora de nos unirmos e de fazermos uma faxina de verdade neste País.

Que faxina a Dilma faz se seis ministros foram tirados das suas pastas e mais dezenas e dezenas de servidores públicos e nada aconteceu? Nenhum exemplo foi dado à Nação. Nada aconteceu. Absolutamente nada aconteceu. Já passou. Já esquecemos até o nome dos ministros que saíram do Governo por corrupção. A Pátria nem lembra mais o nome dos ministros que

saíram. Tudo passou. Nada se cobra. Nenhuma punição. Nenhum exemplo. Aqueles que roubam a Pátria não pagam pelos seus pecados mortais. A Pátria perdeu o leme. A Pátria perdeu o rumo. A Pátria não pode conviver com corrupção desse tamanho. A Pátria não pode crescer com uma corrupção tão galopante. Todos os setores, toda a Pátria está corrompida.

Todos os meses, há muitos anos, as televisões publicam a corrupção deste País. Parece que o brasileiro já tem isso como normalidade. O que era, antigamente, um pecado capital, uma anormalidade brutal, uma sem-vergonhice brutal hoje é uma coisa muito simples. A corrupção, hoje, é uma coisa muito simples.

Há dois anos, Brasil, estão aí escritos nas notas taquigráficas, eu dizia, desta tribuna, que corrupção no Brasil estava virando cultura. Recebi uma série de correspondências dizendo que eu estava exagerando, que eu era isso, que eu era aquilo. A corrupção no Brasil, hoje, é aceita com a maior simplicidade. E nós, Senadores da República, devíamos olhar para nossa Pátria com maior amor e com maior carinho. Devíamos todos, neste momento, não optar por defender partido, ou por defender governo, ou por defender companheiros.

Hoje seria uma oportunidade fundamental, pelo momento em que a Pátria passa, de se dar um rumo a esta Pátria amada, de se pôr os bandidos na cadeia, de punir severamente aqueles que roubam o povo brasileiro. Mas isso não acontece já faz muito tempo, já faz muitos anos.

Já citei os números da corrupção anual: são 80 bilhões, brasileiros, 80 bilhões que estão roubando do povo brasileiro.

Este País é o que cobra mais imposto de seus filhos. Este País cobra R\$1,5 trilhão em impostos de seu povo, para aqueles beneficiados, sem-vergonhas, patifes, ladrões, roubarem, corromperem a Nação.

Eu aqui chamei atenção durante anos, desde que entrei aqui, para a roubalheira do Dnit, foram trilhões de corrupção. Por eu ser um Senador de oposição, ninguém me deu bola. Tentei abrir três CPIs. Derrubaram todas as três, engavetaram, riram da minha cara. Mas não é da minha cara que riem, não é da minha cara, é da cara do povo brasileiro, que eu represento aqui, do povo do meu querido Estado do Pará, que eu represento aqui, de 1,5 milhão de eleitores que me mandaram para cá defender os interesses dos parenses e dos brasileiros.

As estradas da minha terra, todas as BRs da minha terra, todas estão esburacadas, e o Dnit embolsando o dinheiro das estradas que deveriam ser feitas para o povo da minha terra e do meu querido País.

Neste Brasil se engana em tudo, e eu tenho de dizer a verdade aqui, a covardia não mora no meu peito,

eu não sou covarde. Institutos de pesquisas, senhores brasileiros, guiam as pesquisas neste País, fazem o que querem das pesquisas. A **Folha de S.Paulo**, brasileiros e brasileiras, mostra, nesta semana, e pergunta ao Brasil como é que a Dilma aparece bem nas pesquisas. Por que a Dilma aparece bem nas pesquisas? Porque o instituto faz o que quer.

Vou mostrar a vocês, brasileiros. Esta reportagem que o Senador Mário Couto mostra ao Brasil é importante. Eu vou ler o que o **Estado de S.Paulo** diz: "Como a Presidente Dilma pode ter popularidade tão elevada se a população desaprova a gestão do Governo na maioria dos setores essenciais? É a questão levantada a partir da pesquisa Ibope divulgada neste mês".

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Já vou descer, Presidente.

Nada menos que 77% dos brasileiros (mais de três em cada quatro) aprovam o modo como a presidente Dilma leva o país. O pessoal também considera a presidente melhor que seu governo, este com 56% de ótimo/bom (20 pontos a menos do que avaliação pessoal de Dilma).

Mas o governo tem aprovação maior que a desaprovação em apenas três áreas. Vai bem no:

- combate ao desemprego (...);
- à pobreza (...); e
- no controle do meio ambiente (...).

Em outras áreas [essenciais à população brasileira], é reprovado. (...) Atente, Brasil!

– 65% dos pesquisados desaprovam o sistema de impostos [é o país que cobra mais imposto no mundo, Brasil!];

– (...)

– 61% reprovam a segurança pública [quantos brasileiros morrem nas ruas por dia! Será que a segurança pública está boa em sua cidade? Será que a segurança pública é boa no País?];

- 63% condenam os serviços de saúde;
- 50% reprovam o combate à inflação (...);
- 55% condenam os juros; 48% condenam a educação aplicada no País e reprovam o Governo."

Como é que a Dilma está bem?! Como é que a Dilma está bem, Brasil?!

Brasileiros, temos uma única oportunidade. Já vou descer, Presidente. Uma única: é se nós, brasileiros e brasileiras, Senadores e Senadoras, disséssemos a nós mesmos: "Eu sou brasileiro, eu sou brasileira. Eu

não quero cargo público, eu não troco a minha moral e a minha honra, eu não troco o meu coração de brasileiro por interesses particulares. Neste momento por que a Nação passa, eu serei brasileiro, eu estarei do lado do povo, eu vou acusar, eu vou colocar a limpo"...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu peço por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Já lhe dei quatro minutos. Eu peço que V. Ex^a conclua nesse minuto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Já vou concluir, sem nenhuma discussão.

Mas não fazem, Brasil, se rendem, Brasil, se ajoelham, Brasil nos pés do Governo. Ei, Senadores, é a hora, Senadores, de colocar em pratos limpos este País. Vamos mandar para a cadeia os corruptos, os ladrões que assaltam a nossa Pátria. Vamos juntos, Senadores e Senadoras, esqueçam cada um os seus problemas pessoais, pensem na sua Pátria, olhem para aquela bandeira, leiam ali brasileiros e brasileiras "Ordem e Progresso". Nós temos ordem neste Brasil hoje? Não. A Pátria está corrompida. Nós temos progresso neste País hoje? Não. Nós não temos educação, nós não temos segurança, nós não temos saúde. O País está parado, brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra como oradora inscrita à Senadora Vanessa Grazziotin, antes, porém, à Senadora Lídice da Mata, pela ordem.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito pela ordem, com sua licença e a da Senadora, para registrar, no dia de hoje, dois importantes eventos. O primeiro é que, amanhã, dia 27 de abril, é o Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Essa é uma luta que une a bancada federal das mulheres, a bancada do Senado e a bancada da Câmara. É a luta para estendermos os direitos trabalhistas no Brasil, aqueles direitos que todos os trabalhadores brasileiros têm, às empregadas domésticas do nosso País.

Sr. Presidente, o segundo é para registrar a passagem dos 33 anos do Bloco Afro Olodum, baiano, um símbolo da resistência contra o racismo na nossa terra.

Muito obrigada.

SEGUEM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DA SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

27 de Abril – Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas – 2012

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, dia 27 de abril é o *Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas*. Não é mais possível trazer nada de novo sobre a relevância social do trabalho doméstico para a sustentação, organização e reprodução da vida, para o funcionamento da produção de bens e valores, e assim do conjunto da economia, o desenvolvimento e o bem estar de milhões de trabalhadores em todo o mundo e particularmente no Brasil.

É impossível não reconhecer o anacronismo do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal e a flagrante contradição deste dispositivo com princípios fundamentais da mesma Constituição, notadamente da igualdade e dignidade a que todo cidadão e cidadã têm direito. Visando corrigir este problema apresentei a PEC 64/2011 que propõe a alteração do parágrafo único do Artigo 7º para igualar em direitos os trabalhadores domésticos aos demais trabalhadores.

Na Câmara a PEC 478/2010, cuja relatora é a Deputada Benedita da Silva tem o mesmo objetivo. Além das PECs, várias iniciativas de projetos de lei estendem determinados direitos ao empregado doméstico. Sou autora de dois deles, o PLS – 191/2011, já aprovado, que assegura ao empregado doméstico o benefício do salário-família e o PLS 381/2011 que dispõe sobre sua jornada de trabalho, remuneração de serviço extraordínario, adicional noturno e seguro-desemprego.

No próximo mês de junho fará o 1º aniversário a *Convenção 189 e Recomendação 201 sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos* aprovada na 100ª Conferência Internacional do Trabalho¹, da qual o Brasil é signatário e cuja ratificação depende do Congresso e é o tema escolhido este ano para marcar as ações pelo dia 27 de abril. Será lançada uma ampla campanha da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas “Por um Fim à Escravidão Moderna” que recolherá 1 milhão de assinaturas em favor da ratificação da Convenção pelo Brasil². A alteração do parágrafo único do artigo 7º da Constituição é condição indispensável para ratificar a Convenção 189.

¹ Realizada em Genebra entre os dias 1º e 117 de junho de 2011, a 100 Conferência Internacional do Trabalho contou com uma delegação brasileira composta de 06 representantes de sindicatos de trabalhadoras domésticas do Brasil, tendo à frente a FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, além de Centrais Sindicais e entidades representativas de trabalhadores e empregadores.

² Informação de Creuza Oliveira, Presidente da FENATRAB em 16.04.2011

Ao invés de esperar o encaminhamento de 1 milhão de assinaturas ao Congresso proponho que o assunto entre em pauta para votação e que, enfim possamos, de forma efetiva, contribuir para superar esta situação de profunda injustiça social que compromete o usufruto e o exercício da cidadania e o enfrentamento das discriminações e desigualdades de gênero e raça. Desde sempre em todo o mundo o trabalho doméstico, remunerado ou não, é majoritariamente uma atribuição feminina. No Brasil é feminino e negro. Em 2010 o contingente de trabalhadores domésticos remunerados somava 7.223 pessoas, das quais 93% eram mulheres e 61,6% mulheres negras. Embora informalidade e precariedade ainda sejam a marca principal (mais de 70% trabalha sem carteira assinada)³ a situação do trabalho doméstico no Brasil é bem diversa e vem mudando.

Se por uma lado o segmento “Serviços Domésticos” é o que mais cresceu nos últimos anos (42,2 % entre 2003 e 2010)⁴ a realidade dessas trabalhadoras comporta uma imensa gama de condições (jornada, salário, descanso, férias, cobertura previdenciária) que variam a depender da região, mas são sem dúvida profundamente afetadas pela adoção da política de aumento real do salário mínimo, pelo progressivo aumento da escolaridade da população e por programas governamentais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, dentre outras iniciativas. Nos centros urbanos do Sul e Sudeste o padrão é bem diferente do Nordeste e Norte.

Em geral a quantidade de trabalhadoras domésticas mensalistas vem caindo, principalmente nesses centros, embora este ainda seja o contingente majoritário. Entre 2000 e 2010 as diaristas eram 21,6 % do total de domésticas em Salvador, 32,6% em Porto Alegre 31,3% em São Paulo⁵. Também conforme a região varia a qualificação profissional das trabalhadoras domésticas. O Governo Federal desenvolve programas de qualificação, a exemplo do Trabalho Doméstico Cidadão, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com recursos do FAT e em diálogo com as organizações das trabalhadoras domésticas. Estados e municípios também desenvolvem projetos nesse sentido. O Qualifica Bahia, do Governo do Estado, com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, lançado em 2009, já qualificou quase 10 mil trabalhadores e, a meta do ano passado, era de qualificar 7.340, com atendimento prioritário para o público mais vulnerável,

³ Ministra Iriny Lopes da SPM/PR – no lançamento de relatório sobre trabalho doméstico, elaborado por Grupo de Trabalho Interministerial. Dia 27 de abril de 2011.

⁴ DIEESE – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), 2003-2010
⁵ DIEESE – PED 2000-2010

de baixa escolaridade, beneficiários do Bolsa-Família, em grande parte mulheres e jovens afrodescendentes em busca do 1º emprego. Também são dignas de registro as iniciativas que promovem o acesso à moradia. Na Bahia no bairro da Mata Escura encontra-se em fase de conclusão (pintura, acabamentos) 80 apartamentos construídos para trabalhadoras domésticas a serem entregues às que moram nos locais de trabalho por não terem onde morar, projeto proposto pela FENATRAD ao Governo do Estado.

Pela história de escravismo, colonialismo, patriarcalismo, por se desenvolver no âmbito do mundo privado e doméstico, pelo forte predomínio das relações interpessoais, pela tradição de informalidade e pelas ausências de regulamentação e controle, os abusos e a exploração, inclusive de crianças são realidades frequentes na trabalho doméstico. Segundo a OIT no Brasil 500 mil crianças se encontram em situação de trabalho doméstico desde os 5 e 7 anos de idade, maioria sem frequentar escola e afro-brasileira.

Já passou da hora do Congresso Brasileiro intervir e mudar esta situação.

PELA IGUALDADE DE TODOS OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS PELA ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO. PELA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE TRABALHO DECENTE PARA AS TRABALHADORAS (ES) DOMÉSTICAS (OS).

Obrigada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro 33 anos Olodum

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, em 25 de abril de 1979 surgia no Pelourinho o bloco afro carnavalesco Olodum com o objetivo de propiciar à população local a participação de forma organizada no carnaval, além de chamar a atenção dos poderes públicos para os graves problemas que afetavam à época o Centro Histórico de Salvador.

Sua estreia aconteceu no carnaval de 1980, quando levou às ruas pouco mais de quinhentos associados divulgando por meio da música e indumentária, aspectos da cultura afro-brasileira. Nos anos seguintes, o bloco expandiu e diversificou suas atividades consolidando-se como uma das mais significativas experiências nas áreas cultural e social da Bahia, razão pela qual é merecedor das nossas homenagens por mais um aniversário de fundação.

O Grupo Cultural Olodum é formado pela Banda Olodum, Escola Olodum, Banda Mirim e Bando de Teatro. A Banda Olodum originou-se do pioneiro bloco afro Olodum, tendo conquistado seu primeiro sucesso em 1987 com a música "Faraó" do LP "Egito, Mada-

gascar", em que homenageava as raízes históricas e culturais do grupo.

A percussão afro, característica da banda, logo despertou o interesse internacional, que resultou em várias excursões por países da Europa, América do Sul e o Japão. Seu primeiro grande momento de reconhecimento no exterior ocorreu com a participação em uma faixa do disco de Paul Simon, "O Ritmo dos Santos", cujo videoclipe foi gravado no Pelourinho, em 1990, e exibido em mais de cem países.

Desde então, a Banda Olodum passou a gravar com outros músicos consagrados nacional e internacionalmente, a exemplo de Caetano Veloso, Wayne Shorter, Jimmy Cliff, Herbie Hancock e o pop star Michael Jackson. Sem dúvida, tem sido inestimável sua contribuição, não só para a divulgação da mistura de ritmos que inclui batuques africanos, reggae, samba e ritmos latinos, assim como a paisagem física e humana da Bahia para o mundo.

Em 1984, como desdobramento do projeto Rufar dos Tambores, é criada a Escola Olodum visando atender a comunidade do Pelourinho/Maciel que pretendia formar um grupo de percussão reunindo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Com base no projeto do Grupo Cultural Olodum, foi formatada uma grade curricular que agrupa, além de aulas de percussão, iniciação à informática, ações pedagógicas voltadas para a preservação e valorização da cultura afro-baiana, promoção da cidadania e apoio educacional complementar a 300 jovens do Centro Histórico e da periferia de Salvador.

A Banda Mirim Olodum surgiu a partir das atividades desenvolvidas pela Escola Olodum com foco nas crianças e adolescentes. É composta por 14 percussionistas, 01 mestre, 03 cantores, 02 backing, 03 harmonias e 03 bailarinos. Seu repertório, constituído por músicas folclóricas do Brasil e da África, música pop, cânticos dos cultos afro-brasileiros, composições da Banda Olodum e dos próprios integrantes da Banda Mirim, tem sido divulgado em shows, sempre aplaudidos, que a banda vem realizando em várias cidades brasileiras e no exterior.

Criado em 1990, o Bando de Teatro Olodum, formado por atores negros, tem como temática a questão do negro brasileiro em seus diversos aspectos, desenvolvendo uma linguagem própria em um formato de Teatro Experimental Negro. Pelo Bando, como é mais comumente chamado, passaram atores do porte de Lázaro Ramos.

Paralelamente à produção artística, o Grupo Cultural Olodum desenvolve ações de combate à discriminação racial, estimula a autoestima e o orgulho dos afro-brasileiros e luta em defesa dos direitos civis

e humanos dos segmentos sociais marginalizados, afirmando-se, assim, como uma das mais respeitáveis instituições do movimento negro no país.

Ao completar 33 anos de existência, o Olodum apresenta um rico histórico de grandes realizações, tanto na área cultural quanto em ações sociais, divulgando e promovendo a música e os músicos baianos internacionalmente, ampliando e conquistando novos mercados para suas produções, além de continuar formando artistas e cidadãos para a Bahia e o Brasil.

Parabenizo, portanto, toda a equipe de profissionais, alunos, funcionários e voluntários que, com dedicação e desprendimento, vêm edificando esse valioso patrimônio baiano chamado Olodum. Quero, ainda, parabenizar seu presidente João Jorge Rodrigues, cuja atuação à frente do Grupo e pela luta contra o racismo e o preconceito o fez merecedor da “Medalha Dois de Julho” pelos serviços prestados à comunidade negra de Salvador, da “Medalha de Honra ao Mérito”, condecorações baianas, e da “Ordem do Rio Branco”, pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, nobre Presidente, Senador Moka.

Sr. Presidente, antes de iniciar o assunto que me traz à tribuna, eu gostaria de fazer o registro – e o faço com muita alegria – da passagem do aniversário, no dia de ontem, que comemorou 138 anos da cidade, de Itacoatiara, no meu Estado do Amazonas.

Itacoatiara é o terceiro maior Município, do ponto de vista populacional, do Estado do Amazonas. É uma cidade localizada a quase 300 quilômetros de distância e uma das poucas, Srª Presidente e Srs. Senadores, ligada à capital, Manaus, por meio de estrada.

Itacoatiara, na língua indígena, significa cidade da pedra pintada. Esse é o significado da palavra. A cidade é banhada pelo rio Amazonas e tem um porto fluvial muito importante, talvez dos mais importantes da região, porque passam por ali cargas vindas diariamente das cidades de Cuiabá, Belém, Manaus e Santarém.

Itacoatiara também sedia um terminal graneleiro, por meio do qual uma boa parte da soja produzida no Brasil é exportada. Isso é feito pelo porto graneleiro de Itacoatiara.

A cidade também brinda todo o Estado do Amazonas com um belíssimo festival de música popular, o Fecani, conhecido por todos, para onde vão pessoas de todos os Municípios e da capital, para participar. E outra grande e importante festa que marca o Muni-

cípio é a Festa do Abacaxi, porque o melhor abacaxi do mundo, Presidenta Ana Amélia, sai de Itacoatiara, especialmente da comunidade conhecida como comunidade do Novo Remanso.

Então, quero aqui cumprimentar o querido povo de Itacoatiara e o Prefeito Antonio Peixoto, desejando que a cidade siga se desenvolvendo e gerando emprego para seus habitantes.

Mas, Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, falo aqui sobre uma profissão cujo percentual de mulheres seja, talvez, o maior do nosso País. Eu me refiro – e quero aqui homenageá-las, pela passagem do seu dia – à categoria dos empregados ou das empregadas domésticas em nosso Brasil, cuja maioria, repito, Srª Presidente, é formada por mulheres. São ao todo cerca de oito milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, historicamente e injustamente relegados a uma condição inferior de desigualdade e de descompasso frente aos direitos trabalhistas gerais.

Então, não basta apenas vir aqui e saudar os trabalhadores, as trabalhadoras domésticas. É preciso destacar a sua condição histórica de desigualdade em relação aos demais trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

As empregadas domésticas representam aproximadamente 10% da nossa população economicamente ativa. Desse total, Srª Presidenta, em torno de 90% é composto por mulheres. O fato é que questões culturais, sociais, arraigadas, ainda conectam o sexo feminino ao labor doméstico, embora, felizmente, a situação tenda a se equilibrar num futuro não muito distante, esperamos todas nós – todos, mas principalmente todas nós.

Por suas especificidades e por agregar parcelas da nossa população já submetidas a uma posição de inferioridade social e de discriminação, o trabalho doméstico acaba padecendo do seu caráter domiciliar e assumidamente familiar, retirando-lhe a sua real condição de empregado como qualquer outro e, como consequência, conquistas trabalhistas alcançadas pelas demais categorias profissionais.

Nesse sentido, Srªs e Srs. Senadores, é nossa obrigação – refiro-me a todos os Poderes públicos, incluindo aí o Parlamento – estabelecer e fazer cumprir um sistema de regras que proteja e que retire a trabalhadora ou o trabalhador doméstico da situação negativa à qual são submetidos, conferindo-lhes absoluta, repito, absoluta isonomia com os demais trabalhadores brasileiros. E, dentro do conceito jurídico de isonomia, temos como corolário essencial a necessidade de uma ação afirmativa, no sentido de resgatar e atribuir benefícios e condições diferenciadas, para que essas trabalhadoras e esses trabalhadores, final-

mente, tenham seus direitos plenamente adquiridos e firmados na prática.

Foi com esse intuito, Sr^a Presidenta, que apresentei, ainda no ano passado, em meados do ano passado, o Projeto de Lei do Senado nº 189, que dispõe sobre a contribuição previdenciária diferenciada de empregados e empregadores de serviços domésticos no Brasil.

Entendemos que até mesmo por suas circunstâncias específicas, em que os patrões não dispõem, normalmente, de tantos recursos materiais quanto um empresário, precisamos estabelecer alguns mecanismos compensatórios para regular a concessão de direitos e garantias sociais a essas trabalhadoras ou a esses trabalhadores. Entre eles, destaco, aqui, a inserção no sistema da previdência pública e de segurança social, mediante contribuição pecuniária mensal por parte do patrão e do empregado.

Ora, meus companheiros e companheiras, diante de um quadro de persistente e considerável grau de informalidade, em que os direitos trabalhistas constituem-se em mera utopia legal, o estabelecimento de uma alíquota de contribuição previdenciária inferior à que praticam os trabalhadores já formalizados no Brasil, tanto por parte da contribuição do empregado como do empregador, seria da mais extrema importância. Daí por que apresentei um projeto, diminuindo para 5% a contribuição previdenciária, tanto do empregador como da trabalhadora. E muitos podem dizer: "Mas não é muito pouco 5%?". Não, estamos exatamente igualando aos microempreendedores individuais, entendendo que a quantidade de trabalhadoras que podem ser formalizadas com esse benefício poderá suprir essa eventual perda de recursos por parte do sistema nacional de previdência e assistência social.

Recentes proposições foram feitas no sentido de incentivar tal inserção, como o desconto da contribuição no Imposto de Renda do patrão, e aqui destaco o projeto do Senador Requião, que aumenta a possibilidade de desconto do Imposto de Renda para empregadores de empregados domésticos. É um projeto importante, que estamos debatendo e negociando para ver aprovado; se não, na forma como está, mas num substitutivo, garantindo um direito significativo e propiciando um número maior de formalização nesse segmento das relações de trabalho.

O que não podemos admitir, Sr^a Presidente, é que essa imensa massa de trabalhadores e trabalhadoras continue, por sua condição – visto que a maioria é de mulheres – social e de gênero, a ser marginalizada e privada dos direitos básicos inerentes a qualquer categoria profissional.

Destaco que, em 17 de junho do ano passado, 2011, a Organização Internacional do Trabalho (OIT),

durante a sua centésima conferência, que reuniu, naquele ano, 180 países, teve como tema principal o trabalho doméstico. E os debates – que não se iniciaram naquela conferência, naquela reunião da OIT, mas muitos anos antes – resultaram na aprovação de um documento, uma convenção que garante direitos iguais a dos demais trabalhadores a todos os trabalhadores e trabalhadoras domésticas. E foi aprovada uma recomendação, no último dia 16 de abril, conferindo a essas trabalhadoras e a esses trabalhadores os mesmos direitos dos demais.

O Brasil já anunciou que vai ratificar esse novo tratado. E tenho aqui a informação de que, no mês de fevereiro deste ano, o Ministério do Trabalho e Emprego formou um grupo de trabalho – e realizou o seu primeiro encontro – que discute questões rumo à ratificação da Convenção nº 189 da OIT.

Então, nada mais oportuno, Sr^a Presidente...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço e concluirrei brevemente.

Nada mais oportuno do que aprovarmos esse projeto. O Brasil tem sido um grande exemplo para o mundo em relação à inclusão social da nossa gente, em relação ao respeito aos direitos dos trabalhadores, e esse é um passo fundamental.

A informação que temos é que o tratado já chegou ao Brasil. Já foi encaminhada a convenção ao Ministério das Relações Exteriores, devendo, agora, ser enviada ao Congresso Nacional, para que ratifique essa convenção. E o grupo de trabalho, já formalizado, estuda as mudanças legais que devem ocorrer no Brasil, de forma a garantir, na prática, a isonomia das trabalhadoras domésticas, ou trabalhadores, em relação aos demais trabalhadores do nosso País.

Então, com esse pronunciamento, penso que homenageei todo esse segmento importante do nosso Brasil.

(*A Sr^a Presidente faz soar a campainha.*)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Porque, Senadora Ana Amélia – e estou concluindo –, não existe melhor homenagem do que reconhecer e garantir o direito daquele que efetivamente o tem e que não o vê cumprido.

Minhas saudações a todas as trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Vanessa Grazziotin, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Vanessa, endossamos esse reconhecimento a esses trabalhadores, que são essenciais; são parte da nossa família porque convivem com todos nós há muito tempo e têm um papel relevante não só social como também da própria relação humana, que se engrandece cada vez mais.

Cumprimentos a V. Ex^a.

Para uma comunicação inadiável, com permuta com o Senador Paulo Paim, tem a palavra o Senador Roberto Requião, por cinco minutos, conforme o Regimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, mais uma vez estou aqui cumprindo o meu dever de Senador do Paraná e, portanto, fiscal do Governo e defensor, acima de tudo, das boas intenções da nossa Presidenta Dilma.

Nós já prestamos um grande serviço à Presidenta quando afastamos o Sr. Bernardo Figueiredo da ANTT. Mas parece que lá não mudou nada. Mas quero fazer um parêntese de entusiasmo com a nossa Presidenta.

O PMDB, ontem, prestou um grande favor à Presidenta da República, acabando, violando o Código Florestal urdido aqui no Senado da República, que, a meu ver, ainda deixava muito a desejar. Mas a bancada do PMDB votou fechada pelo retrocesso, pelo barbarismo.

E, agora, a nossa Presidenta vai vetar o Código e vai subir mais dez pontos nas pesquisas de opinião pública. Ela tem que agradecer à tolice do PMDB da Câmara que votou como não devia ter votado. Votou contra a preservação da natureza e rompeu um acordo, que a meu ver, ainda não era o ideal, forjado aqui no Senado da República.

Mas eu venho à tribuna hoje para trazer à Presidenta uma informação importantíssima a respeito da ANTT. Preocupa-me muito esta ANTT. Nós livramos a Presidente do Bernardo Figueiredo, mas parece que isso não resolveu nada. Ela não mandou para o Senado os novos nomes. Nós temos uma diretoria constitucional. E eu me refiro à verificação pelo Tribunal de Contas dos absurdos que estão acontecendo.

Há muitos problemas nos contratos de concessão. E procedimentos internos da ANTT permitem que as concessionárias joguem no fundo de caixa, com TIR entre 18% e 24%, mesmo com a Presidenta baixando juros e o mercado estando trabalhando com 8% a 9%, “investimentos novos”, manutenção, considerada como investimento reversível e com a correção de 18% a 24% do ponto de vista contratual. É o famoso contrato estático, Senador Humberto. O contrato que não se adapta à realidade do equilíbrio financeiro.

Esse processo do Tribunal de Contas da União se refere à primeira fase dos contratos, quando os juros estavam altos e, à época, talvez até se justificasse a existência desta TIR, nunca de tratar como investimentos novos projetos singelos de manutenção. Isso se refere a contratos examinados pelo Tribunal de Contas na nova Dutra, Rodovia Eurico Gaspar Dutra, entre São Paulo e Rio de Janeiro; ponte Rio–Niterói; Concepa, Porto Alegre–Osório; Concer, Juiz de Fora–Rio de Janeiro. E o Tribunal de Contas detalha isso no Processo nº 005534, de 2011, relatório de auditoria da Secex.

Agora, temos problemas na concessão da BR-101, entre o Espírito Santo e a Bahia. O contrato reproduz as mesmas barbaridades. Permite que se considerem investimentos reversíveis obras de manutenção e mantém este aspecto da TIR – Tarifa Interna de Retorno – estática, com juros simplesmente absurdos.

O Tribunal de Contas da União pediu informação, solicitou ao atual Presidente da ANTT – irregular, mas atual presidente – que suspendesse a homologação. Houve uma revolta interna. E, pelo que me chega como informação, a razão é a seguinte: tínhamos um contrato estabelecido anteriormente, um compromisso com os empreiteiros, com os concessionários, e nós queremos homologar esse contrato antes que o Tribunal mexa nisso.

Parece que retiraram ou pretendem retirar o presidente, que se recusou homologar a concessão.

Isso tudo está estampado no jornal *Valor*, hoje: “TCU impede Agência de aprovar leilão da BR-101”. E coloca novamente sob suspeita essa famigerada ANTT. A nossa Presidenta devia mandar os nomes para exame do Senado e pôr um paradeiro nesse processo. Senão, acaba de nada valendo o favor que o PMDB lhe prestou ao fazer a bobagem de recusar o Código Florestal do Senado, que ela vai vetar. E os 10 pontos que ela vai subir pode se transformar numa queda no médio e no longo prazo na sua apreciação pela opinião pública.

Presidenta Dilma, leve a fundo a faxina.

O Senado impediu a nomeação do Bernardo Figueiredo, a sua recondução, mas não é possível que ele continue mandando e que compromissos absurdos como esse que acabo de descrever sejam mantidos.

Solicito, Senadora Ana Amélia, que esses documentos, a auditoria que tenho em mão do Tribunal de Contas da União e...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) –... uma cópia da matéria do jornal *Valor* seja rapidamente entregues para a nossa Presidenta, através da Casa Civil ou não, para que, amanhã não se diga:

"Isso aconteceu porque a nossa Presidenta não tinha conhecimento do que ocorria".

Quero que, oficialmente, ela tenha conhecimento do relatório do Tribunal de Contas e da matéria do jornal *Valor*, e dos temos em que fiz este pronunciamento de alerta como uma ajuda da base do Governo, para que erros não sejam novamente cometidos, na forma do Regimento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) Na forma regimental, a sua solicitação será atendida, Senador Roberto Requião, atento sempre a esses temas que interessam ao Governo. O papel do Senado e do Congresso é o de fiscalizador do Executivo.

O orador inscrito é o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O próximo orador inscrito, numa permuta comigo, pela Liderança, será o Senador Humberto Costa, do PT.

V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, meus caros colegas, eu também gostaria, à semelhança do que fez o Senador Requião no início de seu pronunciamento, de registrar que, infelizmente, a bancada do meu partido na Câmara, se não votou na sua totalidade contra acordo equilibrado, construído pacientemente e competentemente, aqui, no Senado, com a participação, inclusive, de eminentes Deputados, que garantiam bom equilíbrio entre esses dois valores importantes, que são a produção e a defesa do meio ambiente, se a nossa bancada na Câmara não votou toda ela unida, como votou o PMDB, pelo retrocesso, infelizmente, metade de nossa Bancada votou pelo retrocesso. Lamento, profundamente, que isso tenha acontecido. Lamento também que não tenha havido o mínimo de discussão partidária, no PSDB, a respeito desse tema.

Mas, Sr^a Presidente, antes de tratar do tema principal de meu pronunciamento, embora esse desabafo eu não possa calar. O pronunciamento que faço é na sequência do que fez meu colega Mário Couto, trata-se do contraste que existe entre os índices de aprovação da Presidente da República. – e que vai ficar maior ainda, tem razão o Senador Requião, com esse presente que lhe deu uma parte da oposição ao dar a ela o ensejo de vetar os trechos mais críticos do projeto da Câmara e editar a medida provisória. Eu dizia que o prestígio da Presidente Dilma contrasta com a avaliação que a opinião pública faz de cada um dos itens de seu Governo quando decomponemos a administração federal quando a vemos sob óticas diferentes.

Volto a tratar hoje do tema dos impostos e dos tributos. Trato do tema hoje porque ainda ontem a Receita Federal divulgou o número da arrecadação dos

impostos federais no primeiro trimestre deste ano. Foram R\$256.800 bilhões no primeiro trimestre, esse é o número absoluto, o que significa o crescimento de 7.3% neste período em relação ao ano passado, descontada toda inflação.

Só no mês de março foram recolhidos R\$82.400 bilhões ao Fisco. O Governo, evidentemente, garganta: "Este é o melhor resultado do primeiro trimestre da história do Brasil. Nunca, antes, neste País se arrecadou tanto imposto!" Mas, do outro lado da história, Sr^a Presidente, é que o cidadão lamenta. Lamenta porque paga cada vez mais e porque recebe cada vez menos do Governo como contrapartida dos tributos que paga. Para a voracidade arrecadatória petista o céu é o limite! As projeções conservadoras do Governo é que neste ano devem ser recolhidos ao Fisco

As projeções conservadoras do Governo são de que este ano devem ser recolhido ao Fisco 1,1 trilhão de reais em tributos. Em média, os brasileiros recolhem a cada dia 2 bilhões e 800 milhões aos cofres federais. Aos cofres federais apenas, não estou me referindo aos tributos recolhidos aos Erários dos municípios ou dos Estados.

O Governo, este ano, começou prevendo um crescimento modesto da carga tributária. Vejam o que é modesto aos olhos do Governo: 4,5% de aumento, o que seria, aliás, um alívio diante da realidade que vem se verificando. Na verdade, diante dos números que se verificam neste primeiro trimestre, não tenho dúvida nenhuma de que vamos passar 5,5%, 6%, 7%, nos próximos meses até o final do ano. Esses resultados mostram, Sr^a Presidente, a que ponto são pífios os resultados das múltiplas desonerações tributárias que o Governo Dilma Rousseff tem anunciado como tentativa de fazer face ao encolhimento crescente da produção industrial brasileira.

O pacote anunciado no início de abril alardeia um alívio ao setor de cerca de 3 bilhões de reais. Na média, segundo os cálculos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, todo esse oba oba sobre tributos menores para a indústria representa meros 0,1% do Produto Interno Bruto. Ou seja, é um nada do nada.

Uma análise mais detida dos números sobre o comportamento dos tributos federais neste primeiro trimestre fornece um retrato preciso daquilo que está acontecendo no lado real da economia brasileira: a produção nacional encolhe, empurrada pelos importados. Ou seja, os produtos importados tomam cada vez mais o lugar da produção nacional. Para isso a gestão atual é incapaz de oferecer uma resposta coerente, que não seja apenas uma sucessão de remendos que tornam o quadro tributário brasileiro mais confuso e complicado do que já é.

Vejam os números, Sr^a Presidente, meus caros colegas. Entre janeiro e março deste ano, o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), vinculados à importação, renderam cerca R\$11 bilhões aos cofres federais. Esse resultado representa aumento real de cerca de 15% em comparação com igual período do ano passado. Na outra ponta, e nas mesmas bases de comparação, o IPI que foi recolhido pela indústria nacional exibiu uma queda real de 7,2%. Então, repito, os impostos vinculados à importação cresceram 15% em relação ao igual período do ano passado, ou seja, no primeiro trimestre, enquanto o imposto sobre a produção industrial nacional caiu 7,2%. Isso é a comprovação aritmética daquilo que todos conhecemos e que já começa a se refletir no emprego e na renda, que é a desindustrialização do Brasil, que decorre, em grande parte, da asfixia tributária imposta pelo Governo do PT ao setor produtivo brasileiro. A economia mal consegue respirar, e o leão é cada vez mais voraz.

Nós vivemos um paradoxo. O Produto Interno Bruto brasileiro está numa situação de semiestagnação. O nosso PIB cresce menos do que o de qualquer outro país da América do Sul; no conjunto das Américas, talvez a Guatemala fique atrás de nós.

Nós queremos nos ombrear ao chamado Brics – Rússia, Índia, China e África do Sul, mas o crescimento do nosso PIB fica muito longe, come poeira em relação ao crescimento desses outros países.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para concluir, Sr^a Presidente.

Os remédios que o Governo PT imagina, além de ineficazes, como já está se vendo, tornam – insisti em dizer – o nosso sistema tributário mais confuso do que já era.

Cada programa, cada pacote que é feito para atender a pressões localizadas dos amigos do rei tem um nome. A gente até se esquece desses nomes e se confunde. Está numa reportagem do jornal **O Valor Econômico** de hoje: Pronon, Pronas/PCD, Prouca – tem uma coisa chamada Prouca –, Reicomp, REPNBL-Redes, Inovar-Auto e vai por aí agora. A maioria desses programas diz respeito ao IPI e às contribuições do PIS e Cofins.

A rigor, esses tributos não têm mais um regime legal nacional uniforme. Eles foram sendo de tal maneira retalhados que se, imaginemos, não um marciano, mas um investidor estrangeiro que queira desenvolver uma atividade produtiva aqui no Brasil, ele não saberá qual é o sistema tributário em vigor para a sua atividade. De tal maneira o casuísmo vai extraíndo setores da

economia e, mesmo até, determinados produtos dos regimes gerais, que isso virou uma balbúrdia.

É claro, quem ganha são os consultores, os advogados tributaristas, e se abrem brechas fantásticas para a esperteza, para a engenharia tributária, por onde se esvai o dinheiro que seria devido ao Fisco.

De modo, Sr^a Presidente, que eu vejo com muita tristeza o que está acontecendo no País. Vejo uma Presidente da República muito popular e vejo a mesma Presidente da República desperdiçando – só para concluir – o seu capital político, correndo em círculos, indo para cá e para lá, num governo sem norte e sem rumo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Para confirmar os dados que o preocupam sobre a desindustrialização, hoje, pela manhã, numa audiência pública, o Vice-Presidente da CNI, Alexandre Furlan, declarou que, nos últimos 10 anos, a participação do setor industrial no PIB brasileiro foi de 25%; hoje, caiu para 15%. Isso dá a revelação, em números, acerca da situação séria, porque, aí, é valor agregado. A indústria é valor agregado e é a proteção nacional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – São bons empregos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso é muito importante.

Como Líder do PT, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, que fez permuta comigo. Abri mão, para que S. Ex^a pudesse fazer uso da palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, espectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, antes, porém, eu gostaria de agradecer a V. Ex^a pela generosidade em me ceder o seu lugar na lista de oradores inscritos para falarem pela Liderança. Agradeço ao Senador Walter Pinheiro por haver também permitido comigo.

Hoje, venho à tribuna retomar um tema de que tratei há duas semanas, e que hoje é capa de jornais pernambucanos. Refiro-me ao esquema de contrabando e comercialização, sem autorização legal, de toxina botulínica, popularmente conhecida como botox.

Esquema fez vítimas em várias cidades brasileiras, entre elas Recife e Caruaru, em Pernambuco, mas que, felizmente, foi desarticulado graças à ação integrada da Polícia Federal e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por intermédio da Operação Narke.

Hoje, o **Diário de Pernambuco** traz a seguinte manchete: “Máfia do Botox: 29 médicos indiciados no Estado”.

Esta manchete, de autoria do jornalista Raphael Guerra, que há duas semanas apresentou matéria so-

bre o mesmo tema, afirma que 29 médicos pernambucanos foram indiciados pela Polícia Federal, suspeitos de aplicar produtos falsificados em pacientes, como se fossem botox, numa lista de 43 médicos brasileiros investigados – outros Estados também foram atingidos por essa ação –, que devem responder por crime contra a saúde pública, contra a ordem tributária e por contrabando.

Em suas investigações, a Polícia Federal constatou que Recife era a principal rota do botox clandestino importado ilegalmente pelo nosso País. Em muitos casos, a mercadoria trazida ao Brasil era diluída em uma mistura de água com álcool e chegava aqui com um custo três vezes menor que o normal. Esse esquema, que já durava cinco anos, ludibriava os consumidores, que gastavam valores exorbitantes na aplicação de botox e, sobretudo, colocavam sua saúde em risco.

Tenho, reiteradas vezes, atacado à pirataria de medicamentos e produtos submetidos à vigilância sanitária. Sou autor de três projetos nesse sentido, um dos quais já se encontra na Câmara dos Deputados, o PLS nº 464, que suspende as atividades em estabelecimento empresarial envolvido com a pirataria.

Creio que a falsificação e o contrabando de medicamentos e de produtos utilizados na área da saúde, é a mais cruel forma de pirataria. E acredito que podemos contribuir para o fortalecimento das medidas de combate a esse crime.

Tenho, aqui, em tramitação, projeto que cria o Sistema Nacional de Combate à Pirataria de Medicamentos e Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária que estabelece um processo de articulação entre os três níveis de Governo, e também entre a Polícia Federal e a Anvisa, para o desenvolvimento de ações que possam coibir esse tipo de prática.

Inclusive é importante ressaltar, no caso da toxina botulínica, que ela não é utilizada apenas para fins estéticos. Várias são as patologias neurológicas, cujo tratamento utiliza essa droga e, como tal, a consequência não é somente para aqueles que, eventualmente, com todo o direito, possam ter feito o uso estético, mas também para aqueles que, com indicação neurológica, possam ter feito uso dessa droga.

Portanto, quero parabenizar a Polícia Federal e a Anvisa pelo trabalho que desempenharam nesse caso. Quero parabenizar o **Diário de Pernambuco** pelas matérias veiculadas, e que chamaram atenção para esse problema, e pedir, mais uma vez, o apoio de nossos Pares, das nossas Senadoras também, para votarmos, o mais rapidamente possível, esse projeto que cria o Sistema Nacional de Combate à Pirataria de Medicamentos e Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, pela gentileza de V. Ex^a também.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Humberto Costa, porque essa é uma questão séria de saúde pública. Também endossamos os cumprimentos à Anvisa e à Polícia Federal, porque preservam a saúde dos brasileiros e das brasileiras.

O próximo orador inscrito é o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores, na tarde de hoje, vou trazer um assunto que é corrente e importante na região que nós representamos nesta Casa.

A projeção do Brasil no cenário econômico e político internacional é inquestionável. Passamos, nas últimas décadas, da condição de país em desenvolvimento e de mero figurante nos fóruns globais à condição de país emergente, detentor da sexta economia do mundo, interlocutor dos países desenvolvidos.

Ressalvando nossas contradições e mazelas históricas, que ainda demandarão muitos anos para serem sanadas ou trazidas a patamares aceitáveis, não se pode negar que o Brasil de hoje tem amplas perspectivas de crescimento econômico, de redução da pobreza e de desenvolvimento sustentável.

Essa mudança, Sr^s e Srs. Senadores, que se observa na escala internacional, também ocorre internamente com o surpreendente desempenho econômico de entidades federadas e de regiões geográficas tradicionalmente condenadas ao atraso e à pobreza. Fruto de políticas públicas adequadas e de um conjunto de circunstâncias favoráveis, essa reação é comprovada pelos indicadores econômicos e sociais e tem merecido destaque na mídia nacional e internacional.

O Nordeste brasileiro, onde se concentram as maiores carências de serviços públicos e as menores rendas familiares, tem sido uma das regiões mais beneficiadas com esse dinamismo da economia, embora esteja ainda muito distante do padrão médio da economia nacional.

O desempenho econômico do Nordeste, louvado pela mídia especializada, já havia chamado a atenção, no ano passado, da conceituada revista britânica **The Economist**, especializada em economia e assuntos internacionais. Na ocasião, a revista destacou o progresso local nos últimos anos, ressaltando, contudo, que o Nordeste ainda é a mais pobre região brasileira, com 28% da nossa população, mas apenas 14% do PIB nacional; e ainda que um quinto dos adultos nordestinos é constituído de analfabetos, o dobro da média nacional, entre outros indicadores negativos.

Quanto aos progressos conquistados nos últimos anos, o semanário britânico destaca o papel de programas sociais, como o Bolsa Família, que têm contribuído para a redução da pobreza; mas salienta, principalmente, a eficácia das políticas públicas, como o aumento real de 60% do salário mínimo entre 2003 e 2009, que responderia por três quartos do crescimento da renda no período. Citando dados da Fundação Getúlio Vargas, o periódico revela que os programas de microcrédito do Banco do Nordeste ajudaram a resgatar da situação de pobreza mais de um milhão de nordestinos.

Finalmente, Sr^as e Srs. Senadores, a revista informa que a elevação do poder aquisitivo da população nordestina, juntamente com os investimentos em infraestrutura em larga escala, tem atraído numerosos empreendimentos para a região, o que contribui também para a fixação da mão de obra local.

Essas informações, Sr^as e Srs. Senadores, não são colhidas aleatoriamente. Elas são corroboradas pelos indicadores de órgãos especializados, como, por exemplo, o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), cujos dados estão consolidados até o ano de 2009. Nesse ano, de acordo com a instituição, as regiões que mais cresceram foram o Centro-Oeste e o Nordeste, com desempenhos de 2,5% e 1%, respectivamente; o Norte ficou com a mesma variação do PIB nacional, de 0,3% negativo, enquanto as regiões Sudeste e Sul fecharam 2009 com os índices respectivos de 1% negativo e 0,6% negativo – abaixo, portanto, da média nacional. É conveniente lembrar que o ano de 2009 apresentou um comportamento atípico nas economias de quase todo o mundo, em consequência da crise financeira internacional deflagrada no ano anterior.

Mas as três regiões mais carentes ganharam participação na economia nacional também nos anos anteriores, de acordo com o IBGE. Entre 2002 e 2009, a região Centro-Oeste avançou 0,8% no montante da produção nacional; o Nordeste apresentou um ganho de 0,5%; e o Norte, de 0,3%. É pouco, se considerarmos a imensa e tradicional defasagem dessas regiões no cotejo com o Sul e o Sudeste, mas é a prova inconteste de que o desequilíbrio regional, longe de ser uma fatalidade, pode ser revertido com políticas públicas adequadas.

Esse planejamento estratégico é de fundamental importância, como esclarece, em seu **blog**, o jornalista e economista Armando Avena.

“A estrutura do ordenamento econômico gerado no espaço nacional concentrou-se de tal modo nas regiões Sul e Sudeste, que os impulsos gerados, resultantes das condições internacionais ou mesmo de políticas públicas

federais, não se espalhavam pelas regiões mais distantes”.

Ele lembra que o Nordeste, com quase um terço da população brasileira, não conseguia inserir-se de forma consistente no crescimento da economia, o que acentuou, ao longo dos anos, o desequilíbrio econômico entre essa região e o Sudeste. Essa realidade, porém, não é uma fatalidade, como observa:

“A percepção dessa realidade deu início, nos anos 50, a uma série de políticas públicas que se constituíram na única alternativa possível para redirecionar o capital para outras áreas do País, especialmente para a região Nordeste”.

Analizando estratégias públicas de outrora e dos últimos anos, ele pondera que a maior parte dos movimentos econômicos em direção à descentralização resultou em investimentos governamentais diretos.

Esse, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, é precisamente o ponto a ser abordado. O economista citado não está sozinho, outros economistas e estudiosos, com o respaldo da história, já chegaram a idênticas conclusões: a de que é preciso tratar de forma distinta os entes federados com diferenciados graus de desenvolvimento; e a de que políticas públicas adequadas, como incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e geração de empregos, contribuem efetivamente para alavancar o crescimento econômico e fortalecer o pacto federativo.

O Nordeste brasileiro, como mencionei, tem atraído empreendimentos diversos, muitos deles de investidores estrangeiros, nos setores de siderurgia, hotelaria, turismo e outros. A distribuição da renda é um componente importante para a consolidação da economia regional, mas os investimentos em infraestrutura parecem essenciais. Nesse ponto, não se pode, absolutamente, dizer que os nordestinos estejam sendo discriminados; mas pode-se concluir que o reforço desses investimentos ensejaria uma resposta ainda mais positiva do setor produtivo.

No que concerne, por exemplo, à previsão de investimentos das empresas estatais federais, as regiões Nordeste e Sudeste foram proporcionalmente as mais aquinhoadas, com R\$425 e R\$424, respectivamente, por habitante, contra R\$227 da região Norte, R\$209 do Sul e R\$48 do Centro-Oeste. Entretanto, o Orçamento da União para investimentos autorizados reserva ao Nordeste R\$247 por habitante – é aqui onde reside o problema –, quando a média nacional é de R\$328, também por habitante.

Quanto aos financiamentos do BNDES, os desembolsos para o Nordeste no ano passado foram muito

inferiores aos das demais regiões e, por consequência, ao da média nacional, que foi de R\$883 por habitante. A questão se agrava, Sr^a Presidente, porque os entes federados mais pobres, por muito que desejem investir em infraestrutura e distribuição de renda, dificilmente conseguirão fazê-lo – exatamente pela exiguidade de suas receitas.

Vou encerrar, Sr. Presidente.

“Do ponto de vista puramente econômico, é inegável que a implementação dos programas de incentivos fiscais impulsionou o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cujas taxas superam a média nacional”, acentuou. No mesmo artigo, ele afirma que retirar da economia esse poderoso instrumento, que é a concessão de incentivos fiscais regionais, “é condenar os Estados periféricos à obsolescência e à dependência dos Estados mais ricos”.

Sr^as e Srs. Senadores, este pronunciamento não tem o caráter de lamúria nem de protesto. Tem a finalidade de demonstrar que o incentivo fiscal, o fortalecimento da renda familiar e o investimento em infraestrutura não são dinheiro jogado fora nem perda de renda e de arrecadação, mas sim estratégia de desenvolvimento.

Ao destacar o desempenho econômico da minha região, quero parabenizar todos aqueles que acreditam no nosso potencial e na nossa força de trabalho. Aliadas a esses fatores, as políticas públicas de desenvolvimento regional têm sido e continuarão sendo incisivas para a promoção do crescimento econômico e para o fortalecimento do nosso sentimento federativo.

Gostaria, para encerrar, Sr^a Presidente, de dizer o seguinte: que a Presidenta Dilma continue fazendo pesados investimentos nessas regiões mais pobres, para que possamos, sem dúvida alguma, não acabar com as divergências, porque demandará muitos anos, mas, pelo menos, diminuir as distâncias. É isso que pedimos daqui da tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado, Presidenta.

Que Deus a proteja, pela tolerância que a senhora me dispensou.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador Benedito de Lira, meus cumprimentos por defender com tanto vigor a sua região, cumprindo com o dispositivo constitucional e com seu compromisso político, porque não só Alagoas, mas toda a região Nordeste padece das mesmas necessidades, e V. Ex^a tem feito seu trabalho com muita dedicação e empenho.

Para uma comunicação inadiável, tem a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quero registrar, com satisfação, a inauguração realizada ontem, na cidade de João Pessoa, na Paraíba, de um moderno e importante equipamento do Sistema Fecomércio. O Centro de Turismo e Lazer do Sesc Cabo Branco e a Escola Senac de Gastronomia e Hotelaria chegaram à Paraíba trazendo um dos mais modernos hotéis-escola do Brasil, constituindo-se como centro de referência, em nível nacional, no desenvolvimento turístico.

O complexo é uma parceria entre o Sesc e o Senac, que atuarão em conjunto para oferecer uma das mais novas dinâmicas de funcionamento integrando entre turistas, serviços de hotelaria e profissionais em aprendizado e em reciclagem.

O Sistema é eficaz e inovador: os alunos assistem às aulas teóricas e práticas na Escola Senac de Gastronomia e Hotelaria e, quando concluem o curso, passam para um estágio no Centro de Turismo e Lazer do Sesc Cabo Branco, para vivenciarem, de fato, a realidade do setor. Dessa forma, eles saem efetivamente preparados e qualificados para atuarem nas melhores e mais modernas unidades turísticas do Estado e do nosso País. Além disso, os alunos e os trabalhadores do comércio terão a oportunidade de usufruir de equipamentos e de estrutura de primeira qualidade em uma das mais belas praias deste País.

O Centro de Turismo e Lazer do Sesc Cabo Branco e a Escola Senac de Gastronomia e Hotelaria ficam localizados na praia do Cabo Branco, na orla de João Pessoa. O empreendimento tem o objetivo de promover a qualificação profissional e a promoção do turismo social, através da hospedagem dos trabalhadores do comércio que visitam a nossa querida Paraíba, com preços acessíveis praticados com excelência e a melhor qualidade de serviços.

Todo o complexo foi formulado para facilitar o acesso dos portadores de deficiência, com quartos projetados adequadamente e com rampas que dão acesso a toda a estrutura do complexo. A unidade se preocupa ainda com a sustentabilidade ambiental, com a instalação de gerador, de câmaras para lixo orgânico e não orgânico e de chuveiros, que funcionarão à base de energia solar. Foram instalados na cobertura quarenta painéis e três tanques ligados a bombas de recirculação da água termoaquecida, que servirão principalmente os banheiros e a cozinha.

O hotel-escola vai treinar e qualificar cozinheiros, camareiras, garçons, guias de turismo, **barmen**, recepcionistas e demais profissionais em hotelaria através dos cursos oferecidos pelo Senac. Teoria e prática estarão associadas a situações reais do trabalho no

mais moderno centro de aprendizagem e treinamento do Estado para o segmento. Além disso, estudantes do interior poderão participar das aulas, ficando alojados na central pedagógica instalada dentro do complexo.

Tudo isso promete trazer um importante impacto turístico, econômico, cultural e educacional para a Paraíba, tornando o Centro de Turismo e Lazer do Sesc Cabo Branco e a Escola Senac de Gastronomia e Hotelaria um dos mais importantes empreendimentos sociais e turísticos do Estado.

Parabenizo a iniciativa do Sistema Fecomércio e destaco a participação do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Antônio Oliveira Santos, bem como a participação do Presidente da Fecomércio-PB, o idealizador e realizador daquele belíssimo projeto, o Sr. Marconi Medeiros, e de toda a sua equipe, além dos convidados de todo o País que, ontem, estiveram nesse evento. Infelizmente, devido a compromissos nesta Casa, não pude estar presente ali. Mas gostaria de cumprimentar todos na pessoa do Presidente do Fecomércio do Distrito Federal, o nosso colega e ex-Senador Adelmir Santana.

A preocupação com a qualificação da mão de obra deve ser uma constante de todos. Com essa preocupação, no orçamento da União deste ano, juntamente com o Deputado Ruy Carneiro, apresentamos uma emenda de R\$5 milhões ao Instituto de Educação Federal, para que fossem construídos no bairro de Mangabeira, na nossa querida João Pessoa, cursos de treinamento, de qualificação e de formação dos nossos jovens da nossa cidade e do nosso Estado.

Estou certo de que a Paraíba ganha com a chegada desse empreendimento, que vai servir aos comerciários de todo o Brasil, bem como capacitar nossos jovens para o concorrido mercado de trabalho.

Meu muito obrigado. Que Deus proteja todos!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Cícero Lucena.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDb – SC). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão, caros colegas, os jornais estampam uma notícia que é, indubitavelmente, motivo de orgulho e celebração. A arrecadação de tributos federais alcançou R\$82,3 bilhões em março deste ano, com crescimento real de 10% em relação a 2011. No acumulado do ano, já foram arrecadados quase R\$257 bilhões somente nos três primeiros meses: janeiro, fevereiro e março.

A cifra é prova inequívoca do crescimento contínuo da atividade econômica no Brasil, sendo esse o

motivo, inclusive, da comemoração. No entanto, em outra análise, essa é a imagem perfeita da sanha arrecadadora e centralizadora da União, que penaliza empreendedores com uma carga tributária imobilizada, além de deixar Estados e Municípios dependentes financeiramente da benevolência do Executivo federal.

O Confaz, Conselho Nacional de Política Fazendária, mostra, em seu endereço na Internet, que a arrecadação tributária dos Estados brasileiros, em fevereiro deste ano – os números de março ainda não estão compilados –, foi de aproximadamente R\$30 bilhões. Todos os 27 Estados e o Distrito Federal conseguiram somar, no mês de fevereiro, em torno de R\$30 bilhões. A União sozinha, no mês de março, foi para quase R\$83 bilhões, mais que dobrou, somando todos os 27 Estados e o Distrito Federal. Esse somatório é composto pelo ICMS, IPVA, taxas e outros tributos. Para garantirmos a perfeita comparação, no mesmo período, foram os impostos federais que geraram R\$72 bilhões, 140% a mais.

É como expliquei antes: 140% a mais do que a União somente num mês e somando todos os Estados do Brasil.

Ao somarmos as duas arrecadações de fevereiro – estaduais e federal – temos R\$102 bilhões. Ora, a dedução é cristalina, incluindo nessa conta os impostos municipais, 70% da arrecadação total fica com a União.

É fato que, deste percentual, são abatidos ainda os repasses constitucionais e, entre eles, o Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Contudo, não podemos afastar a real necessidade de repensarmos o pacto federativo. Aliás, nas últimas semanas, esse tem sido o assunto da pauta de todo dia. Há martelação toda hora sobre o novo pacto federativo. Temos que repensar indexador, temos que repensar algumas coisas, principalmente essa questão da unificação do ICMS, que o Governo Federal vem impondo aos Estados e, na verdade, conseguiu comover, conseguiu a maioria, implantou-a e conseguiu que essa ferramenta, que é dos Estados, seja unificada, e que os Estados não tenham o direito de fazer sua política de maior interesse, de acordo com as vocações regionais. A União veio e impôs isso, como quem diz: “Os Estados têm que fazer dessa forma”, e não mexeu na parte dela; quer dizer, fica preservado o que a União a detém.

As consequências do atual modelo são nefastas. Vemos aqui, em Brasília, uma verdadeira romaria de governadores e prefeitos. Na verdade, todos de chapéu na mão, em busca de recursos para as obras essenciais para o desenvolvimento de nossas cidades.

É o que vem ocorrendo: o Governo Federal, como detém essa arrecadação centralizadora, faz com que os Estados e os Municípios ou os governadores e os

prefeitos tenham que vir fazer uma verdadeira romaria ou via sacra: vir para cá, ficar e, quando consegue, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, os programas que existem, consegue com os Municípios, consegue com o Estado, consegue aqui ou acolá. Há a contrapartida, evidentemente, dos Municípios principalmente ou mesmo dos Estados. Há Municípios fazendo levantamento, porque, de acordo com a Confederação, só de contrapartida, quando participam em programas do Governo, chega a representar praticamente um terço dos recursos que eles têm para investimentos, ou um terço dos recursos de sua arrecadação; quer dizer, é a manutenção dos programas, é a participação, e aí começa com Samu, com saúde, com segurança, com mais isso, com mais aquilo, com as questões básicas, com a educação e assim por diante.

Obras indispensáveis para nosso crescimento não apenas dependem dos recursos federais como são mesmo executadas pela União.

O anúncio feito, ontem ou anteontem, nesta semana, pela Presidente Rousseff de investimentos da ordem de R\$32 bilhões em mobilidade urbana nas grandes cidades, exemplifica a situação. Não há questionamento acerca da importância da ação, de forma alguma, mas, sim, do ente executor. Pergunto: não seria melhor se os próprios Estados e Municípios beneficiados tivessem a capacidade de fazer os investimentos necessários, definindo suas prioridades de aplicação e fazendo a gestão das obras? Mesmo no campo da mobilidade. Se fossem eles mesmos realizar o que nós fazemos à distância.

Reside nesse ponto o princípio da descentralização administrativa e tributária, que dá autonomia e permite a maximização de benefícios com minimização de custos. Caberia à União um papel regulador, normatizador, formulador de políticas nacionais e atuação em obras e programas integradores entre os Estados. Essa é a grande saída, sem dúvida alguma, ainda mais num País continental como o nosso.

Estamos, contudo, na contramão dessa via de desenvolvimento, que entendo obrigatória. A votação de ontem ou anteontem neste plenário e todo o processo de aprovação do Projeto de Resolução nº 72 é prova disso. Com a intenção declarada de dar fim à chamada “guerra dos portos” e incentivar a indústria nacional, quebramos o equilíbrio entre os entes federados, buscando um caminho que, acima de tudo, aprofundará diferenças regionais, privilegiando os grandes centros produtores e de consumo. Não há a menor dúvida. Foram fechadas as portas de negociação que poderiam alcançar um caminho alternativo ou, por outra, que mitigassem o impacto negativo na economia dos Estados afetados. Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás, entre

outros, foram violentamente e abruptamente atropelados. Vão ter que refazer todos os seus programas a partir de janeiro. E as próprias empresas que gastaram e que se estabeleceram vão ter que rever seus planos; vão ter que rever porque fizeram projetos, aprovaram os projetos com o BNDES, inclusive, com recursos do Governo Federal. Programas para devolver o dinheiro em cinco, seis, oito, dez anos. Vão ter que rever. Não é programa anual; é plurianual.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vou para a conclusão, nobre Presidente.

Não há de ser nada. Eu diria até que, apesar de tudo isso, nós na podemos parar, não podemos cruzar os braços. E é por isso que eu digo: não há de ser nada. Sofregamente, com muito sacrifício, juntaremos nossos cacos e buscaremos alternativas. Nosso compromisso é não parar; é lutar permanentemente pelo desenvolvimento, pela justiça social, pelo bem comum.

Mas as lições deixadas por esse doloroso processo não devem ser relegadas ao relento, ao esquecimento. Uma ampla e participativa discussão sobre o novo pacto federativo ganha urgência ainda maior. Passa pelo modelo de distribuição dos fundos constitucionais, dos **royalties** do petróleo; pela dívida dos Estados com a União – também dos Municípios –, ou seja, pela garantia da autonomia dos entes de nossa Federação.

As decisões provenientes desse processo não podem tardar. Esse deve ser nosso compromisso, nossa missão maior e inescapável, sem dúvida alguma.

Nobre Presidente Ana Amélia e caros colegas, essas são as reflexões que eu não poderia deixar de trazer, na tarde de hoje, para pensarmos, para meditarmos e para refletirmos. Esse tema, hoje, de certa forma, está deixando palpitantes, está deixando inquietos os Estados brasileiros e também os Municípios. É o momento de travarmos o debate e de encontrar alternativas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador Casildo Maldaner, não concordo com os “cacos” a que V. Ex^a se refere.

Na verdade, o que se viu aqui, pela representação de Santa Catarina e do Espírito Santo, na questão do Projeto de Resolução do Senado nº 72, foi uma defesa candente dos Estados clamando exatamente por uma harmonização maior dos interesses desta Federação, tão fragilizada.

Então, deve-se elogiar e exaltar o esforço – eu diria – gigantesco feito por V. Ex^a, pelo Senador Luiz Henrique, pelo Senador Paulo Bauer, pela representa-

ção do Espírito Santo, da Senadora Ana Rita, do Senador Magno Malta e do Senador Ricardo Ferraço, na defesa de uma transição ajustada para essa questão.

Não são os cacos que precisam ser juntados, mas sim valorizar a defesa candente que V. Ex^as fizeram.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr^a Presidente, eu diria que em lugar dos cacos falaria dos suspiros que restam para nós lutarmos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É isso, então.

Perfeito, Senador Casildo Maldaner.

O próximo orador inscrito é o Senador Walter Pinheiro, por cessão do Senador Humberto Costa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^as e Srs. Senadores, quero aqui chamar a atenção para um assunto que V. Ex^a, inclusive no dia de ontem, chegou a frisar, às vezes da forma até veemente com que tenho me posicionado sobre essa questão.

Falo isso, minha cara Senadora, porque tive oportunidade de receber, esta semana, um importante estudo sobre as condições meteorológicas, que nos assustou, mais ainda, essa condição, por conta da expectativa de chuvas para a Bahia somente no mês de outubro deste ano, o que, consequentemente, nos levará a situações extremas.

Fiquei feliz, na última segunda-feira, nessa segunda-feira próxima, passada – não pude participar do evento, lá na cidade de Aracaju, até por outros compromissos. Mas o nosso governador estava lá, diversos secretários, outros parlamentares –, quando a Presidenta Dilma apresentou a proposta de R\$2,7 bilhões, para que isso pudesse ser utilizado nos próximos seis meses, de forma acelerada, emergencial e contundente.

E me alegra mais ainda, Senadora Ana Amélia, que o pleito nosso aqui tenha sido um pleito de liberação de recursos; óbvio que para ações emergenciais, mas, majoritariamente, para ações perenizadoras, porque isso é importante. Se nós estamos falando que essa estiagem é a maior ou a mais dura, poderíamos dizer assim, estiagem dos últimos trinta anos, se atacarmos esse momento só e somente só com ações emergenciais, talvez daqui a trinta anos – eu, com certeza, estarei vivo, graças a Deus, mas não aqui no Parlamento –, outro Parlamentar da Bahia poderá estar aqui de volta reclamando das condições de convivência com a estiagem dessa época.

Então, eu quero ter a oportunidade de contribuir para que, nesses próximos trinta anos, os Senadores da Bahia possam, aqui do plenário, meu caro Acir Gurgacz, anunciar as grandes obras que perenizaram as

ações de convivência com a seca. Seca não se acaba. Se a gente imaginar, a Bahia tem 266 Municípios no semiárido; desses 266, hoje nós temos mais de 200 nessa situação de emergência, dos 266 do semiárido.

Portanto, que sejam tomadas medidas para a construção de sistemas simplificados; medidas para a construção de adutoras; medidas para a construção de barragens; medidas para limpeza de aguadas, tanques; portanto, a chegada de máquinas; o pagamento do seguro safra.

Hoje, meio-dia, por exemplo, falei, pela rádio, para a região de Irecê, que ficou mais conhecida até como “região do feijão”, e tive a informação de que diversos Municípios ainda não tiveram acesso ao seguro safra, que já foi, portanto, apontado e levantado aqui. Foi um trabalho, Senadora Ana Amélia, que tive a oportunidade de fazer minuciosamente: trouxe um técnico da Secretaria de Agricultura do Estado para cá; passamos o pente-fino; acertamos com o governador para que o Estado pudesse até quitar a dívida de agricultores ou a dívida de Municípios, para agilizarmos esse processo. O Ministro Pepe Vargas foi ultra solícito e atendeu de imediato.

Então, precisamos, agora de forma muito mais até, diria, conjunta, promover a liberação desses recursos, e mais, ir ao encontro da proposta que aprovamos na Comissão de Agricultura desta Casa, para que, não só o seguro safra seja liberado, mas que, além do prolongar da dívida, tenhamos a oportunidade de discutir a anistia e a liberação de crédito emergencial para esse agricultor, seja do Sul, do Norte, do Nordeste, dos lugares onde estamos enfrentando problemas de seca ou até de enchentes. Que tenhamos a oportunidade de socorrer essas pessoas num momento difícil e que, ao mesmo tempo, cheguemos com uma política capaz de dar a elas a esperança da convivência para o amanhã, a esperança da continuidade da sua vida naquela região.

Há cidades na Bahia que têm nos preocupado, porque todos os moradores da chamada zona rural têm se deslocado para a sede de seus Municípios. Vi muito isso, Senadora Ana Amélia, quando era criança. Era muito comum, nas cidades do interior da Bahia, as pessoas abandonarem a sua roça para virarem varredores, porque era o emprego que a prefeitura fornecia. O maior empregador local, nessas regiões, é a prefeitura. Então, o sujeito saía da roça e, como não tinha outra aptidão, virava catador de papelão. Com todo respeito a essa profissão, não é nada que desabone a vida e a conduta de ninguém, mas essas pessoas não ganhavam nem salário mínimo nessa época. É como se estivéssemos retrocedendo. As pessoas fixaram-se no campo a partir exatamente de políticas de

incentivo, e isso é importante para a economia local, para a produção. Então, esse é um estágio que vimos conclamando muito.

Por isso até que, em uma determinada quarta-feira, eu cheguei aqui, até muito mais chateado, a fazer uma cobrança muito dura aos Ministérios da Agricultura, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, ao próprio Ministério do Planejamento, na questão da liberação dos recursos, na agilidade da análise de processos e de procedimentos, para que cheguemos a esses locais com resposta, em condições de atender.

Estarei na região do feijão, na região de Irecê e Xique-Xique, o que é, inclusive, algo contraditório: Xique-Xique é beira de rio, meu caro Moka. E não é beira de qualquer rio; é do rio São Francisco que estou falando. Nós estamos fazendo uma grande obra nessa região – a Adutora do Feijão, Adutora do São Francisco – para levar água para regularizar a barragem de Mirorós; estamos fazendo todo um movimento junto à Petrobras Biocombustível para ativar o projeto do Baixio de Irecê. E não é só pôr em funcionamento aquela estrutura de irrigação, mas chegar com atividade econômica, a Petrobras Biocombustível incorporar os agricultores, os pequenos agricultores daquela região em seus projetos, seja do biodiesel ou até do etanol, para dar consequência. É importante uma obra dessa natureza.

Estamos aguardando, ansiosamente, a confirmação da Presidenta Dilma Rousseff, na Bahia, para entregar a primeira etapa do Projeto Nordeste, do Aquífero Tucano, que já está pronta, e, ao mesmo tempo, para autorizar a liberação dos recursos para a segunda etapa, e falo de um projeto que é na ordem de R\$600 milhões. Fizemos a primeira etapa com R\$75 milhões, atendendo a cinco Municípios, mas o projeto final atenderá mais de dois milhões de baianos, resolvendo problemas cruciais do nível de abastecimento d'água, da água para produção, principalmente na região nordeste da Bahia.

Então, é nesse foco que vimos aqui, mais uma vez, para, de certa maneira, mais do que a expressão agradecer, dizer que, cumprindo a obrigação, e muito bem, o nosso Governo chega a essa região, chega à Bahia, chega ao Nordeste apresentando uma série de soluções. E o próprio Governo central, através da Presidenta, chama seus Ministros para um processo de agilização das medidas. É importante isso.

Então, fiz questão de solicitar essa nota técnica, de buscar informações, meu caro Moka, para que não fiquemos aqui falando as coisas na base do chute, “não vai chover”, como expectativa. Afinal de contas, o sertanejo nos diz isso, há muito tempo, sem analisar

absolutamente aspecto técnico nenhum, mas aspectos da sua convivência.

E aqui trago dados importantes. O gráfico mostra, a partir do levantamento de técnicos, exatamente o miolo da região do semiárido baiano sem nenhuma perspectiva de chuva, sem nenhuma possibilidade sequer de queda d'água.

Isso é assustador, meu caro Moka. V. Ex^a que é um homem que tem uma vida na produção do campo sabe o que efetivamente isso pode consolidar na vida das pessoas. Isso aqui é igual àquela história de foi, não volta mais, não tem como recuperar. Aqui tem que começar tudo de novo. Portanto, não é uma situação qualquer...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA *Fora do microfone*)...esses dados aqui apresentados pelo Inmet que vão desde a questão da previsão de chuva para os próximos quinze dias, como isso tem-se tratado, o que significa efetivamente, para previsão de chuva em relação até outubro, o processo do acumulado mensal, e eu diria até o chamado prognóstico climático sazonal, que é uma das coisas importantes que a gente vai encontrar nesse estudo apresentado pelo Inmet, a partir inclusive dessa solicitação que nós fizemos.

Sr. Presidente, fica aqui o nosso apelo, a nossa veemente conclamação, destacando aí essa coisa do nosso sertão. É importante mostrar que o Nordeste brasileiro vem verificando baixos volumes de chuva em 2012, especialmente o que aconteceu no mês de março. Vamos ver que em casos da Bahia, na região norte, por exemplo, não houve registro de chuva em nenhum dia. Na região norte, para quem aqui tem mais referência, meu caro Senador Moka, a região da Bahia onde fica a cidade de Juazeiro, que é divisa com Petrolina, na beira do São Francisco, nenhum dia de registro de chuva no mês de março. Temos outros dados aqui da Paraíba. O total mensal dessa precipitação assustou inclusive todo mundo, porque ficou muito abaixo da média, e estamos comparando isso com trinta anos atrás.

É dura a vida nesse atual momento, e é importante que a sensibilidade, o compromisso e a agilidade do Poder Público possam chegar com alento, com esperança e com a construção de um caminho capaz de perenizar essas ações.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, a Sra. Ana Amélia, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Walter Pinheiro, é uma situação realmente grave. Como diz V. Ex^a, o importante é fazer com que ali chegue o recurso em tempo, o mais rápido possível. Quero me solidarizar com a população baiana.

Está inscrito para falar pela Liderança do PDT o Líder Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela lista de inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Perdão. V. Ex^a está inscrito como orador.

Como orador inscrito, tem a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, na audiência pública da Comissão de Agricultura, discutimos o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, sob a relatoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que, se aprovado, permitirá a produção de cana-de-açúcar nas áreas alteradas de cerrado e campos gerais da Amazônia Legal.

Mediamos o debate, que contou com a participação de representantes dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, e sentimos que precisamos dialogar muito para que a proposta seja vista como uma alternativa para diversificar a produção agrícola da Amazônia.

Entendo que, para que essa proposta seja mais bem compreendida, é preciso conhecimento sobre as diferenças e a diversidade da Amazônia.

Como morador e convededor da região e representante de parte da população amazônica neste Parlamento, sinto-me à vontade para apresentar meu ponto de vista, os anseios dos amazônidas e apontar alguns caminhos para o desenvolvimento da região, respeitando o tripé da sustentabilidade, qual seja, o crescimento econômico com inclusão social e proteção ambiental.

O primeiro aspecto para o qual chamo a atenção é as diferenças da Amazônia, região onde vivem 25 milhões de brasileiros e que abriga os maiores rios e a maior área de floresta tropical preservada do planeta, mas que não é uma massa homogênea, ao ponto de podermos falar que existem várias “Amazônia”. Trata-se de uma região heterogênea, contraditória e desigual. As diferenças são geológicas, ecológicas, culturais, históricas, sociopolíticas e econômicas.

A ‘Amazônia’ do meu Estado de Rondônia, que é resultado do maior esforço da Nação brasileira em promover a reforma agrária, numa epopeia de colonização, iniciada na década de 70, no século passado,

que ainda se encontra em curso, é muito diferente da “Amazônia” do nosso vizinho Estado do Amazonas, por exemplo, que teve sua ocupação limitada ao polo industrial de Manaus e tem mais de 90% de sua área territorial em florestas preservadas.

Sobre a agricultura da Amazônia, uso dizer que ela tem tudo para ser uma grande potência, mas sustentada em um zoneamento agroecológico, que leve em conta as suas diferenças, a sua diversidade.

A diversidade, por sinal, é também a palavra-chave para a agricultura em Rondônia, que se tem destacado, nos últimos anos, pelo avanço da pecuária, sendo que o Estado abriga o sétimo maior rebanho bovino do País, com mais 14 milhões de cabeças, e é o quarto maior exportador de carne bovina brasileira.

Podemos manter e até avançar nessa conquista, mas precisamos, sobretudo, diversificar nossa agricultura, resgatando as culturas do cacau, do café, das culturas típicas da Amazônia como a produção do cupuaçu, o açaí, a graviola, além da piscicultura, que tem avançado muito no Estado de Rondônia, como também o manejo florestal.

Essa diversificação, juntamente com o aperfeiçoamento dos sistemas agroflorestais e agricultura de baixo carbono são os caminhos para o desenvolvimento sustentável de Rondônia e de toda região Amazônica. Nesse sentido, creio que a produção de cana-de-açúcar nas áreas de cerrado e nos campos gerais da Amazônia pode ser mais uma alternativa de renda para nossos agricultores, diversificando nossa produção agrícola e contribuindo também para o incremento da produção de biocombustível, como o etanol.

Creio que os caminhos para essa diversificação pode ser muito bem apontados por nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que completou ontem 39 anos de fundação.

Estive, juntamente com o Senador Waldemir Moka, que representava o Senado e a Comissão de Agricultura, na solenidade em que a Embrapa comemorou 39 anos. Ouvimos o seu Presidente, Pedro Arraes, falando do grande salto da produção agrícola nacional nesse período.

A Embrapa surgiu na década de 70 quando o Brasil ainda dependia da importação de alimentos básicos. De lá para cá, a produtividade média de grãos subiu de 783kg/hectare para 3.173kg por hectare: um salto de 774%.

Com avanços em eficiência, graças à pesquisa, inovação e investimentos, além de políticas macroeconômicas, setoriais e da crescente organização dos segmentos agroindustrial e agroalimentar, a agricultura brasileira respondeu às demandas de uma população urbana crescente, proporcionando alimentos mais aces-

síveis e baratos, que contribuíram para reduzir pressões inflacionárias e amenizar as desigualdades sociais.

O País se tornou líder em inovação na agropecuária tropical e se consolidou como grande produtor mundial de alimentos graças em boa medida aos esforços da Embrapa, de seus pesquisadores e do seu corpo técnico e dirigente.

A Embrapa foi instalada em Rondônia, em 1976, e contribuiu decisivamente para o crescimento da agricultura do nosso Estado. Foi a Embrapa que desenvolveu e selecionou cultivares de diversas espécies vegetais e animais totalmente adaptadas às condições ambientais da região, como as primeiras sementes de soja, adaptadas às condições ambientais da região Norte.

Com a participação da Embrapa e da Emater, a expansão da fronteira agrícola em Rondônia caracterizou-se pela predominância das culturas do café, do cacau, do feijão, do arroz, do milho, da mandioca, da banana, além da soja e da pecuária. Essa política foi fundamental para a diversificação e consolidação da agricultura rondoniense. É esta agricultura diversificada e rica que queremos manter e resgatar com o apoio da Embrapa, visto que hoje temos uma predominância da pecuária e um crescimento da monocultura da soja. Contamos com o apoio dessa grande empresa e de seus pesquisadores, principalmente para que possamos liberar o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia.

Os debates de hoje serviram para comprovar que não existe nenhum estudo em que diz que não se pode produzir cana-de-açúcar na Amazônia. Queremos fazer com que a região Amazônica possa contribuir ainda mais para a produção de alimentos no País. Este é o nosso desejo e o nosso trabalho. Com consciência com relação ao meio ambiente, queremos produzir mais, queremos que a Amazônia dê uma contribuição ainda maior para que o Brasil possa ser um dos líderes maiores na produção de alimentos no mundo.

Era esse o tema que tinha para esta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Walde-mir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Parabenizo o Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência vai iniciar a **Ordem do Dia** e comunicar ao Plenário que os Relatores revisores dos **Itens 1 e 2** da pauta (**Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2012, e a Medida Provisória nº 553, de 2011**), foram designados na sessão de ontem e ainda não apresentaram seus relatórios.

De forma que a **Ordem do Dia** está encerrada. Apenas, regimentalmente, a Presidência tem que abrir a **Ordem do Dia**.

Não havendo pauta, conforme já explicamos, está encerrada a **Ordem do Dia**.

Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 9, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 552, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2012, que altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004 (considera projetos de incorporação de imóveis de interesse social os destinados à construção de unidades residenciais de valor comercial de até oitenta e cinco mil reais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida; reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de massas alimentícias classificadas na posição 19.02 da TIP). (Proveniente da Medida Provisória nº 552, de 2011).

2

MEDIDA PROVISÓRIA N° 553, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 553, de 2011, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil e setecentos reais, para os fins que especifica.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 3, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 270, de 2012 – RISF 338, IV)

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o

Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 231, de 2011; e 359, de 2012, das Comissões:

- Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido;
- da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (sobre as emendas de Plenário), Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável às Emendas nºs 1, 2, 4 e 8-Plen, nos termos de subemendas que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 9-Plen; apresentando, ainda, a Emenda nº 10-CCJ, com votos vencidos dos Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Francisco Dornelles e Aécio Neves e da Senadora Lúcia Vânia.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR

(Adiada a discussão, nos termos do Requerimento nº 225, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.*

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

6

REQUERIMENTO N° 281, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 281, de 2012, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (disposições sobre rótulos de bebidas).*

7

REQUERIMENTO N° 282, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 282, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

8

REQUERIMENTO N° 283, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 283, de 2012, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 168, de 2007; 163, 219, 325, 389, 390 e 392, de 2009, por versarem sobre matérias correlatas (alterações na Lei de Falência e Recuperação de Empresas).*

9

REQUERIMENTO N° 291, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 291, de 2012, do Senador Eduardo Braga, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (seguro-desemprego para o catador de caranguejo).*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agora, como oradora pela Liderança do seu partido, o PP, a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Waldemir Moka, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a Câmara dos Deputados aprovou on-

tem, depois de um longo exame, que passou por esta Casa, o chamado Código Florestal.

Há pouco, na outra tribuna, o Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia, abordou, com muita propriedade, o problema gravíssimo provocado por uma das mais profundas e agudas secas no Estado da Bahia, e do Nordeste ao Sul do País.

O meu Estado, o Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon e do Senador Paulo Paim, enfrentou, na safra 2011/2012, igualmente uma arrasadora seca que, em algumas regiões do meu Estado, dizimou toda a produção e não deu sequer ao agricultor a possibilidade de colher aquela semente que ele havia jogado na terra.

E isso está tudo interligado, Presidente Waldemir Moka, que conhece profundamente a matéria, tudo está interligado à questão da produção de alimentos em nosso País, à produção agropecuária com sustentabilidade.

E é preciso notar também que, no Brasil, um dos países de maior protagonismo nessa área, a expansão da produção e da produtividade tem sido muito maior do que o aumento da área cultivada, e isso graças ao que, há pouco, falou, aqui, o Senador Acir Gurgacz: à implementação de modernas práticas de produção, às pesquisas da nossa Embrapa no campo da biotecnologia, da agricultura de alta precisão, do manejo adequado da terra.

Portanto, o que decidiu a Câmara dos Deputados, na verdade, e aí não se discute o mérito... Aqui não se estabeleceu, no Senado, uma guerra entre ambientalistas e produtores rurais, mas se pôde discutir, inclusive com a sabedoria dos presidentes da Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Agricultura, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Constituição e Justiça, num debate conjunto das comissões, inovando, dentro desta Casa, uma forma mais democrática e menos conflitada de temas polêmicos, como foi o caso do Código Florestal.

Aqui, eu volto, por uma questão até de justiça, ao reconhecimento do trabalho feito pelos relatores, o Senador Luiz Henrique da Silveira e, também, o Senador Jorge Viana, que fizeram um trabalho exemplar, de verdadeira arquitetura política e também de conteúdo nas questões mais polêmicas do chamado Código Florestal.

Desta Casa saiu um entendimento que eu considero o mais politicamente perfeito que nós pudemos construir aqui, no debate com todos os ex-Ministros da Agricultura, ouvindo ex-Ministros do Meio Ambiente e as atuais autoridades que respondem por essas áreas, preservando a necessidade de uma proteção maior para os pequenos agricultores e dando, também, um marco regulatório nessa questão ambiental e uma segurança jurídica aos agricultores.

Não seria aceitável, neste Brasil que é um grande protagonista na exportação de produtos agropecuários, não dispor dessa segurança para os produtores rurais.

Um País cujo território tem atraído, não só pelas suas condições, mas sobretudo pelo seu enorme, gigantesco mercado, o interesse e a atenção de investidores internacionais da Europa, da Ásia, da América do Norte para aqui vir produzir e fazer do Brasil uma plataforma, também, do aumento da produção e das exportações, aproveitando, claro, esse gigantesco mercado interno que é criado em função do aumento do poder aquisitivo da população, que nós todos reconhecemos.

Pois foi exatamente esse marco regulatório que foi aprovado, e é claro que seria conveniente que o que esta Casa aprovou tivesse sido acolhido pela Câmara. Mas nós não podemos, do ponto de vista institucional e político, fazer objeções ao direito que a outra Casa, a Câmara Federal, teria para examinar a questão.

Outras matérias tão polêmicas quanto essa, como, por exemplo, em relação ao Ato Médico ou à legislação que regulamenta o exercício da Medicina, esta Casa produziu. Depois de um entendimento muito profundo com todas as entidades da área, do campo da saúde e da Medicina, produziu um relatório com muita habilidade, pela Senadora Lúcia Vânia, do PSDB, de Goiás, que foi na Câmara modificado; e voltou para o Senado, que era a Casa de origem.

Portanto, entendemos as razões, mas procuramos encontrar um caminho de entendimento e de conciliação, porque este é o maior e o melhor espaço para obtenção de um resultado afirmativo e um resultado que, de fato, atenda à expectativa dos produtores rurais, no caso; e também da área da saúde no caso a que me refiro agora, especificamente sobre a questão relacionada ao Ato Médico.

Com isso, eu queria ressaltar o que o Senado vem fazendo, até porque, no caso do relatório do Ato Médico, não tive participação, porque foi encerrado no exercício de 2010. No caso do Código Florestal, nós tivemos, Senador Moka, uma participação ativa e pessoal – V. Ex^a muito mais, porque veio da Câmara e lá construiu. E tivemos também, claro, a aplicação do relator original, o agora Ministro Aldo Rebelo, que fez um exemplar trabalho em relação ao Código.

Então, o que nós ganhamos, o que o Brasil ganhou, o que o agricultor ganhou não foi uma guerra entre ambientalistas e produtores rurais, mas um marco regulatório. Claro que a Presidenta Dilma Rousseff terá o espaço necessário para fazer as correções que o Governo, como questão de Estado, considerar necessárias, vetar ou sancionar aquilo que for adequado ao interesse nacional. Não há outra maneira de entender essa matéria a não ser sob esta ótica e este ponto de vista. O ponto de vista também da legalidade do marco regulatório e da segurança jurídica para os produtores que estavam ameaçados, sem a existência e a apro-

vação deste Código, de estarem na marginalidade e também estavam sendo criminalizados pela ausência e pela omissão de uma legislação adequada.

Vamos aguardar agora a manifestação da Senhora Presidente em relação a esta matéria.

Queria também fazer um registro, Sr. Presidente, porque hoje pela manhã, junto à Comissão de Assuntos Sociais, e por minha iniciativa, promovemos uma audiência pública para discutir um projeto do Senado, de autoria do Senador Romero Jucá, que trata do cumprimento das sentenças e execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho. É uma matéria altamente complexa e requer uma atenção redobrada, porque terei a responsabilidade muito difícil de relataria junto à Comissão de Assuntos Sociais desta Casa.

Na audiência da manhã de hoje, tivemos a honra de receber o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen. Também recebemos o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Cavalcante; o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Dr. Renato Henry Sant'Anna. Também recebemos o Dr. Estevão Mallet, que é da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; o Dr. Alexandre Furlan, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria; a Drª Lidiane Duarte Nogueira, da CNC; o Pedro Amengol, da CUT; e ainda o Antonio Rosella, que é advogado da Força Sindical, os dois representando os respectivos presidentes dessas duas centrais sindicais.

Considero que foi uma audiência pública muito importante para discutir a matéria, numa reunião presidida, no início, pelo Senador Casildo Maldaner, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, em que pudemos avaliar com precisão a disposição da Justiça do Trabalho, na pessoa do seu Líder, Ministro João Oreste Dalazen, de um entendimento com esta Casa para que se possa construir uma alternativa a esse projeto que atenda aos interesses e que mantenha a segurança jurídica necessária.

É claro que temos aqui uma preocupação muito grande não apenas com a proteção dos direitos dos trabalhadores, cujo Líder, Senador Paulo Paim, é um defensor ardoroso nesta Casa, junto com outros parlamentares, mas também em criar uma segurança jurídica nessas relações de capital e trabalho que não desestimule o ambiente para os empreendedores e crie, ao contrário, mais condição de geração de trabalho e emprego em nosso País, nesse novo cenário que se desenha com a modernização das relações de capital e trabalho, nesse que não é mais o mercado de trabalho, mas o mundo do trabalho, em constante transformação, dadas as novas relações que nós temos em atividades que não existiam uma década atrás, como, por exem-

plio, a área do **e-commerce** ou atividades correlatas em setores muito dinâmicos da economia brasileira.

A audiência pública de hoje foi balizadora no sentido de vermos uma possibilidade muito grande de um entendimento de todas as partes, sejam as centrais sindicais, sejam os representantes do setor privado, bem como da área da Justiça e da Ordem dos Advogados do Brasil, cujo Presidente, Ophir Cavalcante, é um advogado trabalhista e conhece bem o funcionamento.

É preciso, a par de aprovar o PL nº 606, encontrar caminhos alternativos também para tornar mais ágil e mais rápida a Justiça do Trabalho. O próprio Presidente da OAB lembrou o caso do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região. Existe um sistema bastante rápido e fluido: em 48 horas, são feitas as liquidações dessas sentenças judiciais, são executadas, o que seria extremamente benéfico para os trabalhadores nos casos das rescisões, disciplinando a emissão dessas sentenças e também o cumprimento das mesmas. Penso que essas, junto com outras ideias que foram apresentadas nessa audiência pública, formarão um conjunto de sugestões e de entendimento de que a matéria é importante e precisa ser aprovada, mas que nós o faremos dentro de uma base de entendimento com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e as demais autoridades que trataram do assunto hoje na Comissão de Assuntos Sociais.

Estaremos, dessa forma, dando um passo relevante na proteção dos direitos dos trabalhadores, sem perder de vista a questão da segurança jurídica e do equilíbrio entre as partes, para evitar que possa ocorrer uma distorção nesse processo das decisões judiciais nas questões trabalhistas e podermos contemplar também uma regulamentação que seja substancialmente equilibrada nas questões de Justiça, da legalidade e do equilíbrio. A lei boa é aquela que não atende a ou b, mas uma lei que, no centro, é capaz de atender igualmente as partes interessadas com equilíbrio e com responsabilidade.

Penso que esse é o objetivo da nossa construção, preservando os direitos dos trabalhadores e também permitindo que, no Brasil, não se criem obstáculos ao ambiente para os empreendedores, porque aí estaríamos, ao contrário de estimular o emprego, estimulando, sim, a informalidade na economia brasileira, o que é o pior dos mundos.

Já temos guerra fiscal, já temos guerra dos portos, já temos um processo de desindustrialização, e não seria nem adequado nem positivo para a economia brasileira e para a oferta do emprego e do trabalho que criássemos dificuldades para esses setores aumentarem seu desenvolvimento, especialmente quando se

trata de pequenas e médias empresas, sejam elas do comércio, da indústria ou de serviços.

É preciso, exatamente, atentar para essa necessidade de um ambiente harmônico nessas relações.

Eram essas as considerações que eu tinha a oferecer, caro Presidente Waldemir Moka, nesta tarde de quinta-feira, um dia de muito trabalho nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Por permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Waldemir Moka, é uma alegria falar, quando V. Ex^a está no exercício da Presidência.

Presidente, tenho diversos registros para fazer. Começo por um que recebi do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que trata do piso dos professores.

Registro que um acordo provisório, firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério Público, garante o pagamento do piso nacional do magistério, de R\$1.451,00, aos professores gaúchos que trabalham 40 horas semanais, a partir do próximo mês.

O pagamento será retroativo a abril e será pago em folha suplementar em 15 de maio. O anúncio foi feito nesta quinta-feira pelo Secretário Chefe da Casa Civil, Carlos Pestana.

A Secretaria Adjunta da Educação, Eulália Nascimento, e o Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Eduardo Lima Veiga, no Palácio Piratini, firmaram o acordo.

Será editada uma medida provisória que vai permanecer em vigor, até que seja julgada uma ação impetrada pelo Ministério Público contra o Executivo, para que seja implantado o piso da categoria.

Não estou dizendo, com isso, que a polêmica terminou, mas, pelo menos, o anúncio que recebi até o momento diz que o Rio Grande do Sul vai cumprir o piso nacional dos professores, o que entendo que é importante. Claro que ainda vai haver discussões com o CPERGS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul).

A segunda questão, Sr. Presidente, é que recebi, há poucos minutos, um telefonema do Deputado Federal Assis Melo, do PC do B. O mesmo me informa que, enfim, eu vou parar de ter que vir todo dia à tribuna questionar, condenar, chamar de bandido, chamar de confisco, chamar de assalto o famigerado fator previdenciário. Segundo o Deputado, lá na Câmara dos Deputados, por orientação do Presidente Marco Maia, foi organizado um grupo de trabalho para se debruçar sobre projeto de minha autoria, que o Senado aprovou

por unanimidade, para acabar com o famigerado fator previdenciário. Ele me envia uma cópia do entendimento feito informando que, enfim, a Câmara deverá aprovar – a comissão já aprovou – uma Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº3.299, de nossa autoria, com todos aqueles que foram apensos. Estou torcendo para que o Plenário da Câmara aprove essa proposta que termina de uma vez por todas com essa polêmica do fator previdenciário. Assim, a mulher brasileira celetista poderá se aposentar dez anos antes do que hoje, com o fator, para ter direito à integralidade; o homem se aposentará cinco anos antes, se depender do fator, com esse acordo ora lá firmado. Existem aqui outras considerações que eu achei importante. Por exemplo, quando o trabalhador estiver a um ano de se aposentar ele não poderá ser demitido, ou pelo menos terá que ser indenizado, e essa indenização fará parte do cálculo de seu benefício. Outra questão importante é que a tábua de expectativa de vida também vai diminuir dez anos, no mínimo, pelo projeto ora acordado na Câmara dos Deputados, fruto desse movimento que nós todos fizemos, as centrais, as confederações. E o Senado cumpriu a sua parte.

Eu, Sr. Presidente, claro, dou esta notícia com grande alegria porque quando a gente falava que seria possível construir uma alternativa ao fator muitos diziam que era discurso de campanha. Felizmente, há de se tornar realidade, espero eu, antes do recesso. Quando dizíamos que a PEC Paralela seria uma realidade, diziam também que era sonho; a PEC Paralela hoje é realidade.

E, por fim, Sr. Presidente, quero ainda comentar que há dias venho dialogando com o Senador Alvaro Dias. Venho fazendo o bom debate, o bom combate, lá na Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei nº 39, de 2007, que visa regular a declaração sobre a prescrição intercorrente na execução trabalhista.

É um Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Alvaro Dias, que faz com a prescrição, em vez de cinco anos, seja de dois anos.

É claro que houve um movimento das centrais, das confederações, do Ministério Público, da Anamatra em relação ao projeto.

Dialoguei com o Senador Alvaro Dias, e ele me explicou que a intenção do seu projeto não era essa. Atendendo a um apelo que lhe fiz e também – entendendo eu – um apelo da sua base, porque a intenção do Senador era das melhores, o Senador Alvaro Dias me informou no dia de hoje que ele está retirando o PLS nº 39, de 2007, que trata da prescrição intercorrente, de acordo com os argumentos já apresentados por instituições do ramo do Direito, como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); Associação Nacional dos Procuradores do

Trabalho (ANPT) e o próprio Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); assim como as centrais sindicais e as confederações. Hoje, pela manhã, inclusive disse que, para reduzir a prescrição de cinco para dois, só com emenda constitucional.

Com isso, quero registrar meu profundo agradecimento ao Senador Alvaro Dias, por ser sensível ao apelo feito não somente por mim, mas também pelas centrais, pelas confederações e por especialistas na área da Justiça do Trabalho.

Então, eu tranquilizo todos. O projeto, tendo em vista que o Senador Alvaro Dias já encaminhou o requerimento, vai para o Arquivo.

Sr. Presidente, todos nós, Parlamentares ou não, membros do Judiciário ou não, somos parte desta história que visa melhorar a relação entre trabalhador e empregador, visando, enfim, melhorar a relação entre o Capital e o Trabalho. Esse foi mais um movimento que fizemos mediante um amplo diálogo com os setores envolvidos. Eu diria aqui que foi vitorioso, graças ao entendimento, claro, do Senador.

Outro tema importante é o Projeto que trata da alta programada, ou seja, o segurado, necessariamente, terá de passar por uma perícia médica para saber se pode ou não retornar ao trabalho.

O que estava acontecendo? A alta programada fazia com que o computador dissesse em que dia o cidadão deveria retornar ao trabalho.

Apresentei projeto aqui no Senado, há muitos anos. Debatemos em audiências públicas, inúmeras delas, inclusive na Câmara dos Deputados, onde estive a convite dos Parlamentares, e hoje, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, o Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, o gaúcho Mauro Luciano Hauschild, garantiu que a alta programada não será aplicada mais no INSS e que todos terão direito, pelos trâmites legais, a fazer a perícia médica antes da alta, até porque o Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul já entrou com uma ação que garante ao cidadão que foi demitido na tal alta programada que, enquanto ele não for reconhecido pelo médico da empresa e não voltar ao trabalho, a Previdência tem que pagar o salário dele com perícia ou sem perícia.

Mas é bom esse entendimento que hoje construímos junto com o Presidente do INSS. Aí, sim, eu disse a ele que não há mais motivo nenhum para o projeto da alta programada, já que se comprometeram a cumprir o procedimento legal que a alta do trabalhador só mesmo com a perícia médica.

Avançamos mais ainda. Ficou acertado que teremos um grupo de trabalho formado por sindicalistas, formado inclusive por um assessor do meu gabinete que é especialista na área da previdência, que vai, junto ao Conselho

da Previdência, trabalhar para que a gente tenha uma redação adequada, garantindo o direito do trabalhador.

Eu dizia hoje pela manhã e repito aqui que me ponho sempre do outro lado do balcão. O trabalhador se acidenta, vai para a Previdência, o INSS, e, chegando lá, lhe é dito que ele tem direito ao benefício por sessenta dias. No fim de sessenta dias, se continuasse como estava, o computador dizia “pode voltar a trabalhar”. Chegava à fábrica, o médico da empresa dizia: “Não, aqui não. Você não tem condição e você não vai trabalhar”. Ele volta para a Previdência, que dizia: “Olha, então, só quando puder fazer uma perícia, que, pela falta de peritos, pode demorar dois, três ou quatro meses”. E nesse período ele ficava sem receber.

Com a decisão encaminhada no Estado e pelo acordo feito, ele vai receber durante todo o período, até que ele faça a respectiva perícia, que vai dizer, aí sim, se ele está ou não apto a voltar ao trabalho.

Então, acho que hoje nós acabamos com duas novelas – a novela da alta programada e a novela do famigerado fator previdenciário –, pelas informações que recebi da Câmara. E avançamos, no meu entendimento, embora o debate continue no Estado, com o CPERGS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul), para que o Rio Grande do Sul não conste mais na lista dos Estados que não pagam o piso salarial.

Sr. Presidente, quero ainda destacar, neste meu tempo, que, na segunda-feira e também hoje, pela manhã, a Comissão de Direitos Humanos abordou o tema Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidente de Trabalho, que será agora, no dia 28 de abril.

Creio que todos sabem, mas não custa repetir: acidente do trabalho, infelizmente, o Brasil ainda é um dos campeões do mundo. Por isso, temos que aprofundar esse debate, principalmente nas empresas terceirizadas. De cada cinco acidentes por morte, quatro são em empresas terceirizadas. De cada dez acidentes não por morte, oito são em empresas terceirizadas.

Sr. Presidente, em março deste ano, a CDH já havia feito uma audiência sobre esse tema. Naquela ocasião, foram mostrados os números de acidentes de trabalho registrados pelo Ministério da Previdência Social: em 2010, cerca de 800 mil formais, mas há quem diga, e é a maioria, que pode multiplicar esse número por dois, porque outros tantos não são formalizados quando há o acidente; em 2009, o número foi para 733.365; em 2008, 755.980.

O Brasil, mais precisamente, é o quarto país do mundo com o maior número de vítimas fatais. Algo está errado. Como o País que se diz a quinta economia do mundo é o quarto país do mundo em acidentes e vítimas na área do trabalho? Esse dado é sinal claro de que a luz vermelha, não é nem amarela, está acesa,

e nós temos que exigir de todos os órgãos que tenhamos, de fato, políticas que combatam os acidentes e as doenças do trabalho.

Na audiência de março, já havíamos falado tudo isto: falta de fiscalização. O número de empresas mais que triplicou nos últimos dez anos, e o número de fiscais diminuiu quase pela metade. Então não dá para entender: você tem três vezes mais o número de empresas, e o número de fiscais do trabalho diminuiu pela metade.

Os custos com os acidentes, Sr. Presidente – este dado tem que ser lembrado –, chegam a R\$70 bilhões por ano, segundo o Sinait.

Temos que ter mais fiscalização nas empresas. Sem segurança não pode, em hipótese alguma, haver trabalho decente. Os trabalhadores não podem e não devem se sujeitar a trabalhar em condições que lhes tragam lesões ou mesmo a morte.

Por fim, quero registrar o convite enviado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde, em atividade conjunta com as centrais sindicais e as entidades de trabalhadores, para participar do Dia Mundial de Segurança do Trabalho e o lançamento do Plansat – Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. O evento acontecerá amanhã, 27 de abril, às 9 horas, no auditório do Ministério do Trabalho. Tentarei estar lá.

Também destaco, ao final desta minha fala, o Movimento 28 de Abril, que relembra os mortos e todos aqueles que lutam pelo direito ao trabalho decente. A pauta Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais: Arma de Destrução em Massa contra os Trabalhadores está na ordem do dia.

Fico tranquilo com essas mobilizações que visam aumentar o nível de consciência para que todos vengam a participar dessa longa caminhada em defesa do emprego decente.

Sr. Presidente, nestes últimos cinco minutos, eu não posso deixar de voltar a falar aqui sobre o tema que abordei longamente na noite de ontem, mas que continua, neste momento, no Supremo Tribunal Federal. O relatório brilhante do Ministro-Relator Ricardo Lewandowski hoje já é divulgado, eu diria, nos principais sites de direitos humanos no mundo. Trata-se de um brilhante relatório, que mostra que as cotas, sejam na UnB, sejam na Universidade no Rio Grande do Sul, sejam na Bahia, sejam no Rio de Janeiro, sejam em São Paulo, sejam em Santa Catarina, são constitucionais. Isso é o reconhecimento, enfim, de um espaço legítimo para que negros, brancos, pobres, índios e ciganos tenham acesso à universidade.

No meu pronunciamento de ontem, eu dizia, aqui na tribuna, que essa é uma data histórica, que tem simbologia e que há de ser lembrada sempre, sempre por

todos nós. Eu dizia ontem e repito: peço que fique nos Anais da Casa esse brilhante artigo sobre cotas, conforme fonte que recebi de Maria das Graças Santos, mostrando a importância de garantir oportunidades iguais para todos: negros, brancos, índios e pobres, como eu falava aqui.

Estou convicto de que a decisão do Supremo, no dia de hoje, vai ser festejada amanhã nos cinco continentes e será uma referência para outros países onde impera ainda a discriminação.

Cumprimento o Governo do Presidente Lula, porque foi quando começou a vigor o decreto dos quilombolas, que tentam, mas não vão derrubar, e também a Presidenta Dilma, que colocou toda a sua equipe de Ministros para trabalhar favorável a essa decisão que o Supremo há de consagrar hoje.

Sr. Presidente, nos últimos três minutos, eu queria ainda que V. Ex^a permitisse que eu também registrasse o documento que recebi do Rio Grande do Sul.

A região das Missões, no Rio Grande do Sul, que compreende mais de 20 Municípios, sofreu, em 2011/2012, a maior estiagem da sua história recente, provocando muitos danos econômicos e sociais. Numa área de aproximadamente 200 mil hectares de soja ocorreram 75% de prejuízos, deixando de circular na região cerca de R\$300 milhões ou o equivalente a cinco orçamentos da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga. Noutra área, de 20 mil hectares de milho, ocorreu uma queda de 70%, deixando de circular aproximadamente um milhão de reais.

Numa produção de cerca de três milhões de litros de leite por mês, nos últimos cinco meses, deixou-se de recolher cinco milhões de litros ou o equivalente a R\$3,5 milhões, afetando severamente pequenos produtores da tão falada agricultura familiar.

Em outras culturas, como a de alfafa, e na pecuária de corte os dados não são precisos, mas certamente as perdas vão na mesma linha.

Sr. Presidente, esses dados me foram encaminhados pela 12^a Coordenadoria Regional da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Far-sul, pela Coordenadoria Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetag Missões, pela Associação Comercial e Industrial de São Luiz Gonzaga e Cooperativa Tritícola Regional São Luizense.

Essas entidades reivindicam, Sr. Presidente, prorrogação imediata de todos os financiamentos vencidos e a vencer em 2012 que tenham como fonte pagadora a atividade agropecuária.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Liberação da produção de área financiada, amparada por Proagro ou Seguro Agrícola, com a finalidade de subsistência.

Aporte imediato do maior volume possível de recursos, para financiar culturas de inverno, entre elas pastagens para gado de leite e gado de corte.

Aporte emergencial de recursos, a fundo perdido, para produtores da agricultura familiar com dificuldade de subsistência.

Criação de um programa, a fundo perdido, em convênio com as prefeituras, para a construção e reforma de açudes, para garantir a água.

Programa claro e acessível de incentivo à irrigação para a produção de grãos, leite, carne, que diluem o risco de novas frustrações.

Sr's e Srs. Senadores, essas reivindicações desse importante setor da nossa economia têm o aval não só dos três setores...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) –...do Rio Grande do Sul, mas de todos aqueles que valorizam a economia familiar.

Eu precisava fazer cinco pronunciamentos. Fiz todos eles, mas peço a V. Ex^a que os considere na íntegra, pois tive de resumi-los.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela tolerância e compreensão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

GRUPO DE TRABALHO QUE PROMOVE A CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DESTINADA A DISCUTIR PROPOSTAS QUE INTERESSAM À CLASSE TRABALHADORA E AOS EMPRESÁRIOS

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL
PROJETO DE LEI N° 3.299, DE 2008**

Altera o art. 29 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os arts. 3º, 5º, 6º e 7º da Lei n° 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social.

O Projeto de Lei n° 3.299, de 2008, oriundo do Senado Federal, tem por objetivo eliminar a aplicação do fator previdenciário no cálculo do salário de benefício das aposentadorias por idade e por tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social. Com isto, o valor do benefício seria calculado com base na média aritmética simples dos últimos salários de contribuição dos meses imediatamente

anteriores ao do afastamento da atividade ou da data da entrada do requerimento, até o máximo de trinta e seis, apurados em período não superior a quarenta e oito meses.

A Proposição foi aprovada sem alterações pela Comissão de Seguridade Social e Família e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na Comissão de Finanças e Tributação não houve votação da proposta, mas o então Relator, Deputado Pepe Vargas, apresentou um Substitutivo que em muito contribuiu para o avanço das discussões sobre a matéria.

O Substitutivo do Deputado Pepe Vargas propõe que o fator previdenciário não incida sobre a média dos salários de contribuição do segurado quando a soma da idade com o respectivo tempo de contribuição, ambos considerados na data do requerimento do benefício, atinja noventa e cinco anos, para o homem, e oitenta e cinco anos, para a mulher, e desde que esse tempo de contribuição não seja inferior a trinta e cinco anos, para o homem, e a trinta anos, para a mulher.

Assegura, ainda, o referido Substitutivo que caso o segurado continue em atividade para elevar a média de suas contribuições ou para atingir um fator previdenciário maior do que um inteiro, não será surpreendido por modificações verificadas no perfil demográfico da população brasileira, haja vista que a tábua de mortalidade e os respectivos valores de expectativa de sobrevida estarão “congelados”.

Continuando a relatar as inovações contidas no Substitutivo do Deputado Pepe Vargas, propõe-se, também, que o fator não seja aplicado sobre o salário de benefício da pessoa com deficiência.

Com relação à média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, o Substitutivo sugere uma redução do percentual vigente, passando-se dos atuais 80% para 70% de todo o período contributivo, multiplicada, somente quando for o caso, pelo fator previdenciário.

Finalmente, o Substitutivo em sua redação original introduz art. 16-A à Lei n° 8.213, de 1991, para discriminar as diversas categorias de recursos e despesas do RGPS com base nas diferentes categorias de segurados obrigatórios, além de destacar as despesas com renúncias de receitas e os recursos repassados a título de necessidade de financiamento desse regime.

Julgamos que todas as alterações aqui enumeradas são positivas e avançam no sentido de buscar uma previdência social mais justa para os trabalhadores brasileiros. No entanto, consideramos que a proposta carece de aperfeiçoamentos, razão pela qual estamos apresentando a presente Emenda Substitutiva Global.

Propomos na Emenda Substitutiva Global acréscimo de incisos II e III ao § 10 que se pretende incluir

no art. 29 da Lei nº 8.213, de 1991, para excluir a incidência do fator previdenciário quando a soma do tempo de contribuição e da idade do segurado não atingir 95 ou 85 anos, no caso, respectivamente de homens e mulheres. Nessa hipótese, será aplicado à média do salário de benefício do segurado um redutor de 2% para cada ano que faltar para atingir aquelas somas. Vale dizer que essa medida só será aplicada se acarretar uma renda maior para o segurado do que a efetiva aplicação do fator previdenciário.

De forma similar, propomos que não seja aplicado o fator previdenciário sobre o valor da soma do tempo de contribuição e idade do segurado na data do requerimento da aposentadoria quando esta soma superar 95 ou 85 anos para homens e mulheres, respectivamente. Nesse caso, será aplicado à renda mensal do benefício um multiplicador correspondente a 2% para cada ano que ultrapassar aquelas somas.

Importante mencionar que em ambas as hipóteses acima enumeradas será necessário o cumprimento, pelo segurado, dos requisitos mínimos para aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade, mais especificamente 30 ou 35 anos de contribuição ou 60 ou 65 anos de idade para mulheres e homens.

Estamos prevendo, também, no art. 3º da Proposição, que o empregador que demitir sem justa causa o trabalhador empregado no período de 12 meses anteriores à implementação das condições para aposentadoria fica obrigado ao recolhimento das 12 contribuições faltantes, que terão por base de cálculo a última remuneração paga ao trabalhador. Esta condição aplica-se independentemente do empregado ter notificado o empregador relativamente ao prazo que lhe falta para se aposentar.

Ainda em relação ao Substitutivo anterior, estamos retirando os arts. 4º a 6º porque dispõem sobre a política de valorização do salário mínimo, que já foi implementada pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

Por todo o exposto, contamos com o apoio de todos os Senhores Parlamentares para a aprovação desta nossa Proposição que foi accordada entre os membros do presente Grupo de Trabalho.

Sala da Comissão, de 2012.

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO
PROJETO DE LEI Nº 3.299, DE 2008**
**(Apensos: PL nº 4.447, de 2008,
e PL nº 4.643, de 2009)**

**Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas
de 24 de julho de 1991, para dispor sobre
cálculo do valor do salário de benefício no
Regime Geral de Previdência Social.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16-A. A demonstração do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social deve discriminar:

I – os valores de receitas de contribuições sociais, conforme parágrafo único do art. 11 desta Lei, e de despesas com benefícios, mediante divisão explícita entre as categorias de segurados obrigatórios referidas nos incisos do **caput** do art. 12 desta Lei e no art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II – os valores de despesas provenientes de renúncias de receitas, de acordo com o disposto no § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III – o valor total de transferências da União destinadas a suprir necessidades de financiamento do Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, a apropriação das receitas e despesas observará critérios estabelecidos em conjunto pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Previdência Social.”

“Art. 45-A.

§ 1º

I – da média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, reajustados, correspondentes a setenta por cento de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994; ou

..... ”(NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29.

I – para os benefícios de que tratam as alíneas **b** e **c** do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a setenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário;

II – para os benefícios de que tratam as alíneas **a**, **d**, **e** e **h** do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a setenta por cento de todo o período contributivo.

.....
§ 10. O fator previdenciário não será aplicado quando:

I – o total resultante da soma da idade do segurado, considerada na data do requerimento da aposentadoria, com o respectivo tempo de contribuição, desde que este não seja inferior a trinta e cinco anos, se homem, e a trinta anos, se mulher, for igual ou superior a noventa e cinco anos, se homem, e a oitenta e cinco anos, se mulher;

II – o segurado for pessoa com deficiência;

III – o total resultante da soma da idade com o respectivo tempo de contribuição do segurado na data do requerimento da aposentadoria for inferior a noventa e cinco anos, se homem, e oitenta e cinco anos, se mulher, aplicando-se ao salário de benefício um redutor de dois por cento a cada ano que faltar para atingir essa soma, se isto acarretar um valor maior ao segurado do que a aplicação direta do fator previdenciário, observado o disposto no § 11 deste artigo;

IV – o total resultante da soma da idade com o respectivo tempo de contribuição do segurado na data do requerimento da aposentadoria for superior a noventa e cinco anos, se homem, e oitenta e cinco anos, se mulher, aplicando-se ao salário de benefício um multiplicador de dois por cento a cada ano que ultrapassar essa soma, observado o disposto nos §§ 12 e 13 deste artigo.

§ 11. A aplicação do redutor previsto no inciso III do § 10 deste artigo dependerá do cumprimento dos requisitos mínimos para aposentadoria por tempo de contribuição, assim considerados trinta e cinco ou trinta anos de contribuição respectivamente para homem ou mulher, não se aplicando na hipótese de aposentadoria por idade.

§ 12. A aplicação do multiplicador previsto no inciso IV § 10 deste artigo dependerá do cumprimento dos requisitos mínimos para a aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade, assim considerados, respectivamente, trinta e cinco ou trinta anos de contribuição ou sessenta e cinco e sessenta anos de idade para homem e mulher.

§ 13. A renda mensal do benefício após a aplicação do multiplicador previsto no inciso IV do § 10 deste artigo não poderá exceder a vinte por cento do limite máximo do salário de contribuição.

§ 14. É garantido ao segurado que optar por permanecer em atividade, se mais vanta-

joso, o direito ao cálculo do salário de benefício com base na expectativa de sobrevida presente na tábua de mortalidade vigente na data de cumprimento dos requisitos necessários à aposentadoria por tempo de contribuição, considerando-se sua idade e tempo de contribuição no momento do requerimento do benefício.

§ 15. Na hipótese prevista no inciso I do § 10 deste artigo, o tempo de contribuição do professor e da professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio será acrescido de cinco anos."(NR)

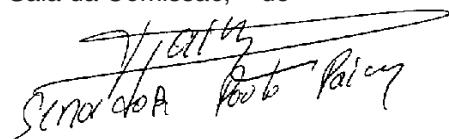
Art. 3º O empregador que optar por demitir sem justa causa o segurado empregado que esteja a doze meses da obtenção do direito à aposentadoria prevista no art. 18, inciso I, alínea b, c e d da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, obriga-se ao pagamento das doze contribuições previdenciárias faltantes, independentemente do trabalhador ter notificado o empregador relativamente ao prazo que lhe falta para se aposentar.

Parágrafo único. O valor das contribuições faltantes terá como base de cálculo a última remuneração recebida pelo empregado e será efetuada pelo empregador de uma única vez, diretamente à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

de 2012.



COTAS: 386 ANOS DE ESCRAVIDÃO E AINDA HÁ DÚVIDAS?

São três ações contra as cotas em julgamento no Supremo Tribunal Federal. Uma delas, pra azar de quem a colocou nas mãos dele, é propugnada, defendida por Demóstenes Torres. Uma das ações contesta o Prouni, programa do Governo Federal que tem reserva de bolsas de estudo para indígenas, pessoas com deficiência e alunos da rede pública. Portanto, cotas não apenas para negros, como se pensa e diz. As outras duas ações questionam sistemas de cotas das universidades de Brasília e do Rio Grande do Sul. Esse é um daqueles assuntos que dividem radicalmente as opiniões. Fico com as razões que brotam da história do Brasil e saltam aos olhos.

O Brasil viveu 386 vergonhosos anos de escravidão. Isso são quatro quintos da nossa história. As chagas estão aí, até hoje, pra quem quiser ver. Só quem não mergulhou no Brasil além dos centros das capitais, quem nunca deixa as zonas de

conforto e ilusão, pode afirmar que não existe a questão racial.

Afirma isso quem não sabe que mais de 250 jovens Kaiowá-Guarani, com idades entre 9 e 24 anos, se suicidaram nos últimos 15 anos. Nas proximidades de Dourados, Mato Grosso do Sul. Eu, como repórter, estive lá. Eu vi. Suicidaram-se pela opressão, pela falta de espaço, pela ausência de esperança. Como outras centenas de comunidades Brasil afora.

Exemplos gritantes, e aí já falando das cotas para negros: o STF, que julga as cotas, tem 11 ministros. Só um, Joaquim Barbosa, é negro. O Brasil tem 97 milhões que se declaram afro-descendentes. A câmara dos deputados, uma representação do país, tem 43 deputados negros ou descendentes. Apenas 8% do total dos 513 deputados.

O princípio da Ação Afirmativa (as cotas) já foi praticado, antes, em inúmeros casos no Brasil. Em ações econômicas e sociais. Por que o barulho, o escândalo, quando surgem cotas para negros, índios e pobres? Por que isso nos tira da zona de conforto? Da ilusão, hipócrita, de coesão racial, social? Da ilusão de que o racismo não existe no Brasil, nem mesmo disfarçado?

Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada): o salário médio dos brancos no Brasil é de R\$1.850, o dos negros é de R\$850; os negros são 70% dos pobres e 70% dos indigentes do brasil. Não faltam números. Mas números são até desnecessários. Basta olhar em volta; nas boas escolas privadas, nos ótimos shoppings, nos belos restaurantes... na Mídia.

Trinta e cinco universidades e mais de 100 instituições do país aderiram às cotas, sistema que já tem 10 anos. Segue o debate. Ótima ocasião para o Brasil discutir a si mesmo e sua história.

Alguns, como hoje no Supremo, num debate de peito aberto de parte a parte. Outros milhões debatem nas redes sociais. Milhares deles, quase sempre na condição de anônimos, deixam vazar todo o preconceito, o racismo que certos argumentos escondem. Acessem comentários em sites, **blogs**, e confirmam... o horror.

O sistema de cotas tem, claro, imperfeições. Mas as cotas já beneficiaram, por exemplo, 400 mil jovens negros no Brasil. Que as cotas permaneçam. Até que a nossa história as torne desnecessárias.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre decisão do governo gaúcho de pagar o piso dos professores.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, registro que um acordo provisório firmado entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério Público garante o pagamento do piso nacional do Magistério, de R\$1.451, aos professores gaúchos que trabalham 40 horas semanais a partir do próximo mês.

O pagamento será retroativo a abril e será pago em folha suplementar em 15 de maio.

O anúncio foi feito nesta quinta-feira em pelo secretário chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, a secretária adjunta da Educação, Eulália Nascimento, e o procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga, no Palácio Piratini.

A medida provisória permanecerá em vigor até que seja julgada a ação impetrada pelo Ministério Públíco contra o Executivo, para que seja implantado o piso da categoria.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

PRONUNCIAMENTO SOBRE PLS N° 39/2007 – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (RETIRADA DO PROJETO PELO AUTOR A PEDIDO DO SENADOR) E SOBRE O PLS N° 89/2010 – DISPÕE SOBRE A ALTA PROGRAMADA.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, gostaria de trazer a esta Tribuna dois temas importantes e que fizeram parte das discussões desta semana nesta Casa Legislativa: o Projeto de Lei no Senado nº 39 de 2007 que visa regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista, de autoria do Senador Álvaro Dias; e o Projeto de Lei no Senado nº 89 de 2010, que obriga a realização de exame médico pericial para suspensão de pagamento do benefício de auxílio-doença, este de minha autoria.

O PLS 39 de 2007, que trata da prescrição intercorrente, após um pedido meu ao Autor, Senador Alvaro Dias e de acordo com as argumentações das mais importantes instituições do ramo do Direito do Trabalho do país contrárias a este projeto, como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT e o Tribunal Superior do Trabalho – TST; e centrais sindicais, o mesmo será retirado de tramitação desta Casa Legislativa.

Com isso, quero registrar meu profundo agradecimento ao Senador Álvaro Dias, por ser sensível ao apelo feito por mim e por todas as instituições que representam a Justiça do Trabalho no Brasil em retirar o projeto nº 39 de 2007, que acarretaria um retrocesso dentro das relações trabalhistas.

Todos nós, Parlamentares ou não, Membros do Judiciário ou não, somos parte desta história, para tentarmos melhorar as relações entre o trabalhador e o empregador, visando a construção de uma relação capital/trabalho em prol do desenvolvimento do país.

Outro tema importante, é o Projeto que trata da alta programada, ou seja, o segurado necessariamente terá de passar por uma perícia médica para saber se pode ou não retornar ao trabalho, não tendo assim o seu auxílio-doença “cortado” arbitrariamente.

Hoje, em Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais, o Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Mauro Luciano Hauschild, garantiu que a alta programada não será aplicada aos segurados do INSS, e que todos terão direito ao auxílio-doença quando se fizer necessário e, antes do retorno ao trabalho, de uma perícia médica, tendo assim garantidos todos os direitos para fins da Previdência Social.

Demonstro aqui meu agradecimento ao Presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild quanto a esta questão e também quanto ao seu apoio à organização de um Grupo de Trabalho que terá como responsabilidade maior, o encaminhamento das propostas que dizem respeito à Previdência Social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre o Dia Internacional em Memória às vítimas de acidente de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, na segunda-feira desta semana, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, abordamos o tema Dia Internacional em Memória às vítimas de acidente de trabalho: Dia 28 de abril.

Creio que todos já sabem, mas não custa repetir: acidente do trabalho é aquele que ocorre durante o serviço ou no trajeto entre a residência e o local de trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional e pode resultar em morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho.

Em março deste ano a CDH já havia feito uma audiência sobre a prevenção de acidentes de trabalho.

Naquela ocasião foram mostrados os números de acidentes de trabalho registrados pelo Ministério da Previdência Social, em 2010. Foram 701.496.

Em 2009, o número foi maior, 733.365. Em 2008, 755.980 pessoas se acidentaram.

O Brasil é o 4º país do mundo com o maior número de vítimas fatais.

Esse dado é sinal claro de que precisamos buscar e exigir dos empregadores e órgãos fiscalizadores soluções urgentes.

Na audiência de março já havíamos falado sobre isso: a necessidade de garantir proteção aos trabalhadores e trabalhadoras.

A falta de fiscalização nos ambientes de trabalho é uma das maiores causas do elevado número de vítimas.

Há que se considerar também, os custos decorrentes desses acidentes para o Brasil, além, é claro, das perdas irreparáveis de vidas.

Os custos ultrapassam R\$ 70 bilhões por ano, segundo o SINAIT.

Deve haver maior fiscalização no interior das empresas. Sem segurança não pode, em hipótese alguma, haver trabalho.

E os trabalhadores não podem e não devem se sujeitar a trabalhar em condições que possam trazer lesões ou até mesmo acarretar sua morte.

Sr. Presidente, quero registrar o convite enviado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde em atividade conjunta com as Centrais Sindicais e as Confederações Patronais.

O convite é para participar do Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho e o Lançamento do PLANSAT – Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

O evento acontece amanhã, 27 de abril, às 9:00h, no Auditório do Ministério do Trabalho e Emprego.

Também quero destacar, ao final desta minha fala, o Movimento 28 de Abril – Relembrar os mortos e lutar pela vida, que realiza diversos eventos/debates no mundo.

A pauta é: Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais: Arma de Destrução em Massa contra os Trabalhadores.

Fico muito feliz com essas mobilizações, porque conscientizar a sociedade e chamá-la a participar é sempre um bom caminho!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre manifesto recebido da Cooperativa Tritícola Regional de São Luiz Gonzaga (RS).

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a Região das Missões, no Rio Grande do Sul, que compreende mais de 20 municípios, sofreu, no ano 2011/2012, a maior estiagem da sua história recente, provocando muitos danos econômicos e sociais.

Numa área de aproximadamente 200 mil hectares de soja, ocorreu 75% de prejuízo, deixando de circular

na região aproximadamente 300 milhões de reais, ou o equivalente a 5 orçamentos da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga.

Noutra área de 20 mil hectares de milho, ocorreu uma quebra de 70%, deixando de circular aproximadamente 1 milhão de reais.

Numa produção de aproximadamente 3 milhões de litros de leite por mês, nos últimos 5 meses deixou-se de recolher 5 milhões de litros do produto, ou o equivalente a 3,5 milhões de reais, afetando severamente pequenos produtores da agricultura familiar.

Em outras culturas, como alfafa, e na pecuária de corte, os dados não são precisos, mas certamente as perdas foram significativas.

Sr. Presidente, esses dados me foram apresentados pela 12ª Coordenadoria Regional da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), pela Coordenadoria Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag Missões), pela Associação Comercial e Industrial de São Luiz Gonzaga e Cooperativa Tritícola Regional São Luizense.

Essas entidades assim reivindicam Prorrogação imediata de todos os financiamentos vencidos e a vencer em 2012, que tenham como fonte pagadora a atividade agropecuária.

Liberação da produção de área financiada, amparada por Proagro ou Seguro Agrícola, com a finalidade de subsistência.

Aporte imediato do maior volume possível de recursos, para financiar culturas de inverno, entre elas pastagens para gado de leite e gado de corte.

Aporte emergencial de recursos a fundo perdido, para produtores da agricultura familiar, com dificuldade de subsistência.

Criação de um programa a fundo perdido, em convênio com as prefeituras, para construção e reforma de açudes para armazenamento de água.

Programa claro e acessível de incentivo à irrigação, para produção de grãos, leite, carne etc., que dilua o risco de novas frustrações.

Sr.s e Srs. Senadores, essas reivindicações, deste importante setor da nossa economia, tem total apoio deste senador que fala.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO). Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de fazer os meus agradecimentos à Senadora Ana Amélia pelas referências elogiosas que fez ao meu trabalho, quando

da relatoria do ato médico nesta Casa. Quero dizer da minha satisfação em ver, por meio de uma Senadora tão operosa, meu trabalho reconhecido.

Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, neste 26 de abril, a Embrapa comemorou 39 anos de existência. Ela nasceu com quatro grandes propósitos: 1º) garantir o abastecimento de alimentos nas cidades; 2º) ajudar a levar o desenvolvimento ao interior do País; 3º) preservar a nossa base de recursos naturais; e 4º) criar excedentes para a exportação.

Hoje, decorridos quase 40 anos desde a sua criação, podemos nos orgulhar dizendo que todos esses objetivos foram e estão sendo rigorosamente cumpridos.

Particularmente sempre tive pela Embrapa uma atenção especial, que remonta há alguns anos, quando apresentei emenda de descontingenciamento dos recursos da empresa, que, até então, passava por momentos de dificuldade. Isso porque acredito que ela tem um papel muito importante no desenvolvimento agrário do meu Estado, o Estado de Goiás, bem como de toda a região Centro-Oeste do Brasil.

Quando a Embrapa foi criada na década de 1970, a agricultura se intensificava no Brasil. Se compararmos o cenário daquela época com o atual, veremos que a decisão de criar uma empresa destinada à pesquisa agropecuária foi mais do que acertada. Hoje nos confrontamos com dois grandes desafios absolutamente primordiais para o País. O primeiro desses desafios é a expansão e o novo perfil de demanda por alimentos. De acordo com projeção do Banco Mundial, em 2025, a população da Terra será de 8,5 bilhões de pessoas, 33% a mais, portanto, do que o que temos hoje. O segundo desafio é a expansão da demanda mundial por agroenergia. A Agência Internacional de Energia estima um crescimento de 53% do mercado de agro-energia para os próximos 25 anos.

Quando olhamos a dimensão desses dois grandes desafios, vemos que cresce a importância do Brasil como produtor e fornecedor de alimentos, de agroenergia e de matérias-primas agrícolas para o mercado internacional. Isso porque temos a maior disponibilidade de terras agricultáveis do mundo, mais de 280 milhões de hectares em pastagens ou não utilizados, área essa bem servida de sol, água e biodiversidade.

Além do Brasil apenas a Rússia, com 170 milhões de hectares, e os Estados Unidos, com 110 milhões, possuem reservas relevantes de terras agricultáveis, mas de uso limitado pelos rigores do inverno. Por sua vez, a China e a Índia já não dispõem de mais terras livres para a agricultura e, hoje, são importadores líquidos de alimentos.

Nesse contexto, tanto na produção de alimentos, quanto na geração de agroenergia, a Embrapa é absolutamente indispensável ao País. Suas pesquisas

permitirão que o Brasil possa agir competitivamente nesses dois segmentos, o que, fatalmente, redundará em enormes benefícios para todo o povo brasileiro.

Confesso que sou mesmo uma entusiasta da atuação da Embrapa que, no passado, permitiu ao agronegócio brasileiro gerar excedentes para a exportação, o que tem sustentado os saldos da balança comercial, gerando renda e empregos e contribuindo para o desenvolvimento de diversas regiões do País, anteriormente consideradas improdutivas e relegadas ao abandono, como é o caso do nosso cerrado.

Graças aos esforços da Embrapa e também à obstinada força dos produtores rurais, o Brasil se prepara para colher, mais uma vez, uma das grandes safras de sua história. A safra de 2011, segundo o IBGE, foi de 159,9 milhões de toneladas e a de 2012, por causa das estiadas no Sul, deverá ser 0,7% menor. É um resultado bastante expressivo, que só confirma o salto dado pela agricultura brasileira nos últimos 50 anos.

A atuação da Embrapa no exterior é tão significativa que o Itamaraty lhe concedeu, em 2009, a Ordem do Mérito Rio Branco em reconhecimento por suas atividades na área internacional. A Empresa executa, hoje, 65% dos projetos da Agência Brasileira de Cooperação na área de agricultura tropical.

A esse respeito ressalte-se que, no próximo dia 26, deverá ser lançada a Embrapa Internacional. Em março do ano passado o Senado aprovou a Medida Provisória que dá nova redação à lei de criação da empresa: a Embrapa fica autorizada a "exercer qualquer das atividades integrantes de seu objeto social fora do território nacional, em conformidade com o que dispuser seu estatuto social".

Sr. Presidente, ao concluir, quero, em primeiro lugar, dizer que, no Senado Federal, pretendo continuar defendendo a qualidade e a excelência da Embrapa. Em segundo lugar, gostaria de cumprimentar a todos os pesquisadores e servidores da Embrapa, na pessoa do Dr. Pedro Arraes, seu Diretor-Presidente, pelo inestimável trabalho que vem prestando a Goiás e ao Brasil nesses quase 40 anos de existência.

Que a Embrapa continue sendo um exemplo de seriedade e de competência para todos nós. E tudo isso é muito importante neste momento em que o País, mesmo assistindo a uma série de escândalos, pode, ao lado disso, entender que tem um grande potencial e que tem homens e mulheres que trabalham para a riqueza e o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Lúcia Vânia, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em votação o **Requerimento nº 373, de 2012**, da Senadora Ana Rita, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar da audiência pública da CPMI da Violência contra a Mulher, a realizar-se no dia 4 de maio de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, conforme Requerimento nº 002, de 2012-CPMI, aprovado em 28 de fevereiro de 2012.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em votação o **Requerimento nº 374, de 2012**, da Senadora Ana Rita, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar da audiência pública da CPMI da Violência contra a Mulher, a realizar-se no dia 7 de maio de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, conforme Requerimento nº 328, de 2012-CPMI, aprovado em 20 de março de 2012.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – E, agora, com a palavra o Senador Ivo Cassol, como orador inscrito.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com alegria que mais uma vez uso a tribuna desta Casa, especificamente nesse momento que vivemos, em que a expectativa é tão grande, especialmente com a criação dessa CPI, denominada CPI Cachoeira, denominada CPI Delta e que já está virando a CPI das cataratas. E por que CPI das cataratas? Porque já está pegando tanta gente pelo meio do caminho, que vai vir mais um quilo, mais um pedaço, para que possamos passar para a população que nos acompanha nos quatro cantos deste País que é possível mudar, que é possível consertar. Mas, ao mesmo tempo, precisamos que nossos pares, nossos colegas que fazem parte como titulares e suplentes, deem uma resposta à sociedade.

No começo, todos esperavam que essa comissão de investigação fosse simplesmente para tapar o sol com a peneira, para que se chamassem a atenção para outro ponto e ficasse o mensalão de lado.

Temos que distinguir que um julgamento não tem nada a ver com a investigação que esta Casa está, a partir desta semana, providenciando e, ao mesmo tempo, adotando medidas de responsabilidade. Já li várias

matérias e nas matérias que li, que ouvi e que assisti, cada dia que passa as informações são mais tristes.

Infelizmente, Sr. Presidente, não podemos pactuar e esperamos que esta CPI dê uma resposta à sociedade e que as pessoas envolvidas... E não vamos generalizar. Vamos deixar bem claro que em todos os meios da nossa sociedade há pessoas que acabam enveredando por algum caminho que não é o correto. Aquelas pessoas que por algum motivo se desvirtuaram, elas respondem pelo seu CPF.

Muitas vezes assistimos em programas de televisão, em programas humorísticos, que a primeira piada coloca nome de senador ou deputado no meio, como se existissem pessoas erradas, preguiçosas ou desonestas somente na classe política. Esquecem-se esses mesmos humoristas de falarem da própria categoria e das diversas áreas, porque o homem é passível de fraqueza e de erro.

Também temos nesta Casa pessoas de fibra, pessoas de rocha, pessoas determinadas a buscar e ajudar no desenvolvimento desta grande Nação, especialmente neste País que é rico, pujante. Ao se pegar os dados do setor produtivo verificamos que é o agronegócio que impulsiona o País.

Mas vamos deixar um pouco essa CPI de lado, porque vai ter muito barulho, vai ter muita conversa. E eu espero que não vire uma boa pizza, porque aqui, como Senador, não vou pactuar.

Mas, além disso, nós temos que chamar a atenção dos órgãos responsáveis, do Governo Federal, dos governos estaduais envolvidos que o País não pode parar por causa disso. Nós não podemos de maneira nenhuma, em nome da CPI, deixar de arrumar a BR-364 que interliga Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas. Nós não podemos, de maneira nenhuma, por causa da CPI, porque a empresa Delta participou e está fazendo obra em estádio, no aeroporto de São Paulo, paralisar as obras.

Tem que punir os responsáveis. E, ao mesmo tempo, tirar fora a empresa que não está dando conta e colocar outra que dê no couro. Nós não podemos, só pelo motivo de quanto pior melhor, deixar o País travado e passar vergonha, não só nesse grande evento mundial que vem pela frente, que é a Copa do Mundo, mas nos Jogos Olímpicos também.

Portanto, cada ministro, cada secretário, cada governante, de cada Estado, cada pessoa responsável por sua pasta, se tiver algo errado, não tenha dó de colocar em ordem, de consertar, de responsabilizar e, ao mesmo tempo, dar continuidade às obras.

Eu falo isso porque a BR-364, em Rondônia, infelizmente hoje é conhecida como Rodovia da Morte. Mas por que atrasou a licitação? Por que atrasou

a complementação do projeto? Só por denúncias de irregularidades? Puna-se, prenda-se, responsabilize-se, mas se dê continuidade, para que possamos ter resultado e alcançar o bem estar social da sociedade.

Mas vamos falar das riquezas que temos. A exemplo disso discutimos hoje na Comissão de Agricultura um projeto que está tramitando nas comissões e que permitirá que os Estados da região amazônica possam ter autonomia para plantar, para produzir como os demais Estados da Federação brasileira.

Mas o que tem de errado? Tem de errado um decreto assinado pelo ex-presidente da República que proíbe a região amazônica de plantar cana, como se o plantio de cana na região amazônica fosse aumentar o desmatamento. Isso é conversa fiada, conversa para boi dormir. O desmatamento existe ou existia, primeiro, por incompetência dos órgãos fiscalizadores. Segundo, porque, infelizmente, o que precisamos urgentemente são políticas voltadas para o setor produtivo para poder disputar no mercado nacional e internacional com igualdade com os demais países.

Dizem os americanos, dizem os europeus: "não, mas se vai produzir álcool na Amazônia, vai deixar de produzir alimento". E, quem falou que álcool, que o produto da cana-de-açúcar não é alimento? No momento em que se quiser deixar de produzir o álcool se pode produzir açúcar e comercializar no mercado internacional.

Da mesma maneira que temos aqui o Estado de São Paulo que pegou parte das suas pastagens, passou para a cana, muitos dos locais eu conheço, Sr's e Srs. Senadores, eram locais de erosões, locais de áreas degradadas e o plantio de cana veio simplesmente controlar as erosões e dar estabilidade ao solo. Da mesma maneira, conheço região do meu Estado, várias propriedades de agropecuária que estão passando parte das pastagens para os sojicultores, os plantadores de soja para que recuperem o solo, recuperem a área por três anos sem custo nenhum, nem para um e nem para outro, em troca da recuperação.

Portanto, o Estado de Rondônia tem uma usina de álcool no Município de Santa Luzia, na região da Zona da Mata, Rolim de Moura. Há outra usina de álcool que foi autorizada ainda antes do decreto na cidade Cerejeira, em que o nosso Deputado Estadual, o grande amigo Ezequiel Neiva, esteve aqui na semana passada junto ao empreendedor para poder liberar os recursos do Banco da Amazônia, do FNO para poder construir, uma vez que ainda estava dentro da autorização.

Outra usina de álcool na Ponta do Abunã entre Porto Velho, indo do Rio Branco para o Acre. Mas qual a diferença que tem entre você plantar a cana, você plantar a soja, você plantar o feijão, você plantar

arroz? Nós precisamos, Sr. Presidente, é de técnicas para aumentar a produção a exemplo do Estado do Espírito Santo que, em um hectare de terra, produz 120 sacas de café, enquanto no Estado de Rondônia, com técnicas ultrapassadas, temos um hectare de terra que produz 50 sacas de café. E o Prefeito de Alta Floresta, Daniel Deina, mandou técnicos para o Estado do Espírito Santo para diminuir a quantidade do plantio e aumentar a produtividade, especialmente com irrigação.

O que não posso aceitar como Senador desta Casa, de maneira nenhuma, é que nos engessam em nome do desmatamento, quando, na verdade, o desmatamento aconteceu por outras situações. Aconteceu pelo próprio Governo Federal no passado, todos eles que diziam o seguinte: vamos integrar a Amazônia para não entregar a Amazônia. O agricultor que desmatava ganhava mais o dobro de terra. E se não desmatasse não ganhava o título da terra. Anos depois, temos agora o Código Florestal aprovado e muitas ambientalistas que sequer conhecem a Amazônia, de verdade. Muitos dos que dão palpite aqui em Brasília, que não tiveram a coragem – são pó de arroz – de botar o pé na terra, porque acham que podem pegar algum germe, alguma bactéria. Ao contrário, pesquisas dizem que os filhos fortes são filhos que são colocados na terra para interagir com a natureza.

E uma das situações inaceitáveis é quando assistimos e vemos, da maneira que está aí, um litro de etanol custar, na bomba, dois, três reais o litro. E aí quando nos fazem produzir leite à vontade, um agricultor que levanta quatro horas da manhã, cuida das suas vaquinhas, vende leite a R\$0,40 o litro. Um litro de pinga ou uma garrafa de água valem mais que um litro de leite.

E aí o que fazem? Autorizam o Governo da Argentina a exportar para o Brasil, e o Brasil importar leite, para querer conter a inflação, como se da mão calejada fôssemos diminuir a inflação no País. Está errado!

Temos, sim, que incentivar quem produz, para que esses pequenos produtores rurais não precisem se desfazer da sua pequena propriedade para os grandes, mas tendo resultado para garantir o sustento da sua família, a exemplo de uma matéria que assisti ontem sobre a Espanha, no Jornal da Globo, se não estou enganado, que dizia que os filhos dos antigos agricultores, pessoas de 24 a 35 anos voltavam para a zona rural e produziam lá não só o leite, como também plantavam fruticultura.

E este País em que vivemos, o nosso País, que produz, gera emprego, renda, é o País em que vejo muitas pessoas falarem que temos de parar de produzir. Mas, se nós paramos de produzir, quero saber como

é que vamos sustentar as nossas próximas gerações, as que vêm pela frente. Portanto, isso é inaceitável.

Enquanto se discute e se dá incentivo para o litro de etanol, para rodar em carro; enquanto você trabalha com a cana, na mecanização, e você produz o álcool, aproveita o bagaço e gera energia a R\$1,50 na indústria; a R\$2,50, a R\$3,00 na bomba, para o consumidor, o produtor de leite vende o litro de leite a R\$0,40, R\$0,50, R\$0,70 o litro! Infelizmente, nós temos muita distorção. Para terminar, para acabar com essas distorções, precisamos que esta Casa dê autonomia para os Estados e que, no zoneamento socioeconômico de cada Estado, defina os pontos para poder plantar.

E o que incentiva, Sr. Presidente, os produtores, os pecuaristas a optarem por alguma linha de produção? O que incentiva é o mercado; o que incentiva é o preço. É isto que temos de deixar aberto para quem produz neste País: é o mercado livre. Mas com uma condição: desmatamento, na Amazônia, zero.

Eu defendi isso, ao mesmo tempo em que tenho defendido que, nas áreas que já estão desmatadas, por que a proibição? Por que não aproveitar mais lugares, igual no Pará, como quando estive em Altamira, naquela grande região, para diversificar o setor agrícola, como opção de plantio? Da mesma maneira como está acontecendo no Estado de Rondônia. Os plantadores de soja que vieram do norte de Mato Grosso – Comodoro, Sapezal; chegaram em Vilhena; estão em Cerejeiras; estão em Chupinguaia; e já estão na região de Rolim de Moura; estão indo para a 429; já estão chegando em Ji-Paraná e já chegaram também na cidade da grande região de Ariquemes. É a oportunidade de negócio, do plantio, se nós pudermos mecanizar, se nós pudermos produzir.

Quero lembrar que a produção agrícola dá três vezes mais do que o boi. Eu sou pecuarista; sou prova disso. Enquanto pegar um garrote e colocar no pasto demora três anos para dar dinheiro, você, com a mesma quantia de terra, consegue plantar e gerar, em um ano, o que você ganharia com o boi em três anos. E muitos acham que pecuarista ainda ganha muita coisa.

E é o contrário. É um setor que ajuda na economia, é um setor que gera emprego e gera renda, é um setor que traz qualidade de vida para os nossos cidadãos brasileiros. Mas, além disso tudo, é importante deixar que os Estados definam, no seu zoneamento, o que é melhor e, ao mesmo tempo, de que maneira e qual é o melhor resultado, a exemplo do Estado de Rondônia.

O Estado de Rondônia, na década de 70, serviu como berço da reforma agrária, serviu para o Governo Federal dizer de que maneira poderia assentear pessoas, pequenos agricultores, na zona rural. Mas, ao mesmo

tempo, não podemos deixar esses agricultores como se fossem escravos, para que depois tenhamos o retorno dessas mesmas pessoas para os grandes centros; e esperarmos acontecer igual aconteceu nos países europeus, onde tivemos vários países que no passado migraram da zona rural para os grandes centros e hoje estão voltando para o setor produtivo. Portanto, quem tem e quem vive, a exemplo não só meu, mas de muitos daqui que conhecem a Amazônia como eu conheço... Antes de falarmos dela vamos fazer uma visita! Antes de falarmos mal vamos visitar.

Ao mesmo tempo, assistimos ontem à aprovação, na Câmara dos Deputados, do Código Florestal, que veio trazer e dar para o nosso produtor a dignidade, dar o respeito. O que os Deputados buscaram complementar, o que a Casa não pode fazer, foi dar àquelas pessoas que acreditaram no próprio Governo Federal, a exemplo dos que estão na Bacia do São Francisco, próximo de Petrolina, produzindo fruticultura, mandando não só para as capitais brasileiras, mas para o mundo afora... Se formos colocá-los para reflorestar de quinze a cem metros, nós praticamente inviabilizariam esse setor produtivo, que é tão importante e que gera emprego e gera renda.

Então, é essa a busca deste parlamentar aqui nesta Casa, é facilitar o caminho de quem produz, dividir a responsabilidade com os governos estaduais e municipais, e com muita responsabilidade, sem precisar, Sr. Presidente, desmatar mais nenhum hectare de terra. Mas, ao mesmo tempo, criar mecanismos aqui, nesta Casa, para compensar os proprietários que preservam, os proprietários que não derrubam, os proprietários que cuidam.

Enquanto vemos muitas operações saindo daqui para a Amazônia, se pegássemos a diária dessas pessoas e pagássemos para aqueles ribeirinhos, os que moram em torno dessas áreas de preservação, com certeza, teríamos um resultado muito maior. É por isso que defendo o setor produtivo, é por essa razão que tenho batido duro nesta Casa, não contra quem faz só política do ambientalismo, mas eu quero que o ambientalista e o produtor vivam lado a lado. Nem o ambientalista pode ser tratado como bandido, mas o produtor também não pode ser tratado como bandido, nem o produtor, Sr. Presidente, o agricultor de mão calejada, aquele que produz alimento e bota na nossa mesa – só mais dois minutos para concluir, Sr. Presidente –, nem aquele que levanta às 4h da manhã para tirar leite da vaquinha, 7h está na limpeza e na colheita do café, ao meio-dia está com a família de novo.

Nós temos que viver lado a lado, como verdadeiros seres humanos, dando para o mundo exemplo do

que o País, do que o nosso Brasil sabe fazer. Nós aqui estamos preservando mais de 61% da nossa biodiversidade, das nossas matas. Nós estamos dando exemplo para os Estados Unidos; nós estamos dando exemplo para muitos países da Europa, falidos e quebrados, que ficam arrotando em cima de nós, brasileiros.

Não precisa a Presidente Dilma vetar nenhum artigo, nenhuma emenda que foram feitos no Código Florestal, só basta o Ministério do Meio Ambiente e os órgãos federais, estaduais e municipais coibirem qualquer ação ilegal daqui para frente, porque leis, este País tinha bastante, o que nós precisamos é que sejam cumpridas, o que precisamos é que, daqui para frente, mantenham-se. Quando se fala em proibição na Amazônia, eu pergunto: o que esses mesmos ambientalistas estão fazendo com as autoridades das capitais? Quem é que mais agride o meio ambiente? É o povo que mora nos grandes centros. Olha o Estado de São Paulo, olha Brasília, quando dá enchente. Para onde vai o esgoto? Para onde vai o lixo? E aí só sabem atacar o interior, só sabem atacar quem produz, só sabem atacar quem está nas regiões mais difíceis deste País, Sr. Presidente. Então, por isso, estou aqui defendendo os verdadeiros produtores deste País.

E, ao mesmo tempo, o Governo Federal precisa, urgentemente, criar um mecanismo para ter controle dos lixões desses pequenos Municípios nos quatro cantos do País, que estão aí, infelizmente. A novela Avenida Brasil mostra o que é um lixão e quantas pessoas estão lá jogadas. Infelizmente, fala-se só de quem produz e se esquece, na verdade, de quem mora nos grandes centros brasileiros.

Que Deus abençoe todo mundo. Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ivo Cassol, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador Ivo Cassol.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou ler uma nota que recebi, neste momento, da Presidência do Senado, que me foi enviada pela Direção do Inter, no Rio Grande do Sul. A mesma nota foi dirigida ao Senador Pedro Simon e à Senadora Ana Amélia. Eu estava na tribuna, ainda, quando vieram entregar-me a nota. Nesse período em que assumo a Presidência por um tempo rápido, em nome dos três Senadores do Rio Grande, Senador Simon, Ana Amélia e este que ocupa a Presidência, lerei a nota. Trata-se do caso do jogador Oscar.

Causa enorme preocupação, e certa perplexidade, a situação envolvendo o jogador Oscar, o qual se encontra atualmente impedido de atuar profissionalmente.

Independentemente da solução que deva ser buscada para satisfazer os interesses financeiros que possam eventual tocar ao seu antigo empregador, o São Paulo Futebol Clube, não se pode admitir que um trabalhador brasileiro fique impedido de atuar pelo clube de sua escolha, mormente no melhor momento de sua promissora carreira, correndo o risco, inclusive, de não poder participar da Olimpíada. De elevada monta, aliás, os prejuízos já suportados pelo jogador, que não tem podido atuar no campeonato gaúcho e na Libertadores da América.

A exemplo de qualquer trabalhador brasileiro e a despeito das peculiaridades que cercam os contratos entre atletas e clubes de futebol [...], obviamente que deve ser assegurado ao Oscar seu direito constitucional ao livre exercício da profissão, não sendo admitida qualquer interpretação restritiva neste sentido.

[É o direito de poder trabalhar no clube que ele escolheu.]

E mais inusitada e violenta se afigura a limitação que vem sendo imposta ao jogador, na medida em que, pelo menos de acordo com o que vem sendo noticiado pela mídia especializada, tanto o jogador como seu clube atual, o SC Internacional, fizeram esforços bastante significativos no sentido de satisfazer as pretensões financeiras do São Paulo.

Dentro deste contexto, se faz necessário que a Justiça do Trabalho, de imediato, libere o atleta para exercer sua profissão onde melhor lhe aprovou, sem que isso signifique, no momento posterior oportuno, a satisfação e eventuais interesses financeiros de seu antigo empregador [rerito, do seu antigo empregador], nos termos da Lei Pelé.

Já se foi a Lei do Passe, razão pela qual não há mais espaço para restrições do naipe da que vem sendo imposta ao Oscar.

Leio a presente nota, como me foi solicitado hoje, à tardinha, na linha de que tenho sempre pautado a minha atuação, e tenho repetido, na defesa dos trabalhadores. Para mim, um jogador de futebol também é um trabalhador e é mais do que legítimo que ele possa exercer a profissão onde ele entender. Não podem é proibi-lo de trabalhar, nem em São Paulo, nem no Inter, lá no Rio Grande.

É por isso, Senadora Ana Amélia, que, quando dialogava com os dirigentes do Inter, hoje à tarde, falei, tanto com V. Ex^a quanto com o Senador Simon, que também receberam o documento, que esse seria o procedimento dos três Senadores. Eu faria a leitura do documento e V. Ex^as dariam testemunho do entendimento acertado entre nós, que vai na mesma linha.

V. Ex^a com a palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, o Presidente Giovanni Luigi teve a delicadeza e atenção, porque nós somos os representantes dos interesses do Estado do Rio Grande do Sul nesta Casa. Os Senadores, pela Constituição, têm esse papel, essa competência e essa responsabilidade.

Times de futebol, como o Internacional, o Grêmio ou as demais equipes do nosso Estado, terão sempre o nosso apoio. Ontem mesmo, eu estava numa reunião da bancada do meu Estado, com representação do seu gabinete e do Senador Pedro Simon, discutindo com a Ministra Ideli Salvatti a liberação dos recursos para a Arena do Grêmio, em Porto Alegre, já que ali vão ser realizados os jogos da Copa 2014.

Da mesma forma, agora, também em nome dos interesses do Rio Grande do Sul e dos torcedores – ontem, do Grêmio, e também dos gaúchos, porque esse estádio vai ser, digamos, o palco de grandes eventos esportivos em 2014 – da mesma forma, agora – e eu até falo como colorada –, estamos aí endossando essa posição do Esporte Clube Internacional em relação à defesa do interesse do jogador Oscar, porque ele, inclusive, pessoalmente, já declarou várias vezes que quer continuar jogando no clube.

Claro que nós, como defensores do Estado de Direito, resguardamos todas as razões do São Paulo Futebol Clube, mas, dadas as circunstâncias em que a direção do Internacional está disposta a atender às exigências do clube paulista e dado o fato de o jogador ter manifestado expressamente, mais de uma vez, que quer ficar jogando no Internacional, jogando no time gaúcho, penso que o caminho mais adequado seria compatibilizar, atendendo às exigências legais e, da mesma forma, atendendo ao direito do jogador. Até porque, se isso não for deslindado brevemente, o jovem atleta, que tem muito talento, corre o risco – conforme nota do Presidente Giovanni Luigi – de não participar das Olimpíadas, e ele está nessa idade e, no futebol, a vida não é muito longa para os nossos atletas.

Então, eu queria endossar a posição de V. Ex^a em relação à proposição do nosso presidente Giovanni Luigi.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia.

Com alegria, ouvimos agora o Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu também, Sr. Presidente, como V. Ex^a e a Senadora Ana Amélia, trago a minha solidariedade à moção lida por V. Ex^a de autoria do ilustre presidente do Esporte Clube Internacional.

Eu não consigo entender em nome de quem a punição seja proibir alguém de trabalhar. A decisão é suspender: o jogador não pode jogar futebol. Deve esperar a decisão da Justiça, demore o tempo que demorar. E nós sabemos que a Justiça no Brasil às vezes leva um bocado de tempo.

O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho tentou fazer um entendimento. Reuniu as duas partes. O Internacional, inclusive, ofereceu uma proposta elevadíssima, diga-se de passagem, mas o São Paulo, não sei se só na ânsia de dinheiro – acho até que não foi isso –, ou um pouco pela mágoa ou por ressentimento, porque o jogador diz com todas as letras que quer ficar no Internacional, que não quer jogar no São Paulo...

Isso é algo que deve ser analisado, deve ser visto. Existe uma liberdade. Como obrigar determinado jogador a jogar num time pelo qual ele tem aversão, por razões de ter sofrido, em determinada altura, determinados fatos por parte da direção do São Paulo?

Então, já não falo... Por exemplo, ontem, devíamos ter ganhado, não ganhamos porque erramos um pênalti. Se o Oscar estivesse jogando, talvez tivéssemos ganhado. Não só está prejudicando o Internacional, mas, basicamente, está prejudicando o jogador, porque o jogador, nesta fase pré-olímpica, está correndo o risco de não poder se inscrever e não participar das Olimpíadas em Londres, o que seria, realmente, um grande absurdo.

Faço um apelo ao Tribunal Superior do Trabalho para que libere o jogador; que enquanto a decisão for levar esse tempo – e parece que o São Paulo está querendo isto, ganhar tempo, levar no tempo, e leve o tempo que quiser –, enquanto o tribunal não decide, que se permita que o jogador jogue naquele time que ele está jogando.

Sou totalmente favorável.

Acho que a gente sempre fica naquela tese de que São Paulo é São Paulo. De um lado, o poderoso Tribunal de Justiça de São Paulo e, de outro lado, é a justiça do Tribunal Federal, que também são os paulistas que mandam.

Então, a gente vê que, mais uma vez, como em tudo – nas finanças, na economia, para onde a gente olhar –, é São Paulo. E aqui, mais uma vez, é o poderoso de São Paulo que se faz presente numa tremenda

injustiça, incompreensível injustiça com, de modo especial, um extraordinário jogador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Senador Simon, como fiz à Senadora Ana Amélia, pelo aparte que fazem sobre o tema, solicitando que o jogador Oscar possa trabalhar. Enquanto a Justiça não decide, ele trabalha, e a disposição do Inter em atender as pretensões financeiras do Esporte Clube São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de passar a palavra ao Líder Gim Argello, passo a ler o seguinte ofício:

A Presidência designa, nos termos do Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, para integrarem, como titulares e suplentes, a Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar os programas de transposição e revitalização do rio São Francisco, os seguintes Senadores:

Titular Vital do Rego, suplente, Benedito de Lira; titular, Paulo Davim, suplente, Ciro Nogueira.

Este é o ofício na íntegra:

OF. GLPMDB N° 93/2012

Brasília, 26 de abril de 2012

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos membros do Bloco da Maioria, que integrarão a Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 514 de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena, destinada a acompanhar todos os atos, relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como Transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Titular

Vital do Rêgo

Paulo Davim

Suplente

Benedito de Lira

Ciro Nogueira

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB e da Maioria

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Líder Gim Argello, Líder do bloco, Líder do PTB, líder de todos nós.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, muito obrigado pela deferência.

Srs. Senadores, Srª Senadora Ana Amélia, venho aqui fazer um breve pronunciamento, primeiro, para agradecer. Esta semana a Presidente Dilma Rousseff assinou o PAC da Mobilidade para várias cidades importantes do nosso País, para vários Estados, incluindo, mais uma vez – e por isso, vim aqui agradecer –, o Distrito Federal.

Nesses últimos anos, em todos os PACs, a Presidente Dilma, mesmo ainda como Ministra-Chefe da Casa Civil, sempre olhou com muito carinho para Brasília, para o Distrito Federal.

Nesses últimos cinco anos, Senador Paulo Paim, para V. Ex^a ter uma ideia, nós conseguimos, para o Distrito Federal, recursos da ordem de mais de R\$16 bilhões em investimentos do PAC. Só nesta semana, com o PAC da Mobilidade, houve um investimento da ordem de R\$2,4 bilhões, que serão aplicados na expansão do metrô, trazendo uma estação para a Asa Norte; na ampliação da linha de metrô de Ceilândia, chegando até o Setor O e até a Expansão do Setor O; na expansão da linha de metrô de Samambaia, que terá, aproximadamente, mais três quilômetros; na grande e querida Taguatinga será construído, na entrada da cidade, um túnel, de modo que haverá um mergulhão que vai sair depois da Avenida Sandu, melhorando o trânsito e a qualidade de vida dos moradores e de todas aquelas pessoas que passam pelo centro de Taguatinga; no Veículo Leve sobre Trilhos, promessa antiga, que agora está sendo cumprida com esses recursos do PAC Mobilidade; e no Veículo Leve sobre Pneus também, que vai para o Gama e para Santa Maria, o Corredor Sul e o Corredor Norte.

Esses investimentos vão se somar a outros investimentos do PAC que já tivemos, tais como a melhoria do Balão do Aeroporto, que será todo reformado; na melhoria do acesso ao Aeroporto de Brasília; na duplicação, já realizada, da BR-060, da 070, da 020, que sobe para Sobradinho – a duplicação de uma pista muito importante; bem como os recursos aplicados na EPTG, também liberados pelo Governo Federal; na linha de transmissão de Samambaia-Serra da Mesa, que é muito importante para nós por causa da energia; nas escolas técnicas que foram trazidas para cá – as unidades de Taguatinga e do Gama; no próprio *Campus* da UnB em Planaltina, que foi possível graças a investimentos trazidos pelo PAC.

Então, vim hoje agradecer mais uma vez, porque, como tem acontecido durante os últimos anos, toda vez que foi solicitado... E vejam vocês que, devido a esse PAC da Mobilidade, nós estivemos muitas e muitas

vezes nos Ministérios, porque são projetos desenvolvidos ao longo dos anos. Esse PAC mesmo há mais de um ano e meio está sendo trabalhado. Foi uma luta para aprovar todos os projetos. Agora, alguns já foram licitados, outros estão em obras; e, agora, chega esse reforço de caixa, que é muito importante porque Brasília é a capital de todos os brasileiros e, realmente, precisava desse investimento.

Então, vim aqui agradecer à Senhora Presidente da República porque, mais uma vez, prestigiou os moradores de Brasília. Em meu nome, agradeço a Sua Excelência porque, realmente, sei que houve um empenho pessoal dela, da Ministra Miriam Belchior, do Ministro Guido Mantega, mas, principalmente, dela, que reconhece a importância de Brasília.

Esses recursos vêm para cá. Agora, cabe fiscalizar a aplicação de todos esses recursos que nós conseguimos ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Secretaria de Transparência, o que é muito importante. Nossa trabalho é viabilizar e trazer os recursos para o Distrito Federal – e isso nós vamos continuar fazendo.

Só venho aqui, mais uma vez, agradecer.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Líder Gim Argello pelo seu pronunciamento.

Convidado para vir à tribuna o Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Senador Pedro Simon, só permita que eu anuncie a manchete da notícia que me chegou agora. Sei da posição de V. Ex^a, que foi irredutível no debate do Estatuto da Igualdade Racial. V. Ex^a dizia: “não aceite que tirem as cotas daí”.

Neste momento, o placar a favor das cotas no Supremo Tribunal Federal é de quatro a zero.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Apenas para mostrar que é o assunto do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fico mais alegre ainda, meu Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu vinha falar sobre o um a zero de ontem, e agora está quatro a zero.

Confesso que ontem fiz questão de assistir, na televisão, ao voto extraordinário do Ministro Ricardo Lewandowski, a favor da cota.

Assisti ao pronunciamento da ilustre, competente, brilhante e bonita advogada dos Democratas, a Drª Roberta Kaufmann, quando ela disse “se você não tem critério objetivo para decidir quem é negro, quem

é pardo, quem é moreno, as cotas podem ser as mais desastrosas"... Ela falava isso, e eu, olhando para ela, loira e de olhos azuis, pensava: pelo menos, sabe-se que V. Ex^a não é negra e nem é parda.

Bela decisão do Ministro! E bonita conclusão do Presidente do Supremo, que se vê que estava emocionado com o voto do Ministro. Grande decisão!

É uma triste realidade: se formos verificar as cotas de negros, de pardos nas cadeias, são 90%. Qual é a cota de brancos nas cadeias, principalmente nas mais humildes, lá na cadeia, na penitenciária de Porto Alegre, que é uma vergonha internacional? É negro e pardo. Se vamos a uma favela, qual é a cota dos que moram lá? Dos que andam de pé descalço? Dos que passam fome? É negro e é pardo.

Grande decisão do Congresso Nacional, votando a determinação de uma cota especial às universidades para os negros e para os pardos. Grande decisão da Universidade de Brasília, justificando o pioneirismo de sua criação, sendo a primeira universidade do Brasil a criar a cota para os negros e para os pardos.

O nosso querido DEM, realmente, está numa fase difícil, mas também que diabo. O DEM tinha que entrar no Supremo contra uma matéria que nem essa? Mas onde o DEM foi buscar conteúdo ético, moral, jurídico para entrar no Supremo dizendo que a decisão do Supremo era inconstitucional? A resposta está lá.

Quando eu subi na tribuna, eu vinha falar um a zero. O Presidente me adverte de que está quatro a zero. Estamos vivendo grandes momentos na política brasileira e, de modo especial, estamos vivendo grandes momentos no Supremo Tribunal Federal – grandes momentos!. Um a zero: Ficha Limpa. Quando se imaginava que jamais aconteceria, que iam empurrar com a barriga, que nunca ia acontecer, aconteceu. O Ficha Limpa é realidade.

Dois a zero: Conselho Federal de Justiça. Quando se imaginava – havia uma disputa interna no sentido de impedir que a ilustre Ministra tivesse autonomia para fazer as denúncias, para fazer as averiguações – que ela teria que esperar que, nos Estados, se fizessem os levantamentos, que levariam dezenas e dezenas de meses e anos, e que nunca aconteceria nada, o Supremo decidiu: "Não! A ilustre Ministra Calmon tem autonomia. Ela pode entrar direto. Ela não tem que esperar que, no Estado, se inicie um processo ou não se inicie ou que se inicie e fique o tempo todo sem andar".

Dois a zero: essa medida agora. Grande medida! Mas a tese contrária era a seguinte: "Correto. Deve haver uma tese sobre a existência de uma cota preferencial não para negros e pardos, mas para pobres. Deve haver uma tese sobre o nível econômico. Pessoas de baixíssima renda é que deveriam ser contempladas,

sejam brancas, sejam negras". Mas por que não há uma cota dessa também para branco ir para a cadeira? Mas por que não há uma cota dessa também para branco ir para as vilas, para as favelas, para debaixo da ponte? Não! "Ah, mas há um problema delicado: estamos criando um problema racial no Brasil." O Brasil não tem problema racial, não tem disputa racial. Não existe isso. Isso é coisa dos Estados Unidos, da Europa. No Brasil, não tem. E, agora, nós vamos criar a discriminação racial?! Piada. Não vamos criar, não. Nós vamos partir da constatação do que existe. Nós vamos partir da constatação do que existe.

Eu fiquei emocionado. Acho que esse é um momento importante na história deste País.

Acamado por problemas pessoais de saúde, leves, não tão graves quanto meus adversários gostariam, reli o livro **O Povo Brasileiro**, do Darcy Ribeiro. Quando soube que a votação seria nessa terça-feira, sábado reli o livro do Darcy Ribeiro. A raça brasileira, essa mescla de branco, preto, negro, italiano, alemão, francês, judeu, russo, árabe e tudo o mais, que, ao contrário de outros países em que cada canto, como um quisto, permanece fechado, isolado, no Brasil é uma mescla real e constante. Isso é verdade.

Agora, essa decisão que o Congresso tomou, com relação à qual um partido político resolveu entrar no Supremo... E sua brilhante advogada ontem, loura, de olhos azuis, dizia que, no Brasil, era difícil dizer quem era negro. Embora repita: pelo menos dava para dizer que ela, loura e de olhos azuis, negra não era; era bem branca e bem loura.

Bela decisão essa, momento importante do Supremo, que se prepara para a grande decisão do mensalão.

Outro assunto muito rápido, Sr. Presidente: a decisão de ontem da Câmara.

É estranho como as coisas acontecem. No Senado, se conseguiu fazer o entendimento com alto nível e se votou o texto por unanimidade. A Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação rural, foi para a tribuna elogiar e felicitar os termos do entendimento. Vários empresários nesta Casa, empresários rurais, votaram e felicitaram.

O que mudou lá na Câmara? A situação da Presidente, que está vivendo uma hora de interrogações? O que mudou para, de repente, não mais do que de repente, o que foi uma unanimidade nesta Casa se transformasse numa derrota em que o Governo, com uma ampla maioria, perdeu por mais de 100 votos de diferença?

Dizem que a Presidenta vai vetar. Ela realmente ficou em uma posição muito delicada, para o Congresso Mundial, a Rio+20, agora no Rio de Janeiro.

Estranho como membros da sua bancada mudaram de posição.

São essas as dificuldades da Presidenta da República. São essas dificuldades que ela vai ter aqui no Congresso, na CPMI.

Eu vi, a imprensa publicou. Ela almoçou com o ex-Presidente da República Lula ontem. E a imprensa publicou que o ex-Presidente insistia em explicar para a Presidenta que a CPMI iria se desenvolver de uma maneira natural, não atingindo o Governo. A resposta da Presidenta eu faço questão de repetir desta tribuna. Ela teria dito: "Eu apenas digo que quem aparecer nas gravações com fato negativo eu demito do Governo". Essa afirmativa é muito profunda.

Em nenhum momento, o Fernando Henrique, Presidente da República, em nenhum momento, o Lula, Presidente da República, disse alguma coisa semelhante. Ela disse.

Quando o Presidente Lula disse para ela que ficasse tranquila porque as questões não atingiriam o Governo, ela respondeu: "Quem aparecer nas gravações com fato negativo e pertencer ao Governo eu demito".

Eu acho que ela tem que fazer isso. Ela não pode se dobrar.

A imprensa está contando de uma maneira muito estranha, muito estranha, que um determinado partido, um partido muito importante, muito grande, nomeou parlamentares do terceiro escalão. E o motivo da nomeação de parlamentares de terceiro escalão seria esperar que houvesse a confusão, para, quando houver a confusão, o Governo pedir "por favor" para que o primeiro escalão entrasse em campo. O primeiro escalão, aquele que "é dando que se recebe".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Meu caro Senador Pedro Simon, eu gostaria de convidá-lo a presidir e, assim, termos a honra de ter V. Ex^a como presidente desta sessão, até porque sou o próximo orador inscrito.

O Sr. Delcídio do Amaral deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador Pedro Simon, Presidente,

Senadores e Senadoras, eu venho aqui nesta quinta-feira ao plenário do Senado, até porque a Comissão de Assuntos Econômicos hoje é uma comissão, como sempre foi, mas especialmente nesses últimos tempos, talvez o foro mais adequado para a discussão dessa pauta econômica do governo, absolutamente fundamental para o progresso do Brasil, para a competitividade brasileira e para o crescimento do nosso País.

Nesta semana, completamos um processo de votação difícil, polêmico, que foi o Projeto de Resolução nº 72. Sei que alguns Estados, como Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, vão sofrer com isso, mas ao mesmo tempo vejo uma iniciativa positiva do Ministro Guido Mantega no sentido de promover as compensações necessárias, que, se bem administradas pelos governadores, os portos de Santa Catarina e do Espírito Santo continuarão sendo competitivos e portos importantes dentro da logística do País, no processo de comercialização de produtos, seja de produtos exportados, seja de produtos importados. Mas, para o Brasil, foi muito importante a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Resolução nº 72, porque cria as condições necessárias para que as empresas brasileiras tenham condições de competir com os importados. Com os incentivos adotados era uma concorrência absolutamente desequilibrada, prejudicando quem está aqui, quem gera emprego aqui, quem investe aqui, quem gera renda e sempre acreditou no Brasil.

O meu Mato Grosso do Sul... Existia, inclusive, um artigo, Senador e Presidente Pedro Simon, que falava sobre o gás natural boliviano; e a sensatez e a lucidez das discussões levaram-nos a retirar esse artigo, porque ele não tinha nenhuma legitimidade e muito menos era constitucional. Com isso nós preservamos os recursos do ICMS do gás natural boliviano que hoje representam 25% da arrecadação do nosso Estado. O gás natural fazendo o seu papel na geração de energia, no comércio, na indústria e agora na produção de fertilizantes. A partir do etano, do propano, dos gases nobres que vêm no gás da Bolívia, que é basicamente metano, que é o mais pobre deles, mas o etano e o propano propiciando, em Três Lagoas a produção de amônio e uréia, fundamental, uma vez que o Brasil é dependente de insumos para a agricultura.

E, Sr. Presidente, é evidente, alguns setores do meu Estado podem ter sofrido alguma coisa, eventualmente algumas indústrias, na região do bolsão do meu Estado, mas nós não fazemos omelete sem quebrar ovo, Senador Gim Argello, e se pode haver alguns prejuízos com indústrias que importavam, por exemplo, aço e que agora vão ter que comprar o aço aqui no Brasil, isso é absolutamente – isso que aconteceu e eventualmente até em outros setores industriais – natural. Essa medi-

da que nós tomamos, ela traz consequências pontuais e tópicas, mas absolutamente administráveis, porque, acima de tudo, o Projeto de Lei nº 72 ajuda o Brasil, inegavelmente, tanto é que votação desse projeto foi absolutamente inquestionável – foram 56 votos a favor.

Sr. Presidente, agora temos novos desafios, nós temos aí o *e-commerce*, brilhantemente relatado pelo Senador Renan Calheiros na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Faremos agora uma discussão de mérito na Comissão de Assuntos Econômicos, para que essa PEC venha ao plenário do Senado.

Meu caro Senador Pedro Simon, meu caro Senador Renan, o comércio eletrônico cresce, em média, 25% ao ano. Só no ano passado movimentou no Brasil R\$20 bilhões. Alguns Estados vão ser prejudicados? Serão, mas não são perdas. Eles vão deixar de ganhar aquilo que, merecidamente, os outros Estados precisam efetivamente receber porque os compradores estão em outros Estados, que não recolhem absolutamente nada de ICMS em função dessas compras pela Internet.

Então, esse é um desafio importante, uma pauta econômica fundamental.

E depois, a discussão da indexação das dívidas. É importante, meu caro Senador Pedro Simon, nós não podemos esquecer o percentual da Receita, que tem que ser trazido para esse debate. Senador Renan, existem Estados que estão recolhendo 15% das receitas, e os governadores estão se articulando para trazer uma proposta para que eles venham a recolher 9% da receita porque essa diferença vai ser aplicada em educação, em saúde, em segurança pública, em infraestrutura, de que os Estados precisam.

E importante registrar também o indexador. O meu Estado, Senador Pedro Simon, Senador Renan, Senador Gim Argello, devia R\$2,2 bilhões, R\$2,2 bilhões, pagou, depois do acordo, R\$5,4 e deve R\$7,2 bilhões. Então, é uma dívida simplesmente impagável. E nós, o Senado Federal, que somos a Casa da Federação, sem dúvida nenhuma precisa fazer esse debate, essa discussão.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria fazer essa observação. São temas que o Senado tem discutido intensamente e eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, não poderia deixar de registrar essa pauta.

Mas, de certa maneira, imitando V. Ex^a, fazendo o resumo de outros fatos aqui ocorridos, ao longo desta semana, eu gostaria de registrar a votação do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Nós fizemos um esforço intenso aqui no Senado Federal, discutindo democraticamente em inúmeras audiências públicas o texto do Código Florestal. Uma discussão em que todo

mundo cedeu. E o mais importante, Senador Pedro Simon, se os ambientalistas não ficaram satisfeitos e nem os ruralistas, é sinal que conseguimos fazer um texto equilibrado. Se não foi o melhor, foi um texto razoável.

Não tenho dúvida, e V. Ex^a foi muito claro aqui, de que a Presidenta Dilma vai vetar esses pontos que foram modificados. Não tenho dúvida nenhuma e o próprio voto vai refletir muito positivamente na Rio+20, que vai acontecer agora no mês de junho. Essa era uma peça que gastamos muito tempo, gastamos a nossa cultura, nossa experiência, democraticamente discutindo os principais aspectos e o trabalho excepcional de vários Senadores. E cito aqui o Senador Luiz Henrique, o Senador Jorge Viana e todas as comissões que debateram esse assunto. Lamentavelmente, não tivemos um final feliz ontem e a Presidente Dilma, sem dúvida nenhuma, vai vetar as mudanças que ocorreram ontem na Câmara dos Deputados.

Se alguém tinha intenção de constranger o Governo, acho que o Governo vai sair melhor do que entrou nesse debate em função dos vetos.

Sr. Presidente, também não poderia deixar de registrar um outro tema que foi amplamente debatido que são os **royalties** de petróleo. Foi discutido intensivamente no Senado, agora está sendo discutido...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Delcídio do Amaral...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Com certa emoção, não nego, faço um aparte a V. Ex^a. O grande Spike Lee, que veio ao Brasil gravar com o Presidente Lula, gravar com a Presidenta Dilma, gravar com Romário, e por sorte na vida e não pela competência mas pela nossa caminhada, Senador Renan, Senador Gim, como único Senador negro ele também me deu a honra de vir gravar comigo para que fale um pouco da caminhada do povo negro no Brasil. Fiz questão de quebrar o protocolo, disse a ele que aqui só se entra de terno e gravata mas que ele entraria com a sua camisa, que ele diz ser o instrumento de trabalho dele. Quero só fazer esse aparte, esse registro. O Senador Simon, que fez um discurso belíssimo na tribuna – e que está presidindo – defendendo as quotas. Aqui, meu querido Spike Lee, todos defendem a política de quotas; todos os Senadores que estão no plenário neste momento defendem. Ele acompanhou o julgamento no Supremo, vai fazer a gravação, e é claro que este momento ajuda também, Senador Renan, Senador Simon, Gim, Senador Delcídio para que a Casa também vote, transformando em lei, definitivamente, aquele projeto que está lá na CCJ. Era isso, obrigado a todos, e permitam

uma salva de palmas para ele, porque ele foi decisivo no Supremo pela decisão tomada. (*Palmas.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim, diretor Spike Lee também. Nós acompanhamos tudo aquilo que o diretor Spike Lee produziu ao longo da sua profissão, da sua história, o filme absolutamente inesquecível Malcolm X, com uma interpretação extraordinária de Denzel Washington, um filme absolutamente histórico, que eu não podia deixar de registrar aqui. E de parabenizar o nosso ídolo Spike Lee.

E, Sr. Presidente, voltando ao meu discurso – gostaria que V. Ex^a relevasse um pouquinho o tempo –, eu gostaria aqui de fazer um registro sobre os **royalties** do petróleo.

Nós aqui fizemos grandes debates. V. Ex^a foi protagonista nessa discussão. E hoje esse projeto está lá na Câmara. Meu caro Senador Pedro Simon, eu vejo com muitas preocupações a aprovação dos **royalties** aqui. Os Estados querem, os Municípios querem, mas eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, que eu vejo algumas dificuldades.

Quando aprovamos aqui a legislação do pré-sal, nós obrigamos a Petrobras a ser a operadora exclusiva dos campos do pré-sal. Enquanto os **royalties** não se definirem, nós precisamos aguardar essa definição para fazer os leilões do pré-sal.

Eu pergunto: se a Petrobras obrigatoriamente tem que entrar com 30%, será que nós teremos recursos suficientes para fazer frente a esses desafios, uma vez que a Petrobras já chegou no limite do seu endividamento e, agora, para garantir investimentos precisa de caixa e, para ter caixa, muito possivelmente nós vamos ter que nos defrontar com eventual aumento de combustíveis, porque ela está importando gasolina a US\$120 e vendendo gasolina aqui a US\$80 o barril?

Portanto, são questões que me preocupam até porque todos os Estados e Municípios têm interesse na aprovação desses **royalties**, porque como V. Ex^a mesmo disse várias vezes “essa é uma riqueza do Brasil”. Não é uma riqueza só do litoral brasileiro, dos Estados onde estão localizados os principais campos de produção de petróleo e gás natural.

Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de fazer mais três comentários, novamente voltando para a área econômica. Primeiro, registrar esse fato absolutamente alvissareiro que é a redução dos juros dos bancos. Uma vitória incontestável da Presidenta Dilma e, nós, gradativamente, estamos saindo desse pesadelo de campeão de juros no mundo.

Foi um grande avanço nas taxas cobradas pelos bancos, mas acho que a Presidenta Dilma precisa olhar agora os cartões de crédito também, reduzir as taxas

de juros do cartão de crédito. Hoje, se alguém, Presidente, não pagar, de imediato, a vista, o seu cartão de crédito é inacreditável como é que isso vira uma bola de neve e o cartão de crédito fica impagável. Nove por cento, 10%, 12%, é uma diversidade de correções que inviabilizam aquela pessoa que utiliza o cartão de crédito e nem todo mundo tem condição de pagar a vista.

Nos Estados Unidos, por exemplo, se alguém pagar tudo a vista, a turma assusta porque o que vale é o histórico bancário, é o histórico de crédito, é a confiabilidade e credibilidade do cliente. Então, eu acho que temos que olhar essa questão dos cartões de crédito, acho que esse esforço, essa vitória incontestável do Governo Federal, reduzindo as taxas de juros dos bancos, ela não para por aí. Os cartões de crédito amplamente utilizados numa escala cada vez maior, temos que olhar essas taxas de juros do cartão de crédito que são absolutamente exorbitantes e inverossímeis, inacreditáveis.

Sr. Presidente, nós estamos falando aqui de industrialização, a 72, de competitividade da indústria; nós falamos aqui das dívidas dos Estados; nós falamos aqui do comércio eletrônico; falamos aqui da redução dos juros dos bancos comerciais, da necessidade agora de a gente olhar essa questão dos cartões de crédito, e há outro ponto que é fundamental para o Brasil: as tarifas de energia, Sr. Presidente.

Estamos na iminência, em 2015, de renovar as concessões. Acho que, muito possivelmente, o Governo vai se decidir pela prorrogação das concessões. Eu mesmo apresentei, o Senador Walter Pinheiro também apresentou projetos até graduais de redução de tarifas. Vamos discutir esses projetos, portanto, com um período de transição.

Agora, analisando isso de uma forma talvez mais ousada, Senador Renan Calheiros, acho que, em função dos estudos que o Governo está fazendo no que se refere à amortização de ativos de geração, transmissão e distribuição, talvez seja o momento de não só, analisando caso a caso, construir uma política de tarifas compatível com o histórico de cada ativo, esperando que boa parte desses ativos, especialmente os de geração e transmissão, já estejam absolutamente amortizados e, nesse caso, garantindo uma tarifa que é basicamente de operação e manutenção. Será que não vale uma ousadia maior no sentido de não só olhar a questão das tarifas desses ativos, mas diminuir os tributos e encargos das tarifas de energia, que hoje representam quase 48% da conta que cada brasileiro e brasileira pagam? Acho que o momento será esse, para que haja um grande debate, uma grande discussão sobre esse assunto aqui no Senado Federal, na

Comissão de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos.

Acho que a Presidenta Dilma terá mais uma grande oportunidade para sinalizar um governo diferente: baixar as tarifas de energia, mas não só em função da amortização dos ativos. Porque se a gente olhar na ponta, em função dos impostos e dos encargos em cascata, o impacto no consumidor final vai ser muito pequeno, Sr. Presidente.

Portanto, precisamos ter uma atitude mais agressiva. E qual é a atitude mais agressiva? Mexer nos impostos. Por exemplo, PIS/Cofins das contas de luz. Mexer nos encargos, a RGR.

Se nós estamos renovando as concessões, aí muito possivelmente o Governo vai apresentar uma PEC ou nós vamos discutir aqui a elaboração de uma PEC no Senado. Se nós reduzirmos a RGR, acabarmos com a RGR, mesmo com essa renovação até 2022, 2023, isso vai causar um impacto grande na tarifa final.

Nós temos, Sr. Presidente – e isso é importante destacar –, grandes consumidores de energia que estão discutindo inclusive o encerramento das suas operações. Eu quero citar aqui um *smelter* da Alcoa, no Maranhão. Esse *smelter* consome 70 megawatts, na base, *flat*, operando 24 horas por dia. É quase o consumo da ponta do meu Estado, Mato Grosso do Sul. E em função do valor dessas tarifas, muitas operações estão ficando inviabilizadas.

Portanto, é um momento especialíssimo, Sr. Presidente, para a gente ousar mais. Mesmo considerando uma proposta que apresentei, de transição, eu acho, Senador Gim, que o Governo precisa analisar acuradamente a situação de cada ativo, para construir uma tarifa real, porque tem ativo em que, às vezes, a concessão vai acabar agora, só que ele não está amortizado ainda, porque parou a obra, porque teve custos adicionais.

Então, eu sinto que o Governo está muito preocupado com isso, legitimamente, corretamente. Mas nós não podemos parar, Senador Gim, só numa avaliação nesse nível, ou seja, das tarifas, com a prorrogação, as tarifas que vão ser cobradas de operação e manutenção ou agregando alguma coisa de amortização no futuro, a partir dessa prorrogação. Nós temos de ser mais ousados. E para cair a tarifa mesmo, tem de mexer em tributo, tem de mexer em encargo. E eu acho que a Presidenta Dilma, por ser uma especialista da área, terá todas as condições necessárias para arbitrar esse debate. E, evidentemente, quem ganha com isso é o Brasil.

Quer dizer, nós temos aí um cenário extremamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Para fazer essa desoneração.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E fazer essa desoneração, com certeza, Senador Renan. O Brasil vai bater palmas para a Presidenta Dilma de novo; ela, que está tão bem avaliada. É mais um ponto na gestão do Governo da Presidenta Dilma. E o Brasil todo espera por isto, quer dizer, por medidas que efetivamente garantam essa competitividade e esse novo cenário em que vamos conviver: de apoio à indústria, à competitividade, à qualidade dos nossos produtos, de defesa de quem aqui investiu, aqui produz e aqui gera emprego; de renegociação, com os Estados, da dívida; de trazer mais recursos para os Estados, oriundos da comercialização do *e-commerce*, da comercialização pela Internet, e a discussão efetiva, agora, com a redução dos juros dos bancos, de nós reduzirmos também os juros dos cartões de crédito.

E, para completar, aproveitando essa renovação das concessões, a prorrogação das concessões, mexer nas tarifas de energia elétrica, não só olhando a questão da operação, da manutenção e da amortização dos ativos, mas mexer nos tributos, PIS/Cofins, e nos encargos RGR, até porque, se estamos renovando a concessão, por que a RGR tem que continuar existindo?

Esse é um debate importantíssimo, é parte fundamental do debate aqui do Senado Federal e, sem dúvida alguma, acho que dessa maneira estamos contribuindo para um Brasil melhor, um Brasil onde as pessoas vão compreender o esforço que nós estamos fazendo para que elas tenham custos menores, para que elas tenham qualidade de vida e para que elas tenham perspectivas na construção de um grande futuro, de um Brasil fraterno, de um Brasil solidário, de um Brasil progressista e, acima de tudo, de um Brasil cidadão.

Eu quero agradecer, Sr. Presidente, a paciência de V. Ex^a, a tolerância, e quero dizer que é uma alegria muito grande falar aqui, tendo esta sessão do Senado presidida por V. Ex^a, também com a presença dos Senadores e Senadoras, especialmente aqui destacando o Senador Renan e o Senador Gim Argello.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Olha, as teses apresentadas por V. Ex^a, Senador, elas são tão importantes que V. Ex^a deveria atravessar a rua e falar pessoalmente à Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, mas eu já falei. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O plano de Governo que V. Ex^a falou, que V. Ex^a apresentou, as idéias, são tão importantes que lhe aconselho: atravesses a rua, vai ali e fale com a Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Não, mas nós temos conversado. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS)

– Mas ela, ainda, não ouviu. Repete para ela.

Os Líderes vão falar? Não há mais nenhum orador inscrito.

Com a palavra o Líder do Governo. Perdão, com a palavra o Líder do PMDB. (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Senador Gim Argello, Sr^as e Srs. Senadores, o Senado está discutindo e votando importantes matérias relativas ao pacto federativo. Há pouco, e o Senador Pedro Simon tem razão, ouvimos uma importante intervenção do Senador Delcídio Amaral sobre esse tema, envolvendo principalmente a repactuação da partilha de recursos tributários.

O fim do incentivo ao produto importado, à mercadoria importada, a necessária mudança do indexador da dívida dos Estados, a distribuição dos **royalties** do petróleo, que já aprovamos aqui no Senado Federal, está tramitando na Câmara e precisa, rapidamente, ser aprovado na Câmara dos Deputados. E, Sr. Presidente, também vamos ter que votar, até o final do ano, os novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estado em função de decisão tomada com relação à constitucionalidade dos critérios existentes pelo Supremo Tribunal Federal.

Dentro desse propósito, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, coube-me a tarefa de relatar uma importante matéria no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. Trata-se do ICMS sobre o comércio eletrônico. De fato, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o faturamento das vendas no comércio eletrônico saltou – e há pouco o Senador Delcídio lembrou isso – de R\$500 milhões, em 2001, Senador Gim Argello, para R\$23 bilhões, em 2012. Além disso, tivemos um incremento significativo no número de consumidores dessa modalidade que evoluiu de um para 30 milhões de consumidores. Nesse contexto, o Brasil já é o quinto país do mundo com o maior número de usuários da Internet, cerca de 80 milhões de pessoas, dentre as quais 27 milhões efetuam compras eletrônicas. Isso se deve, sobretudo, aos avanços e conquistas recentes no campo das políticas sociais. Tivemos, verdadeiramente, melhorias nos indicadores de emprego e renda da população brasileira, fato que impulsionou mais ainda o segmento do comércio eletrônico, facilitando o acesso de camadas sociais antes excluídas até mesmo do comércio de produtos básicos.

Esse novo cenário, Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, gerou inúmeros benefícios para o cidadão

comum e, apesar disso, acarretou, também, algumas distorções econômicas para os Estados em razão do modelo tributário atualmente aplicado ao comércio eletrônico. Grande parte das lojas virtuais é sediada em poucos Estados da Federação, geralmente os mais ricos e mais desenvolvidos que ficam com a totalidade do ICMS arrecadado no comércio eletrônico. De modo que os Estados não estão querendo apenas a divisão desses impostos do comércio eletrônico. Os Estados estão, fundamentalmente, querendo aquilo a que têm direito.

Quando as pessoas falam que os Estados mais ricos, os Estados produtores vão perder recurso, não é exatamente isso, Sr. Presidente. Os Estados não vão perder. Os Estados produtores vão deixar de tomar os recursos que estão tomando dos Estados consumidores – lamentavelmente, é isso que está acontecendo no País.

Não podemos esquecer que as regras do ICMS – é importante que se diga, Senador Gim Argello –, foram editadas há quase meio século, num período em que não se pensava sequer na possibilidade de um comércio tipicamente virtual. Aliás, a própria Constituição Federal de 1988, na sua parte tributária, não prevê um modelo específico para o comércio eletrônico.

Na ausência de uma previsão jurídica específica para tal modalidade e na perspectiva de buscar um equilíbrio financeiro entre os Estados, 20 Estados da Federação firmaram um protocolo no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), para cobrança de adicional de alíquota nas vendas eletrônicas diretas ao consumidor. Porque o que caracteriza esse comércio, Sr. Presidente, cuja partilha de impostos terá de ser feita com os Estados, é exatamente isto: o comércio típico, eletrônico, onde quem compra é o consumidor final, pessoa física. É essa modalidade de comércio que precisa ter uma distribuição de impostos partilhada com todos os Estados da Federação, deixando que essa distorção continue, que é a continuidade da distribuição única desses impostos desse comércio eletrônico, ou não presencial, para o Estado produtor. Infelizmente, repito, é o que está acontecendo.

Isso, Sr. Presidente, tem sido questionado nos tribunais por questões de tributação, principalmente. Todos nós sabemos que essa decisão do Confaz só é possível ser feita no Brasil com a participação da unanimidade dos Estados, o que, nos tempos em que vivemos hoje, em função dos conflitos óbvios, legítimos de interesse de cada um, é difícil, difícil mesmo de acontecer.

O Senado, que é a Casa da Federação, vai cumprir o seu papel e apresentar uma solução para o impasse.

Precisamos equilibrar a distribuição da arrecadação do ICMS nessa modalidade de comércio, beneficiando, repito, os Estados mais pobres.

Existem, Sr. Presidente, atualmente três propostas meritórias e importantes para corrigir essas distorções: a PEC nº 103, do Senador Delcídio do Amaral; a PEC nº 56, do Senador Luiz Henrique; e a PEC nº 113, do Senador Lobão Filho.

Acolhendo e aperfeiçoando pontos dessas três proposições, apresentamos nosso relatório, que traz um modelo que julgo equilibrado no sentido de corrigir as atuais distorções e melhorar a situação dos Estados mais pobres da Federação, acolhendo também, Sr. Presidente, uma regra que já existe na Constituição Federal, com relação a outros produtos, com relação a outras mercadorias, com relação a outros serviços. Nesse sentido, o Estado de destino ficará com o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual.

Apenas para ilustrar, supondo uma alíquota média de 17%, o Estado destinatário ficará com 10% e o de origem com 7% do imposto, nas operações efetuadas, Sr. Presidente, entre os Estados do Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Espírito Santo, por exemplo.

Segundo estimativas, isso representa um acréscimo de cerca de R\$2,3 bilhões para os Estados mais pobres da Federação.

Essa redistribuição certamente é compatível com a meta constitucional de redução das desigualdades regionais e com os objetivos de erradicação da pobreza extrema no nosso País.

Chamo a atenção para o fato de que, nos termos da nossa proposta, do nosso relatório, do nosso parecer, as regras de partilha do ICMS se aplicarão não somente ao comércio eletrônico, mas a todas as modalidades de venda não presencial.

Em suma, nossa proposta é uma convergência, um aperfeiçoamento das propostas dos Senadores Delcídio do Amaral, Luiz Henrique e Lobão Filho, que, com muita dedicação, se ocuparam com tão importante e complexa matéria.

Espero, portanto, que as lideranças partidárias desta Casa e os Senadores encaminhem na direção de votarmos rapidamente esta matéria do comércio eletrônico e não presencial na Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente aqui no plenário do Senado Federal.

Tenho certeza de que o modelo que adotamos no nosso relatório trará mais recursos para Estados que hoje não recebem nenhum benefício do comércio eletrônico. Isso significa mais renda e capacidade de investimentos públicos para essas localidades.

Lembro que o Presidente José Sarney assumiu o compromisso, com os líderes partidários, de avan-

çar, em 2012, no aperfeiçoamento do nosso modelo federativo.

O nosso relatório sobre o ICMS no comércio eletrônico e não presencial, portanto, é uma das primeiras respostas do Senado a mais esse compromisso institucional assumido pelo Presidente da Casa.

Temos, Sr. Presidente, uma agenda positiva para o Brasil e para a Federação. E o PMDB está comprometido com essas melhorias e com o efetivo equilíbrio federativo.

A aprovação de matérias como a do ICMS no comércio eletrônico, Sr. Presidente, é fundamental para garantir a governabilidade e o crescimento econômico sustentado e com justiça social. É muito importante, já disse e repito para encerrar, que possamos priorizar essa agenda. Os Estados não podem esperar. Votar pela partilha desses impostos do comércio eletrônico, das vendas não presenciais significa devolver aos Estados a melhor capacidade de investir na educação, de investir na saúde, de investir principalmente na segurança pública de uma sociedade que exige respostas, cada vez mais respostas em função do agravamento, do aumento da criminalidade com o que o Brasil hoje se debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a. Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124, DE 2012

Insere no rol de crimes hediondos os crimes tipificados no Código Penal que correspondam aos atos de improbidade administrativa referidos nos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.429, de 25 de junho de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
VIII – os crimes dolosos contra a Administração Pública descritos Título XI da Parte Especial do Código Penal, tentados ou consumados, cujas condutas correspondam a ato de improbidade administrativa definido nos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.429, de 25 de junho de 1992.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As incessantes notícias de corrupção generalizada são um nítido sinal de que a resposta penal para os crimes contra a Administração não é suficiente para a eficácia da prevenção geral do delito. Ou seja, quando se trata de corrupção, o crime compensa.

Ora, nem é preciso aqui discorrer sobre a nocividade da corrupção, que gera pobreza e injustiça, afasta os investidores externos e expõe a ridículo as autoridades nacionais. Esse tipo de crime, mais do que qualquer outro, atinge a sociedade como um todo. O sujeito passivo dos crimes de corrupção não é, verdadeiramente a Administração, pois o Estado nada mais é do que criação cultural do homem; o verdadeiro sujeito passivo são todos os indivíduos da sociedade, que perdem com a sangria financeira e patrimonial sofrida pelo Estado, que, em última instância, precisará sempre tributar o povo cada vez mais.

Requerem especial atenção as condutas que acarretam enriquecimento ilícito do agente e/ou prejuízo ao erário. De forma genérica, essas condutas são descritas nos arts. 9º e 10 da Lei de Improbidade Administrativa. Embora essa Lei não defina crimes propriamente, a maioria dos atos de improbidade a que aludem os mencionados dispositivos se enquadraram ou correspondem a tipos constantes do Código Penal.

Assim, ante a necessidade de endurecer a resposta penal para a corrupção, o presente projeto inclui no rol de crimes hediondos os atos de improbidade administrativa descritos nos arts. 9º e 10 da Lei de Improbidade, desde que correspondam a crimes tipificados no Código Penal.

Certos de que a proposição é oportuna e conveniente, pedimos que os nobres Pares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador Cyro Miranda.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Mensagem de veto

Texto compilado

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras provisões.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, in fine), extorsão qualificada pela morte, (art. 158, § 2º), extorsão mediante seqües-

tro e na forma qualificada (art. 159, **caput** e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro (art. 213, **caput** e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994)

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

II – latrocínio (art. 157, § 3º, in fine); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

III – extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

IV – extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

V – estupro (art. 213 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

VI – atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

V – estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VI – estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VII – epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

VII-A – (VETADO) (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

VII-B – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

Art. 2º

LEI N° 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Texto compilado

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

Seção I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I – receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

IV – utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

V – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narco-

tráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

VI – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

VII – adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

VIII – aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

IX – perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

XI – incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII – usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

Seção II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I – facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

II – permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III – doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

IV – permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

V – permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

VI – realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

VII – conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VIII – frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

IX – ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X – agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI – liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII – permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

XIII – permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

XIV – celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei; ([Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005](#))

XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei. ([Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005](#))

Seção III

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 125, DE 2012

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar a vedação de recusa de atendimento em situação de risco iminente de vida ou de lesão grave.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 22-A:

“Art. 22-A. É vedada a recusa de atendimento médico-hospitalar, por prestador de serviços privados de assistência à saúde, à pessoa que se encontrar em situação de risco iminente de vida ou de lesão grave.

§ 1º O atendimento a que alude o *caput* deverá ser prestado até o momento em que o paciente apresentar condições para ser transferido para outra unidade hospitalar de sua escolha ou da rede pública.

§ 2º O prestador de serviços privados de assistência à saúde será resarcido das despesas decorrentes da prestação do atendimento referido no *caput* pela operadora do plano privado de assistência à saúde do qual o paciente é beneficiário ou, quando este não for vinculado a nenhum plano de saúde, pelo Sistema Único de Saúde, segundo dispuser o regulamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A vida e a integridade física são bens da pessoa humana que o Estado tem obrigação de garantir.

A Constituição Federal e a Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – garantem o direito de a iniciativa privada atuar na prestação de ações e serviços de saúde à população, o que não significa que a saúde deva ser tratada como mera mercadoria. Ao contrário, o setor privado que decide atuar no campo da saúde deve-se reger por normas éticas condizentes com a concepção abrigada pela Carta Magna, de que o direito à vida e à saúde são bens superiores a serem preservados.

É injustificável e inaceitável que interesses comerciais se sobreponham ao interesse maior, que é o da preservação da vida. Não se pode admitir a recusa ao atendimento, em caráter emergencial, de pessoas em risco iminente de morte ou de lesões graves e ir-

reparáveis, sob alegação de falta de garantias de pagamento pela atenção a ser realizada.

Assim, ao mesmo tempo em que se garante que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, é necessário que a lei estabeleça as responsabilidades mínimas que daí decorrem.

Gostaríamos de esclarecer, por fim, que, apesar de estarmos cientes de que o ordenamento jurídico atual assegura, de modo geral, por meio de diplomas legais esparsos, o atendimento hospitalar em caráter emergencial, julgamos necessário que a matéria seja disciplinada por meio de dispositivo único. Desse modo, facilitar-se-ia, sobremaneira, a aplicação de lei pelos operadores do Direito, e a população seria favorecida mediante legislação mais clara e, certamente, com a redução de decisões judiciais conflitantes.

Pelo alcance social da medida proposta, conclammos os nobres Pares a emprestarem o seu apoio para que o presente projeto de lei prospere.

Sala das Sessões, – Senador **Cyro Miranda.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

Mensagem de veto

Regulamento

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO III

Dos Serviços Privados de Assistência à Saúde

CAPÍTULO I Do Funcionamento

Art. 20. Os serviços privados de assistência à saúde caracterizam-se pela atuação, por iniciativa própria, de profissionais liberais, legalmente habilitados, e de pessoas jurídicas de direito privado na promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 21. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Art. 22. Na prestação de serviços privados de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às condições para seu funcionamento.

Art. 23. É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistê-

cia à saúde, salvo através de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.

§ 1º Em qualquer caso é obrigatória a autorização do órgão de direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), submetendo-se a seu controle as atividades que forem desenvolvidas e os instrumentos que forem firmados.

§ 2º Excetuam-se do disposto neste artigo os serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social.

CAPÍTULO II

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. nº 24/2012/GLBUF/SF

Brasília, 25 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirigo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Eduardo Amorim para integrar, como membro Suplente, a Comissão de Assuntos Sociais – CAS desta Casa, em substituição ao Senador Gim Argello.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. nº 116/2012/CMA

Brasília, 25 de abril de 2012

Assunto: Designação de membros para a Subcomissão Permanente de Acompanhamento de Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscaliza-

ção o Controle (CMA) do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência a alteração da composição da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA Copolim, em conformidade ao artigo 89), inciso IV, do Regimento Interno.

Em anexo, segue a composição atualizada, com as alterações proposta grifadas em vermelho.

Meus cordias cumprimentos, – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 - CMACOPOLIM

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (3)

(9 titulares e 9 suplentes)

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)(5)		
Rodrigo Rollemberg(PSB)	DF 6640	1 Antônio Carlos Valadares(PSB)
Pedro Taques(PDT)	MT 6550 e 3303- 6551	2 Vanessa Grazziotin(PC DO B)(4)(7)
Aníbal Diniz(PT)	AC 4546 / 3303- 4547	3 Acir Gurgacz(PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)(9)		
Sérgio Souza(PMDB)	- -	1 Valdir Raupp(PMDB)
Eunício Oliveira(PMDB)	CE 6245	2 Waldemir Moka(PMDB)
Eduardo Braga(PMDB)	AM 6230	3 Lobão Filho(PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)		
Cícero Lucena(PSDB)	PB 5800 5805	1 Flexa Ribeiro(PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP 6063/6064	2 Jayme Campos(DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)(9)		
Blairo Maggi(PR)		1 Vicentinho Alves(PR)
		- -

- (1) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 26 de fevereiro de 2011.
- (2) Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- (3) Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
- (4) Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDABG)
- (5) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (6) Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- (7) Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- (8) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (9) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Reunião:

Secretário: Leamy Barreiro de Sousa Lemos

Tel. da Sala de Reunião:

Telefones da Secretaria: 3311-3519

Fax: 33111060

E-Mail: leanys@senado.gov.br

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2012

Altera o *caput* do art. 44 e acrescenta o art. 44-A à Constituição Federal para criar o Conselho Nacional do Legislativo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Conselho Nacional do Legislativo.

....." (NR)

"Art. 44-A. O Conselho Nacional do Legislativo, órgão com sede na Capital Federal, é constituído por quinze membros titulares e igual número de suplentes, com mais de vinte e um e menos de sessenta e seis anos de idade, eleitos para mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – seis Deputados;

II – seis Senadores;

III – três cidadãos, de reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados, um pelo Senado Federal e um, alternadamente, por essas Casas Legislativas.

§ 1º A escolha dos Deputados e Senadores observará, quanto possível, na respectiva Casa Legislativa, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares não representados.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente do Senado Federal.

§ 3º O Conselho será presidido pelo parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, que votará em caso de empate.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Legislativo Federal e o cumprimento dos deveres constitucionais e regimentais dos Deputados e Senadores, cabendo-lhe, na forma do regimento comum do Congresso Nacional:

I – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos e dos atos normativos regulares expedidos pelas Casas do Congresso Nacional;

II – receber, conhecer e julgar das denúncias contra Deputados e Senadores, podendo arquivá-las ou instaurar processo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

III – na hipótese do inciso II, se o parecer do Conselho concluir pela procedência do processo, este será enviado à Mesa da Casa Legislativa a que pertencer o parlamentar denunciado para as providências cabíveis, na forma do art. 55, §§ 2º e 3º;

IV – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Legislativo Federal e as atividades do Conselho, o qual deve ser remetido aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por ocasião da abertura da sessão legislativa.”

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de Emenda à Constituição cria, nos moldes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional do Legislativo, que terá as relevantes funções de controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Legislativo Federal e o cumprimento dos deveres constitucionais e regimentais por parte de seus membros.

A composição mista do Conselho, que será formado por Deputados Federais, Senadores e membros da sociedade civil, tem o objetivo de resgatar a imparcialidade na apreciação de representações, dificultando acordos freqüentemente verificados entre membros do Conselho de Ética em cada Casa Legislativa, que levam a não responsabilização de parlamentares que infringem seus deveres, em especial por meio da quebra de decoro.

Diante da inconveniência de se esmiuçar no texto constitucional as normas referentes à atuação do Conselho, atribuímos ao Congresso Nacional a prerrogativa de regulamentar, no regimento comum, o funcionamento e a competência desse novo órgão do Poder Legislativo Federal.

Dada a relevância da proposição, contamos com o apoio dos senadores e senadoras para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CRISTOVAM BUARQUE

1

2

3

4

ALVARO DIAS

ANTONIO ALBOS VALADARES

Alejandro Tello

MELVIN TELLO

6 HUMBERTO Costa

7 LÍCIA DA MATTA

8 AMYILLE

9 Pantoja Davis

10 Elio Chacá

11 Janil Campos

12 RANDOLFE RODRIGUES

13 Raimundo Mala

14 Tintípero

15 Rodrigo Rollemberg

16 Alvaro Dias

17 Cícero Adams

18 Bair

19 Ivo Cassol

20 Pedro Simon

21 Inácio Quintela

22 Luciano Bivar

23 Léo Góes

24 João Durval

25 Bruno Araújo

Chamada Ponto

Lúcio

Jairinho Vasconcelos

Lindberg Farim

Paulo Davis

26272930

Kelvin *Alexander*
José Agripino
Antônio Braga (P.R.) *Antônio Braga*

Legislação Citada

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
Seção I
DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo Único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 452, DE 2012

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre Aviso nº 11, de 2012, que *encaminha cópia do Acórdão nº 11.914/2011 - TCU - 2ª Câmara, referente à representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT), em razão da ocorrência de possíveis irregularidades na concessão de títulos de domínio, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso (TC 021.788/2008-5).*

RELATOR: Senador **BLAIRO MAGGI**

I – RELATÓRIO

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabe-me relatar o Aviso nº 11, de 2012, atinente ao Acórdão nº 11.914, de 2011.

O supracitado Acórdão foi encaminhado ao Senado Federal pelo Presidente do TCU por meio do “Aviso nº 311-Seses-TCU- 2ª Câmara”, de 6 de dezembro de 2011, data em que ocorreu a Sessão Extraordinária na qual o mesmo foi proferido pela 2ª Câmara daquela Corte de Contas.

Refere-se ao processo TC 021.788/2008-5, que resulta de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT), em razão da ocorrência de possíveis irregularidades na concessão de títulos de domínio, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Mato Grosso.

O Acórdão nº 11.914, de 2011, é subscrito pelo Presidente do TCU, pelo relator da matéria e pela Subprocuradora-Geral junto àquela corte

de contas, respectivamente, Ministro Augusto Nardes, Ministro Substituto André Luis de Carvalho e Representante do Ministério Público junto ao TCU – Cristina Machado da Costa e Silva.

O Aviso nº 11, de 2012, foi distribuído somente à CRA.

II – ANÁLISE

A análise de Avisos encaminhados à apreciação desta Casa enquadra-se nas competências de controle do Congresso Nacional sobre as entidades integrantes da administração pública, de que trata o art. 70 da Constituição Federal de 1988, exercidas com o auxílio do Tribunal de Contas da União, conforme o art. 71 da Carta Magna. Ademais, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a colonização e reforma agrária, no termos do art. 104-B, inciso XIV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No caso em tela, cabe destacar que, por meio do processo TC 021.788/2008-5, o TCU realizou auditoria em que examinou representação oferecida pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT), em razão da ocorrência de possíveis irregularidades na concessão de títulos de domínio, sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso (Incra/MT).

Como conclusão geral, o relatório do TCU entendeu que, nos processos de regularização fundiária analisados, não havia elementos que justificassem a adoção do valor ‘mínimo do mínimo’ para a regularização fundiária de posseiros, o que levou aquele Tribunal a concluir que o gestor ao definir tais preços agiu sem respaldo legal.

Em consequência, por meio do Acórdão nº 11.914, de 2011, o TCU tomou medidas para corrigir e evitar danos ao erário público, como pode ser depreender no excerto do Acórdão, a seguir reproduzido:

.....

9.2. determinar ao Incra, com fulcro no art. 8º da Lei nº 8.443/1992 e no art. 3º, § 3º, da Instrução Normativa TCU nº 56, de 5/12/2007, que adote providências para a imediata instauração de tomadas de contas especiais para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, incluindo aí os beneficiários dos títulos de propriedade, e quantificação do dano já incorrido, em relação a todos os processos de concessão de título de regularização fundiária emitidos durante a

gestão do Sr. Leonel Wohlfahrt, ex-superintendente do Incra/MT, que foram titulados com base no valor “mínimo do mínimo”, extremamente inferior ao valor de mercado dos imóveis à época, em desconexão com a legislação que rege a matéria, desconsiderando, inclusive, parâmetros de preços fixados pela própria regional mais de dois anos antes para cada município do Estado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, informações detalhadas sobre todas as medidas adotadas;

9.3. determinar à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário que proceda à revisão de todos os processos de concessão de títulos de regularização fundiária efetuados sob a gestão do Sr. Leonel Wohlfahrt, ex-superintendente do Incra/MT, quanto aos aspectos de legalidade dos procedimentos adotados e regularidade dos pagamentos devidos, e apresente os resultados do trabalho a este Tribunal no prazo máximo de 120 dias, verificando ...”

.....
9.4. dar ciência desta deliberação à Controladoria Geral da União – CGU, recomendando que efetue o exame de fatos semelhantes que eventualmente possam ocorrer ou estejam ocorrendo em outras superintendências regionais do Incra, adotando as providências de sua alçada para a resolução da matéria;
.....

É importante ressaltar que o TCU agiu eficazmente na análise técnica dessa questão. Não nos parece razoável que, quando a União deva indenizar as terras da reforma agrária, o faça em valor superior ao de mercado. Da mesma forma, não é justo que, quando se vão regularizar terras ocupadas por posseiros, essa mesma União receba o mínimo do mínimo, como descrito pelo TCU, sem qualquer respaldo legal.

A nosso ver, o TCU também agiu com tempestividade e diligência para preservação do interesse público e para garantia dos recursos do contribuinte brasileiro, razão que merece toda nossa consideração. O Incra, por seu turno, deve dar respostas igualmente adequadas para que problemas dessa natureza não se repitam.

Nesse contexto, ao discutir a questão, como estamos fazendo nesta ocasião na CRA, o Senado Federal encontra-se a par dessa importante questão, e – por certo – continuará acompanhando, ciente de sua responsabilidade institucional de fiscalização quanto à correta aplicação dos

recursos da reforma agrária, que ainda merece grande aprimoramento neste País.

III – VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos pelo conhecimento do Aviso nº 11, de 2012, atinente ao Acórdão nº 11.914, de 2011, e pelo seu arquivamento, nos termos do art. 133, III, do RISF.

Sala da Comissão, 19 de abril de 2012.



, Presidente
Bráulio Maggi
, Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 11, **DE** 2012

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/04/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

Sen. Acir Gurgacz

RELATOR:

Sen. Blairo Maggi

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

DELcíDIO DO AMARAL	1. ANGELA PORTELA
ANTONIO RUSSO	2. EDUARDO SUPILY
ZEZE PERRELLA	3. WALTER PINHEIRO
ACIR GURGACZ (Presidente)	4. JOÃO DURVAL
RODRIGO ROLLEMBERG	5. ANTONIO CARLOS VALADARES

BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)

WALDEMIR MOKA	1. VAGO
CASILDO MALDANER	2. ROBERTO REQUIÃO
VAGO	3. VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	4. LUIZ HENRIQUE
IVO CASSOL	5. CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA	6. JOÃO ALBERTO SOUZA

BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)

FLEXA RIBEIRO	1- ALOYSIO NUNES FERREIRA
CYRO MIRANDA	2- ALVARO DIAS
JAYME CAMPOS	3- CLOVIS FECURY

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)

SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)	1- MOZARILDO CAVALCANTI
ALFREDO NASCIMENTO	1- BLAIRO MAGGI <i>(rept./op)</i>

PSD/PSOL

SÉRGIO PETECÃO	1- KÁTIA ABREU
----------------	----------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Seção IX
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

~~Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.~~

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

LEI N° 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992.

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

TÍTULO II

Julgamento e Fiscalização

CAPÍTULO I

Julgamento de Contas

SEÇÃO I

Tomada e Prestação de Contas

Art. 8º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5º desta lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

§ 1º Não atendido o disposto no caput deste artigo, o Tribunal determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.

§ 2º A tomada de contas especial prevista no caput deste artigo e em seu § 1º será, desde logo, encaminhada ao Tribunal de Contas da União para julgamento, se o dano causado ao erário for de valor igual ou superior à quantia para esse efeito fixada pelo Tribunal em cada ano civil, na forma estabelecida no seu regimento interno.

§ 3º Se o dano for de valor inferior à quantia referida no parágrafo anterior, a tomada de contas especial será anexada ao processo da respectiva tomada ou prestação de contas anual do administrador ou ordenador de despesa, para julgamento em conjunto.

PARECER Nº 453, DE 2011

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre a Indicação nº 1, de 2010, da Senadora Marina Silva, “para que a CMA manifeste a sua posição sobre políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas junto ao Ministério das Relações Exteriores”.

RELATOR: Senador **EDUARDO BRAGA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a Indicação (INS) nº 1, de 2010, da Senadora Marina Silva. A proposição sugere que a Comissão encaminhe ao Ministério das Relações Exteriores manifestação sobre as “políticas públicas voltadas para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como [sobre] a posição do Brasil na COP16, em Cancún”.

A autora da Indicação propõe sete pontos que poderiam “constituir o pensamento da CMA”. Em linhas gerais, esses pontos incluem sugestões para que:

- (i) os negociadores brasileiros busquem um acordo amplo e vinculante no âmbito das negociações internacionais sobre clima;
- (ii) a atuação interna do governo brasileiro seja coerente com os compromissos assumidos na esfera internacional;

- (iii) o governo regulamente com urgência a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- (iv) o governo dê publicidade aos dados utilizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia na elaboração do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- (v) o governo publique anualmente estimativas de emissões totais de gases de efeito estufa para determinados setores da economia;
- (vi) o governo adote indicadores que permitam monitorar o desenvolvimento da economia de baixo carbono no Brasil; e
- (vii) o governo crie um órgão dedicado a gerir de forma eficiente e transparente a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Na justificação do projeto, a autora salienta que a Indicação foi proposta no intuito de consolidar algumas das posições apresentadas por representantes do Governo Federal e da sociedade civil organizada em audiência pública sobre o tema, realizada em 23 de novembro de 2010, antes, portanto, da realização da COP16, em dezembro de 2010, em Cancún, no México.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), uma Indicação “corresponde a sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa”.

Vale enfatizar que, segundo a disciplina vigente, a Indicação não poderá conter consulta a qualquer comissão sobre ato de outro Poder (art. 225, inciso I, alínea b, do RISF), ou sugestão ou conselho a qualquer Poder (art. 225, inciso II, do RISF). Essas vedações inviabilizam, do modo como foram apresentados, todos os sete pontos levantados pela autora da INS nº 1, de 2010.

Cumpre observar que tramita no Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado nº 74, de 2009. Conforme Substitutivo aprovado em 6 de abril de 2011 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a Indicação passaria a ser um instrumento hábil também para que

Senador ou comissão sugerisse a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva. Desse modo, o regimento do Senado Federal se igualaria ao da Câmara dos Deputados, quanto ao instituto da indicação. Em 19 de maio de 2011, o Projeto de Resolução foi encaminhado pela Presidência do Senado Federal à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno da Casa.

Além disso, consideramos que, nos moldes formulados pela autora, a Indicação nº 1, de 2010, perdeu a oportunidade. Desse modo, com base no art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, não resta outro caminho que recomendar a declaração de prejudicialidade da proposição.

Entretanto, consideramos extremamente pertinente o debate proposto pela então Senadora Marina Silva. De fato, o Brasil precisa adotar uma série de medidas destinadas a assumir nossa parcela de responsabilidade no enfrentamento da mudança do clima.

Não parece coerente assumir compromissos no plano externo e conduzir políticas públicas domésticas que dificultem ou, no limite, impeçam o cumprimento desses objetivos. Parecem justas, também, as demandas por transparência na condução da Política Nacional sobre Mudança do Clima. É importante discutir com a sociedade as medidas necessárias.

Assim, mostra-se conveniente o debate sobre esses pontos no âmbito do Senado Federal. Cabe ressaltar, no entanto, que o Congresso Nacional dispõe de uma Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). Afigura-se conveniente que a CMA e a CMMC unam esforços no sentido de possibilitar um entendimento mais profundo do tema.

Nos últimos anos, delegações oficiais de Parlamentares participaram das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima. Em 2012 não será diferente. Um grupo de Senadores e Deputados Federais certamente será formado para acompanhar as negociações na COP-18. A qualidade da participação dessa comitiva depende fundamentalmente das informações de que ela disponha.

Acreditamos que a sugestão da Senadora Marina Silva não deve ser descartada. Entretanto, o Regimento precisa ser observado. O Senado Federal não dispõe de instrumento legislativo capaz de veicular sugestões a

outro Poder da República. Mas a ideia da autora da INS nº 1, de 2010, deve prosperar. Assim, acreditamos que o acatamento da Indicação sob a forma de um ciclo de debates preparatórios para a COP-18, a realizar-se em 2012, cumpriria a função de esclarecimento dos Senadores a respeito da mudança do clima.

Estamos convictos de que é necessário promover o debate com a sociedade a respeito da estratégia brasileira de enfrentamento das alterações climáticas, no intuito de gerar informação de qualidade para subsidiar a atuação parlamentar na COP-18. Para tanto, propomos a realização de um ciclo de debates sobre o tema.

III – VOTO

Ante o exposto, com base no art. 334, inciso I, combinado com o art. 133, inciso V, alínea *d*, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela **recomendação de declaração de prejudicialidade** da Indicação nº 1, de 2010, e, com base no art. 133, inciso V, alínea *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, pela **apresentação do seguinte Requerimento:**

REQUERIMENTO N° , DE 2011

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de **ciclo de debates** para discutir a estratégia brasileira de enfrentamento da mudança do clima.

O ciclo de debates proposto terá por objetivo subsidiar a atuação parlamentar na 18ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima e será composto de cinco audiências públicas destinadas a debater os seguintes assuntos:

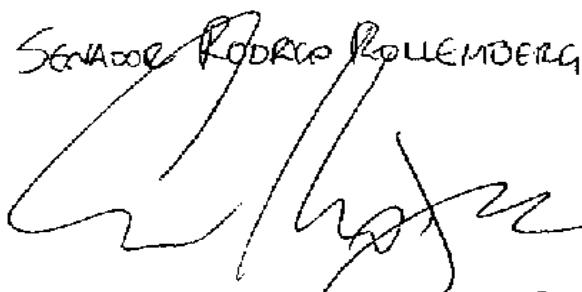
1. Negociações internacionais para a formulação de um acordo global amplo e vinculante para o enfrentamento da mudança do clima;
2. Regulamentação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e estratégias setoriais para cumprir os compromissos assumidos voluntariamente no plano internacional;

3. Emissões domésticas de gases de efeito estufa: periodicidade e transparência na elaboração dos inventários nacionais;
4. Indicadores de sustentabilidade que possibilitem o acompanhamento da implantação de uma economia de baixo carbono no Brasil;
5. Possibilidade de criação de um órgão governamental para regular e monitorar, de modo eficiente e transparente, a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

As audiências públicas deverão contar com a participação de representantes do Governo Federal, da Academia e da Sociedade Civil organizada, a serem indicados oportunamente.

Os resultados do ciclo de debates deverão ser disponibilizados no site da CMA e encaminhados aos interessados, em especial à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2012.

SENADOR RODRIGO ROUENBERG, Presidente

SENADOR EDUARDO BRAGA, Relator
(SENADOR EDUARDO BRAGA)

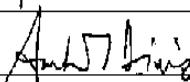
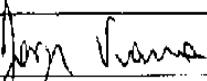
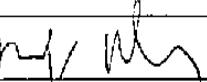
SENADOR JORGE VIANA, RELATOR "AD HOC"

SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle -
INDICAÇÃO Nº 1, de 2010

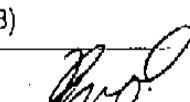
ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 17/04/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg

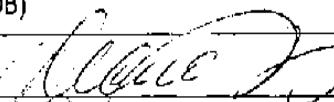
RELATOR: Jorge Viana Sen Jorge Viana (Ad hoc)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
Aníbal Diniz (PT) 	1. Ana Rita (PT) 	
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcidio do Amaral (PT)	
Jorge Viana (PT) 	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) 	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)	

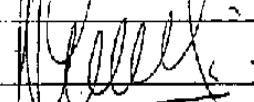
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)

Lúiz Henrique (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) 
Waldemir Moka (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO
Ivo Cassol (PP) 	6. VAGO

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) 	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)

Gim Argello (PTB)	1. João Vicente Claudino (PTB)
entinho Alves (PR) 	2. Blairo Maggi (PR)

PSD PSOL

Randolfe Rodrigues	1. Kátia Abreu
--------------------	----------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Seção VII
DAS COMISSÕES**

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

LEI N° 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250. PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador EDUARDO BRAGA

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a Indicação (INS) nº 1, de 2010, da Senadora Marina Silva. A proposição sugere que a Comissão encaminhe ao Ministério das Relações Exteriores manifestação sobre as “políticas públicas voltadas para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como [sobre] a posição do Brasil na COP16, em Cancún”.

A autora da Indicação propõe sete pontos que poderiam “constituir o pensamento da CMA”. Em linhas gerais, esses pontos incluem sugestões para que:

- (i) os negociadores brasileiros busquem um acordo amplo e vinculante no âmbito das negociações internacionais sobre clima;
- (ii) a atuação interna do governo brasileiro seja coerente com os compromissos assumidos na esfera internacional;
- (iii) o governo regulamente com urgência a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- (iv) o governo dê publicidade aos dados utilizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia na elaboração do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa;
- (v) o governo publique anualmente estimativas de emissões totais para determinados setores da economia;
- (vi) o governo adote indicadores que permitam monitorar o desenvolvimento da economia de baixo carbono no Brasil; e
- (vii) o governo crie um órgão dedicado a gerir de forma eficiente e transparente a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Na justificação do projeto, a autora salienta que a Indicação foi proposta no intuito de buscar a consolidação de algumas das posições apresentadas por representantes do Governo Federal e da sociedade civil organizada em audiência pública sobre o tema, realizada em 23 de novembro de 2010, antes, portanto, da realização da COP16, em dezembro de 2010, em Cancún, no México.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), uma Indicação “corresponde a sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa”.

Vale enfatizar que, segundo a disciplina vigente, a Indicação não poderá conter consulta a qualquer comissão sobre ato de outro Poder (RISF, art. 225, I, b), ou sugestão ou conselho a qualquer Poder (RISF, art. 225, II). Essas vedações inviabilizam, do modo como foram apresentados, todos os sete pontos levantados pela autora da INS nº 1, de 2010.

Cumpre observar que tramita no Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado nº 74, de 2009. Conforme Substitutivo aprovado em 6 de abril de 2010 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a Indicação passaria a ser um instrumento hábil também para que Senador ou comissão sugerisse a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva. Em 19 de maio de 2011, o Projeto de Resolução foi encaminhado pela Presidência do Senado Federal à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno da Casa.

Entretanto, consideramos extremamente pertinente o debate proposto pela então Senadora Marina Silva. De fato, o Brasil precisa adotar uma série de medidas destinadas a assumir nossa parcela de responsabilidade no enfrentamento da mudança do clima.

Não parece coerente assumir compromissos no plano externo e conduzir políticas públicas domésticas que dificultem ou, no limite, impeçam o cumprimento desses objetivos. Parecem justas, também, as demandas por transparência na condução da Política Nacional sobre Mudança do Clima. É importante discutir com a sociedade as medidas necessárias.

Assim, mostra-se conveniente o debate sobre esses pontos no âmbito do Senado Federal. Cabe ressaltar, no entanto, que o Congresso Nacional dispõe de uma Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). Afigura-se conveniente que a CMA e a CMMC unam esforços no sentido de possibilitar um entendimento mais profundo do tema.

Nos últimos anos, delegações oficiais de Parlamentares participaram das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima. Em novembro e dezembro de 2011 não será diferente. Um grupo de Senadores e Deputados Federais certamente será formado para acompanhar as negociações em Durban, na África do Sul. A qualidade da participação dessa comitiva depende fundamentalmente das informações de que ela disponha.

Acreditamos que a sugestão da Senadora Marina Silva não deve ser descartada. Entretanto, o Regimento precisa ser observado. O Senado Federal não dispõe de instrumento legislativo capaz de veicular sugestões a outro Poder da República. Mas a ideia da autora da INS nº 1, de 2010, deve prosperar. Assim, acreditamos que o acatamento da Indicação sob a forma de um ciclo de debates cumpriria a função de esclarecimento dos Senadores a respeito do tema mudança do clima.

Estamos convictos de que é necessário promover o debate com a sociedade a respeito da estratégia brasileira de enfrentamento das alterações climáticas, no intuito de gerar informação de qualidade para subsidiar a atuação parlamentar na COP17, em Durban, na África do Sul. Para tanto, propomos a realização de um ciclo de debates sobre o tema.

III – VOTO

Ante o exposto, com base no art. 133, I e V, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela **aprovação parcial** da Indicação nº 1, de 2010, nos termos do seguinte plano de trabalho:

PLANO DE TRABALHO

Com amparo no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizará **audiências públicas** para debater a estratégia brasileira de enfrentamento da mudança do clima.

O ciclo de debates proposto terá por objetivo subsidiar a atuação parlamentar na 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima e será composto de cinco audiências públicas destinadas a debater os seguintes assuntos:

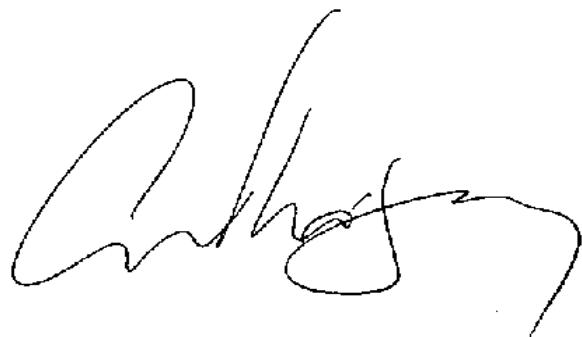
1. Negociações internacionais para a formulação de um acordo global amplo e vinculante para o enfrentamento da mudança do clima;
2. Regulamentação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e estratégias setoriais para cumprir os compromissos assumidos no plano internacional durante a COP-15, em Copenhague, em 2009;
3. Emissões domésticas de gases de efeito estufa: periodicidade e transparência na elaboração dos inventários nacionais;
4. Indicadores de sustentabilidade que possibilitem o acompanhamento da implantação de uma economia de baixo carbono no Brasil;

5. Possibilidade de criação de um órgão governamental para regular e monitorar, de modo eficiente e transparente, a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

As audiências públicas deverão contar com a participação de representantes do Governo Federal, da Academia e da Sociedade Civil organizada, a serem indicados oportunamente.

Os resultados do ciclo de debates serão disponibilizados no *site* da CMA na internet e encaminhados aos interessados, em especial à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 452, de 2012**, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, concluindo pelo arquivamento do **Aviso nº 11, de 2012**. A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 453, de 2012**, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que conclui pela prejudicialidade da **Indicação nº 1, de 2010**, da

Senadora Marina Silva, para que a CMA manifeste a sua posição sobre políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas junto ao Ministério das Relações Exteriores.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 121, DE 2012

(nº 474/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**TRATADO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA SOBRE AUXÍLIO JUDICIAL EM MATÉRIA
CIVIL E COMERCIAL**

A República Federativa do Brasil

e

A República Popular da China
(doravante denominadas "Partes"),

Desejando fortalecer a cooperação judicial entre os dois países com base no respeito recíproco pela soberania, igualdade e benefício mútuo,

Resolveram celebrar este Tratado e acordaram o seguinte:

Capítulo I
Disposições Gerais

Artigo 1º
Escopo de Aplicação

1. As Partes concordam mutuamente em prover amplo auxílio judicial e cooperação em matéria civil e comercial.
2. Para os propósitos deste Tratado, matéria civil abrange matéria de Direito do Trabalho.

Artigo 2º
Escopo do Auxílio Judicial

O auxílio judicial, no âmbito deste Tratado incluirá:

- a) citação, intimação e notificação de documentos judiciais ou extrajudiciais;
- b) a obtenção de provas;

- c) o reconhecimento e a execução de sentenças judiciais e laudos arbitrais;
- d) o intercâmbio de informações sobre legislação;
- e) qualquer outra forma de auxílio judicial, que não seja incompatível com a legislação interna da Parte Requerida.

Artigo 3º
Proteção Judicial

1. Os nacionais de uma Parte gozarão, no território da outra Parte, da mesma proteção judicial concedida aos nacionais da outra Parte e terão direito ao acesso aos tribunais da outra Parte, nas mesmas condições dos nacionais da outra Parte.
2. Os tribunais de uma Parte não exigirão dos nacionais da outra Parte qualquer garantia pelas custas processuais apenas em razão de serem estrangeiros ou não terem domicílio ou residência em seu território.
3. As disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo aplicar-se-ão também a pessoas jurídicas localizadas e constituídas no território de qualquer das Partes, de acordo com sua legislação interna.

Artigo 4º
Redução e Isenção das Custas Processuais e Assistência Jurídica

1. Os nacionais de uma das Partes terão direito, no território da outra Parte, à redução ou à isenção do pagamento das custas processuais e terão direito à assistência jurídica, nas mesmas condições e na mesma medida daquelas concedidas aos nacionais da outra Parte.
2. O pedido de redução ou isenção das custas processuais ou de assistência jurídica, conforme disposto no parágrafo 1, será acompanhado por declaração de situação financeira do solicitante, emitida por autoridade competente da Parte em cujo território o solicitante tem domicílio ou residência. Se o solicitante não tiver domicílio ou residência no território de qualquer das Partes, a declaração poderá ser emitida ou verificada por agentes diplomáticos ou consulares da Parte da qual a pessoa é nacional.
3. As autoridades judiciais ou outras autoridades competentes, responsáveis pela decisão sobre o pedido de redução ou isenção das custas processuais ou de assistência jurídica, poderão solicitar informações adicionais.

Artigo 5º
Autoridades Centrais

1. As Autoridades Centrais respectivamente designadas pelas Partes cooperarão entre si e promoverão cooperação entre as autoridades competentes dos Estados respectivos a fim de alcançar os objetivos deste Tratado.

2. Salvo disposição em contrário prevista neste Tratado, as Partes comunicar-se-ão diretamente por meio das suas Autoridades Centrais, para fazer ou conceder pedidos de auxílio judicial.

3. As Autoridades Centrais referidas nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo serão o Ministério da Justiça, para a República Federativa do Brasil, e o Ministério da Justiça, para a República Popular da China.

4. Quando uma Parte modificar a designação da Autoridade Central, informará a este respeito à outra Parte, por via diplomática.

Artigo 6º
Leis Aplicáveis ao Auxílio Judicial

As Partes aplicarão as respectivas legislações nacionais para executarem os pedidos de auxílio judicial, salvo disposição em contrário prevista neste Tratado.

Artigo 7º
Denegação de Auxílio Judicial

1. Se a Parte Requerida considerar que a concessão de auxílio judicial comprometeria sua soberania, segurança ou interesses públicos essenciais ou seria contrária aos princípios fundamentais da legislação interna, poderá denegar a concessão de auxílio judicial e informará a Parte Requerente dos motivos de tal denegação.

2. O pedido de auxílio para citação, intimação e notificação de atos judiciais ou extrajudiciais ou para a obtenção de provas não será denegado pela Parte Requerida tão-somente com base no fato de seus tribunais terem jurisdição exclusiva sobre a matéria da ação ou de sua legislação interna não permitir a ação na qual o pedido se baseia.

Artigo 8º
Forma e Conteúdo do Pedido de Auxílio Judicial

1. Os pedidos de auxílio judicial serão apresentados por escrito, com a assinatura ou o selo da autoridade requerente e conterão o seguinte:

- a) o nome e o endereço da autoridade requerente;
- b) o nome da autoridade requerida, se possível;
- c) o nome, a nacionalidade e o endereço da pessoa a que o pedido se refere; no caso de pessoa jurídica, seu nome e endereço;
- d) o nome e o endereço do representante da parte interessada, se necessário;
- e) a descrição da natureza da ação a que o pedido se refere e breve descrição do caso e, se apropriado, a cópia da petição inicial;

- f) descrição do auxílio solicitada;
- g) a lista de perguntas a serem feitas pela Parte Requerida, quando o auxílio solicitado visar a oitiva de uma pessoa;
- h) outra informação que possa ser necessária para o cumprimento do pedido.

2. O pedido de auxílio judicial, os documentos de apoio e as traduções correspondentes serão apresentados em duas vias.

3. Se considerar que as informações fornecidas pela Parte Requerente não são suficientes para permitir que o pedido seja tratado em consonância com este Tratado, a Parte Requerida poderá solicitar informações adicionais à Parte Requerente.

Artigo 9º
Idioma

1. Pedidos de auxílio judicial e os documentos de apoio serão escritos no idioma da Parte Requerente e acompanhados de tradução para o idioma da Parte Requerida.

2. A Autoridade Central de qualquer das Partes poderá usar seu idioma oficial acompanhado de tradução para a língua inglesa em suas comunicações escritas.

Artigo 10
Custos

1. A Parte Requerida arcará com os custos advindos do cumprimento dos pedidos de auxílio judicial no seu território.

2. A Parte Requerente arcará com os custos advindos do cumprimento de pedidos de citação, intimação ou notificação em conformidade com o parágrafo 2 do Artigo 12 deste Tratado.

3. No que respeita aos custos advindos do cumprimento de pedidos de obtenção de provas, a Parte Requerente arcará com:

- a) custos advindos do cumprimento de pedidos por método específico, disposto no parágrafo 2 do Artigo 15 deste Tratado;
- b) despesas relativas à viagem, estada e partida do território da Parte Requerida, de acordo com o parágrafo 5 do Artigo 15 deste Tratado;
- c) despesas ou ajuda de custo à viagem, estada e partida do território da Parte Requerente, de acordo com o Artigo 18 deste Tratado;
- d) despesas e honorários de peritos; e
- e) despesas e custos de tradução e interpretação.

4. Se ficar evidente que o cumprimento de um pedido exige despesas de natureza extraordinária, as Partes consultar-se-ão para determinar as condições em que o pedido poderá ser cumprido.

Capítulo II

Citação, Intimação e Notificação de Documentos Judiciais e Extrajudiciais

Artigo 11 Escopo de Aplicação

Uma Parte cumprirá, em conformidade com os dispositivos deste Tratado, pedidos feitos pela outra Parte para a citação, intimação ou notificação de documentos judiciais e extrajudiciais a pessoas em seu território.

Artigo 12

Cumprimento de Pedido de Citação, Intimação e Notificação

1. A Parte Requerida cumprirá pedido de citação, intimação ou notificação por método disposto na legislação interna.

2. A Parte Requerida procederá, na medida em que não for contrário à sua legislação interna, à citação, intimação ou notificação por método específico exigido expressamente pela Parte Requerente.

3. Se não for competente para cumprir o pedido, a autoridade requerida deverá transmiti-lo à autoridade competente para cumprimento.

4. Se encontrar dificuldades para efetuar a citação, intimação ou notificação no endereço indicado pela Parte Requerente, a Parte Requerida tomará as medidas necessárias para verificar o endereço e poderá, se necessário, solicitar informações adicionais à Parte Requerente. Se ainda não puder verificar o endereço ou cumprir o pedido por outros motivos, a Parte Requerida devolverá o pedido e os documentos de apoio à Parte Requerente e indicará os motivos que impediram a citação, intimação ou notificação.

Artigo 13

Comunicação de Resultados da Citação, Intimação e Notificação

A Parte Requerida, por meio do canal de comunicação disposto no Artigo 5º deste Tratado, comunicará a Parte Requerente, por escrito, sobre resultados da citação, intimação ou notificação, o que será acompanhado do comprovante de citação, intimação ou notificação fornecido pela autoridade que a efetuou. O certificado indicará o nome e a identidade da pessoa a quem a comunicação é endereçada, a data, o local e a forma de citação, intimação ou notificação. Quando a pessoa a ser comunicada recusar-se a fazê-lo, o motivo da recusa será indicado.

Capítulo III Obtenção de Provas

Artigo 14 Escopo de Aplicação

1. Uma Parte cumprirá, em conformidade com os dispositivos deste Tratado, os pedidos feitos pela outra Parte para a obtenção de provas, incluindo o depoimento das partes do caso e das testemunhas, a produção de provas materiais e documentais, a perícia ou a inspeção judicial e outros atos judiciais relativos à obtenção de provas.

2. Este Tratado não se aplicará à:

- a) obtenção de provas que não se pretenda utilizar em processos judiciais iniciados ou futuros; ou
- b) obtenção de documentos que não estejam especificados no pedido ou que não tenham relação direta e próxima com o caso.

Artigo 15 Cumprimento de Pedido de Obtenção de Provas

1. A Parte Requerida cumprirá pedido de obtenção de provas de acordo com a sua legislação interna.

2. A Parte Requerida, na medida em que não seja contrário a sua legislação interna, cumprirá pedido de obtenção de provas por método específico solicitado expressamente pela Parte Requerente.

3. Se não for competente para cumprir o pedido, a autoridade requerida encaminhá-lo-á a autoridade competente, para seu cumprimento.

4. Se encontrar dificuldades para a obtenção de provas de acordo com o endereço indicado pela Parte Requerente, a Parte Requerida tomará as medidas necessárias para verificar o endereço e poderá, se necessário, solicitar informações adicionais da Parte Requerente. Se a Parte Requerida ainda não conseguir verificar o endereço ou cumprir o pedido por outros motivos, devolverá o pedido e os documentos de apoio à Parte Requerente e indicará os motivos que impediram o cumprimento do pedido.

5. Se a Parte Requerente solicitar expressamente, a Parte Requerida informará a hora e o local em que o pedido será cumprido, a fim de que as partes interessadas ou seus representantes possam estar presentes. As partes mencionadas acima ou seus representantes sujeitar-se-ão à legislação da Parte Requerida, quando estiverem presentes.

Artigo 16
Recusa de Fornecer Prova

1. Quando uma pessoa de quem é solicitado o fornecimento de prova, em conformidade com este Tratado, alegar que tem direito ou privilégio de recusar-se a fornecer a prova segundo a legislação da Parte Requerente, a Parte Requerida solicitará à Parte Requerente que forneça declaração sobre a existência daquele direito ou privilégio. A declaração fornecida pela Parte Requerente será tratada como prova conclusiva da existência do direito ou do privilégio, a menos que haja prova manifestamente contrária.
2. Uma pessoa de quem é solicitado o fornecimento de prova, em conformidade com este Tratado, poderá recusar-se a fazê-lo, se a legislação da Parte Requerida permitir que a pessoa não forneça prova em circunstâncias similares em processos iniciados na Parte Requerida.

Artigo 17
Comunicação de Resultados de Cumprimento

A Parte Requerida, por meio dos canais de comunicação dispostos no Artigo 5º deste Tratado, comunicará a Parte Requerente, por escrito, dos resultados do cumprimento do pedido de obtenção de provas e encaminhará os elementos de prova obtidos.

Artigo 18
Disponibilidade de Pessoas para Fornecer Prova

1. A Parte Requerida convidará, a pedido da Parte Requerente, uma pessoa a comparecer ao território da Parte Requerente para fornecer prova. A Parte Requerente informará a pessoa da quantia e do padrão de qualquer ajuda de custo e despesa pagáveis a ela. A Parte Requerida informará imediatamente à Parte Requerente da resposta da pessoa.
2. Um pedido de citação, intimação ou notificação que convide uma pessoa a comparecer no território da Parte Requerente para fornecer prova será transmitido à Parte Requerida pelo menos cento e vinte (120) dias antes do comparecimento agendado a menos que, em casos urgentes, a Parte Requerida concorde com prazo menor. O termo acima mencionado será considerado a partir do momento em que a Autoridade Central da Parte Requerida receber o pedido.

Artigo 19
Proteção de Testemunhas e Peritos

1. A testemunha ou o perito presentes no território da Parte Requerente não serão processados, detidos, punidos ou sujeitos a qualquer outra restrição de liberdade por essa Parte, por qualquer ato ou omissão que antecedeu a entrada dessa pessoa no seu território. Tampouco serão obrigados a fornecer prova em qualquer processo além daquele ao qual o pedido se refere, exceto com o prévio consentimento da Parte Requerida e daquela pessoa.

2. O parágrafo 1 deste Artigo deixará de ser aplicado, se a pessoa não houver deixado a Parte Requerente dentro do período de quinze dias após haver sido oficialmente comunicada de que não é mais solicitada sua presença ou, se houver partido, voluntariamente retornar. O referido prazo não incluirá o período em que a pessoa não lograr partir do território da Parte Requerente por motivos que são alheios à sua vontade.

3. Uma pessoa que recusar convite para fornecer prova, em conformidade com o disposto no Artigo 18, não será, por recusar-se a fazê-lo, sujeita a qualquer sanção ou submetida a qualquer medida compulsória de restrição de liberdade.

Capítulo IV Reconhecimento e Execução de Decisões Judiciais e Laudos Arbitrais

Artigo 20 Escopo de Decisões Judiciais

1. As seguintes decisões judiciais proferidas por tribunal de uma das Partes após a entrada em vigor deste Tratado serão, de acordo com os termos e condições dispostos neste Tratado, reconhecidas e cumpridas no território da outra Parte:

- a) decisões proferidas por tribunais em processos referentes a matéria civil e comercial; ou
- b) decisões proferidas por tribunais em processos penais a respeito de matéria civil referente ao pagamento de danos e devolução de ativos às vítimas.

2. “Decisões judiciais”, referidas no parágrafo 1 deste Artigo, incluirão documentos de conciliação produzidos por tribunais a respeito de matéria civil e comercial.

Artigo 21 Apresentação de Pedido

Pedido de reconhecimento e de execução de decisões judiciais poderá ser apresentado diretamente por uma das partes do caso ao tribunal competente da Parte Requerida ou ao tribunal que proferiu a decisão e ser enviado por este último ao tribunal competente da Parte Requerida pelos canais de comunicação previstos no Artigo 5º deste Tratado.

Artigo 22 Produção de documentos

1. Um pedido de reconhecimento e execução de decisão judicial será acompanhado por:

- a) cópia autenticada da decisão;
- b) documento que ateste que a decisão é final e, quando se tratar de execução, que ateste que a decisão é exequível, a menos que a própria decisão explicitamente assim indique;

- c) documento que ateste que a decisão foi devidamente comunicada à parte sucumbente e que a parte sem capacidade civil para atuar em litígios foi devidamente representada; e
- d) em caso de decisão proferida à revelia, documento que ateste que a parte revel foi devidamente citada.

2. O pedido, a decisão e os documentos mencionados acima serão acompanhados por tradução juramentada no idioma da Parte Requerida e por suas cópias correspondentes.

Artigo 23 **Denegação de Reconhecimento ou Execução**

O reconhecimento ou a execução de decisões judiciais mencionadas no parágrafo 1º do Artigo 20 deste Tratado poderão ser denegados de acordo com as disposições do Artigo 7º deste Tratado ou se:

- a) a decisão não for final ou não for exequível de acordo com a legislação da Parte em que houver sido proferida;
- b) o tribunal que proferir a decisão não tiver competência para tal, de acordo com a legislação da Parte Requerida;
- c) a parte sucumbente não houver sido devidamente citada ou a parte sem capacidade civil para atuar em litígios não houver sido devidamente representada;
- d) processos entre as mesmas partes e com o mesmo objeto estiverem pendentes perante tribunal da Parte Requerida e houverem sido primeiramente iniciados; ou
- e) a decisão for inconsistente com decisão proferida pelo tribunal da Parte Requerida ou proferida por tribunal de terceiro Estado e reconhecida por tribunal da Parte Requerida.

Artigo 24 **Procedimento para Reconhecimento e Execução**

1. O procedimento disposto na legislação da Parte Requerida será aplicado para reconhecimento e execução de decisões judiciais.

2. O tribunal da Parte Requerida restringir-se-á a examinar se as decisões judiciais cumprem os termos e as condições dispostas neste Tratado e não re-examinará o mérito.

3. Se a decisão judicial constituir-se de elementos que são dissociáveis e que não podem ser reconhecidos ou executados como um todo, o tribunal da Parte Requerida poderá decidir apenas se concederá o reconhecimento ou a execução parcial deles.

Artigo 25
Efeitos de Reconhecimento e Execução

As decisões judiciais que foram reconhecidas ou executadas terão os mesmos efeitos que aquelas proferidas pelos tribunais da Parte Requerida no território daquela Parte.

Artigo 26
Reconhecimento e Execução de Laudos Arbitrais

Cada Parte reconhecerá e executará os laudos arbitrais proferidos no território da outra Parte de acordo com a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, celebrada em Nova York, em 10 de junho de 1958.

Capítulo V
Outros Dispositivos

Artigo 27
Intercâmbio de Informações sobre Legislação

As Partes intercambiarão, a pedido, informações relativas à legislação em vigor e à jurisprudência em seus respectivos países, referentes à implementação deste Tratado.

Artigo 28
Isenção de Legalização

Para os fins deste Tratado, quaisquer documentos fornecidos ou declarados autênticos pelos tribunais ou outras autoridades competentes das Partes e transmitidos pelos canais de comunicação dispostos no Artigo 5º deste Tratado estarão isentos de qualquer forma de legalização.

Artigo 29
Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia surgida da interpretação e da implementação deste Tratado será resolvida por consultas por via diplomática, se as Autoridades Centrais das Partes não conseguirem chegar a acordo.

Capítulo VI
Cláusulas Finais

Artigo 30
Entrada em Vigor, Emendas e Denúncia

I. Este Tratado está sujeito a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão trocados em Brasília. Este Tratado entrará em vigor no trigésimo dia após a data da troca dos instrumentos de ratificação.

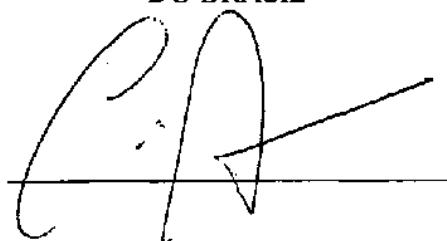
2. Este Tratado poderá ser emendado a qualquer momento mediante acordo por escrito entre as Partes. Cada Parte comunicará a outra, por via diplomática, da conclusão do procedimento para entrada em vigor desse acordo escrito, conforme sua legislação. As emendas entrarão em vigor trinta dias após a última comunicação.

3. Qualquer Parte poderá denunciar este Tratado mediante notificação por escrito à outra Parte por via diplomática, a qualquer momento. A denúncia terá efeito no centésimo octagésimo dia após a data de recebimento da notificação.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram este Tratado.

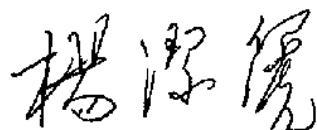
Feito em Pequim, em 19 de maio de 2009, em dois exemplares originais, nos idiomas português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente idênticos. Caso haja alguma divergência em relação à interpretação do presente Tratado, prevalecerá a versão em inglês.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA



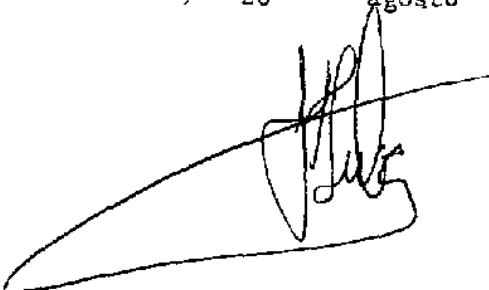
Yang Jiechi
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Mensagem nº 506, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado, interino, das Relações Exteriores e da Justiça, o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.

Brasília, 26 de agosto de 2010.



EMI Nº 00196 MRE/MJ

Brasília, 4 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem que encaminha à apreciação do Congresso Nacional o texto do Tratado sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.

2. O Tratado foi firmado com o propósito de simplificar e facilitar os procedimentos jurídicos de citação, intimação, notificação e obtenção de provas; o reconhecimento e execução de sentenças judiciais e laudos arbitrais; o intercâmbio de informações sobre legislação; e toda forma de auxílio judicial compatível com a legislação interna da Parte requerida. A aplicação do presente Tratado abrangerá ações civis, seja de natureza comercial, seja no âmbito do Direito de Família e Sucessões, em especial prestação de alimentos.

3. O Artigo 3º do presente Tratado prevê a proteção judicial e o acesso aos tribunais que o nacional de uma das Partes receberá na outra Parte. Ambos serão equivalentes ao que é dispensado ao nacional da Parte requerente. O Artigo 4º determina a redução ou a isenção de custas processuais. Será, dessa forma, aperfeiçoada a cooperação jurídica em matéria civil e comercial entre o Brasil e a China.

4. São, igualmente, objetivos do Tratado: estimular a cooperação jurídica por meio da implementação de mecanismo ágil e predeterminado, e garantir o direito de defesa do citado, intimado ou notificado perante a justiça da Parte requerente.

5. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Tratado.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 122, DE 2012

(nº 523/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático - TAC, firmado em Bali, em 24 de fevereiro de 1976, pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN, bem como de seus Protocolos Adicionais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático - TAC, firmado em Bali, em 24 de fevereiro de 1976, pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN, bem como de seus Protocolos Adicionais.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático

Bali, 24 de fevereiro de 1976

PREÂMBULO

As Altas Partes Contratantes:

Conscientes dos laços históricos, geográficos e culturais existentes, que têm unido seus povos;

Ansiando promover a paz e a estabilidade regionais por meio do respeito permanente à justiça e ao estado de direito e por meio do fortalecimento da resiliência regional em suas relações;

Desejando fortalecer a paz, a amizade e a cooperação mútua em assuntos que afetem o Sudeste Asiático, de forma consistente com o espírito e os princípios da Carta das Nações Unidas; dos Dez Princípios adotados pela Conferência de Bandung, em 25 de abril de 1955; da Declaração da Associação de Nações do Sudeste Asiático, assinada em Bangkok, em 08 de agosto de 1967; e da Declaração firmada em Kuala Lumpur, em 27 de novembro de 1971;

Convencidas de que a solução de diferenças ou de controvérsias entre seus países deve ser regulada por procedimentos racionais, efetivos e suficientemente flexíveis, evitando-se atitudes negativas que possam ameaçar ou dificultar a cooperação;

Acreditando na necessidade de cooperação com todas as nações amantes da paz, tanto de dentro como de fora do Sudeste Asiático, na promoção da paz, da estabilidade e da harmonia mundiais;

Acordam solenemente em assinar um Tratado de Amizade e Cooperação conforme se segue:

CAPÍTULO I OBJETIVO E PRINCÍPIOS

Artigo 1

O objetivo deste Tratado é promover a paz perpétua, a amizade eterna e a cooperação entre seus povos, o que contribuiria para sua força, para sua solidariedade e para o estreitamento de suas relações.

Artigo 2

Em suas relações mútuas, as Altas Partes Contratantes serão guiadas pelos seguintes princípios fundamentais:

- a. respeito mútuo pela independência, pela soberania, pela igualdade, pela integridade territorial e pela identidade nacional de todas as nações;
- b. o direito de todo Estado de conduzir sua existência nacional livre de interferência, subversão ou coerção externas;
- c. não-interferência nos assuntos internos de cada país;
- d. solução de diferenças ou controvérsias por meios pacíficos;
- e. renúncia à ameaça ou ao uso da força;
- f. cooperação efetiva entre si.

CAPÍTULO II AMIZADE

Artigo 3

Em busca do propósito deste Tratado, as Altas Partes Contratantes envidarão esforços no sentido de ampliar e fortalecer os laços tradicionais, culturais e históricos de amizade, de boa-vizinhança e de cooperação que as unem e deverão cumprir, de boa-fé, as obrigações assumidas neste Tratado. Com vistas a promover maior entendimento mútuo, as Altas Partes Contratantes encorajarão e facilitarão contatos e trocas entre seus povos.

CAPÍTULO III COOPERAÇÃO

Artigo 4

As Altas Partes Contratantes promoverão cooperação ativa nos campos econômico, social, técnico, científico e administrativo, bem como em assuntos relativos aos ideais e às aspirações comuns de paz internacional e de estabilidade na região e em todos os outros temas de interesse mútuo.

Artigo 5

Nos termos do Artigo 4, as Altas Partes Contratantes envidarão todos os seus esforços no âmbito multilateral e no âmbito bilateral, com base na igualdade, na não-discriminação e no benefício mútuo.

Artigo 6

As Altas Partes Contratantes colaborarão em prol da aceleração do crescimento econômico na região com vistas a fortalecer os fundamentos para uma comunidade de nações no Sudeste Asiático próspera e pacífica. Com esse objetivo, elas promoverão a maior utilização de sua agricultura e de suas indústrias, a expansão de seu comércio e a melhoria de sua infraestrutura econômica para o benefício mútuo de seus povos. A esse respeito, continuarão a explorar todas as vias de cooperação próxima e benéfica com outros Estados, bem como com organizações internacionais e regionais fora do Sudeste Asiático.

Artigo 7

As Altas Partes Contratantes, com vistas a alcançar a justiça social e a elevar o padrão de vida dos povos da região, intensificarão a cooperação econômica. Com esse propósito, adotarão estratégias regionais apropriadas para o desenvolvimento econômico e a assistência mútua.

Artigo 8

As Altas Partes Contratantes empenhar-se-ão para alcançar a cooperação mais próxima na escala mais ampla e procurarão prover assistência mútua na forma de infraestruturas de treinamento e de pesquisa nos campos social, cultural, técnico, científico e administrativo.

Artigo 9

As Altas Partes Contratantes envidarão esforços no sentido de estimular a cooperação para promover a causa da paz, da harmonia e da estabilidade na região. Com essa finalidade, as Altas Partes Contratantes manterão contatos e consultas regulares entre si em assuntos internacionais e regionais, com vistas a coordenar suas posições, suas ações e suas políticas.

Artigo 10

Cada Alta Parte Contratante não participará de maneira ou forma alguma em qualquer atividade que constitua ameaça à estabilidade política e econômica, à soberania ou à integridade territorial de outra Alta Parte Contratante.

Artigo 11

As Altas Partes Contratantes envidarão esforços no sentido de fortalecer as respectivas capacidades de resiliência nacional em seus campos políticos, econômicos, sócio-culturais e de segurança, conforme seus respectivos ideais e aspirações, livres de interferências externas, bem como de atividades subversivas internas, de modo a preservar suas respectivas identidades nacionais.

Artigo 12

As Altas Partes Contratantes, em seus esforços para alcançar a prosperidade e a segurança regionais, envidarão esforços no sentido de cooperar em todos os campos para a promoção da resiliência regional, baseadas nos princípios da autoconfiança, da autonomia, do respeito mútuo, da cooperação e da solidariedade, que constituirão o fundamento de uma comunidade de nações forte e viável no Sudeste Asiático.

CAPÍTULO IV RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 13

As Altas Partes Contratantes terão a determinação e a boa fé de evitar o surgimento de conflitos. Caso surjam controvérsias em assuntos afetando-as de modo direto, especialmente as que possam perturbar a paz e a harmonia regionais, elas

evitarão recorrer à ameaça ou ao uso da força e resolverão, em todas as ocasiões, essas diferenças entre si por meio de negociações amigáveis.

Artigo 14

Para resolver controvérsias por meio de processos regionais, as Altas Partes Contratantes constituirão, como órgão permanente, um Alto Conselho, que incluirá Representante de nível ministerial de cada Alta Parte Contratante, para tomar nota da existência de controvérsias ou de situações que possam perturbar a paz e a harmonia regionais.

Artigo 15

Caso não seja encontrada solução por meio de negociações diretas, o Alto Conselho tomará nota da controvérsia ou da situação e recomendará às partes em disputa modos apropriados de resolução, como bons ofícios, mediação, inquérito ou conciliação. O Alto Conselho poderá, no entanto, oferecer seus bons ofícios ou, mediante acordo entre as partes em disputa, constituir-se em comitê de mediação, de inquérito ou de conciliação. Quando considerado necessário, o Alto Conselho recomendará medidas apropriadas para evitar a deterioração da controvérsia ou da situação.

Artigo 16

As provisões deste Capítulo referidas acima não se aplicarão a qualquer controvérsia a menos que todas as partes em disputa concordem com sua aplicação a essa controvérsia. No entanto, isso não obstará a que as outras Altas Partes Contratantes que não sejam partes da controvérsia ofereçam toda a assistência possível para resolver a referida controvérsia. As partes em disputa deverão dispor-se favoravelmente no que se refere a essas ofertas de assistência.

Artigo 17

Nada neste Tratado obstará o recurso aos modos de solução pacífica de controvérsias contidos no Artigo 33 (1) da Carta das Nações Unidas. As Altas Partes Contratantes que são partes em uma controvérsia deverão ser encorajadas a tomar iniciativas para resolvê-la por meio de negociações amigáveis antes de recorrer a outros procedimentos previstos na Carta das Nações Unidas.

CAPÍTULO V PROVISÕES GERAIS

Artigo 18

Este Tratado será assinado pela República da Indonésia; pela Malásia; pela República das Filipinas; pela República de Cingapura; e pelo Reino da Tailândia. Ele será ratificado de acordo com os procedimentos constitucionais de cada Estado signatário.

Ele estará aberto à acessão por outros Estados no Sudeste Asiático.

Artigo 19

Este Tratado entrará em vigor na data do depósito do quinto instrumento de ratificação junto aos Governos dos Estados signatários que sejam designados Depositários deste Tratado e dos instrumentos de ratificação ou de acesso.

Artigo 20

Este Tratado foi redigido nos idiomas oficiais das Altas Partes Contratantes, sendo todas as versões igualmente autênticas. Será acordada tradução comum dos documentos na língua inglesa. Qualquer interpretação divergente do texto comum será resolvida por negociação.

Em fé do que, as Altas Partes Contratantes assinaram e selaram o presente Tratado.

Feito em Denpassar, Bali, no vigésimo quarto dia de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e seis.

Pela República da Indonésia
SOEHARTO
Presidente

Pela Malásia
DATUK HUSSEIN ONN
Primeiro-Ministro

Pela República das Filipinas
FERDINAND E. MARCOS
Presidente

Pela República de Cingapura
LEE KUAN YEW
Primeiro-Ministro

Pelo Reino da Tailândia
KUKRIT PRAMOJ
Primeiro-Ministro

Protocolo de Emenda ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático

O Governo de Brunei Darussalam
O Governo da República da Indonésia
O Governo da Malásia
O Governo da República das Filipinas
O Governo da República de Cingapura, e
O Governo do Reino da Tailândia

Desejando aprimorar ainda mais a cooperação com todas as nações amantes da paz, tanto de dentro como de fora do Sudeste Asiático, e, em particular, com estados vizinhos a essa região;

Considerando o Parágrafo 5 do Preâmbulo ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático, feito em Denpassar, Bali, em 24 de fevereiro de 1976 (doravante denominado Tratado de Amizade), que menciona a necessidade de cooperação de todas as nações amantes da paz, tanto dentro como fora do Sudeste Asiático, para a promoção da paz, da estabilidade e da harmonia mundiais;

Acordam o seguinte:

Artigo 1

O Artigo 18 do Tratado de Amizade será emendado para ter a seguinte redação:

“Este Tratado será assinado pela República da Indonésia; pela Malásia; pela República das Filipinas; pela República de Cingapura; e pelo Reino da Tailândia. Ele será ratificado de acordo com os procedimentos constitucionais de cada Estado signatário.

Ele estará aberto à acessão por outros Estados no Sudeste Asiático.

Estados de fora do Sudeste Asiático poderão igualmente aceder a este Tratado com o consentimento de todos os Estados do Sudeste Asiático que são signatários deste Tratado e por Brunei Darussalam.”

Artigo 2

O Artigo 14 do Tratado de Amizade será emendado para ter a seguinte redação:

“Para resolver controvérsias por meio de processos regionais, as Altas Partes Contratantes constituirão, como órgão permanente, um Alto Conselho, que incluirá Representante de nível ministerial de cada Alta Parte Contratante, para tomar nota da existência de controvérsias ou de situações que possam perturbar a paz e a harmonia regionais.

No entanto, este Artigo aplicar-se-á a quaisquer Estados de fora do Sudeste Asiático que tenham accedido ao Tratado somente em casos nos quais o Estado está, diretamente, envolvido em controvérsia a ser resolvida por meio de processos regionais.”

Artigo 3

Este Protocolo estará sujeito a ratificação e entrará em vigor na data em que o último instrumento de ratificação das Altas Partes Contratantes for depositado.

Feito em Manila, em quinze de dezembro de mil novecentos e oitenta e sete.

Por Brunei Darussalam
PRÍNCIPE MOHAMED BOLKIAH
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República da Indonésia
DR. MOCHTAR KUSUMA-ATMADJA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela Malásia
DATO HAJI ABU HASSAN HAJI OMAR
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República das Filipinas
RAUL S. MANGLAPUS
Secretário dos Negócios Estrangeiros

Pela República de Cingapura
S. DHANABALAN
Ministro para Negócios Estrangeiros

Pelo Reino da Tailândia
MARECHAL-DO-AR SIDDHI SAVETSILA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Segundo Protocolo de Emenda ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático

O Governo de Brunei Darussalam
O Governo do Reino do Camboja
O Governo da República da Indonésia
O Governo da República Democrática Popular do Laos
O Governo da Malásia
O Governo da União de Myanmar
O Governo da República das Filipinas
O Governo da República de Cingapura
O Governo do Reino da Tailândia
O Governo da República Socialista do Vietnã
O Governo da Papua-Nova Guiné

Doravante denominados Altas Partes Contratantes:

Desejando assegurar que haja apropriado aprimoramento da cooperação com todas as nações amantes da paz, tanto de dentro quanto de fora do Sudeste Asiático e, em particular, Estados vizinhos da região do Sudeste Asiático;

Considerando o Parágrafo 5 do preâmbulo do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático, feito em Denpasar, Bali, em 24 de fevereiro de 1976 (doravante denominado Tratado de Amizade), o qual se refere à necessidade de cooperação com todas as nações amantes da paz, tanto de dentro quanto de fora do Sudeste Asiático, para o fomento à paz, à estabilidade e à harmonia mundiais;

Acordam o seguinte:

Artigo 1

O Artigo 18, Parágrafo 3, do Tratado de Amizade será emendado para ter a seguinte redação:

“Estados de fora do Sudeste Asiático também poderão aceder a este Tratado com o consentimento de todos os Estados no Sudeste Asiático, a saber: Brunei Darussalam; o Reino do Camboja; a República da Indonésia; a República Democrática Popular do Laos; a Malásia; a União de Myanmar; a República das Filipinas; a República de Cingapura; o Reino da Tailândia; e a República Socialista do Vietnã.”

Artigo 2

Este Protocolo estará sujeito a ratificação e entrará em vigor na data em que o último instrumento de ratificação das Altas Partes Contratantes for depositado.

Feito em Manila, no vigésimo quinto dia de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito.

Por Brunei Darussalam
PRÍNCIPE MOHAMED BOLKIAH
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Reino do Camboja
CHEM WIDHYA
Enviado Especial do Real Governo do Camboja

Pela República da Indonésia
ALI ALATAS
Ministro para Negócios Estrangeiros

Pela República Popular Democrática do Laos
SOMSAVAT LENGSAVAD
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela Malásia
DATUK SERI ABDULLAH HAJI AHMAD BADAWI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela União de Myanmar
U OHN GYAW
Ministro para Negócios Estrangeiros

Pela República das Filipinas
DOMINGO L. SIAZON, JR.
Secretário dos Negócios Estrangeiros

Pela República de Cingapura
S. JAYAKUMAR
Ministro para Negócios Estrangeiros

Pelo Reino da Tailândia
SURIN PITSUWAN
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República Socialista do Vietnã
NGUYEN MANH CAM
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela Papua-Nova Guiné
ROY YAKI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Terceiro Protocolo de Emenda ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático

Brunei Darussalam
O Reino do Camboja
A República da Indonésia
A República Democrática Popular do Laos
A Malásia
A União de Myanmar
A República das Filipinas
A República de Cingapura
O Reino da Tailândia
A República Socialista do Vietnã
A Comunidade da Austrália
A República Popular de Bangladesh
A República Popular da China
A República Popular Democrática da Coreia
A República Francesa
A República da Índia
O Japão
A Mongólia
A Nova Zelândia
A República Islâmica do Paquistão
A Papua-Nova Guiné
A República da Coreia
A Federação Russa
A República Democrática Socialista do Sri Lanka
A República Democrática do Timor-Leste
A República da Turquia
Os Estados Unidos da América

Doravante denominados Altas Partes Contratantes:

Desejando assegurar que haja o apropriado aprimoramento da cooperação com todas as nações amantes da paz, tanto de dentro quanto de fora do Sudeste Asiático, em particular Estados vizinhos da região do Sudeste Asiático, bem como com organizações regionais cujos membros sejam apenas Estados soberanos;

Considerando o Parágrafo 5º do preâmbulo do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático, feito em Denpasar, Bali, em 24 de fevereiro de 1976 (doravante denominado Tratado de Amizade), o qual se refere à necessidade de cooperação com todas as nações amantes da paz, tanto de dentro quanto de fora do Sudeste Asiático, no fomento à paz, à estabilidade e à harmonia mundiais;

Por meio deste acordam o seguinte:

Artigo 1

O Artigo 18, Parágrafo 3, do Tratado de Amizade será emendado para ter a seguinte redação:

“Este Tratado estará aberto à acessão de Estados de fora do Sudeste Asiático e de organizações regionais cujos membros sejam, apenas, Estados soberanos, sujeito ao consentimento de todos os Estados do Sudeste Asiático, a saber: Brunei Darussalam; o Reino do Camboja; a República da Indonésia; a República Democrática Popular do Laos; a Malásia; a União de Myanmar; a República das Filipinas; a República de Cingapura; o Reino da Tailândia; e a República Socialista do Vietnã.”

Artigo 2

O Artigo 14, Parágrafo 2, do Tratado de Amizade será emendado para ter a seguinte redação:

“No entanto, este Artigo se aplicará a quaisquer das Altas Partes Contratantes de fora do Sudeste Asiático somente em casos nos quais a Alta Parte Contratante em questão esteja, diretamente, envolvida na controvérsia a ser resolvida por meio de processos regionais.”

Artigo 3

Este Protocolo estará sujeito a ratificação e entrará em vigor na data em que o último instrumento de ratificação das Altas Partes Contratantes for depositado.

Feito em Hanói, Vietnã, no vigésimo terceiro dia de julho do ano de dois mil e dez, em uma única cópia, na língua inglesa.

Por Brunei Darussalam
MOHAMED BOLKIAH
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Reino do Camboja
HOR NAMHONG
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
Internacional

Pela República da Indonésia
DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Ministro para Negócios Estrangeiros

Pela República Popular Democrática do Laos
DR. THONGLOUN SISOULITH
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela Malásia
DATO' SRI ANIFAH AMAN
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Malásia

Pela União de Myanmar
NYAN WIN
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República das Filipinas
ERLINDA F. BASILIO
Subsecretária de Negócios Estrangeiros

Pela República de Cingapura
GEORGE YONG-BOON YEO
Ministro para Negócios Estrangeiros

Pelo Reino da Tailândia
KASIT PIROMYA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República Socialista do Vietnã
DR. PHAM GIA KHIEM
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela Comunidade da Austrália
GILLIAN BIRD
Embaixadora junto à ASEAN

Pela República Popular de Bangladesh
DIPU MONI NAWAZ
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República Popular da China
YANG JIECHI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República Popular Democrática da Coreia
PAK UI-CHUN
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República Francesa
JEAN-FRANÇOIS GIRAUT
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário para o Vietnã

Pela República da Índia
PRENEET KAUR
Ministro de Estado dos Negócios Exteriores

Pelo Japão
KATSUYA OKADA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela Mongólia
ZANDANSHATAR GOMBOJAV

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio

Pela Nova Zelândia
MURRAY McCULLY
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República Islâmica do Paquistão
MAKHDOOM SHAH MAHMOOD QURESHI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela Papua-Nova Guiné
CHRISTOPHER S. MERO
Enviado Especial do Ministro para Negócios Estrangeiros, Comércio e Imigração

Pela República da Coreia
YU MYUNG-HWAN
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio

Pela Federação Russa:
SERGEY LAVROV
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República Democrática Socialista do Sri Lanka
GITANJANA GUNAWARDENA
Vice-Ministro dos Negócios Exteriores

Pela República Democrática de Timor-Leste
ZACARIAS ALBANO DA COSTA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República da Turquia
AHMET DAVUTOĞLU
Ministro dos Negócios Estrangeiros

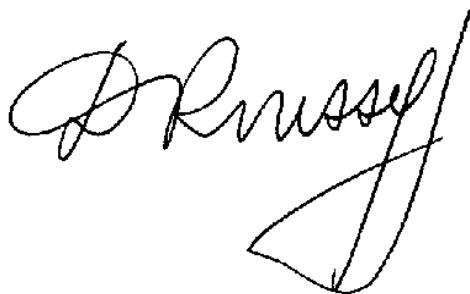
Pelos Estados Unidos da América
HILLARY RODHAM CLINTON
Secretária de Estado

Mensagem nº 411, de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático (TAC), firmado em Bali, em 24 de fevereiro de 1976, pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bem como de seus Protocolos Adicionais.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

A handwritten signature in cursive ink, appearing to read "Dr. Russell". The signature is fluid and written over two lines, with a large, stylized "R" at the beginning.

EM Nº 00226 MRE

Brasília, 17 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, minuta de Mensagem com proposta de adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bem como seus protocolos adicionais, nos termos do Artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

2. Firmado em fevereiro de 1976, o TAC ressalta como princípios a serem seguidos pelos países-membros da ASEAN o respeito à independência, soberania, igualdade jurídica, integridade territorial, identidade nacional, autodeterminação em negócios internos, solução pacífica de controvérsias e a efetiva cooperação entre os países-membros. Trata-se, como se vê, de princípios consagrados pela Carta das Nações Unidas e que orientam a condução da política externa brasileira.

3. Assinado originalmente apenas pelos cinco membros fundadores da ASEAN (Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia), o TAC facultava a acessão somente aos demais países do Sudeste Asiático. Essa limitação foi superada pelos três protocolos adicionais ao referido instrumento. O primeiro, datado de 15 de dezembro de 1987, permitiu que países de fora da região aderissem ao Tratado mediante anuência dos signatários originais. O segundo, de 25 de julho de 1998, incluiu os novos membros do agrupamento (Brunei, Camboja, Laos e Vietnã) na lista dos países com poder de aprovar a acessão de novos signatários. O terceiro, de 23 de julho de 2010, além de incluir o mais recente membro da ASEAN (Myanmar), permitiu a acessão de organizações regionais "cujos membros sejam Estados Soberanos", viabilizando assim a adesão da União Europeia.

4 A adesão brasileira é motivada, de um lado, pela afirmação da ASEAN como o mais representativo mecanismo de integração regional asiático, com projeção crescente em matéria de governança global; e, de outro, pelo substancial estreitamento das relações do Brasil com os países-membros da Associação, as quais se expandem progressivamente do campo bilateral para a esfera multilateral. O Brasil já conta com Embaixadas residentes em sete das dez capitais da ASEAN. Recentemente, a ASEAN aceitou o pedido brasileiro de acreditação do Embaixador em Jacarta junto à organização.

5. No momento, a ASEAN funciona como elemento central entre diferentes iniciativas de integração na Ásia. Além da interlocução regular com países da região, em formatos variados (ASEAN+1, ASEAN+3 e ASEAN+6), a Associação serviu de base para o estabelecimento da Cúpula da Ásia do Leste, que reunirá, além dos seus membros plenos e interlocutores regulares (China, Coreia do Sul, Japão, Índia, Austrália e Nova Zelândia), os Estados Unidos da América e a Rússia. A Associação mantém, ademais, iniciativas de cooperação com seus Parceiros de Diálogo, a saber, Austrália, Canadá, China, União Europeia, Índia, Japão, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Rússia e Estados Unidos da América.

6. No plano bilateral, as relações do Brasil com os países-membros da ASEAN expandem-se progressivamente do campo comercial para novas árcas, tais como investimentos, energias renováveis, ciência e tecnologia, políticas de combate à pobreza, dentre outros.

7. Há também grande convergência de posições em foros multilaterais, a exemplo da defesa comum da paz e do multilateralismo. Indonésia, Tailândia e Filipinas integram o G-20 Comercial e mantêm estreito diálogo com o Brasil nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Indonésia, que também participa do G-20 Financeiro, defende posições semelhantes às brasileiras no

tocante à reforma do sistema financeiro internacional. A Tailândia é importante aliada do Brasil nas negociações de patentes farmacêuticas. As Filipinas e a Malásia, também Mega-Diversos, compartilham objetivos brasileiros nas tratativas internacionais sobre meio-ambiente. O Vietnã contou com o firme apoio do Brasil em sua adesão à OMC, tendo solicitado nossa cooperação para a formação de quadros especializados naquela Organização.

8. Ao propor sua adesão ao TAC, o Governo brasileiro sinaliza, portanto, a intenção política de elevar as relações com a ASEAN a um nível compatível com a importância e abrangência de nossa agenda no Sudeste Asiático e com o peso do País e daquele mecanismo regional em questões internacionais. A adesão ao TAC poderá também facilitar novos passos de aproximação com a ASEAN, como, por exemplo, o estabelecimento de “Parcerias de Diálogo”, como aquelas mencionadas no parágrafo 5º.

9. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo, bem como de seus Protocolos.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 123, DE 2012

(nº 540/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
UNIÃO EUROPEIA SOBRE ISENÇÃO DE VISTOS
DE CURTA DURAÇÃO PARA PORTADORES
DE PASSAPORTES COMUNS**

A República Federativa do Brasil,
(a seguir designada "Brasil"),

e

a União Europeia,
(a seguir designada "União"),

(a seguir designadas as "Partes Contratantes"),

Desejando salvaguardar o princípio da reciprocidade e facilitar os deslocamentos dos nacionais de todos os Estados-Membros da União e dos nacionais do Brasil, concedendo-lhes isenção de visto para entrada e estada de curta duração;

Reiterando a sua vontade de garantir rapidamente viagens reciprocas isentas de vistos, no respeito absoluto dos procedimentos internos respectivos, parlamentares e de outra natureza;

A fim de aprofundar as relações de amizade e de continuar a reforçar os laços estreitos entre as Partes Contratantes;

Tendo em conta o Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda e o Protocolo que integra o acervo de Schengen no âmbito da União Europeia, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, e confirmando que as disposições do presente Acordo não se aplicam ao Reino Unido nem à Irlanda,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1º
Objetivo

Os cidadãos da União e os nacionais do Brasil, portadores de um passaporte comum válido, estão autorizados a entrar, transitar e permanecer sem visto no território da outra Parte Contratante, exclusivamente para efeitos de turismo ou negócios, por um período máximo de estada de três meses no decurso de um período de seis meses, em conformidade com o disposto no presente Acordo.

Artigo 2º
Definições

Para efeitos do presente Acordo, entende-se por:

- a) "Estado-Membro": qualquer Estado-Membro da União, com exceção do Reino Unido e da Irlanda;
- b) "cidadão da União": qualquer nacional de um Estado-Membro na acepção da alínea a);
- c) "nacional do Brasil": qualquer pessoa que possua a nacionalidade brasileira;
- d) "espaço Schengen": o espaço sem fronteiras internas constituído pelos territórios dos Estados-Membros, na acepção da alínea a), que aplicam integralmente o acervo de Schengen;

- e) "acervo de Schengen": todas as medidas destinadas a garantir a livre circulação das pessoas num espaço sem fronteiras internas, em conjugação com as medidas de acompanhamento diretamente relacionadas, no que se refere aos controles das fronteiras externas, asilo e imigração, bem como com as medidas de prevenção e luta contra a criminalidade.

Artigo 3º
Âmbito de Aplicação

1. Para efeitos do presente Acordo, entende-se por "turismo" e "negócios":

- atividades turísticas;
- visitas familiares;
- prospecção de oportunidades comerciais, participação em reuniões, assinatura de contratos e atividades financeiras, de gestão e administrativas;
- participação em reuniões, conferências e seminários, desde que não remunerada por fontes brasileiras ou da União (salvo despesas de estada pagas diretamente ou através de ajudas de custo diárias);
- participação em competições desportivas e concursos artísticos, desde que os participantes não sejam remunerados por fontes brasileiras ou da União, mesmo que concorram para obtenção de prêmios, inclusivamente de natureza pecuniária.

2. Os cidadãos da União e os nacionais do Brasil que desejam exercer atividades remuneradas ou assalariadas, participar em atividades de pesquisa, estágios, estudos e trabalhos de caráter social, bem como realizar atividades de assistência técnica, de caráter missionário, religioso ou artístico não estão abrangidos pelo presente Acordo.

Artigo 4º
Condições da Isenção de Visto
e da Estada

1. A isenção de visto prevista no presente Acordo aplicar-se-á sem prejuízo da legislação das Partes Contratantes relativa às condições de entrada e de estada de curta duração. Os Estados-Membros e o Brasil reservam-se o direito de recusar a entrada e a estada de curta duração nos seus territórios se uma ou várias destas condições não estiverem reunidas.

2. Durante a sua estada, os cidadãos da União que se beneficiarem do presente Acordo deverão respeitar as disposições legais e regulamentares em vigor no território do Brasil.

3. Durante a sua estada, os nacionais do Brasil que se beneficiarem do presente Acordo deverão respeitar as disposições legais e regulamentares em vigor no território de cada Estado-Membro.

4. A isenção de visto aplicar-se-á independentemente do modo de transporte utilizado para atravessar as fronteiras das Partes Contratantes abertas ao tráfego internacional de passageiros.

5. Sem prejuízo do artigo 7.º, as matérias relativas a vistos não abrangidas pelo presente Acordo serão regidas pela legislação interna da União, pela legislação interna dos Estados-Membros e pelo legislação interna do Brasil.

Artigo 5º
Duração da Estada

1. Para efeitos do presente Acordo, os cidadãos da União poderão permanecer no território do Brasil por um período máximo de três meses no decurso de um período de seis meses a contar da data da sua primeira entrada no território do país.
2. Para efeitos do presente Acordo, os nacionais do Brasil poderão permanecer no espaço Schengen por um período máximo de três meses no decurso de um período de seis meses a contar da data da sua primeira entrada no território de qualquer Estado-Membro que aplique integralmente o acervo de Schengen. Este período de três meses no decurso de um período de seis meses será calculado independentemente de qualquer outra estada num Estado-Membro que ainda não aplique integralmente o acervo de Schengen.
3. Os nacionais do Brasil poderão permanecer por um período máximo de três meses no decurso de um período de seis meses a contar da data da sua primeira entrada no território de cada Estado-Membro que ainda não aplique integralmente o acervo de Schengen, independentemente da duração da estada calculada para o espaço Schengen.
4. O presente Acordo não impede que o Brasil e os Estados-Membros prolonguem a duração da estada além do período de três meses, em conformidade com a legislação nacional e a legislação interna da União.

Artigo 6º
Gestão do Acordo

1. As Partes Contratantes criarão um Comitê de peritos (a seguir designado "Comitê").

O Comitê será composto por representantes da União e do Brasil. A União será representada pela Comissão Europeia.

2. O Comitê reunir-se-á sempre que necessário, a pedido de uma das Partes Contratantes, para acompanhar a aplicação do presente Acordo e dirimir controvérsias resultantes da interpretação ou da aplicação de seus dispositivos.

Artigo 7º

Relação entre o presente Acordo e os acordos bilaterais existentes em matéria de vistos entre os Estados-Membros e o Brasil

O presente Acordo não afetará os acordos ou convênios bilaterais vigentes, celebrados entre um Estado-Membro e o Brasil, na medida em que os dispositivos desses acordos ou convênios digam respeito a matérias fora do âmbito de aplicação do presente Acordo.

Artigo 8º
Intercâmbio de Exemplares
de Passaportes

1. Caso ainda não o tenham feito, o Brasil e os Estados-Membros intercambiarião, por via diplomática, exemplares dos seus passaportes comuns válidos, no mais tardar 30 (trinta) dias após a data de assinatura do presente Acordo.

2. Em caso de introdução de novos passaportes comuns ou de alteração dos existentes, as Partes intercambiarião, por via diplomática, exemplares desses passaportes novos ou alterados, acompanhados de informações pormenorizadas sobre as respectivas especificações e aplicabilidade, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à data da sua introdução.

Artigo 9º
Disposições Finais

1. O presente Acordo está sujeito à ratificação ou à aprovação pelas Partes Contratantes em conformidade com os respectivos procedimentos internos e entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à data em que as Partes Contratantes tiverem procedido à notificação mútua do cumprimento dos procedimentos acima mencionados.

2. O presente Acordo terá vigência indeterminada, exceto se for denunciado em conformidade com o disposto no parágrafo 5.

3. O presente Acordo poderá ser emendado por acordo escrito entre as Partes Contratantes. As emendas entrarão em vigor depois de as Partes Contratantes terem procedido à notificação mútua do cumprimento dos respectivos procedimentos internos necessários para sua entrada em vigor.

4. Cada Parte Contratante poderá suspender o presente Acordo, no todo ou em parte; a decisão de suspensão será notificada à outra Parte Contratante o mais tardar dois meses antes da sua entrada em vigor. A Parte Contratante que suspendeu a aplicação do presente Acordo informará imediatamente a outra Parte quando deixarem de se aplicar os motivos da suspensão.

5. Cada Parte Contratante poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação escrita à outra Parte. A vigência do presente Acordo cessará 90 dias após a data dessa notificação.

6. O Brasil só poderá suspender ou denunciar o presente Acordo com relação a todos os Estados-Membros da União.

7. A União só poderá suspender ou denunciar o presente Acordo com relação a todos os seus Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em duplo exemplar, nos idiomas alemão, búlgaro, tcheco, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estoniano, finlandês, francês, grego, húngaro, inglês, italiano, letão, lituano, maltês, neerlandês, polonês, português, romeno e sueco, sendo todos esses textos igualmente autênticos.

Feito em Bruxelas, em oito de Novembro de dois mil e dez.

Съставено в Брюксел на осми ноември две хиляди и десета година.

Hecho en Bruselas, el ocho de noviembre de dos mil diez.

V Bruselu dne osmého listopadu dva tisice deset.

Udfærdiget i Bruxelles den ottende november to tusind og ti.

Geschehen zu Brüssel am achten November zweitausendzehn.

Kahc tuhande kümnda aasta novembrikuu kaheksandal päeval Brüsselis.

Έγινε στις Βρυξέλλες, στις οκτώ Νοεμβρίου δύο χιλιάδες δέκα.

Done at Brussels on the eighth day of November in the year two thousand and ten.

Fait à Bruxelles, le huit novembre deux mille dix.

Fatto a Bruxelles, addi otto novembre duemiladieci.

Briselē, divi tūkstoši desmitā gada astotajā novembrī.

Priimta du tūkstančiai dešimtų metų lapkričio aštuntą dieną Briuselyje.

Kelt Brüsszelben, a kétezer-tizedik év november nyolcadik napján.

Magħmul fi Brussell, fit-tmien jum ta' Novembru tas-sena elfejn u ghaxra.

Gedaan te Brussel, de achtste november tweeduizend tien.

Sporządzono w Brukseli dnia ósmego listopada roku dwa tysiące dziesiątego.

Íntocmit la Bruxelles la opt noiembrie două mii zece.

V Bruseli dňa ôsmeho novembra dvetisidcesať.

V Bruslju, dne osmoga novembra leta dva tisoč deset.

Tehyt Brysselissä kahdeksantena päivänä marraskuuta vuonna kaksituhattakymmenen.

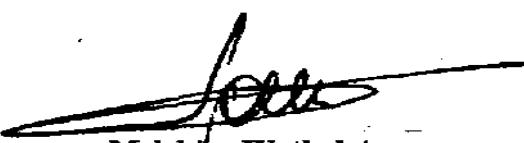
Som skedde i Bryssel den åttonde november tjugohundratio.

Pela República Federativa do Brasil
 За Федеративна Република Бразилия
 Por la Repùblica Federativa de Brasil
 Za Brazilskou Federativní republiku
 For den Føderative Republik Brasilien
 Für die Föderative Republik Brasilien
 Brasilia Liitvabariigi nimel
 Για την Ομοσπονδιακή Δημοκρατία της Βραζιλίας
 For the Federative Republic of Brazil
 Pour la République fédérative du Brésil
 Per la Repubblica federativa del Brasile
 Brazīlijas Federatīvās Republikas vārdā –
 Brazilijos Federacijos Respublikos vardu
 A Brazil Szövetségi Köztársaság részéről
 Għar-Repubblika Federattiva tal-Brazil
 Voor de Federale Republiek Brazilië
 W imieniu Federacyjnej Republiki Brazylii
 Pentru Republica Federativă a Braziliei
 Za Brazilsku federativnu republiku
 Za Federativno Republiko Brazilijo
 Brasilian liittotasavallan puolesta
 För Förbundstrepubliken Brasilien

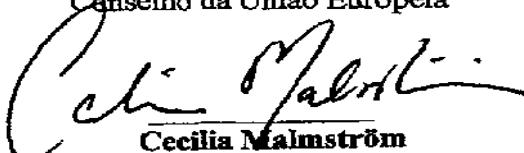


Ricardo Neiva Tavares
 Embaixador do Brasil junto às
 Comunidades Europeias

Pela União Europeia
 За Европейския съюз
 Por la Unión Europea
 Za Evropskou unii
 For Den Europæiske Union
 Für die Europäische Union
 Euroopa Liidu nimel
 Για την Ευρωπαϊκή Ένωση
 For the European Union
 Pour l'Union européenne
 Per l'Unione europea
 Eiropas Savienības vārdā –
 Europos Sąjungos vardu
 Az Európai Unió részéről
 Ghall-Unjoni Europea
 Voor de Europese Unie
 W imieniu Unii Europejskiej
 Pentru Uniunea Europeană
 Za Európsku úniu
 Za Evropsko unijo
 Euroopan unionin puolesta
 För Europeiska unionen



Melchior Wathelet
 Secretário de Estado de Orçamento,
 Política de Migração e de Asilo da
 Bélgica, Presidente Pró-Tempore do
 Conselho da União Europeia



Cecilia Malmström
 Comissária para Assuntos Internos da
 União Europeia

**DECLARAÇÃO CONJUNTA RELATIVA ÀS INFORMAÇÕES A SEREM
PRESTADAS AOS CIDADÃOS SOBRE O ACORDO RELATIVO À ISENÇÃO
DE VISTO**

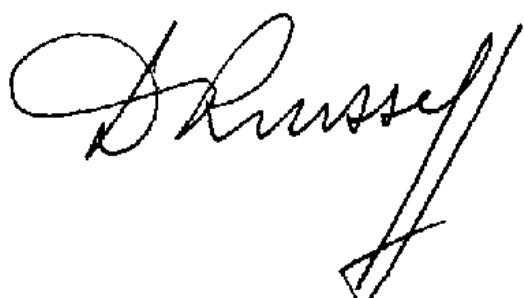
Reconhecendo a importância da transparência para os cidadãos da União Europeia e para os nacionais do Brasil, as Partes Contratantes acordam em assegurar a ampla divulgação das informações relativas ao conteúdo e às consequências do Acordo sobre a isenção de visto e questões conexas, como os documentos de viagem autorizados para os deslocamentos a que se aplica a isenção de visto, a aplicação territorial, incluindo a lista de Estados-Membros que aplicam integralmente o acervo de Schengen, o período de estada autorizado e as condições de entrada, incluindo o direito de recurso em caso de recusa.

Mensagem nº 409, de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 1 de novembro de 2010.

Brasília, 29 de setembro de 2011



EMI No 00010 MRE/MJ

Brasília, 5 de janeiro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010, pelo Embaixador do Brasil junto às Comunidades Europeias, Ricardo Neiva Tavares, pelo Secretário de Estado de Orçamento, Política de Migração e de Asilo da Bélgica, Presidente Pró-Tempore do Conselho da União Europeia, Melchior Wathelet, e pela Comissária para Assuntos Internos da União Europeia, Cecilia Malmström.

2. O Acordo foi assinado com o objetivo de harmonizar as políticas de concessão e de isenção de vistos de curta duração para os nacionais de ambas as Partes, uma vez que o Brasil já havia firmado acordos de isenção de vistos com vários países europeus antes de seu ingresso na UE ou antes de sua adesão à política comum do espaço Schengen. Foram considerados igualmente os imperativos de ordem constitucional e legislativa: do lado brasileiro, a necessidade de celebração de tratado para a referida matéria; do lado europeu, a obrigação de que, após o estabelecimento de sua política comum, a UE conclua tal acordo, e não seus membros isoladamente.

3. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota, José Eduardo Martins Cardozo

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 124, DE 2012

(nº 559/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE

A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PARA A REALIZAÇÃO DA

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL,

NO RIO DE JANEIRO, BRASIL,

DE 13 A 22 DE JUNHO DE 2012

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Serra". Below it is a smaller, stylized mark or initial.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

A Organização das Nações Unidas,

Considerando que a Assembléia Geral das Nações Unidas, por meio da resolução 64/236, de 31 de março de 2010, decidiu realizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (doravante referida como a "Conferência"), em junho de 2012, com o objetivo de garantir a renovação do compromisso político em prol do desenvolvimento sustentável, avaliar os avanços obtidos até o presente, bem como as lacunas remanescentes na implementação dos resultados das principais cúpulas sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar novos desafios;

Considerando que a Assembléia Geral das Nações Unidas aceitou com apreço e gratidão a generosa oferta do Governo da República Federativa do Brasil (doravante referido como o "Governo") para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável;

Considerando que a Conferência tem como seus temas: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável;

Considerando, ainda, que a Assembléia Geral, pela mesma resolução, decidiu que a Conferência deve contar com o comparecimento de Chefes de Estado e de Governo ou seus representantes, no mais alto nível possível, e que tanto a Conferência quanto seu processo preparatório devem assegurar a equilibrada integração de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, como componentes interdependentes e mutuamente do desenvolvimento sustentável e, por fim, que demandam a participação ativa de todos os principais grupos, como identificados na Agenda 21, no Plano de Implementação de Joanesburgo e decisões tomadas na décima primeira sessão da Comissão, em todos os estágios do processo preparatório;

Considerando que a Assembléia Geral das Nações Unidas, no parágrafo operativo 17 da resolução 47/202, de 22 de dezembro de 1992, decidiu que os organismos das Nações Unidas podem realizar sessões fora de sua sede quando um Governo, que formula convite para que uma sessão seja realizada em seu território, concorda em arcar com os custos direta ou indiretamente envolvidos, após consulta com o Secretário-Geral sobre sua natureza e possível extensão;

Acordam o seguinte:

Artigo I

Local da Conferência

1. A Conferência ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, no Centro de Convenções Riocentro, de 13 a 22 de junho de 2012. Para os propósitos do presente Acordo, o termo "Conferência" deve incluir a própria Conferência, de 20 a 22 de junho de 2012, assim como o Terceiro Encontro Preparatório para a Conferência, de 13 a 15 de junho de 2012. Todas as atividades serão realizadas no Centro de Convenções Riocentro.

(D)

2. Além das instalações do Centro de Convenções Riocentro, o Governo proverá áreas adicionais, oficiais, para uso dos Estados membros das Nações Unidas, membros das agências especializadas ou membros da Agência Internacional de Energia Atômica, Estados não-membros, entidades e organizações que contam com convite permanente da Assembléia Geral para participar como observadoras nas sessões de trabalho de todas as conferências internacionais realizadas sob os auspícios das Nações Unidas, órgãos afins das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, outras organizações intergovernamentais acreditadas para a Conferência, e a sociedade civil em geral, para mostras, seminários, encontros, atividades culturais e outras manifestações relacionadas à Conferência.

Artigo II

Participação na Conferência

1. A participação na Conferência estará aberta a:

- a. todos os Estados membros das Nações Unidas, membros das agências especializadas e membros da Agência Internacional de Energia Atômica;
- b. representantes de Estados não-membros, entidades e organizações que têm convite permanente da Assembléia Geral para participar como observadoras nas sessões de trabalho de todas as conferências internacionais realizadas sob os auspícios das Nações Unidas;
- c. representantes de órgãos afins das Nações Unidas;
- d. representantes das agências especializadas das Nações Unidas e da Agência Internacional de Energia Atômica;
- e. representantes do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial de Comércio;
- f. representantes de outras organizações intergovernamentais acreditadas à Conferência;
- g. representantes de organizações não-governamentais e outros grupos relevantes acreditados à Conferência;
- h. especialistas e outros consultores no campo do desenvolvimento sustentável convidados pelas Nações Unidas;
- i. integrantes do Secretariado das Nações Unidas;
- j. outros convidados das Nações Unidas, em coordenação com o Governo da República Federativa do Brasil.

2. O Secretário-Geral das Nações Unidas e o Secretário-Geral da Conferência designarão os integrantes das Nações Unidas que comparecerão à Conferência para fins de serviço. O Secretário-Geral fornecerá ao Governo uma lista do pessoal designado e suas funções, em tempo hábil, antes da abertura da Conferência.

3. Os encontros públicos da Conferência serão abertos à imprensa, acreditada discricionariamente pelas Nações Unidas, após consulta ao Governo;

4. O Secretário-Geral fornecerá ao Governo os nomes das organizações e indivíduos referidos no parágrafo 1º deste Artigo em base regular e com atualizações realizadas em tempo hábil antes da abertura da Conferência.

(Assinatura)

(Assinatura)

Artigo III

Local, equipamento, suprimentos e material de consumo

1. O Governo arcará com os custos de fornecimento do local onde se realizará a Conferência, pelo tempo que for necessário a sua realização, incluindo salas para encontros informais, espaço de escritório, áreas de trabalho e outras instalações afins, tal como especificado no Anexo II deste Acordo.
2. O local e as instalações referidas no parágrafo 1º acima devem permanecer à disposição das Nações Unidas 24 (vinte e quatro) horas por dia, por todo o período da Conferência e pelo tempo adicional antes da abertura e depois do encerramento da Conferência, de acordo com o determinado pelas Nações Unidas em consulta com o Governo, para a necessária preparação e resolução de todos os assuntos relacionados à Conferência.
3. O Governo deverá fornecer, equipar e manter em boas condições de uso todas as mencionadas salas e instalações, do modo como as Nações Unidas considerem adequado para a efetiva realização da Conferência. As salas da Conferência devem estar equipadas com tradução simultânea nas seis línguas oficiais das Nações Unidas e devem dispor de equipamentos para a gravação de som naquelas línguas, de acordo com o Anexo II deste Acordo.
4. O Governo deverá fornecer e manter equipamentos tais como processadores de texto e máquinas de escrever com teclados nas línguas necessárias, para ditado, transcrição e reprodução ou outros equipamentos de escritório necessários para a efetiva realização da Conferência e/ou para uso da imprensa que realiza a cobertura da Conferência.
5. O Governo deverá oferecer, na área da Conferência, um escritório de credenciamento, restaurante, banco, correios, telefone, instalações para internet e email, instalações para telefax e telex, instalações para serviços de informações e de viagem, assim como um centro de serviços de secretariado, equipado em coordenação com as Nações Unidas, para o uso das delegações na Conferência, em base comercial.
6. O Governo deverá fornecer instalações próprias para a imprensa, segundo for requerido pelas Nações Unidas.
7. Além das instalações para a imprensa mencionadas no parágrafo 6 acima, o Governo oferecerá área de trabalho para a imprensa, sala de *briefings* para os correspondentes, estúdios de rádio e televisão, bem como áreas para entrevistas e preparação de programas.
8. O Governo arcará com todos os custos dos serviços necessários, incluindo comunicações telefônicas locais do Secretariado da Conferência e comunicações por telefone, telefax, telex e sistema eletrônico de comunicações (inclusive email e internet) entre o Secretariado da Conferência e os escritórios das Nações Unidas, sempre que essas comunicações forem feitas ou autorizadas ou em nome do Secretariado da Conferência, incluindo telegramas oficiais das Nações Unidas entre a sede da Conferência e a sede das Nações Unidas, e os vários centros de informação das Nações Unidas.
9. O Governo arcará com os custos de transporte e seguro, a partir de qualquer escritório das Nações Unidas para o local da Conferência e de regresso, de todos os equipamentos e materiais de consumo requeridos para o funcionamento da Conferência que não sejam fornecidos localmente pelo Governo. As Nações Unidas determinarão o meio de transporte de tais equipamentos e materiais de consumo, em coordenação com o Governo.

10. O local e as instalações mencionados neste artigo devem estar disponíveis, de modo apropriado, para os observadores das organizações não-governamentais e empresariais, referidas no artigo II acima, para a realização de atividades relacionadas a sua contribuição para a Conferência.

Artigo IV

Instalações médicas

1. Instalações médicas adequadas a primeiros socorros em emergências serão oferecidas pelo Governo na área da Conferência.
2. Para o caso de emergências graves, o Governo garantirá transporte imediato e admissão em hospital. Cada participante será responsável pelo pagamento de suas despesas médicas.

Artigo V

Hospedagem

O Governo envidará esforços para garantir que hospedagem adequada em hotéis ou outros tipos de acomodação esteja disponível a preços comerciais razoáveis para os participantes da Conferência.

Artigo VI

Transporte

1. O Governo providenciará transporte entre o aeroporto, o local da Conferência e os principais hotéis para os membros do Secretariado das Nações Unidas e serviço da Conferência, na sua chegada e partida.
2. O Governo deverá garantir a disponibilidade de transporte para todos os participantes entre o aeroporto, os principais hotéis e o local da Conferência desde três dias antes e até dois dias depois da Conferência, bem como durante a própria Conferência.
3. O Governo, em consultas com as Nações Unidas, fornecerá adequado número de carros com motoristas e estacionamento predeterminado para uso oficial pelos funcionários mais graduados do Secretariado da Conferência, assim como outros meios de transporte segundo a necessidade do Secretariado e sempre em relação à Conferência (ver o Anexo III).

Artigo VII

Proteção policial e segurança

1. Ao Governo caberá oferecer proteção policial e segurança no nível necessário para garantir o efetivo funcionamento da Conferência sem interferências de nenhum tipo. Tal serviço policial estará sob a supervisão direta e o controle de um funcionário graduado a ser designado pelo Governo, que trabalhará em estreita cooperação com oficial de segurança de ligação a ser

designado, com esse propósito, pelo Departamento de Segurança das Nações Unidas, a fim de oferecer adequada atmosfera de segurança e tranquilidade.

2. A segurança no local da Conferência estará sob a supervisão direta e o controle das Nações Unidas, e suas atividades serão realizadas em estreita colaboração com as autoridades de segurança brasileiras, considerando que a segurança fora do local da Conferência será de responsabilidade do Governo. Os limites dessas duas áreas e as modalidades de cooperação deverão estar claramente definidos pelo Governo e pelas Nações Unidas no momento em que o local for entregue à autoridade das Nações Unidas.

3. As modalidades de cooperação em segurança entre as Nações Unidas e o Governo devem ser detalhadas em memorando de entendimento à parte, a ser firmado entre as Nações Unidas e o Governo. As Nações Unidas e o Governo cooperarão na elaboração de amplo plano de segurança, baseado em avaliação de segurança feita pelas Nações Unidas para a Conferência. Este plano de segurança será a base sobre a qual se executarão todas as tarefas relacionadas a segurança.

4. O Governo proverá todo o equipamento de segurança e o pessoal de segurança para as Nações Unidas, tal como especificado nos Anexos II e III deste Acordo.

Artigo VIII

Pessoal local para a Conferência

1. O Governo deverá designar funcionário para atuar como oficial de ligação entre o Governo e as Nações Unidas, o qual será responsável, em coordenação com o Secretário-Geral da Conferência, pela execução das providências necessárias à realização da Conferência, como estabelecido neste Acordo.

2. O Governo deverá prover adequado número de pessoal local, como acordado entre as Nações Unidas e o Governo, segundo as especificações do Anexo III deste Acordo.

3. O Governo tomará as providências para que, a pedido ou em nome do Secretário-Geral da Conferência, parte do pessoal local referido no parágrafo 2 acima esteja disponível antes da abertura e depois do encerramento da Conferência e para que se mantenham serviços noturnos, de acordo com as necessidades das Nações Unidas.

Artigo IX

Financiamento

1. O Governo, além das responsabilidades financeiras especificadas neste Acordo, deverá arcar com os custos adicionais direta ou indiretamente envolvidos na realização da Conferência no Brasil e não na sede das Nações Unidas, em Nova York. Tais custos adicionais deverão incluir, mas não se restringir a, custos adicionais de deslocamento e outras obrigações a serem pagas aos funcionários das Nações Unidas designados pelo Secretário-Geral para realizar visitas preparatórias ao Brasil e para participar da Conferência, assim como custos de envio de equipamento e material de consumo não disponível localmente. Providências nesse sentido deverão ser tomadas pelo Secretariado da Conferência de acordo com o Regulamento de Pessoal e as Normas das Nações Unidas e demais

práticas administrativas no tocante aos padrões de viagem, limites de bagagem, diárias e outras despesas de transporte entre o aeroporto e os hotéis ("terminal expenses"). A lista de funcionários das Nações Unidas necessários à Conferência e os custos de viagem estão indicados no Anexo I.

2. Após o término da Conferência, as Nações Unidas deverão prestar contas detalhadas ao Governo, demonstrando o pagamento efetivo de custos adicionais pelas Nações Unidas a serem arcados pelo Governo, de acordo com o parágrafo 1º deste artigo. Estes custos deverão ser indicados em dólares norte-americanos, utilizando a taxa de câmbio oficial das Nações Unidas ao tempo em que as Nações Unidas realizaram o pagamento. As Nações Unidas, tendo como base essa prestação de contas detalhada, deverão devolver ao Governo os fundos não utilizados referentes a todos os depósitos ou adiantamentos de recursos, no prazo de um (1) mês após o recibo da prestação de contas. Caso os custos adicionais venham a exceder o valor total depositado, o Governo deverá repor os valores faltantes em até um mês após o recebimento da prestação de contas. A prestação de contas final será submetida a auditoria, como previsto no Regulamento Financeiro e Normas das Nações Unidas, e o ajuste final de contas estará sujeito às observações resultantes desta auditoria, a ser executada pelo Conselho Fiscal das Nações Unidas, cujas determinações deverão ser aceitas como finais e conclusivas tanto pelas Nações Unidas, quanto pelo Governo.

Artigo X

Responsabilidades

1. O Governo se responsabilizará por quaisquer ações, alegações ou demandas contra as Nações Unidas ou seus funcionários decorrentes de:

- a. dano a pessoa ou dano/perda de bens no local referido no artigo III, tanto o fornecido, quanto os que estão sob o controle do Governo;
- b. dano a pessoa ou dano/perda de bens causado por ou decorrente do uso dos serviços de transporte referidos no artigo VI;
- c. emprego pela Conferência do pessoal fornecido pelo Governo, de acordo com o artigo VIII.

2. O Governo deverá indenizar e isentar as Nações Unidas e seus funcionários no que diz respeito a essas ações, alegações ou demandas, exceto quando as Nações Unidas e o Governo concordarem mutuamente que o dano ou perda foi causado pela evidente negligência ou pela conduta dolosa das Nações Unidas ou seus funcionários. Tal determinação é acordada sem prejuízo da defesa do Governo contra ações, alegações ou demandas decorrentes de caso fortuito ou força maior.

Artigo XI

Privilégios e imunidades

1. A Convenção sobre os privilégios e imunidades das Nações Unidas (a "Convenção"), adotada pela Assembleia-Geral, em 13 de fevereiro de 1946, da qual o Brasil é parte, será aplicada no que concerne à Conferência.

2. Os participantes referidos no artigo II, parágrafo 1º (b), (c), (f), (g), (h) e (j), acima, gozarão de imunidade em relação a processo legal a respeito de declarações verbais ou escritas ou qualquer ato por eles realizado em decorrência de sua participação na Conferência.

3. Os representantes das agências especializadas ou correlatas, referidas no artigo II, parágrafo 1º (d) e (e) gozarão dos privilégios e imunidades previstos na Convenção sobre "Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas" ou no Acordo sobre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica, segundo for o caso.

4. Todos os participantes referidos no artigo II deverão ter o direito de entrar e sair livremente do Brasil. Vistos e autorizações de ingresso, quando requeridos, devem ser concedidos gratuitamente. Quando a solicitação de visto for realizada até quatro (4) semanas antes da abertura da Conferência, o visto deve ser concedido em até duas (2) semanas antes da abertura da Conferência. Se a solicitação de visto for feita a menos de quatro (4) semanas da abertura da Conferência, o visto deve ser concedido tão rapidamente quanto possível e em até três (3) dias antes da abertura da Conferência. Devem ser tomadas providências para garantir que vistos para o período de duração da Conferência sejam concedidos no aeroporto, no momento da chegada daqueles que não tenham podido obtê-los previamente. A autorização para saída, quando necessária, deve ser concedida gratuitamente, tão rapidamente quanto possível e, em qualquer caso, não mais do que três (3) dias antes do encerramento da Conferência.

5. O disposto no parágrafo anterior não impede o Governo de apresentar objeções bem fundadas em relação ao ingresso de pessoas em seu território. Tais objeções, entretanto, devem estar relacionadas a assuntos criminais ou de segurança e não a nacionalidade, religião, profissão ou filiação política.

6. Para os fins da aplicação da Convenção sobre privilégios e imunidades das Nações Unidas, o local da Conferência, especificado no artigo III acima, será considerado como se fossem as próprias instalações das Nações Unidas, no sentido da seção 3 da Convenção, e o acesso a ele estará sob o controle e a autoridade das Nações Unidas. O local será inviolável enquanto durar a Conferência, incluindo a fase de preparação e de providências finais após o encerramento.

7. Todos os participantes referidos no artigo II acima terão o direito de levar do Brasil, na sua partida, sem qualquer restrição, qualquer porção dos fundos não gastos trazidos ao Brasil para os fins da Conferência e de reconverter tais fundos à taxa de câmbio corrente no mercado.

Artigo XII

Impostos de importação e taxas

O Governo permitirá a importação temporária, livre de taxas e impostos, de todo equipamento necessário, incluindo equipamento técnico acompanhado de representantes da imprensa, devendo suspender a cobrança de taxas e impostos para os suprimentos necessários para a Conferência. Devem-se expedir as necessárias autorizações de importação e exportação com esse fim sem demoras indevidas. Tais equipamentos deverão ser re-exportados após a conclusão da Conferência, a menos que encaminhamentos alternativos tenham sido efetuados com a concordância do Governo.

Artigo XIII

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia entre as Nações Unidas e o Governo no que se refere à interpretação ou à aplicação deste Acordo, exceto para controvérsias sujeitas à Seção 30 da Convenção ou de qualquer

outro acordo aplicável, será solucionada mediante negociação ou outro mecanismo acordado entre as partes. Qualquer controvérsia que não seja solucionada mediante negociação ou outro mecanismo acordado entre as partes será submetida aos procedimentos constantes do Artigo XIII do Acordo entre o Governo e as Nações Unidas relativo às providências para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento, concluído em 16 de setembro de 1991.

Artigo XIV

Anexos

1. Os anexos deste Acordo são dele partes integrantes, a não ser que expressamente previsto de outro modo, sendo referência a este Acordo referência a qualquer dos seus anexos. O número exato de itens listados nos anexos está sujeito a modificações.
2. Não obstante o disposto no parágrafo 1º deste artigo, os padrões e o número de itens listados nos anexos deste Acordo devem ser considerados padrões e números mínimos. Se o Governo tencionar oferecer padrões mais elevados, bem como itens adicionais aos requeridos pelas Nações Unidas, deverá fazê-lo após prévia consulta às Nações Unidas.

Artigo XV

Disposições finais

1. Este Acordo entrará em vigor após a devida notificação às Nações Unidas, pelo Governo, por escrito, de que foram cumpridos os requisitos internos necessários à sua entrada em vigor, permanecendo vigente durante todo o período da Conferência, incluindo sua etapa preparatória, até a conclusão de todas as atividades e a resolução de todos os aspectos referentes à implementação deste Acordo.
2. Este Acordo poderá ser modificado por consentimento mútuo entre as Nações Unidas e o Governo. Neste caso, a versão modificada deverá ser submetida aos mesmos procedimentos descritos no parágrafo 1 deste artigo, para que possa entrar em vigor.

Em 5 de ~~março~~^{abril} de 2012 em dois originais, em inglês e português. Para fins de interpretação ou em caso de controvérsia, o texto em inglês deverá prevalecer.

Pelas Nações Unidas

Sha Zukang

Subsecretário-Geral para Assuntos
Econômicos e Sociais
Secretário-Geral da Conferência

Pela República Federativa do Brasil

Maria Luiza Ribeiro Viotti

Representante Permanente do Brasil junto à
Organização das Nações Unidas

ESTIMATIVAS DE CUSTOS DAS NACÔES UNIDAS

(a cargo do Governo Anfitrião)

Departamentos/Escritórios	Nº de func.	Tarifa Aérea ¹	Valor total Per diem ²³	Despesas terminal ⁴	Excesso bagagem	TOTAL (USS)
---------------------------	-------------	---------------------------	--	--------------------------------	-----------------	-------------

A. ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL**A1. Escritório Executivo do Escritório do Secretário-Geral****A.1 Comitiva do Secretário-Geral**

Secretário-Geral	1	10.890	4.722	202	100	15.914
Sra. Ban	1	10.890	4.722	202	100	15.914
Segurança	1	10.890	4.722	202	100	15.914
A ser confirmado	22	123.420	103.884	4.444	2.200	233.948
Subtotal A.1	25	156.090	118.050	5.050	2.500	281.690
TOTAL A	25	156.090	118.050	5.050	2.500	281.690

Departamentos/Escritórios	No. de func.	Tarifa Aérea ¹	Valor total Per diem ²³	Despesas terminal ⁴	Excesso bagagem	TOTAL (US\$)
---------------------------	--------------	---------------------------	------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------

B. DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

B.1 Escritório do Subsecretário-Geral e Secretário-Geral da Conferência

Secretário-Geral da CNUDS (UNCSD)	1	5.610	3.380	202	100	9.292
Subsecretário-Geral	2	11.220	4.056	404	200	15.880
Assistente Especial	1	5.610	3.380	202	100	9.292
Chefe do Escritório	1	5.610	3.380	202	100	9.292
Profissionais	4	22.440	8.788	808	400	32.436
Assessores	4	22.440	8.788	808	400	32.436
Assistente Pessoal/Secretário	1	5.610	3.380	202	100	9.292
Secretário	1	5.610	3.380	202	100	9.292
Subtotal	15	84.150	38.532	3.030	1.500	127.212

B.2 Escritório dos Coordenadores Executivos

Coordenadores Executivos	2	11.220	4.394	404	200	16.218
Assistente Especial dos CE	2	11.220	4.394	404	200	16.218
Secretário(a) dos CE	1	5.610	2.197	202	100	8.109
Subtotal	5	28.050	10.985	1.010	500	40.545

B.3 Escritório Executivo

Diretor	1	5.610	2.535	202	100	8.447
Encarregado de Certificação	2	11.220	4.394	404	200	16.218
Encarregado de Certificação/Desembolso	2	11.220	4.394	404	200	16.218
Funcionário Administrativo - PNUD Brasil	1	1.100	2.197	152	100	3.549
Subtotal	6	29.150	13.520	1.162	600	44.432

B.4 Divisão de Desenvolvimento Sustentável

Diretor da Divisão	1	5.610	3.380	202	100	9.292
Chefe do Grupo de Logística	1	5.610	5.070	202	100	10.982
Chefes de Núcleos	4	22.440	8.788	808	400	32.436
Profissionais	30	168.300	65.910	6.060	3.000	243.270
Profissionais	4	22.440	14.872	808	400	38.520
Serviço Geral	10	56.100	21.970	2.020	1.000	81.090
Subtotal	50	280.500	119.990	10.100	5.000	415.590

B.5 Escritório de Apoio e Coordenação do ECOSOC (Núcleo ONG)

Chefe do Núcleo	1	5.610	2.704	202	100	8.616
Profissionais	2	11.220	5.408	404	200	17.232
Subtotal	3	16.830	8.112	606	300	25.848
TOTAL B	79	438.680	191.139	15.908	7.900	653.627

Departamentos/Escritórios	Nº de func.	Tarifa Aérea ¹	Valor Total Per diem ^{2/3}	Despesas Terminal ⁴	Excesso bagagem	TOTAL (US\$)
---------------------------	-------------	---------------------------	-------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------

C. ESCRITÓRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Assessores Jurídicos	3	16.830	6.591	606	300	24.327
TOTAL C	3	16.830	6.591	606	300	24.327

D. SERVICO DE LIGAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (NGLS)

Assessores NGLS	2	11.220	5.408	404	200	17.232
TOTAL D	2	11.220	5.408	404	200	17.232

E. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

E.1 Escritório de Planejamento de Programas, Orçamento e Contabilidade (OPPBA)

E.1 (a) Divisão de Contabilidade

Encarregado da Conferência	1	5.610	2.535	202	100	8.447
E.1. (b) Divisão de Orçamento						
Encarregado de Orçamento	1	5.610	2.028	202	100	7.940
Subtotal	2	11.220	4.563	404	200	16.387

E.2 Escritório de Serviços Centrais de Apoio (OCSS)

E.2 (a) Seção de Viagens e Transportes

Encarregados de Viagens e Transporte	2	11.220	8.450	404	200	20.274
Subtotal	2	11.220	8.450	404	200	20.274

E.2.(b) Serviço de Gerência de Instalações

Especialista em Distribuição de Espaços	1	5.610	2.366	202	100	8.278
Especialista em A/V, Radiodifusão e Conferências	1	5.610	4.056	202	100	9.968
Apoio Logístico a Eventos	1	5.610	4.056	202	100	9.968
Subtotal	3	16.830	10.478	606	300	28.214

E.3 Escritório de Tecnologia da Informação e Comunicação (OICT)

Coordenador de TI da Conferência	1	5.610	4.056	202	100	9.968
Gestor Técnico do Portal	1	5.610	4.056	202	100	9.968
Engenheiros de Suporte de Rede	1	5.610	4.056	202	100	9.968
Engenheiros de Suporte de Rede	1	5.610	2.873	202	100	8.785
Gerente de Suporte Técnico	1	5.610	4.056	202	100	9.968
Pessoal de Suporte Técnico	1	5.610	4.056	202	100	9.968
Subtotal	6	33.660	23.153	1.212	600	58.625
TOTAL E	13	72.930	46.644	2.626	1.300	123.500

Departamentos/Escritórios	Nº de func.	Tarifa Aérea ¹	Valor total Per diem ^{2/3}	Despesas terminal ⁴	Excesso bagagem	TOTAL (US\$)
F. DEPARTAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL E GERÊNCIA DA CONFERÊNCIAS						
F.1 Escritório do Secretário da Conferência						
Secretário da Conferência	1	5.610	1.352	202	100	7.264
Secretário-Adjunto	1	5.610	2.197	202	100	8.109
Secretário do Comitê	1	5.610	2.704	202	100	8.616
Secretários do Comitê	3	16.830	6.591	606	300	24.327
Coordenador de Serviços de Secretaria	1	5.610	2.704	202	100	8.616
Coordenador do G-77	1	5.610	2.704	202	100	8.616
Assistentes de Serviços de Reuniões	3	16.830	8.112	606	300	25.848
Assistentes de Serviços de Reuniões	3	16.830	6.591	606	300	24.327
Funcionário ou Assistente Administrativo	1	5.610	2.704	202	100	8.616
Subtotal	15	84.150	35.659	3.030	1.500	124.339
F.2 Cerimonial e Serviço de Ligação						
Chefe do Cerimonial	1	5.610	3.887	202	100	9.799
Assessores do Cerimonial	2	11.220	7.774	404	200	19.598
Assessores do Cerimonial	1	5.610	1.521	202	100	7.433
Assessores do Cerimonial (CEPAL)	2	2.420	4.732	304	200	7.656
Assistentes do Cerimonial	2	11.220	7.774	404	200	19.598
Subtotal	8	36.080	25.688	1.516	800	64.084
F.3 Serviços da Conferência						
Coordenador de Serviços da Conferência	1	5.610	3.549	202	100	9.461
Coordenador-Adjunto	1	5.610	3.549	202	100	9.461
Chefe da Unidade de Serviços de Reuniões	1	5.610	2.704	202	100	8.616
Assistente de Programa	1	5.610	2.704	202	100	8.616
Assistente de Serviços de Reuniões	3	16.830	8.112	606	300	25.848
Assistente de Serviços de Reuniões	2	11.220	3.042	404	200	14.866
Assistente Editorial do Jornal (<i>Journal</i>)	1	5.610	2.704	202	100	8.616
Encarregado de Controle de Documentos	1	5.610	2.704	202	100	8.616
Encarregado de Controle de Documentos	1	5.610	2.366	202	100	8.278
Encarregado de Controle de Documentos	1	5.610	1.183	202	100	7.095
Editores	2	11.220	4.394	404	200	16.218
Intérprete-Chefe	1	5.610	2.366	202	100	8.278
Assistente do Intérprete-Chefe	1	5.610	2.366	202	100	8.278
Intérpretes 8A, 8C, 6E, 6F, 6R, 6S	40	224.400	74.360	8.080	4.000	310.840
Intérpretes 8A, 8C, 7E, 7F, 6R, 6S	42	235.620	42.588	8.484	4.200	290.892
Subtotal	99	555.390	158.691	19.998	9.900	743.979
F.4 Serviços Integrados Sustentáveis de Economia de Papel (Integrated Sustainable Paper Smart - ISPS)						
Diretor	1	5.610	3.380	202	100	9.292
Profissionais de ISPS	5	28.050	16.900	1.010	500	46.460
Pessoal de Publicação	6	33.660	16.224	1.212	600	51.696
Assistentes de Serviços de Reunião	2	11.220	5.408	404	200	17.232
Especialistas em TI/Computação (ICTS)	2	11.220	4.732	404	200	16.556
Subtotal	16	89.760	46.644	3.232	1.600	141.236
TOTAL F	138	765.380	266.682	27.776	13.800	1.073.638

Departamentos/Escritórios	Nº de func.	Tarifa aérea ¹	Valor total Per diem ^{2/3}	Despesas terminal ⁴	Excesso bagagem	TOTAL (USD)
Gerência de Segurança da Conferência Management (UNHQ)	1	5.610	4.901	202	100	10.813
Gerência de Segurança da Conferência (Sede ONU)	2	11.220	8.450	404	200	20.274
Supervisores de Segurança/Encarregados (Sede ONU)	2	11.220	9.802	404	200	21.626
Supervisores de Segurança/Encarregados (Sede ONU)	15	84.150	63.375	3.030	1.500	152.055
Supervisores de Segurança/Encarregados (Sede ONU)	5	28.050	21.125	1.010	500	50.685
Supervisores de Segurança/Encarregados (CEPAL)	5	6.050	24.505	760	500	31.815
Supervisores de Segurança/Encarregados (CEPAL)	9	10.890	36.504	1.368	900	49.662
Supervisores de Segurança/Encarreg.(ONUGenebra)	5	30.250	24.505	760	500	56.015
Supervisores de Segurança/Encarreg.(ONUGenebra)	7	42.350	29.575	1.064	700	73.689
Supervisores de Segurança/Encarreg.(ONUGenebra)	4	24.200	16.900	608	400	42.108
Supervisores de Segurança/Encarreg. (ONU Viena)	6	23.100	25.350	912	600	49.962
Supervisores de Segurança/Encarreg. (ONU Viena)	5	19.250	21.125	760	500	41.635
Supervisores de Segurança/Encarreg. (ONU Nairóbi)	7	43.890	29.575	1.064	700	75.229
Supervisores de Segurança/Encarreg. (ONU Sérvia)	6	23.100	25.350	912	600	49.962
Supervisores de Segurança/Encarregados (ECA)	5	20.900	21.125	760	500	43.285
Supervisores de Segurança/Encarregados (ESCPWA)	6	20.460	25.350	912	600	47.322
Supervisores de Segurança/Encarregados (ESCAP)	5	26.400	21.125	760	500	48.785
Supervisores de Segurança/Encarregados (ICTR)	3	19.470	12.675	456	300	32.901
Supervisores de Segurança/Encarregados (UNAKRT)	2	13.200	8.450	304	200	22.154
Pessoal Administrativo (Sede ONU)	2	11.220	9.802	404	200	21.626
TOTAL G	102	474.980	439.569	16.854	10.200	941.603

Obs.:

BCA: Comissão Econômica para a África

ESCPWA: Comissão Econômica e Social para a África Ocidental

ICTR: Tribunal Penal Internacional para Ruanda

UNAKRT: Tribunal das Nações Unidas para Assistência aos Processos contra o Camboja Vermelho (*Khmer Rouge*)

Departamentos/Escritórios	Nº func.	Tarifa aérea ¹	Valor total Per diem ^{2/3}	Despesas terminal ⁴	Excesso bagagem	TOTAL (USD)
H. DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA						
H.1 Escritório do Porta-Voz						
Porta-Voz	1	5.610	1.014	202	100	6.926
Assessores de Informação	2	11.220	2.028	404	200	13.852
Assessor de Mídia Social	1	5.610	1.014	202	100	6.926
Assistente de Informação	1	5.610	1.014	202	100	6.926
Subtotal	5	28.050	5.070	1.010	500	34.630
H.2 Unidade de Credenciamento e de Ligação com a Mídia						
Encarregado de Ligação com a Mídia	1	5.610	3.718	202	100	9.630
Encarregado de Credenciamento	1	5.610	3.718	202	100	9.630
Supervisor de Distribuição de Documentos	1	5.610	2.366	202	100	8.278
Subtotal	3	16.830	9.802	606	300	27.538
H.3 Cobertura de Reuniões						
Editores (2E+2F)	4	22.440	8.788	808	400	32.436
Assessores de Imprensa (6E +6F)	12	67.320	26.364	2.424	1.200	97.308
Assistentes Editoriais (2E+2F)	4	22.440	9.464	808	400	33.112
Subtotal	20	112.200	44.616	4.040	2.000	162.856
H.4 Cobertura de Rádio						
Produtores de Rádio (E. F. P.)	3	16.830	6.591	606	300	24.327
Subtotal	3	16.830	6.591	606	300	24.327
H.5 Cobertura Webcast						
Diretor de Webcast	1	5.610	1.352	202	100	7.264
Produtor de Webcast	2	11.220	6.084	404	200	17.908
Subtotal	3	16.830	7.436	606	300	25.172
H.6 Cobertura de Televisão						
Produtor da TV ONU	1	5.610	2.197	202	100	8.109
Diretor de TV/Coordenador Técnico	1	5.610	3.211	202	100	9.123
Subtotal	2	11.220	5.408	404	200	17.232
H.7 Cobertura Fotográfica						
Fotógrafo	1	5.610	2.197	202	100	8.109
Subtotal	1	5.610	2.197	202	100	8.109
H.8 Agências de Notícias						
Redator	1	5.610	2.197	202	100	8.109
Subtotal	1	5.610	2.197	202	100	8.109
TOTAL H	38	213.180	83.317	7.676	3.800	307.973
Subtotal (A a H)	400	2.149.290	1.157.400	76.900	40.000	3.423.590

Departamentos/ Escritórios	Número de funcionários	Tarifa aérea	Valor total	Despesas Terminal	Excesso bagagem	TOTAL (US\$)
I. CUSTOS ADICIONAIS						
Custos de substituição de pessoal e horas extras: DSS						598.700
Custos de substituição de pessoal e horas extras: DGACM						100.000
Custos de substituição de pessoal e horas extras: DPI						68.000
Frete						75.000
Despesas diversas						150.000
Missões de planejamento das Nações Unidas ⁵						581.700
Custos de Acomodação do Pessoal ⁶						2.273.275
TOTAL I						3.846.675
 NECESSIDADES ESTIMADAS TOTAIS (A - I)						
						7.270.265
 J. CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS E EM ESPÉCIE RECEBIDAS DO PAÍS-SEDE						
Financiamento das Missões das Nações Unidas até o presente ⁵						(511.700)
Saldo da contribuição do Governo do Brasil para as Nações Unidas recebida em 2011 ⁵						(624.266)
Custos de Acomodação do Pessoal ⁶						(2.273.275)
TOTAL J						(3.409.241)
 K. TOTAL A SER TRANSFERIDO PARA O SECRETARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS DE ACORDO COM O ARTIGO IX DESTE ACORDO DE SEDE						
SUBTOTAL (A - J)	400	2.149.290	1.157.400	76.900	40.000	3.861.024
Provisão para Contingências 10%						386.102
Provisão para inflação 5%						193.051
Custos de Apoio a Programas 5%						193.051
TOTAL GERAL⁷						4.633.229

Fim - Não há estimativas a partir deste ponto

OBSERVAÇÕES:

1/ O Secretário-Geral, a Sra. Ban, o Secretário-Geral Adjunto e um segurança viajarão de primeira classe, a um custo estimado de US\$9.900 por pessoa. Todos os demais funcionários viajarão de classe executiva, caso o tempo de viagem de um trajeto (*one way*) seja superior a 9 horas (inclusive os tempos de conexão em pontos intermediários), segundo os critérios de viagens da ONU.

Salvo indicação em contrário, as estimativas de viagem foram elaboradas com origem em Nova York a US\$ 5.100 na classe

executiva, com base nos custos de viagens disponíveis para a Unidade de Viagens das Nações Unidas, de 9 de janeiro e de 7 de fevereiro de 2012. As viagens com origem em outros Postos foram orçadas como segue: Adis Abeba (US\$ 3.800); Arusha (US\$ 5.900); Bangkok (US\$ 4.800); Beirute (US\$ 3.100); Brasília (US\$ 1.000); Haia (US\$ 3.500); Genebra (US\$ 5.500); Kigali (US\$ 5.500); Nairóbi (US\$ 5.700); Phnom Penh (US\$ 6.000); Santiago (US\$ 1.100); e Viena (US\$ 3.500). Essas estimativas básicas não incluem sobretaxas, para o que foi acrescentada uma provisão de 10% às tarifas aéreas individuais.

2/ O valor das diárias (*per diem*) de US\$ 169 para o pessoal do Secretariado da ONU foi aprovado por memorando do Escritório de Gerência de Recursos Humanos (OHRM), datado de 14 de março de 2012, e baseia-se no entendimento de que o Governo brasileiro adotará as providências necessárias para custear diretamente a hospedagem do pessoal do Secretariado da ONU nos hotéis Promenade Paradiso, Promenade Barra First, Bourbon e Sheraton. O valor dos *per diem* para a delegação do Secretário-Geral foi estimado em US\$ 787, com base nas tarifas de apartamentos do Hotel Sheraton (R\$ 1.157), conforme confirmado pelo País-Sede em e-mail de 6 de março de 2012. Veja, por favor, a Nota 6.

3/ O valor das diárias inclui os dias de missão oficial no Rio de Janeiro e o tempo de viagem para o/da Rio de Janeiro. O tempo de viagem a partir de Nova York é estimado em 1 dia (ida e volta), sem pernoite em qualquer dos trajetos. Dias adicionais de trabalho foram previstos para determinados funcionários, para cobrir a partida antecipada em razão dos preparativos da Conferência. O número de dias está sujeito a mudanças e será revisto durante as negociações finais. As diretrizes da ONU impedem viagens de mais de 30 funcionários no mesmo voo/aeronave. Em caso de partidas, com escala, do Rio de Janeiro, decorrentes da disponibilidade dos voos, diárias adicionais serão pagos aos funcionários afetados.

4/ Em conformidade com as regras para viagens da ONU, os funcionários têm direito a despesas aeroportuárias relativas a transporte para os / dos aeroportos. Esses custos foram calculados em US\$126 para Nova York (US\$ 63 x 2); US\$ 76 para o Rio de Janeiro (US\$ 38 x 2); e US\$ 76 para origens distintas de Nova York. O valor referente ao Rio de Janeiro poderá ser reduzido, caso o Governo anfitrião forneça transporte entre o aeroporto internacional e os hotéis.

5/ Em 2011, o Governo brasileiro ofereceu contribuição de US\$ 1.135.966 para custear as despesas da Conferência, inclusive o financiamento das missões de planejamento do Secretariado ao Brasil. Essas contribuições foram recebidas, antes da celebração do Acordo de Scde (HCA), tendo sido, assim, creditadas em fundo fiduciário específico em apoio à Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Os recursos necessários para as missões de planejamento foram retirados dessa contribuição. Os custos de um mínimo de 8 missões de planejamento foram estimados em US\$ 581.700. Por ocasião da elaboração deste Acordo, 6 missões de planejamento tinham sido concluídas a um custo de US\$ 511.700. A quantia de US\$ 624.266 representa o saldo da contribuição de 2011 do Governo do Brasil, que será utilizada para compensar os custos do Governo brasileiro, conforme identificados no âmbito do presente Acordo.

6/7/ A quantia de US\$ 4.633.229 representa o montante real a ser transferido para o Secretariado das Nações Unidas a fim de cobrir os custos reais adicionais, direta ou indiretamente, envolvidos com a realização da Conferência no Brasil. Conforme expresso na Parte I do presente Anexo, as necessidades estimadas totais a serem satisfeitas pelo Governo brasileiro para atender os custos reais adicionais do Secretariado das Nações Unidas direta ou indiretamente envolvidos com a realização da Conferência no Brasil alcançaram a quantia de US\$ 7.270.065. As contribuições financeiras e as contribuições em espécie feitas pelo Governo do Brasil, até o presente, aparecem traduzidas na Parte J do presente Anexo. Fim- não há texto a partir deste ponto.

Anexo II: Acordo de Sede com o Brasil relativo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, 2012, Rio de Janeiro, Brasil: 20-22 de junho de 2012 e ao Comitê Preparatório, Rio de Janeiro, Brasil: 13-15 de junho de 2012

Requisitos finalizados para sede de conferência, instalações e serviços, com base nas planas bases do Rio+20 e programa de trabalho do Comitê Preparatório (CPS) de junho de 2012, da C conferência (20-22 de junho de 2012)

A. SALAS DE CONFERÊNCIA.....	2
B. OUTROS SERVIÇOS	28
C. ESPAÇO DOS ESCRITÓRIOS	30
D. MATERIAIS E REQUISITOS GERAIS.....	45
E. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO.....	46
F. ESCRITÓRIO DE SERVIÇOS CENTRAIS DE APOIO	49
G. ESCRITÓRIOS DO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA.....	51
H. ESCRITÓRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS	59
I. ÁREA DE CREDENCIAMENTO	70
J. OUTROS REQUISITOS	76
K. OICT; REQUISITOS DE ESPAÇO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO	79
L. ESPECIFICAÇÕES DE IMPRESSORA, SCANNER E SOFTWARE ISPS	87

A entrega oficial do local às Nações Unidas ocorrerá no dia 05 de junho de 2012. O Pavilhão e as áreas de credenciamento deverão ser entregues em condições de uso imediato; todas as demais áreas e instalações deverão ser entregues, prontas para a realização de conferências, até 09 de junho de 2012, salvo observação em contrário no presente documento.

Requisitos atualizados para salas de conferência, instalações e serviços, com base nas plantas finais do Itinerário e programa de trabalho do Comitê Preparatório (3-5 de junho de 2012) e da Conferência (20-22 de junho de 2012)

A. SALAS DE CONFERÊNCIA

As salas de Conferência deverão estar prontas para a realização de reuniões até 05 de junho de 2012 (salvo especificações em contrário).

Pavilhão 5

1. Plenário (P5-1) – (Pavilhão 5)

O Plenário será utilizado durante os três dias da Conferência, de 20 a 22 de junho de 2012, para pronunciamentos de Chefes de Estado/Governo e Chefes de Delegações, Organizações Intergovernamentais, Agências Especializadas, outras entidades da ONU e Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*), de acordo com o Regimento da Assembleia Geral e da Conferência e com a Lista de Oradores, conforme definido. O Plenário também será usado para reuniões durante os dias de “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável” – de 16 a 19 de junho de 2012 -, organizados pelo Governo brasileiro com o apoio da ONU.

- i) Área principal a ser planejada com a capacidade máxima de assentos possível: o total de 2.172 assentos será reduzido para 2.100 (caso se decida não usar as 12 mesas bloqueadas pelos pilares).

Os Estados Membros deverão ocupar as quatro colunas centrais e todas as 14 fileiras (uma vez que os pilares bloqueiam 12 mesas em cada extremidade das colunas e essas mesas não poderão ser usadas):

- Assentos à mesa: 3 por delegação
- Assentos para assessores: 3 por delegação
- Número de mesas: 198
- Distribuição: $3+3 = 6$
- Total de assentos: $198 \times 6 = 1.188$ [+12 mesas x (3+3) = 72 assentos disponíveis = 1.260]

- ii) Assentos adicionais na área principal para OIG, agências especializadas, Fundos e Programas, atrás das delegações e atrás dos assentos VIP em ambos os lados das delegações.

- Mesas atrás das delegações: $27 \times 3 = 81$ assentos

- Assentos para assessores: $27 \times 3 = 81$ assentos
- Mesas na fileira da esquerda (de frente para o pódio): $27 \times 3 = 81$ assentos
- Assentos para assessores: $27 \times 3 = 81$ assentos
- Mesas do lado direito: $21 \times 3 = 63$ assentos
- Assentos para assessores: $21 \times 3 = 63$ assentos
- Número total de mesas: 75
- Número total de assentos à mesa: $75 \times 3 = 225$
- Distribuição: $1+1 = 2$
- Total de assentos disponíveis: $225 \times 2 = 450$

- As mesas deverão estar equipadas com pontos de tomada padronizadas para carregar notebooks e outros dispositivos, com espaço suficiente para placas de identificação, suportes e documentos;
- As cadeiras à mesa deverão ter braços.

iii) Área de assentos VIP em ambos os lados das mesas das delegações para cônjuges de Chefes de Estado/Governo e convidados do Governo Anfitrião.

- 120×2 cadeiras protocolares, com espaldar e braços, sem mesas
- Total: **240**

iv) Assentos adicionais no fundo do plenário para Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*), imprensa e público credenciado.

- **222** assentos, sem mesas
- Total de assentos: **2172**

v) Pódio

- 1 pódio de nove lugares com placas de identificação e suporte para as placas;
- Bandeiras (jogo incluindo os 193 estados-membros, Ilhas Cook, Santa Sé e Niue), dispostas atrás do pódio. As bandeiras serão fornecidas pela ONU e os mastros pelo Governo Anfitrião.
- 1 telefone de mesa com discagem fixa na posição do Secretário (à esquerda do Presidente da Conferência), para comunicação com a mesa do Orador, a mesa do Encarregado da Sessão, e o *Satellite Desk ou Balcão de Serviços ISPS (Integrated Sustainable Paper Smart ou Serviços Integrados Sustentáveis de Economia de Papel)*;
- Tomada para notebook/tablet, na posição do Secretário;
- 1 púlpito com microfone, luz para leitura e copo com água (sem garrafa de água), a ser substituído após cada orador;
- O teleprompter deverá ter dois espelhos acionados por circuitos diferentes. A unidade de back-up (computador) será instalada com comutador de vídeo, a fim de permitir comutação imediata, bem como prestar suporte a quaisquer unidades adicionais.

vi) Equipamentos no Plenário

- Sistema completo de Interpretação Simultânea de Conferências (CMSI) para todos os delegados, sobre as mesas. Um microfone por mesa para cada 3 delegados (no assento central) e fones de ouvido para todas as delegações, assessores, VIP, todos os participantes, pódio e pessoal da Secretaria.

vii) Projetor e telas

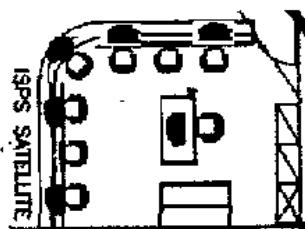
- 3 telas pequenas sobre a mesa do pódio para o Presidente, o Secretário-Geral e o Secretário, exibindo a projeção da tela grande atrás deles;
- 1 computador/laptop com porta apropriada para alimentar 2 projetores LCD;
- Total de 4 projetores LCD e quatro telas de 60 polegadas – duas telas a serem colocadas no meio da sala em cada um dos pilares, de tamanho suficiente para permitir a visibilidade de I-MAG e/ou conteúdo multimídia por todos os participantes. Os quatro projetores LCD e as telas de 60 polegadas em cada lado deverão ter legendas (*closed caption*) em tempo real, em inglês e português, e transmissão em linguagem de sinais.

viii) A equipe do Secretariado deverá ser posicionada na frente da sala/em cada lado do pódio; GA-200 e Salão VIP (atrás do Plenário)

- 1 mesa para a Lista de Oradores e pessoal da AG, com 8 cadeiras com visão do pódio e conexão para interpretação, com 2 computadores e um fone com luz vermelha intermitente (sem campainha).
- 1 mesa para os Encarregados da Conferência com 8 cadeiras com visão do pódio e conexão para interpretação, com 2 computadores e um telefone com luz vermelha intermitente (sem campainha).
- 1 pequeno escritório de apoio atrás do Plenário para membros da AG (denominado **GA-200**), para assistir com notas ao Presidente e à Lista de Oradores, equipado com 2 computadores, 2 impressoras, 1 copiadora e um CCTV.
- Áreas de trabalho para 6 Assessores de Imprensa (3 de língua inglesa e 3 de língua francesa), com 6 computadores conectados por LAN a computadores no escritório da equipe de cobertura; 3 telefones com luz vermelha intermitente (sem campainha), conectados ao editor que estiver trabalhando naquele idioma.
- 1 mesa para 4 tomadores de notas, com conexão com a interpretação e capacidade para conectar computadores a uma pequena impressora (apenas a conectividade será necessária, uma vez que os laptops serão fornecidos ao pessoal da Secretaria).
- Uma sala de espera para VIP atrás do Plenário, com acesso ao púlpito, onde aguardarão o momento de seu pronunciamento, equipada com CCTV e sofás e com acesso direto a toaletes.

ix) Balcão de Serviços de Publicação ISPS

- Um Balcão de Serviços de Publicação ISPS em um canto apropriado nos fundos da sala, projetado como um balcão de recepção contíguo, próximo aos escritórios do Secretariado e com acesso a uma sala de impressão sob demanda (*Print-on-demand*) localizada fora do Plenário.
- O balcão de recepção deverá estar identificado como “Balcão de Serviços de Publicação ISPS” e ter capacidade para acomodar sete posições lógicas de trabalho.
- Cinco das posições de trabalho no balcão deverão estar equipadas com computadores de mesa (*desktop*) padrão, conectados à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- Cada uma das outras duas posições de trabalho deverá estar localizada entre duas das cinco posições descritas acima. Essas posições de trabalho estarão equipadas com duas tomadas de energia e conectadas à LAN da Conferência (não instalar computadores de mesa).
- Uma mesa para o supervisor deverá ser colocada nos fundos da área, de frente para o balcão de recepção.
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com um computador de mesa de alto desempenho, conectados à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para os Computadores de Mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- O modelo sugerido para o formato do balcão é apresentado abaixo:



- A mesa do supervisor deverá estar equipada com duas linhas telefônicas com luz intermitente (sem campainha), com acesso a números locais, móveis e internacionais.
- Cada posição no balcão deverá estar conectada a uma estação de escuta.
- Cada computador deverá estar configurado para imprimir em qualquer impressora localizada no mesmo pavilhão.

- Dois *scanners* de alta velocidade serão necessários para o Balcão de Serviços de Publicação ISPS (as especificações dos *scanners* são fornecidas na seção “L: Especificações de Impressora, Scanners e Software de ISPS”). Os *scanners* deverão estar posicionados de forma a reduzir ao máximo o nível de ruídos na sala de conferência.
- Serão necessários armários para armazenar tanto papel em branco como trabalhos de impressão, em quantidade suficiente para atender às solicitações *ad-hoc*, sob demanda, dos participantes.
- 1 armário com tranca para armazenar CDRs e USBs;
- 1 Hub USB 2.0 8 portas, com alimentação externa.
- 7 cadeiras.
- 10 adaptadores USB para *tablets*.
- Porta-CD interno (acessível apenas ao Balcão de Serviços de Publicação ISPS).
- 01 (um) porta-CD de pé portátil para cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS, com capacidade para 200 CDs cada. A localização do porta-CD ficará a critério da equipe do ISPS.

Uma sala de impressão sob demanda, com isolamento acústico, localizada próximo à Sala de Controle de ISPS.

A sala deverá acomodar as máquinas para impressão sob demanda e estar equipadas com o que segue:

- 2 Computadores de Mesa-padrão conectados à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para os Computadores de Mesa-Padrão são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- 1 *scanner* de alta velocidade (as especificações dos *scanners* são fornecidas na seção “L: Especificações para Impressoras, Scanners e Software de ISPS”).
- 04 (quatro) impressoras de alta velocidade conforme especificado na seção “L: Especificações para Impressoras, Scanners e Software de ISPS”.
- 2 mesas
- 2 cadeiras
- Um carrinho de documentos para transportar produtos do ISPS
- Prateleiras

x) Interpretação Simultânea – em conformidade com as normas ISO: ISO 2603 para cabines fixas e ISO 4043 para cabines móveis

O Plenário deverá estar equipado com 8 cabines de interpretação simultânea conforme os padrões acima, com dispositivo de gravação:

- 1 cabine para cada um dos seis idiomas oficiais da ONU: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol;
- Uma sétima cabine para inglês/português/inglês;
- Uma oitava cabine para qualquer idioma não oficial;
- Três das cabines acima deverão acomodar três intérpretes cada (inglês, chinês e árabe); as demais deverão acomodar dois intérpretes cada;
- Os intérpretes deverão ter condições de comutar para 8 canais, ou seja, o idioma original, bem como os seis ou sete canais de idiomas;
- As cabines de árabe e de chinês (3 pessoas) terão, cada uma, um sistema por meio do qual seus intérpretes possam sobrepor-se à cabine de inglês ou francês, de maneira que possam ter acesso a esses idiomas sem precisar locomover-se até qualquer uma dessas cabines;
- Um telefone com luz intermitente (sem campainha) instalado em uma cabine de 3 pessoas e outro em uma cabine de 2 pessoas;
- Uma nona cabine equipada com descrição de áudio.

xi) Fotógrafos e câmeras/equipes de TV

- 06 (seis) plataformas para câmeras, cada uma para 1 câmera da TV ONU (UNTV), conectadas ao controle central de TV para alimentar transmissão do Plenário em sistema de *pool*, de TV a cabo e internet. As plataformas das câmeras deverão estar em nível ligeiramente inferior ao das cabines de interpretação.
- 2 plataformas elevadas divididas, colocadas lado a lado, próximas e de frente ao pódio do orador nos níveis superiores do Plenário, suficientemente grandes para acomodar 8 a 10 profissionais com equipamentos (fotógrafo da ONU, fotógrafo oficial e equipes de TV, grandes agências de notícias e agências de fotografia). A TV ONU ficará exclusivamente posicionada em uma das plataformas. Os fotógrafos também poderão usar a área do *deck* no mezanino. As plataformas das câmeras deverão estar em um nível ligeiramente inferior ao das cabines de interpretação.
- Plataformas para equipes de TV, 4 caixas de distribuição de som com 20 pontos cada para inglês, francês, português e o idioma da mesa/original (próximas às plataformas de TV).
- Mesa de ligação com a imprensa (localização exata a ser definida, mas próxima ao Plenário): a equipe de ligação com a imprensa acompanhará os membros da imprensa em sua entrada no e saída do Plenário, bem como, respectivamente, na entrada na e saída da área das cabines/plataformas e em reuniões bilaterais. 1 mesa com 6 cadeiras; 2 linhas telefônicas locais e 1 monitor de CATV.

Informações gerais: Cobertura da Conferência pela TV ONU: P5-1 Plenário, P5-2 Mesas Redondas, Sala de Coletivas de Imprensa P5-3 e Sala de Coletivas de Imprensa do Centro de Mídia P3-6.

Todas as salas listadas para cobertura no Pavilhão 3 deverão estar configuradas para gravação local com cobertura de IMAG e não fazem parte da cobertura da TV ONU / as salas P3-1 a P3-3 deverão estar equipadas com 4 câmeras e as salas P3-4 a P3-6 com três câmeras. Todas essas salas serão administradas pela Unidade de Serviços da Conferência ou Apoio A/V.

Acesso e serviços de mídia:

Plenário: se for possível colocar somente um pequeno tablado (a ser compartilhado com a TV ONU), somente o *cameraman* oficial do orador e uma equipe de TV (*pool*) poderão cobrir o plenário. Os fotógrafos deverão fazer a cobertura do mezanino/passarela, e a imprensa escrita ficará sentada nos fundos do plenário, nas áreas reservadas para representantes dos Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*) (aprox. 75-100 assentos).

Mesas Redondas: não serão abertas à imprensa externa e/ou oficial. Apenas a TV ONU e os assessores de imprensa terão acesso às salas.

xii) Outros requisitos

- 1 cabine de controle de som localizada próximo às cabines de interpretação;
- Sistema de PA para cobertura completa de áudio dos registros da reunião e apresentações multimídia;
- Várias caixas de áudio (ou caixas de distribuição de som) com as seguintes saídas mínimas: 20 inglês, 20 francês, 20 com o idioma do orador e 20 para português em cada cobertura AO VIVO de evento;
- Todos os computadores deverão estar conectados à LAN da Conferência.

xiii) Balcão de Serviços de Publicação ISPS fora do Plenário, contíguo à entrada dos Delegados:

- Um Balcão de Serviços de Publicação ISPS ao lado direito da entrada do pavilhão 5, previsto como balcão de recepção contíguo, próximo aos escritórios do Secretariado e com acesso a uma sala de impressão sob demanda (*Print-on-demand*).
- A área deverá estar identificada como Balcão de Serviços de Publicação ISPS e ter capacidade para acomodar sete posições lógicas de trabalho.
- Cinco das posições de trabalho no balcão deverão estar equipadas com computadores de mesa comuns conectados à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- As outras duas posições de trabalho deverão estar equipadas com tomada de energia e conexão com a LAN da Conferência (não instalar computador de mesa).

- Uma mesa para o supervisor deverá ser colocada nos fundos da área, de frente para o balcão de recepção.
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com um computador de mesa de alto desempenho, conectados à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para os computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com 1 (uma) linha telefônica com luz intermitente (sem campainha), com acesso a ligações locais, internacionais bem como à telefonia móvel.
- Cada computador deverá estar configurado para imprimir em qualquer impressora localizada no mesmo pavilhão.
- Dois *scanners* de alta velocidade serão necessários para o Balcão de Serviços de Publicação ISPS (as especificações dos *scanners* são fornecidas na seção “L: Especificações de Impressora, Scanners e Software de ISPS”). Os *scanners* deverão estar posicionados de forma a reduzir ao máximo o nível de ruídos na sala de conferência.
- Serão necessários armários para armazenar papéis em branco e trabalhos de impressão, em quantidade suficiente para atender às solicitações sob demanda dos participantes.
 - 1 armário com tranca para armazenar CDRs e USBs;
 - 1 hub de 8 portas USB 2.0, com alimentação externa.
 - 7 cadeiras.
 - 10 adaptadores USB para tablets.

Escaninhos para documentos oficiais:

- O Balcão de Serviços de Publicação ISPS terá 250 escaninhos localizados atrás do balcão para a guarda de documentos oficiais para os Estados-Membros, identificados pelos nomes. Servirão também como repositório de convites e mensagens destinados aos Estados-Membros.
- Os nomes nos escaninhos seguirão o Protocolo da AG. A ordem será alfabética.
- Dimensões dos escaninhos: 27,94 cm de largura, 43,18 cm de profundidade e 15,24 cm de altura.
- Porta-CD internos (acessível apenas ao Balcão de Serviços de Publicação ISPS).

01 (um) porta-CD portátil, de chão para cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS, com capacidade de 200 CDs, cada. A localização do porta-CD ficará a critério da equipe do ISPS.

2. Sala de Conferência P5-2, em formato de “U” – (Pavilhão 5)

A Sala de Conferência será denominada P5-2 e será utilizada durante a Conferência pelas mesas redondas de alto nível, com uma sala de transbordo de áudio e vídeo na P3-2 no Pavilhão 3.

i) Requisitos para cada sala

- Assentos à mesa: 80
- Assentos para assessores: 80
- Assentos adicionais nos fundos (sem mesas) = 40
- Total: 200
- Pódio (não elevado) em um lado do retângulo de 8 assentos;
- Tomada de energia para laptop/tablet na posição do Secretário;
- 1 telefone de mesa com discagem fixa na posição do Secretário (à esquerda do Presidente), para comunicação com a mesa do Encarregado da Sessão, a secretaria técnica e o Balcão de Serviços de Publicação ISPS;
- Sistema Completo de Interpretação Simultânea de Conferências (CMSI) sobre as mesas de todos os 80 delegados, com um microfone para cada delegado, e fones de ouvido para todos os 200 participantes;
- 8 cabines de interpretação simultânea (com a mesma configuração do Plenário).

ii) Todos os assentos deverão ter recepção sem fio para interpretação

iii) Secretaria técnica e substantiva

- 1 mesa com 4 cadeiras;
- 2 computadores com acesso à internet e uma impressora de pequeno porte.

iv) Encarregados de Conferência

- 1 mesa com 4 cadeiras com visão do pódio
- 1 computador
- 1 telefone com luz vermelha intermitente (sem campainha)

v) Fotógrafos e Câmeras/equipes de TV

- 03 (três) câmeras robóticas e 01 (uma) câmera operada manualmente, 04 (quatro) plataformas para câmeras, cada uma para 1 câmera da TV ONU conectada ao controle central de TV para fornecer ao Plenário sinal de transmissão, de TV a cabo e por internet. As plataformas das câmeras deverão ficar em um nível ligeiramente inferior ao das cabines de interpretação.

vi) Assessores de Imprensa

- 2 Assessores de Imprensa (de frente para as delegações) com 2 computadores conectados por LAN.
- 2 telefones com luz intermitente (sem campainha) para comunicação com a mesa do editor.

vii) 01 (um) Balcão de Serviços de Publicação ISPS localizado do lado de fora da entrada:

- Identificado como “Balcão de Serviços de Publicação ISPS”.
- Projetado como uma mesa contígua, com sete posições de trabalho.
- Cinco das posições de trabalho no balcão de recepção deverão estar equipadas com computadores padrão de mesa, conectados à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para computadores de mesa estão descritas na seção “E: OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”) e conectadas à LAN da Conferência.
- As outras duas posições de trabalho deverão estar equipadas com tomada de energia e conectadas à LAN da Conferência (não instalar computador de mesa).
- Uma mesa para o supervisor deverá ser colocada nos fundos da área, de frente para o balcão de recepção.
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com um computador de mesa de alto desempenho, conectado à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para os computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com duas linhas telefônicas com luz intermitente (sem campainha), com acesso a números locais, móveis e internacionais.
- O computador deverá estar configurado para imprimir em qualquer impressora localizada no mesmo pavilhão.
- Um *scanner* de alta velocidade será necessário para o Balcão de Serviços de ISPS (as especificações dos *scanners* são fornecidas na seção “L: Especificações de Impressora, Scanners e Software de ISPS”). O *scanner* deverá estar posicionado de forma a reduzir ao máximo o nível de ruídos na sala de conferência.
- Serão necessários armários em cada Balcão de Serviços para armazenar papéis em branco e trabalhos de impressão, em quantidade suficiente para atender às solicitações sob demanda dos participantes.
- 1 armário com tranca para armazenar CDRs e USBs;
- 1 *hub* de 8 portas USB 2.0 com alimentação externa.
- 7 cadeiras.
- 10 adaptadores USB para *tablets*
- Porta-CDs internos (acessíveis apenas ao Balcão de Serviços de ISPS).

- 01^º (um) Porta-CD portátil, de chão, com capacidade para 200 CDs. A localização do Porta-CD ficará a critério da equipe de ISPS.

Uma sala pequena à prova de som, contígua às escadas/escada rolante para acomodar as máquinas de impressão sob demanda.

- A sala deverá estar equipada com 2 computadores de mesa, conectados em LAN.
- Duas impressoras de alta velocidade (conforme especificado na seção “L: Impressora, Scanner e Software do ISPS”).
- 2 mesas
- 2 cadeiras
- 1 scanner de alta velocidade (as especificações do scanner estão descritas na seção “L: Impressora, Scanner e Software do ISPS”).
- Prateleiras

viii) Sala para coletivas de imprensa (em formato de teatro), P5-3, próxima ao Plenário no Pavilhão 5

As duas salas de coletivas de imprensa deverão ter no mínimo 3 câmeras cada, sendo duas voltadas para frente e 1 para a platéia. Dimensões das plataformas para as câmeras da ONU: 2 m x 3 m x 1 m (altura). Todas as câmeras da ONU deverão ficar separadas de qualquer outro veículo de comunicação.

A sala de coletivas de imprensa no Pavilhão 5 deverá permitir acesso direto de Chefes de Estado/Chefes de Governo ao pódio.

Um espaço de tablado adicional será necessário para acomodar equipes externas de TV. Devido à restrição de espaço, o tablado da TV ONU será maior para acomodar algumas equipes externas. A área da nova plataforma da equipe da TV ONU terá 11 m².

- 1 painel de fundo grande (texto a ser fornecido pela ONU);
- 1 pódio com dois assentos, saia e frente coberta;
- 04 (quarto) cadeiras com microfones de mesa no pódio para oradores e receptores sem fio para a interpretação simultânea;
- 95 assentos no estilo teatro;
- Sistema completo de CMSI com dois microfones e 80 fones de ouvido;
- 2 cabines de interpretação simultânea (para dois intérpretes cada);
- 2 microfones de pé para perguntas de jornalistas;
- Plataformas para equipes de TV, 4 caixas de distribuição de som com 20 saídas cada em inglês, francês, português e no do orador (a serem colocadas próximas às plataformas de TV). As plataformas não deverão bloquear a visão dos intérpretes.

- 2 posições de câmera para cobertura em sistema de *pool* da TV ONU;
- Fones de ouvido e receptores sem fio para interpretação simultânea em todos os assentos;
- Posições de trabalho na parte da frente da sala (de frente para as delegações) para 2 assessores de imprensa (1 de língua inglesa, 1 de língua francesa);
- 2 computadores pessoais conectados por LAN ao computador na área do Escritório da Equipe de Cobertura;
- 1 telefone interno (com luz intermitente) para contato com editores;
- Os assessores de imprensa necessitarão de fones de ouvido para a interpretação.

3. Salas de reuniões bilaterais para Chefes de Estado e de Governo (Pavilhão 5)

Haverá 14 salas de reuniões bilaterais localizadas no nível superior do Plenário (segundo pavimento), contíguas aos escritórios dos diretores das Nações Unidas. As salas de reuniões bilaterais serão denominadas BL1, BL2, BL3 e BL4. A BL1 terá ligação direta com o escritório do Secretário-Geral das Nações Unidas; a BL2, com o escritório do Presidente da Assembleia Geral; a BL3, com o escritório do Presidente do ECOSOC e o escritório do Secretário da Conferência; e a BL4, com o escritório do Secretário-Geral da CNUDS (UNCSD). Quatro salas de reuniões bilaterais terão dois sofás de um lugar, 6 cadeiras para visitantes e 8 para assessores; e 1 mesa de centro.

10 salas de reuniões bilaterais estarão localizadas entre os escritórios das altas autoridades do Governo brasileiro e terão dois sofás de um lugar; seis cadeiras para assessores; e uma mesa de centro. Essas salas de reuniões bilaterais serão denominadas BL5, BL6, BL7, BL8, BL9, BL10, BL11, BL12, BL13 e BL14.

Em frente às salas de reuniões bilaterais haverá uma área de espera com três jogos de sofás compostos, cada um, por dois sofás de três lugares, dois sofás de dois lugares e uma mesa de centro. À direita e à esquerda da área de espera, haverá duas mesas para Encarregados de Conferência, equipadas com linhas telefônicas e computadores. A área de espera também deverá dispor de um local com serviço de café, chá e água.

4. Sala VVIP (com acesso a banheiros) (Pavilhão 5)

Equipada com mobiliário apropriado para uma sala VIP, com sofás de um lugar e poltronas dispostos em ilhas, mesas de centro e laterais com iluminação e espaço adequado entre cada ilha; CATV para monitorar os registros da conferência; e telas de TV planas para a exibição de notícias e assuntos correntes. Uma área dentro da sala deverá ser montada para serviço de refeições leves como sanduíches, lanches, água, sucos, refrigerantes, chá e café. Pessoal de apoio deverá estar disponível para prostar serviços e outras informações solicitadas.

5. Sala VIP para cônjuges (com acesso a banheiros) (Pavilhão 5)

Equipada com mobiliário apropriado para uma sala VIP. Uma área dentro da sala deverá ser montada para serviço de refeições leves como sanduíches, lanches, água, sucos, refrigerantes, chá e café. Pessoal de apoio deverá estar disponível para prestar serviços e outras informações solicitadas.

Pavilhão 3

1. 13 salas de conferência (3 grandes, 2 médias, 4 para reuniões entre Pares e 3 para reuniões de diretoria) – (Pavilhão 3)

- 3 salas grandes de conferência em formato de sala de aula - P3-1, P3-2, P3-3. A sala P3-1 será utilizada como sala de transbordo e áudio e vídeo para as Mesas Redondas de Alto Nível e para a solenidade de abertura da Rio+20; no dia 19 de junho, para os “Diálogos”.
- A P3-1 [uma combinação da P3-1 e P3-4 originais] será utilizada pelo Comitê Preparatório, com 400 ou mais assentos à mesa (o máximo possível) e o mesmo número de assentos para assessores.
- A P3-2 terá 252 assentos à mesa e 252 para assessores, a serem utilizados pelo Comitê Principal.
- A P3-3 terá 252 assentos à mesa e 252 para assessores;
- Pódio elevado com sete lugares e sete assentos para assessores em todas as três salas.
- Tomada de energia, no pódio, para laptop/tablet, no lugar do Secretário.
- 7 cabines de interpretação nos 6 idiomas oficiais da ONU + 1 em português (2 com três pessoas e as demais com 2 pessoas) somente na P3-1 e P3-2.

i) Requisitos para cada sala

- 1 telefone de mesa com linha fixa no lugar do Secretário (à esquerda do Presidente do Comitê Preparatório) para comunicação com a mesa da Secretaria Técnica, a mesa do Encarregado da Sessão e o Balcão de Serviços de Publicação ISPS;
- Sistema completo de CMSI com 252 unidades para delegados (com microfones e fones de ouvido) e 252 fones de ouvido para assessores;
- 4 telas pequenas sobre a mesa do pódio para dois dirigentes do Comitê Preparatório, para o Secretário e para a secretaria substantiva, com exibição da projeção sobre a tela grande situada atrás deles;
- 1 computador/laptop com porta apropriada para alimentar dois projetores LCD;
- Todos os assentos deverão ter recepção sem fio para interpretação.

ii) Secretaria técnica e substantiva

- 1 mesa com 4 cadeiras
- 2 computadores com acesso à internet e uma impressora pequena
- 1 telefone

iii) Encarregados de Sessão

- 1 mesa com 4 cadeiras com visão do pódio
- 1 computador com acesso à internet
- 1 telefone com luz intermitente (sem campainha)

iv) Balcão de Serviços de Publicação ISPS para uma das 3 Salas Grandes de Conferência_P3-1:

- Um Balcão de Serviços de Publicação ISPS dentro da P3-1, identificada como “Balcão de Serviços de Publicação ISPS”
- A mesa deverá ser projetada de forma contígua, acomodando sete posições.
- Cinco das posições deverão estar equipadas com computadores de mesa comuns conectados à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para Computadores de Mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- Cada uma das outras duas posições de trabalho deverá estar localizada entre duas das cinco posições descritas acima. Essas posições de trabalho estarão equipadas com tomadas de energia e conectadas à LAN da Conferência (não instalar computadores de mesa).
- Uma mesa para o supervisor deverá ser colocada nos fundos da área, de frente para o balcão de atendimento.
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com um computador de mesa de alto desempenho, conectado à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para os computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com uma linha telefônica com luz intermitente (sem campainha), com acesso internacional.
- O computador deverá estar configurado para imprimir em qualquer impressora localizada no mesmo pavilhão.
- Um *scanner* de alta velocidade será necessário para o Balcão de Serviços de Publicação ISPS (as especificações dos *scanners* são fornecidas na seção “L: Especificações de Impressora, Scanners e Software de ISPS”). O *scanner* deverá estar posicionado de forma a reduzir ao máximo o nível de ruídos na sala de conferência.
- Serão necessários armários em cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS para armazenar papéis em branco e trabalhos de impressão em quantidade suficiente para atender às solicitações sob demanda dos participantes.

- 1 armário com tranca em cada Balcão de Serviços ISPS para armazenar CDR e USB;
- 1 hub de 8 portas USB 2.0, com alimentação externa.
- 7 cadeiras.
- 10 adaptadores USB para tablets
- 01 (um) armário com chave será necessário em cada Balcão de Serviços ISPS para armazenar CDRs e USBs;
- 1 hub de 8 portas USB 2.0, com alimentação externa.
- 7 cadeiras.
- 10 adaptadores USB para tablets.
- Porta-CD interno (acessível apenas ao Balcão de Serviços ISPS).

2. 2 salas de conferência de tamanho médio em formato de U - P3-4 e P3-5 (Pavilhão 3)

- 150 assentos à mesa
- 150 assentos para assessores
- 50 assentos para convidados
- Total de assentos $(150 \times 2) + 50 = 350$
- Pódio plano com cinco lugares e cinco assentos para assessores
- 7 cabines de interpretação para os seis idiomas oficiais da ONU + 1 para português (2 com 3 pessoas e as demais com 2 pessoas) somente na P3-5
- Sistema central de sonorização (*Public Address - PA*) com som reforçado nas três salas.

i) Requisitos para cada sala

- 1 telefone de mesa com linha fixa na posição do Secretário (à esquerda do Presidente), para comunicação com a Secretaria Técnica, a mesa do Encarregado da Sessão, e o Balcão de Serviços de Publicação ISPS;
- Sistema completo de CMSI com 150 unidades para delegados (com microfones e fones de ouvido) e 50 fones de ouvido para os assessores;
- 3 telas pequenas sobre a mesa do pódio para o Presidente, o Secretário e a secretaria substantiva, com exibição da projeção da tela grande situada atrás deles;
- 4 projetores LCD e quatro telas colocadas em cada um dos pilares, de tamanho suficiente para permitir a visualização de I-MAG e/ou conteúdos multimídia por todos os participantes. A tela do meio deverá incluir legendas (*closed caption*) em tempo real, em português, e as duas telas laterais, legendas em tempo real em inglês. A quarta tela transmitirá a sessão na linguagem de sinais;
- 1 computador/laptop com porta apropriada para alimentar dois projetores LCD;
- Todos os assentos deverão ter recepção sem fio para interpretação.

ii) Secretaria técnica e substantiva

- 1 mesa com 4 cadeiras;
- Acesso à internet e uma impressora pequena;
- 1 linha telefônica.

iii) Encarregados de Sessão

- 1 mesa com 4 cadeiras, com visão do pódio;
- 1 computador;
- 1 telefone com luz intermitente (sem campainha).

3. 4 salas de reuniões entre pares para encontros informais (sem cabine de interpretação) P3-A, P3-B, P3-C, P3-D (Pavilhão 3)

- 52 assentos à mesa
- 52 assentos para assessores
- Total: 104
- Sistema CMSI completo com 26 unidades para delegados (com microfones e estações de escuta) e 52 estações de escuta para assessores;
- 1 computador/*laptop* com porta apropriada para 1 projetor LCD;
- Sistema de sonorização central (PA) com som reforçado.

i) Secretaria técnica e substantiva

- 1 mesa com 2 cadeiras;
- 1 computador com acesso à internet;

ii) Encarregados de Sessão

- 1 mesa com duas cadeiras ao lado da entrada da sala;
- 1 computador;
- 1 telefone com luz intermitente (sem campainha).

4. 3 salas pequenas de reuniões entre pares para encontros informais (sem cabine de interpretação) P3-E, P3-F e P3-G (Pavilhão 3)

- 24 assentos à mesa
- 24 assentos para assessores
- Total: 48
- 1 computador/*laptop* com porta para alimentar 1 projetor LCD.

i) Secretaria técnica e substantiva

- 1 mesa com 2 cadeiras;
- 1 computador com acesso à internet

ii) Encarregados de Sessão

- 1 mesa com duas cadeiras ao lado da entrada da sala;
- 1 computador;
- 1 telefone com luz intermitente (sem campainha).

iii) I Balcão de Serviços de Publicação ISPS do lado de fora e na entrada das salas pequenas para reuniões entre Pares

- Um Balcão de Serviços de Publicação ISPS deverá estar localizado próximo à entrada da sala de reunião pequena, conforme planta (24+24) e também acessível às quatro salas para reuniões entre Pares.
- A sala deverá estar identificada como “Balcão de Serviços de Publicação ISPS”.
- A mesa deverá ser projetada na forma de um balcão contíguo para acomodar sete posições.
- Cinco das posições deverão estar equipadas com computadores de mesa comuns, conectados à LAN da Conferência (as especificações de computadores de mesa de ISPS são descritas na seção F: “Especificações de Impressora, Scanner e Software de ISPS”).
- As outras duas posições deverão estar localizadas entre duas das cinco posições descritas acima. Essas posições estarão equipadas com tomadas de energia e conectadas à LAN da Conferência (não instalar computadores de mesa).
- Uma mesa para o supervisor deverá ser colocada nos fundos da área, de frente para o balcão de atendimento.
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com um computador de mesa de alto desempenho, conectado à LAN da Conferência (as especificações de hardware e software para os computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com uma linha telefônica com luz intermitente (sem campainha), com acesso a números locais, móveis e internacionais.
- O computador deverá estar configurado para imprimir em qualquer impressora localizada no mesmo pavilhão.
- Um *scanner* de alta velocidade será necessário para o Balcão de Serviços de Publicação ISPS (as especificações dos *scanners* são fornecidas na seção “L:

Especificações de Impressora, *Scanners e Software de ISPS*"). O *scanner* deverá estar posicionado de forma a reduzir ao máximo o nível de ruídos na sala de conferência.

- Serão necessários armários em cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS para armazenar papéis em branco e trabalhos de impressão, em quantidade suficiente para atender às solicitações sob demanda dos participantes.
- 1 armário com tranca em cada Balcão de Serviços ISPS para armazenar CDR e USB;
- 1 hub de 8 portas 2.0, com alimentação externa.
- 7 cadeiras.
- 10 adaptadores USB para *tablets*
- 01 (um) armário com chave será necessário em cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS para armazenar CDRs e USBs;
- 1 hub de 8 portas 2.0, com alimentação externa.
- 7 cadeiras.
- 10 adaptadores USB para *tablets*.
- Porta-CD internos (acessíveis apenas ao Balcão de Serviços de Publicação ISPS).
- 01 (um) porta-CD, portátil, de chão, com capacidade para 200 CDs. A localização do porta-CD ficará a critério da equipe de ISPS.

Uma sala pequena para impressão sob demanda, contígua ao Balcão de Serviços de Publicação ISPS para acomodar as máquinas de impressão sob demanda:

- A sala deverá estar equipada com 2 computadores de mesa conectados em LAN.
- Duas impressoras de alta velocidade (conforme especificado na seção “L: Impressora, Scanner e Software de ISPS”).
- 2 mesas
- 2 cadeiras
- 1 scanner de alta velocidade (as especificações do scanner estão descritas na seção “L: Impressora, Scanner e Software do ISPS”).
- Prateleiras

iv) 2 Balcões de Serviços ISPS localizados do lado de fora e contíguos às salas de reunião entre Pares e de conferência

- Dois Balcões de Serviços ISPS localizados próximos das/ acessíveis às salas de conferência e de reunião entre Pares, identificadas como “Balcão de Serviços de Publicação ISPS”.
- A mesa deverá ser projetada como um balcão contíguo, com um total de sete lugares.
- Cinco desses lugares deverão estar equipados com computadores de mesa comuns, conectados à LAN da Conferência (as especificações de

computadores de mesa ISPS são descritas na seção F: “Especificações de Impressora, Scanner e Software de ISPS”).

- Os outros dois lugares deverão estar localizados entre dois dos cinco lugares descritos acima. Esses lugares estarão equipados com tomadas de energia e conectados à LAN da Conferência (não instalar computadores de mesa).
- Uma mesa para o supervisor deverá ser colocada nos fundos da área, de frente para o balcão de atendimento.
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com um computador de mesa de alto desempenho, conectado à LAN da Conferência (as especificações de hardware e software para os computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com uma linha telefônica com luz intermitente (sem campainha), com acesso a números locais, móveis e internacionais.
- O computador deverá estar configurado para imprimir em qualquer impressora localizada no mesmo pavilhão.
- Um scanner de alta velocidade será necessário para o Balcão de Serviços de Publicação ISPS (as especificações dos scanners são fornecidas na seção “L: Especificações de Impressora, Scanners e Software de ISPS”). O scanner deverá estar posicionado de forma a reduzir ao máximo o nível de ruídos na sala de conferência.
- Serão necessários armários em cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS para armazenar papéis em branco e trabalhos de impressão, em quantidade suficiente para atender solicitações sob demanda dos participantes.
- 1 armário com tranca em cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS para armazenar CDR e USB;
- 1 hub de 8 portas 2.0, com alimentação externa.
- 7 cadeiras.
- 10 adaptadores USB para tablets.
- Porta-CDs internos (acessíveis apenas ao Balcão de Serviços de Publicação ISPS).

01 (um) porta-CD portátil, de chão, com capacidade para 200 CDs. A localização do porta-CD ficará a critério da equipe de ISPS.

Uma sala pequena para impressão sob demanda, contígua a cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS, para acomodar as máquinas de impressão sob demanda.

- A sala deverá estar equipada com 2 computadores de mesa, conectados em LAN.
- Duas impressoras de alta velocidade (conforme especificado na seção “L: Impressora, Scanner e Software de ISPS”).

- 2 mesas
- 2 cadeiras
- 1 *scanner* de alta velocidade (as especificações do *scanner* estão descritas na seção “L: Impressora, Scanner e Software de ISPS”).
- Prateleiras

5. Livraria das Nações Unidas (em frente à P3-G-)

A livraria ocupará aproximadamente 4 metros quadrados e deverá estar equipada com uma mesa, uma cadeira, um computador com acesso à internet e uma tela grande para apresentar novos recursos *online*, além de prateleiras para exposição (muito limitada) de livros.

6. Um expositor e um centro de distribuição de selos localizada próximo à livraria, com um computador com acesso à internet.

7. Sala de coletivas de imprensa (estilo teatro) dentro do centro de mídia e dos escritórios do DPI (Pavilhão 3), P3-6

As duas salas de coletivas de imprensa deverão ter no mínimo 3 câmeras cada, duas voltadas para frente e uma para a platéia. As dimensões das plataformas para as câmeras da ONU devem ser 2 m x 3 m x 1 m (altura). Todas as câmeras da ONU deverão ficar separadas de qualquer outro veículo de comunicação.

- 1 painel de fundo grande (texto a ser fornecido pela ONU);
- 1 pódio com cinco assentos, com saia e frente coberta;
- 05 (cinco) cadeiras e microfones de mesa no pódio para oradores, e receptores sem fio para interpretação simultânea;
- 420 assentos dispostos em estilo teatro;
- Sistema completo de CMSI com 125 microfones e 250 fones de ouvido;
- 4 cabines de interpretação simultânea (inglês, francês, português e um idioma adicional, com dois intérpretes por cabine);
- 1 mesa e uma cadeira; um computador conectado à LAN para o Assessor de Imprensa do DPI; um telefone com luz intermitente; receptores sem fio para interpretação simultânea;
- Dois microfones de pé para perguntas dos jornalistas;
- Plataformas para equipes de TV, 4 caixas de distribuição de som com 20 saídas cada para inglês, francês, português e o idioma da mesa/original (a serem colocadas próximo às plataformas de TV). As plataformas não deverão bloquear a visão dos intérpretes;
- 2 posições de câmera para cobertura da ONU TV em sistema de pool;
- Fones de ouvido e receptores sem fio para interpretação simultânea em todos os assentos;
- Posições de trabalho na parte da frente da sala (de frente para as delegações) para 2 assessores de imprensa (1 de língua inglesa, 1 de língua francesa);

- 2 computadores pessoais conectados por LAN ao computador na área do Escritório da Equipe de Cobertura;
- 1 telefone interno (com luz intermitente) para contato com editores;
- Todos os assessores de imprensa necessitarão de fones de ouvido para a interpretação.

1.

Fotógrafos e câmeras/equipes de TV:

- 3 plataformas, cada uma para 1 câmera da TV ONU, conectadas ao controle central de TV para fornecer *feed* em sistema de pool para radiodifusão, CATV e cobertura (webcast) da sala;
- 2 plataformas elevadas divididas, colocadas lado a lado, próximo e de frente ao pódio do orador, suficientemente grandes para acomodar 8 a 10 profissionais com equipamentos (fotógrafo da ONU, fotógrafo oficial e equipes de TV, grandes agências de notícias e agências de fotografia). A TV ONU ficará sozinha em uma das plataformas.
- Plataformas para equipes de TV, 4 caixas de distribuição de som com 20 saídas cada para inglês, francês, português e o idioma da mesa/original (próximo às plataformas de TV).

Pavilhão 4 (Pavilhão de Delegados)

1. Aproximadamente 292 escritórios para delegados (a serem distribuídos e administrados pelo Governo brasileiro) (Pavilhão 4)

Deverá ser adotada a disposição de um escritório para cada Estado: considerar 193 Estados-membros, MAIS escritórios para as Ilhas Cook, Niue, Palestina, Santa Sé, G-77 e UE.

2. Área de Cibercafé (Pavilhão 4)

Com aproximadamente 84 computadores com acesso à internet e 168 mesas com conectividade para *laptops*.

3. Sala VIP (capacidade para 440 assentos) (Pavilhão 4)

4. Vinte salas de reuniões bilaterais (dez delas integradas aos escritórios) (Pavilhão 4) a serem administradas pelo Governo brasileiro

5. Escritórios (44 unidades) para agências e programas da ONU, PNUD, UNEP e para o “Boletim de Negociações da Terra”, conforme detalhado na Seção C (espaços de Escritório) (Pavilhão 4).

6. Servicos de ISPS (Pavilhão 4)

02 (dois) Balcões de Serviços de Publicação ISPS localizados no Pavilhão 4.

- Os dois Balcões de Serviços de Publicação ISPS deverão estar localizados em ambos os lados do *lounge* dos delegados (próximo à área de apoio do *Coffee Break*).
- Cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS deverá estar acessível aos Delegados, e identificado como “Balcão de Serviços de Publicação ISPS”.
- Cada mesa deverá ser projetada no formato de balcão contíguo, acomodando sete posições lógicas de trabalho.
- Cinco das posições de trabalho no balcão deverão estar equipadas com computadores de mesa comuns, conectados à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- As outras duas posições de trabalho deverão estar localizadas entre duas das cinco posições descritas acima e equipadas com tomada de energia e conexão com a LAN da Conferência (não instalar computador de mesa).
- Uma mesa para o supervisor deverá ser colocada nos fundos da área, de frente para o balcão de recepção.
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com um computador de mesa de alto desempenho, conectado à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para os computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com uma linha telefônica com luz intermitente (sem campainha), com acesso a números locais, móveis e internacionais.
- Cada computador deverá estar configurado para imprimir em qualquer impressora localizada no mesmo pavilhão.
- Dois *scanners* de alta velocidade serão necessários para a Balcão de Serviços de Publicação ISPS (as especificações dos *scanners* são fornecidas na seção “L: Especificações de Impressora, Scanners e Software de ISPS”). Os *scanners* deverão estar posicionados de forma a reduzir ao máximo o nível de ruídos na sala de conferência.
- Serão necessários armários para armazenar papéis em branco e trabalhos de impressão, em quantidade suficiente para atender às solicitações *ad-hoc*, sob demanda, dos participantes.
 - 1 armário com tranca para armazenar CDRs e USBs;
 - 1 hub de 8 portas USB 2.0, com alimentação externa.
 - 7 cadeiras.
 - 10 adaptadores USB para *tablets*.
 - Porta-CDs internos (acessíveis apenas ao Balcão de Serviços de Publicação ISPS).
 - 01 (um) porta-CD portátil, de chão, com capacidade para 200 CDs. A localização do porta-CD ficará a critério da equipe de ISPS.

Uma sala pequena para impressão sob demanda, adjacente a cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS, para acomodar as máquinas de impressão sob demanda.

- A sala deverá estar equipada com 2 computadores de mesa, conectados a uma LAN.
- Duas impressoras de alta velocidade (conforme especificado na seção “L: Impressora, Scanner e Software de ISPS”).
- 2 mesas
- 2 cadeiras
- 1 scanner de alta velocidade (as especificações do scanner estão descritas na seção “L: Impressora, Scanner e Software de ISPS”).
- Prateleiras.

Pavilhão T (Pavilhão de Grupos Principais da Sociedade Civil, *Major Groups*) e Eventos Paralelos

Localizado no Pavilhão Temporário a ser construído

O Pavilhão de Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*) e Eventos Paralelos terá 11 salas de conferência, um salão/sala de *briefings*, 14 escritórios, 1 Balcão de Serviços de Publicação ISPS e um centro de *blogging* com 107 computadores conectados à Rede de Convidados (*Guest Network*). Todas as salas de conferência deverão ter um pequeno sistema de sonorização (PA) e equipamentos de projeção.

1. 1 sala de conferência grande, em formato de sala de aula, para 300 pessoas (T1) (Pavilhão T)

Haverá uma sala grande de conferência, em formato de sala de aula, para 300 pessoas ou mais, com 7 assentos no pódio. A sala será denominada T1. A sala de conferências será utilizada para reuniões dos Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*).

i) Materiais requeridos para a sala:

- 1 pódio com sete assentos;
- 1 telefone de mesa com linha fixa no pódio, para comunicação com o Balcão de Serviços de Publicação ISPS que atenderá a área de Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*);
- 3 telas pequenas sobre a mesa do pódio para os oradores, com exibição da projeção sobre a tela grande situada atrás deles;
- 1 computador/*laptop* com porta apropriada para alimentar 2 projetores LCD.

2. Salas de conferência, em formato de sala de aula (T2-T9) (Pavilhão T)

Haverá 10 salas de conferência, no formato de sala de aula:

- a) T2: 1 sala para 440 pessoas (somente assentos), com 7 assentos no pódio e seis cabines de interpretação;
- b) T3: 1 sala para 120 pessoas (com mesas e assentos), com 7 assentos no pódio. Essa sala será igualmente utilizada para a Feira de Parcerias (*Partnership Fair*);
- c) T4: 1 sala para 216 pessoas (somente assentos), com 7 assentos no pódio e seis cabines de interpretação;
- d) T5: 1 sala para 60 pessoas (com mesas e assentos móveis), com 7 assentos no pódio;
- e) T6: 1 sala para 126 pessoas (somente com assentos móveis), com 7 assentos no pódio;
- f) T7: 1 sala para 80 pessoas (com mesas e assentos), com 7 assentos no pódio. Essa sala será igualmente utilizada para *SDLearning*;
- g) T8: 1 sala para 100 pessoas, com 7 assentos no pódio;
- h) T9: 1 sala para 100 pessoas, com 7 assentos no pódio.

Interpretação simultânea – de conformidade com as normas ISO: ISO 2603 para cabines fixas; e ISO 4043 para cabines móveis

- No caso das 6 cabines de interpretação, 3 deverão acomodar 3 intérpretes cada (inglês, chinês e árabe) e as outras três, 2 intérpretes em cada;

As salas de conferência serão utilizadas para eventos paralelos.

i) Materiais requeridos para as salas:

- 1 pódio com sete assentos;
- 1 telefone de mesa com linha fixa no pódio para comunicação com o Balcão de Serviços de Publicação ISPS que atenderá a área de Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*);
- 3 telas pequenas na mesa do pódio para os oradores, com exibição da projeção na tela grande situada atrás deles;
- 1 computador com porta apropriada para 1 projetor LCD;
- 1 projetor LCD.

3. 2 salas para reuniões de pares com 28 assentos (T10 e T11) (Pavilhão T)

Haverá 2 salas para reuniões entre Pares, configuradas para acomodar 28 assentos. As salas de conferência serão denominadas T10 e T11.

i) Materiais requeridos para as salas:

- Assentos à mesa: 28;

- 1 telefone de mesa com discagem interna;
- 1 projetor LCD com cabo para conexão em *laptop*.

4. Lounge/sala de briefings para os Grupos Principais da Sociedade Civil (Major Groups) (Pavilhão T)

Haverá 1 *Lounge/sala de briefing* para os Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*). O salão terá 1 mesa de recepção com 6 cadeiras; 6 espaços do salão com 1 sofá de 3 lugares e duas poltronas; 3 monitores de CCTV; 3 telas planas de TV; 8 mesas com computador conectado à internet e impressora; 32 mesas com conectividade para *laptops*; 1 copiadora de alta velocidade e prateleiras.

5. 14 escritórios para os Grupos Principais da Sociedade Civil (Major Groups) e para o pessoal da ONU que atenderá os Grupos Principais da Sociedade Civil (Major Groups) (Pavilhão T)

Haverá 14 escritórios para os Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*) e o pessoal da ONU que atenderá esses grupos. Cada escritório medirá 5 m x 5 m e terá 4 mesas com computador conectado à internet e impressora; 1 copiadora.

6. 1 Balcão de Serviços de Publicação ISPS(Pavilhão T)

Haverá um Balcão de Serviços de Publicação ISPS localizado entre os escritórios de Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*) e as salas de conferência dos eventos paralelos:

- O Balcão de Serviços de Publicação ISPS deverá estar identificado como “Balcão de Serviços de Publicação ISPS”.
- Cada mesa deverá ser projetada no formato de balcão contíguo, acomodando sete posições lógicas de trabalho.
- Cinco das posições de trabalho no balcão deverão estar equipadas com computadores de mesa comuns, conectados à LAN da Conferência (as especificações de *hardware* e *software* para Computadores de Mesa são descritas na seção F: “Especificações de Impressora, Scanner e Software de ISPS”).
- As outras duas posições de trabalho deverão estar localizadas entre duas das cinco posições descritas acima e equipadas com tomada de energia e conexão com a LAN da Conferência (não instalar computador de mesa).
- Uma mesa para o supervisor deverá ser situada nos fundos da área, de frente para o balcão de recepção.
- A mesa do supervisor deverá estar equipada com um computador de mesa de alto desempenho, conectado à LAN da Conferência (as especificações de

hardware e software para os computadores de mesa são descritas na seção E: “OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).

- A mesa do supervisor deverá estar equipada com uma linha telefônica com luz intermitente (sem campainha), com acesso a números locais, internacionais e à telefonia móvel.
- Cada computador deverá estar configurado para imprimir em qualquer impressora localizada no mesmo Pavilhão.
- Um *scanner* de alta velocidade será necessário para o Balcão de Serviços de Publicação ISPS (as especificações dos *scanners* são fornecidas na seção “L: Especificações de Impressora, Scanners e Software de ISPS”). Os *scanners* deverão estar posicionados de forma a reduzir ao máximo o nível de ruídos na sala de conferência.
- Serão necessários armários em cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS para armazenar papéis em branco e trabalhos de impressão, em quantidade suficiente para atender às solicitações sob demanda dos participantes.
- 1 armário com tranca em cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS para armazenar CDRs e USBs;
- 1 hub de 8 portas USB 2.0, com alimentação externa.
- 7 cadeiras.
- 10 adaptadores USB para tablets.
- Porta-CD internos (acessível apenas ao Balcão de Serviços de Publicação ISPS).
- 01 (um) porta-CD portátil, de chão, com capacidade para 200 CDs. A localização do porta-CD ficará a critério da equipe de ISPS.

Uma sala pequena para impressão sob demanda, adjacente a cada Balcão de Serviços de Publicação ISPS, para acomodar às impressoras solicitadas.

- A sala deverá estar equipada com 2 computadores de mesa, conectados à uma LAN.
- Duas impressoras de alta velocidade (conforme especificado na seção “L: Impressora, Scanner e Software de ISPS”).
- 2 mesas
- 2 cadeiras
- 1 *scanner* de alta velocidade (as especificações do *scanner* estão descritas na seção “L: Impressora, Scanner e Software de ISPS”).
- Prateleiras.

7. Centro de blogging com 107 assentos (Pavilhão T) e Salão Digital

Haverá um espaço com 180 posições dotadas computadores com acesso à internet. O centro de *blogging* deverá ter um espaço fechado de 20 m² (estúdio) com divisórias de vidros, equipado com 4 estações de trabalho e dispositivos multimídia (telas de LCD, duas câmeras, microfones, conexão confiável de alta velocidade à internet, com velocidade de no mínimo 1

MB para *upload* e 10MB para *download*, etc.), para ser utilizado como centro inovador de entrevistas individuais de vídeo (*one-one*) e comunicação *online*.

Nessa área haverá um grande espaço interno com divisórias de vidro e 4 estações de trabalho, além de dispositivos multimídia (telas de LCD, duas câmeras, microfones, conexão de alta velocidade à internet, etc.) para ser usada como centro inovador de entrevistas de vídeo individuais (*one-one*) e comunicação *online*. O Salão Digital abrigará uma série de partes interessadas dos Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*) (empresas, ONG, etc.) e delegados da conferência, que interagirão *online* com o público. Todas as entrevistas/pronunciamentos serão publicadas online.

B. OUTROS SERVIÇOS

Pavilhão 3) Centro de Mídia

1. Centro de operações de ISPS (Pavilhão 3, Centro de Mídia)

Localizado próximo à entrada da mídia e ao depósito de móveis, o Centro de Operações de ISPS deverá ser projetado com cinco seções:

- i) 05 (cinco) posições de trabalho para os membros da “Equipe de ISPS “Tiger Team”
 - Cada posição deverá estar equipada com tomada de energia e porta para a LAN da Conferência.
 - 05 (cinco) computadores, configurados com base nas especificações de hardware e software para computadores de mesa comuns, descritas na seção “E: OICT: Requisitos para Espaço e Material de Escritório”.
 - Cada um dos cinco computadores terá cabos de LAN de 1,8m (seis pés) de comprimento, e configuração para imprimir em toda e qualquer impressora do serviço de impressão sob demanda (em todos os locais).
 - 01 (um) duplicador de CD/DVD automático e impressora com capacidade para 100 discos, com pelo menos 2 *drives* para gravação e um para impressão (impressora colorida com resolução de 1200 dpi).
 - 01 (um) duplicador de USB independente (*stand alone*) (não será necessário PC para operá-lo), com capacidade para pelo menos 40 drives USB.
- ii) 02 (duas) mesas para a “Equipe de Mídia sob Demanda de ISPS”, equipadas com computadores laptop, configurados com base nas especificações de hardware e software para computadores de mesa comuns, descritas na seção “E: OICT: Requisitos para Espaço e Material de Escritório”.
- iii) Seção de ‘Impressão sob demanda de ISPS (ISPS POD)’

Deverá haver uma área segura com 06 (seis) impressoras de alta velocidade (as especificações para impressoras são descritas na seção “L: Impressora, Scanner e Software de ISPS”), uma mesa grande para triagem com 10 cadeiras e 3 luminárias de mesa. A sala deverá estar equipada com:

- 1 computador de mesa comum, conectado à LAN da Conferência.
- 02 (duas) mesas com computador de mesa comum em cada e respectivas cadeiras.
- 01 (um) cesto para papéis
- 01 (um) cesto de lixo grande
- 1 bandeja de entrada/saída
- 1 cabideiro
- armário para material

Uma impressora em Braille deverá estar disponível para todos os Balcões de Serviços de Publicação ISPS (a impressora em Braile deverá ser fornecida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – não será necessário adquiri-la).

Dois scanners de alta velocidade (as especificações dos scanners estão descritas na seção “L: Especificações de Impressora, Scanner e Software de ISPS”).

iv) Sala do Pessoal de ISPS

Para a alternância de pessoal entre os diversos Balcões de Serviços de Publicação ISPS; para dez pessoas.

2. Serviços combinados do Balcão de Serviços de Publicação ISPS e do Centro de Midia (Pavilhão 3, Centro de Midia)

À direita da entrada do Centro de Midia, adjacente à área de trabalho.

- 14 mesas contíguas para os Balcões de Serviço de Publicação ISPS e Balcão de Informações do ISPS, equipados com computadores de mesa conectados em LAN. Duas mesas estarão equipadas com tomada de energia e conectividade à LAN da Conferência configurada para conexão, por meio de laptops, às impressoras da LAN. (As especificações de hardware e software para computadores de mesa-padrão estão descritas na seção “E: OICT: Requisitos de Espaço e Material de Escritório”).

Uma sala interna para acomodar as impressoras de impressão sob demanda.

- A sala de “impressão sob demanda” (Print on Demand-POD) deverá ter duas impressoras de alta velocidade. As especificações para as impressoras são fornecidas na seção “L: Especificações para Impressora, Scanner e Software de ISPS”.

- A sala deverá ter um computador de mesa conectado a uma LAN.
- 1 mesa.
- 1 cadeira.
- 01 (um) *scanner* de alta velocidade (as especificações para as impressoras são fornecidas na seção “L: Especificações para Impressora, Scanner e Software de ISPS”).
- 01 (um) armário com tranca no Balcão de Serviços de Publicação ISPS para armazenar CDRs e USBs.

Pavilhão 3 (Mezanino 3)

3. Produção de Boletins de ISPS (Pavilhão 3, Mezanino 3)

Localizado próximo ao Escritório de Boletins Diários (*Journal*), no Mezanino 3:

- 4 cadeiras
- 4 computadores de alto desempenho com conexão à LAN da Conferência e à internet.
- 4 cestos de papel
- 4 cadeiras para convidados
- 4 arquivos com tranca
- 4 cabideiros
- 4 linhas telefônicas internacionais e 4 locais
- 1 impressora de alta velocidade. As especificações para as impressoras são fornecidas na seção “L: Especificações para Impressora, Scanner e Software de ISPS”.

E. ESPAÇO DOS ESCRITÓRIOS

1. Secretário-Geral das Nações Unidas

Obs.: Salvo especificação em contrário, cada escritório deverá estar equipado com mobiliário de escritório apropriado – mesas; mesas para digitação/computador; cadeiras; cestos de lixo; cabideiros; luminárias de mesa; etc. Material de escritório padrão, tais como papel para impressão e fotocópia; blocos de notas, mensagens, etc.; tesoura; corretivo líquido; lápis; canetas; borrachas; grampoadores; extratores de grampos; etc. será fornecido pelo Governo Anfitrião. Computadores pessoais, máquinas copiadoras e de fax (ou scanners) e outros equipamentos eletrônicos devem atender os requisitos e especificações técnicas mínimos, definidos no capítulo K.

2. Escritório Executivo do Secretário-Geral

i) Escritório do Secretário-Geral:

O Escritório do Secretário-Geral das Nações Unidas estará localizado no pavimento superior do Pavilhão 5. Deverá estar equipado com mobiliário apropriado e um frigobar, uma mesa de centro e quatro cadeiras em um canto. Também serão necessários um monitor de CCTV e uma TV de tela plana. Todas as ligações telefônicas para o Secretário-Geral deverão tocar somente na sala da(o) secretária(o) do SG, que encaminhará as chamadas ao SG. O SG deverá poder fazer chamadas locais e internacionais pessoalmente, se assim o desejar. A sala deverá ter também um sofá de dois lugares e uma poltrona. Um mastro para a bandeira da ONU deverá ser providenciado. Deverá haver um banheiro dentro do Escritório.

ii) Sala de encontros bilaterais do Secretário-Geral:

Deverá garantir privacidade e ser acarpetada para reduzir o nível de ruídos; deverá acomodar aproximadamente 16 participantes; equipada com mesa de centro, mesa de canto com luminária, duas poltronas grandes, 14 cadeiras para assessores. Dois mastros de bandeira.

iii) Secretária(o) do SG e um Assistente:

Um escritório deverá ser usado pela(o) secretária(o) do Secretário-Geral e um auxiliar. Esse escritório deverá ter duas mesas e cadeiras; dois computadores pessoais com internet; 1 impressora conectada aos dois computadores; um fax e telefone exclusivos com linha local e internacional e uma copiadora. Se o espaço permitir, incluir até três cadeiras adicionais.

iv) Assessores de alto nível que acompanham o SG:

Espaço de escritório para dez assessores de alto nível que acompanham o Secretário-Geral, equipado com mesas, cadeiras, telefones com linha local e internacional e computadores pessoais com acesso à internet.

v) Espaço de escritório adicional para o Escritório Executivo do Secretário-Geral (EOSG):

Espaço de escritório adicional para membros da delegação do SG com 8 conjuntos de mesas e cadeiras, telefones com linha local e internacional e 8 computadores pessoais com internet, e uma impressora conectada a todos os computadores pessoais.

Uma divisória extra será construída para garantir a privacidade da entrada do banheiro (isso poderá não ser necessário).

3. Escritório Executivo do Presidente da Assembleia Geral (Pavilhão 5 – Pavimento Superior)

i) Escritório do Presidente da Assembleia Geral

O Escritório do Presidente da Assembleia Geral (PAG) ficará no Pavilhão 5, Pavimento Superior. Deverá estar equipado com mobiliário apropriado, inclusive um frigobar, uma mesa de centro e quatro cadeiras em um canto. Também serão necessários um monitor de CCTV e uma tela de TV plana. O PAG deverá poder fazer chamadas locais e internacionais pessoalmente, se assim o desejar. A sala deverá ter também um sofá de dois lugares e uma poltrona. Mastro para a bandeira da ONU.

ii) Sala bilateral do Presidente da Assembleia Geral (PAG)

Deverá garantir privacidade e ser acarpetada para reduzir o nível de ruídos; deverá acomodar aproximadamente 16 participantes; equipada com mesa de centro, mesa de canto com luminária, duas poltronas grandes, 14 cadeiras para assessores. Dois mastros de bandeira.

iii) Secretaria(o) do PAG e um Assistente

Um escritório deverá ser usado pela(o) secretária(o) e um assistente do PAG. Esse escritório deverá ter duas mesas e cadeiras; dois computadores pessoais com acesso à internet; 1 impressora conectada aos dois computadores; um fax e telefone exclusivos com linha local e internacional e uma copiadora. Se o espaço permitir, incluir até três cadeiras adicionais

iv) Assessores de Alto Nível que acompanham o PAG

Espaço de escritório para 4 assessores que acompanham o Presidente da Assembleia Geral, equipado com mesas, cadeiras, telefones com linha local e internacional e computadores pessoais com acesso à internet.

Uma divisória extra será construída para garantir a privacidade da entrada do banheiro (isso poderá não ser necessário).

4. Chefe do Cerimonial das Nações Unidas

i) Escritório do Chefe do Cerimonial:

- 1 cadeira
- 1 computador com internet
- 1 cesto de papel
- 2 cadeiras para convidados

- 1 arquivo (sem pastas pendentes, mas para guardar arquivos, pastas e pertences pessoais).
- 1 cabideiro
- 1 luminária de mesa
- 1 linha telefônica internacional e 1 local
- 1 telefone celular local
- 1 estante para livros
- 1 monitor de CCTV.

ii) Espaço adjacente para 2 escritórios para uso de funcionários e assistentes do Cerimonial:

- 7 mesas com cadeiras
- 7 computadores com internet
- 1 cesto de papel
- 7 luminárias de mesa (ou iluminação de teto adequada)
- 4 linhas de telefone locais e uma internacional
- 3 telefones celulares locais
- 1 arquivo
- 1 cabideiro

5. DEPARTAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL E GESTÃO DA CONFERÊNCIA (DGACM)

Obs.:

1. *Os requisitos baseiam-se nos organogramas de cada Departamento e nos padrões da ONU para reuniões realizadas fora da Sede.*
2. *Cada escritório deverá estar equipado com mobiliário de escritório apropriado – mesas; mesas para digitação/computador; cadeiras; cestos de lixo; cabideiros; luminárias de mesa; etc. Material de escritório padrão, tais como papel para impressão e fotocópia; blocos de notas, mensagens, etc.; tesoura; corretivo líquido; lápis; canetas; borrachas, grampeadores; extratores de grampos; etc. será fornecido pelo Governo Anfitrião.*
3. *Computadores pessoais, impressoras, máquinas copiadoras ou scanners, telefones, telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos devem atender os requisitos e especificações técnicas definidos no capítulo K e capítulo L.*

Todo o pessoal do DGACM deverá estar localizado em uma área próxima às salas de reunião.

Pavilhão 5

- i) Escritório para o Secretário da Conferência (Subsecretário-Geral da Assembleia Geral e Gerência de Conferências) (Pavilhão 5 – Pavimento Superior do Plenário)

- a) O Escritório do Secretário da Conferência estará localizado no Pavilhão 5, pavimento Superior. Deverá estar equipado com mobiliário apropriado (um sofá de dois lugares e 2 poltronas), além de frigobar, mesa de centro e quatro cadeiras em um canto. Todas as ligações telefônicas para o Secretário da Conferência deverão tocar apenas no escritório do assistente do Secretário da Conferência, que as transferirá ao Secretário da Conferência. O Secretário da Conferência deverá poder fazer chamadas locais e internacionais pessoalmente, se assim o desejar. Um mastro deverá ser providenciado para a bandeira da ONU.
- b) Acesso direto a banheiro dentro do escritório. A sala de Reuniões Bilaterais não requer acesso a banheiro interno.
- c) O escritório deverá estar equipado com:
- 2 cadeiras para convidados
 - 1 computador com internet e impressora
 - 1 cesto de papel
 - 1 arquivo
 - 1 cabideiro
 - 1 luminária de mesa
 - 1 luminária de pé
 - 1 estante para livros
 - 1 monitor de CCTV
 - 1 TV de tela plana
 - 1 telefone celular para chamadas internacionais e locais
- d) A sala para reuniões bilaterais do Secretário da Conferência deverá ser compartilhada, com acesso separado, ao Presidente do ECOSOC: para garantir privacidade, deverá ser acarpetada para reduzir os níveis de ruído; deverá acomodar aproximadamente 16 participantes; mesa de centro; mesa de canto com luminária; 2 poltronas grandes; 14 cadeiras para assessores; e dois mastros de bandeira.
- ii) Espaço adjacente para o(a) Assistente do Secretário/Subsecretário da Conferência e um(a) Secretário(a) local (Pavilhão 5 – Pavimento Superior)
- 2 mesas com cadeira
 - 2 computadores com acesso à internet e impressora (poderão ser compartilhados com outras pessoas em área comum)
 - 1 cesto de papel
 - 2 luminárias de mesa
 - 1 telefone para chamadas locais e internacionais (com acesso às linhas do Secretário/Subsecretário)
 - 1 arquivo com tranca

- 1 *scanner/copiadora* (poderá ser compartilhado)
- 1 cabideiro
- 1 telefone celular para chamadas locais

iii) Escritório do Secretário-Adjunto da Conferência, Diretor da Assembleia Geral e Divisão de Assuntos do ECOSOC (Pavilhão 5 – Pavimento Superior) (funcionário sênior da ONU)

- 1 mesa e cadeira
- 2 cadeiras para convidados
- 1 computador com acesso à internet e impressora
- 1 cesto de papel
- 1 cabideiro
- 1 luminária de mesa
- 1 telefone para chamadas locais e internacionais
- 1 estante para livros
- 1 monitor de CCTV
- 1 TV de tela plana
- 1 telefone celular para chamadas locais e internacionais

iv) Escritórios para Secretários(as) de Comitês e Assistentes de Serviços para as Reuniões (total 8) (Pavilhão 5 – Pavimento Superior - 4 deles no primeiro pavimento do Pavilhão 5 e os outros 4 no Mezanino 1)

4 escritórios com capacidade para duas mesas para 4 Secretários(as) dos Comitês e 4 Assistentes de Serviços para as Reuniões. Cada escritório deverá estar equipado com:

- 2 mesas com 2 cadeiras para 2 funcionários e 4 cadeiras para convidados
- 2 computadores com acesso à internet (8) (a impressora poderá ser compartilhada na área comum)
- 1 cesto de papel
- 2 luminárias de mesas
- 2 telefones para chamadas locais
- 1 arquivo com tranca
- 1 *scanner/copiadora* (poderá ser compartilhado)
- 1 cabideiro
- 1 monitor de CCTV na área compartilhada
- 8 telefones celulares para chamadas locais e internacionais

Localização em área acessível para os Estados-Membros.

v) Escrítorio para o Coordenador de Serviços de Secretaria e funcionários da Relação de Oradores no Pavilhão 5 – Pavimento do Plenário

Um escritório grande para acomodar três funcionários, equipado com:

- 3 mesas com 3 cadeiras
- 3 computadores com acesso à internet (a impressora poderá ser compartilhada na área comum)
- 1 cesto de papel
- 3 luminárias de mesa
- 3 telefones para chamadas locais
- 1 arquivo com tranca
- 1 scanner/copiadora
- 1 cabideiro
- 1 monitor de CCTV
- 3 telefones celulares para chamadas locais e internacionais

vi) Escrítorio do Presidente do Grupo de Coordenação de PaperSmart Rio+20 e Diretor da Divisão de Reuniões e Publicação (DGACM) (Pavilhão 5 – Pavimento Térreo) (alto funcionário da ONU)

Localizado em área de fácil acesso ao Plenário, à Secretaria do ISPS e à Sala de Monitoramento.

- Mesa para computador (não é mesa de escritório) e cadeira de escritório;
- 1 laptop com capacidade de conexão LAN e impressora sobre a mesa;
- 1 luminária de mesa;
- 1 luminária de chão;
- 1 telefone para chamadas locais e internacionais;
- 1 telefone celular compatível com Skype para chamadas locais e internacionais e WIFI;
- Área de escritório com 1 sofá de três lugares, 2 poltronas, uma mesa de centro e pequena uma mesa lateral;
- 1 monitor de CCTV;
- 1 TV de tela plana;
- 1 cabideiro;
- 1 cesto de papel;
- 1 arquivo com tranca (2 gavetas);
- A sala deverá ter chaves.

vii) Escrítorio do Coordenador da Secretaria de sistema de Serviços Integrados Sustentáveis de Economia de Papel (*Integrated Sustainable PaperSmart Services – ISPS*):

Localizado em área de fácil acesso ao Plenário, à Secretaria do ISPS e à Sala de Monitoramento.

- Mesa para computador e cadeira de escritório;
- 1 laptop com capacidade de conexão LAN e impressora sobre a mesa;
- 1 luminária de mesa;
- 1 luminária de chão;
- 1 telefone para chamadas locais e internacionais;
- 1 telefone celular compatível com Skype para chamadas locais e internacionais e WIFI;
- Área de escritório com 2 sofás de três lugares e 2 mesas de centro pequenas;
- 1 monitor de CCTV;
- 1 cabideiro;
- 1 cesto de papel;
- 1 arquivo com tranca (2 gavetas);
- A sala deverá ter chaves.

Pavilhão 3 – Mezaninos 1, 2, 3 e 4

viii) Sala de conferências para reuniões de pessoal (Pavilhão 3, mezanino 2)

- 1 sala de conferências com mesa de reunião e 10-15 cadeiras pra reuniões de pessoal.
- Escritório para o Coordenador do G-77 (Pavilhão 3, mezanino 1)
 - 1 mesa com cadeira
 - 1 computador com acesso à internet e impressora
 - 1 cesto de papel
 - 1 luminária de mesa
 - 1 telefone para chamadas locais
 - 1 arquivo com tranca
 - 1 scanner/copiadora
 - 1 cabideiro
 - 1 telefone celular para chamadas locais e internacionais

Espaço adequado de escritório para os Presidentes do G-77 e do Comitê Preparatório (durante a fase preparatória, e posteriormente para o Presidente do Comitê Principal durante a Conferência), equipado com mobiliário e equipamentos de TI apropriados.

Espaço adequado de escritório para 8 contratados locais, equipado com três computadores, mesas, cadeiras, telefones com linhas locais.

ix) Escritório Administrativo (Pavilhão 3, mezanino 1)

- 1 mesa e cadeira
- 2 cadeiras para convidados
- 1 computador com acesso à internet e impressora
- 1 cesto de papel
- 1 cabideiro
- 1 luminária de mesa
- 1 telefone para chamadas locais
- 1 arquivo com tranca
- 1 telefone celular para chamadas locais e internacionais

x) Escritório para o Coordenador, Subcoordenador e Assistente dos Serviços de Conferência (Pavilhão 3, mezanino 2)

- 3 mesas com 3 cadeiras
- 4 cadeiras para convidados
- 3 computadores* com acesso à internet e impressora
- 1 scanner/copiadora
- 1 cesto de papel
- 1 cabideiro
- 3 luminárias de mesas
- 3 telefones com linhas locais: 2 para chamadas internacionais (o telefone do assistente deverá ter acesso às linhas do Coordenador e Subcoordenador)
- 1 estante para livros
- 1 arquivo com tranca
- 1 monitor de CCTV
- 3 telefones celulares para chamadas locais e internacionais

Localização em área acessível para os Estados Membros

xi) Escritório para o Assistente de Programas e um funcionário local (Pavilhão 3, mezanino 2)

- 2 mesas com 2 cadeiras
- 4 cadeiras para convidados
- 2 computadores* com acesso à internet e impressora
- 1 scanner/copiadora
- 1 cesto de papel

- 1 cabideiro
- 2 luminárias de mesas
- 2 telefones com linhas locais: 1 para chamadas internacionais (o telefone do contratado local deverá ter acesso à linha do Assistente de Programas)
- 1 estante para livros
- 1 arquivo com tranca
- 1 monitor de CCTV
- 1 telefone celular para chamadas locais e internacionais

xii) Escritório para o Chefe da Unidade de Serviços de Reunião e um contratado local (Pavilhão 3, mezanino 2)

- 2 mesas com 2 cadeiras
- 2 cadeiras para convidados
- 2 computadores* com acesso à internet e impressora
- 1 scanner/copiadora
- 1 cesto de papel
- 1 cabideiro
- 2 luminárias de mesas
- 2 telefones com linhas locais: 1 para chamadas internacionais (o telefone do contratado local deverá ter acesso à linha do Chefe)
- 1 estante para livros
- 1 arquivo com tranca
- 1 monitor de CCTV
- 1 telefone celular para chamadas locais e internacionais

xiii) Um escritório grande para os Assistentes de Serviços de Reunião e contratados locais (Pavilhão 3, mezanino 4)

- 7 mesas com 7 cadeiras
- 15 cadeiras adicionais
- 7 computadores* com acesso à internet e impressora compartilhada
- 1 máquina de escrever elétrica
- 1 scanner/copiadora
- 2 armários para material
- 1 arquivo com tranca
- 7 luminárias de mesas
- 2 cabideiros
- 3 cestos de papel
- 1 quadro de avisos para a programação diária de reuniões e tarefas
- 7 telefones para chamadas locais
- 7 telefones celulares com linhas locais: 2 para chamadas internacionais
- 3 mesas longas para a triagem e armazenagem de prismas de mesa

- Área de armazenagem adjacente para caixas e materiais

*Todos os computadores para o pessoal dos Serviços de Conferência deverão estar configurados com eMeets2.0.

xiv) Escritório para o Intérprete-Chefe e Assistente de Intérpretes (localizado próximo ao Assistente de Programas) (Pavilhão 3, mezanino 2)

- 2 mesas com 2 cadeiras
- 2 computadores com acesso a eAPG e à internet e impressora
- 1 cesto de papel
- 1 cabideiro
- 2 luminárias de mesas
- 2 telefones para chamadas locais
- 1 telefone para chamadas internacionais
- 1 arquivo com tranca
- 1 scanner/copiadora
- 1 monitor de CCTV
- 1 quadro de avisos
- 1 telefone celular para o Intérprete-Chefe, para chamadas locais e internacionais
- 7 telefones celulares para chamadas locais para o Assistente e Chefes de Equipe de cada cabine
- Sistema de secretaria eletrônica pelo qual os funcionários possam mandar e receber mensagens sobre tarefas

xv) Lounge para Intérpretes (localizada próximo ao Intérprete-Chefe) (Pavilhão 3, mezanino 4)

- 4 mesas com cadeiras
- 20-25 cadeiras de lounge
- 10 computadores com acesso à internet e impressora compartilhada
- 1 scanner/copiadora
- 82 escaninhos identificados com os nomes dos intérpretes
- 1 quadro de avisos
- 2 cestos de papel
- 4 cabideiros
- 4 telefones com linha local
- 1 monitor de CCTV

xvi) Escritório para 2 Editores (localizado em área silenciosa próximo ao pessoal de Controle de Documentos) (Pavilhão 3, mezanino 3)

- 2 mesas com 2 cadeiras
- 2 cadeiras para convidados
- 2 computadores com acesso à internet e impressora
- 1 scanner/copiadora
- 1 aparelho de fax para chamadas de longa distância
- 1 cesto de papel
- 1 cabideiro
- 2 luminárias de mesas
- 2 telefones com linha local
- 1 estante para livros
- 1 arquivo com tranca
- 2 telefones celulares para chamadas locais e internacionais

A documentação relativa às sessões será processada remotamente em Nova York. *eDoc* e outros recursos a serem configurados conforme especificações da ONU. O espaço deverá ficar próximo aos Editores e Assistentes do *Boletim Diário (Journal)*, com localização por satélite próximo à área de Reprografia.

xvii) Escritório para 3 Funcionários de Controle de Documentos e um funcionário local (Pavilhão 3, mezanino 3)

- 4 mesas com 4 cadeiras
- 4 cadeiras para convidados
- 4 computadores (configurados com *eDoc*) com acesso à internet
- 1 impressora a laser
- 1 scanner/copiadora
- 1 cesto de papel
- 1 cabideiro
- 4 luminárias de mesas
- 4 telefones com linhas locais: 1 para chamadas internacionais
- 1 armário para material
- 1 arquivo com tranca
- 1 monitor de CCTV
- 3 telefones celulares para chamadas locais e internacionais

xviii) Escritório para o Assistente do Boletim Diário (*Journal*) e um contratado local (Pavilhão 3, mezanino 3)

- 2 mesas com 2 cadeiras
- 1 computador (configurados com *eMeets2.0* e *eDoc*), com acesso à internet e impressora
- 1 scanner/copiadora

- 1 cesto de papel
- 1 cabideiro
- 2 luminárias de mesas
- 2 telefones com linhas locais: 1 para chamadas internacionais
- 1 arquivo com tranca
- 1 telefone celular para chamadas locais e internacionais

xix) Escritório para 3 Funcionários da Equipe do ISPS (localizado próximo ao escritório de Controle de Documentos e preferivelmente na área do OICT) (Pavilhão 3, mezanino 3)

- 3 mesas com 3 cadeiras
- 3 computadores conectados à LAN da Conferência, à Internet e a impressora
- Todos os computadores deverão ter *links* de comunicação de dados com NY
- 1 scanner/copiadora
- 1 cesto de papel
- 1 cabideiro
- 2 luminárias de mesas
- 1 estante para livros
- 1 arquivo com tranca
- 3 telefones com linhas locais
- 3 telefones celulares para chamadas locais e internacionais

1. Secretariado da Rio+20

i) Escritório do Secretário-Geral da Conferência (SGC) e SSG do DESA (Pavilhão 5, 1º andar)

Equipado com mobiliário apropriado e frigobar, mesa de centro e quatro cadeiras em um canto. Monitor de CCTV e tela de TV plana. Todas as ligações telefônicas para o SGC deverão tocar somente no escritório da(a) secretária(o) do SGC, que as transferirá para o SGC. O SGC deverá poder fazer chamadas locais e internacionais pessoalmente, se assim o desejar. Colocar, também, um sofá de dois lugares e duas poltronas na sala. Mastro para a bandeira da ONU. O escritório deverá dispor de banheiro interno.

a) Sala de reuniões do Secretário-Geral da Conferência (Pavilhão 5, 1º andar)

Com garantia de privacidade e carpetada para reduzir o nível de ruídos; deverá acomodar, aproximadamente, 16 participantes; equipada com mesa de centro, mesa de canto com luminária, 2 poltronas grandes, 14 cadeiras para assessores.

b) Secretário do SGC e um Assistente (Pavilhão 5, 1º andar)

Será usado pela(o) secretária(o) do SGC e um assistente. Esse escritório deverá conter duas mesas e cadeiras; 2 computadores pessoais com internet; 1 impressora conectada aos dois computadores; um aparelho de fax e telefone exclusivos para chamadas locais e internacionais e uma copiadora. Se houver espaço, acrescentar até três cadeiras adicionais.

c) 2 escritórios para ASG (Pavilhão 5, 1º andar), cada um equipado com um computador com acesso à internet, telefones celulares locais e um telefone para chamadas internacionais.

d) 2 escritórios para Coordenadores Co-executivos, cada um equipado com um computador com acesso à internet, telefones celulares locais e telefone para chamadas internacionais. Uma área de escritório próxima para 2 assistentes especiais e um Secretário (Pavilhão 5, 1º andar), equipada com computadores e telefones celulares locais.

e) Profissionais e assessores que acompanham o SGC (Pavilhão 5, 1º andar)

Espaço de escritório para 4 profissionais e 6 assessores que acompanham o Secretário-Geral da Conferência, equipado com mesas, cadeiras, telefones para chamadas locais e internacionais, telefones celulares locais e computadores pessoais com acesso à internet.

f) Espaço adicional de Escritório na Rio+20 (Pavilhão 5, 1º andar)

- Escritório para o Diretor da Divisão de Desenvolvimento Sustentável, totalmente equipado, incluindo computador com acesso à internet, telefone celular local e telefone para chamadas internacionais.
- Escritórios e baias para 45 profissionais, espaços de trabalho para 15 funcionários administrativos que prestarão apoio substantivo à Conferência. Os escritórios deverão estar equipados com mesas, cadeiras, computadores de mesa conectados à internet e telefones para chamadas locais e internacionais. Telefones celulares locais para funcionários do evento.

g) Diretor Executivo (Pavilhão 5, 1º andar)

- 1 escritório com 2 mesas para 2 diretores
- 2 mesas com 3 cadeiras cada para 2 diretores
- 1 armário para material

- 1 computador pessoal com impressora a laser
- 1 telefone para chamadas locais e internacionais

h) Pessoal do Escritório Executivo (Pavilhão 1, 1º andar)

Deve ser uma sala segura (que possa ser trancada) para desembolsos, contagem de dinheiro e análise de solicitações de recursos financeiros.

- 2 escritórios com 2 mesas para 4 funcionários e sala de espera contígua com 10-15 cadeiras para delegações que vierem receber recursos financeiros
- 3 mesas com 3 cadeiras para o Diretor Executivo e 2 funcionários
- 1 arquivo com tranca
- 1 armário para material
- 3 computadores pessoais com impressora a laser
- 1 copiadora de grande porte
- 1 cofre grande
- 2 máquinas para contagem de dinheiro
- 1 linha telefônica internacional e 1 local
- 3 telefones celulares

i) Divisão de Contabilidade - Escritório de Planejamento de Programas, Orçamento e Contabilidade (Pavilhão 1, 1º andar)

Sala de processamento para recebimento de documentação das delegações

- 1 escritório com 3 mesas para pessoal local, com sala de espera contígua com 10-15 cadeiras para delegados que aguardam a fotocópia de seus documentos
- 4 computadores pessoais
- 1 impressora em cada escritório
- 1 telefone para chamadas locais e internacionais em cada escritório
- 1 aparelho de fax em um dos escritórios
- 2 copiadoras de grande porte

j) Divisão de Orçamento - Escritório de Planejamento de Programas, Orçamento e Contabilidade (Pavilhão 1, 1º andar)

- 1 escritório com 2 mesas para 2 funcionários
- 2 mesas com 3 cadeiras para 2 funcionários
- 1 armário para material
- 1 computador com impressora a laser
- 1 telefone para chamadas locais e internacionais

2. Escritórios para Organizações e Programas do Sistema ONU (Pavilhão 4, mezanino 2)

i) Comissões Regionais da ONU

5 escritórios com chave, totalmente equipados com mesa, cadeiras, 1 telefone para chamadas internacionais e acesso à internet (as comissões usarão seus próprios *laptops*).

ii) PNUMA e PNUD

- PNUMA: 2 escritórios com chave: um escritório com 2 mesas e cadeiras, computadores e impressora, fax; e um escritório com 1 mesa e cadeira, fonte de energia e conexão com a internet (o PNUMA usará seus próprios *laptops*).
- PNUD: 2 escritórios com chave: um escritório com 2 mesas e cadeiras, computadores e impressora, fax; e um escritório com 1 mesa e cadeira, fonte de energia e conexão com a internet (o PNUD usará seus próprios *laptops*).

iii) Outros Fundos da ONU e Programas e Organizações do Sistema ONU

- 38 escritórios de igual tamanho com chave, uma mesa e cadeira, telefone em cada escritório e acesso à internet (*laptops* próprios).

iv) Boletim de Negociações da Terra (ENB)

- 2 escritórios com chave, com 1 mesa e 2 cadeiras e fonte de energia e acesso à internet (*laptops* próprios);
- Uma sala de reuniões grande, com mesa de reunião para 15 pessoas.

MATERIAIS E REQUISITOS GERAIS

1. Outros materiais e requisitos gerais para os serviços da conferência

- Papel para fotocópia (1.000 resmas, com suprimento adicional caso solicitado).
- Sinalização nas portas dos escritórios, indicando o número da sala e os cargos de seus ocupantes.
- Placas de identificação das delegações, com prismas nas salas de conferência: 2 conjuntos de placas serão enviados de Nova York; os demais conjuntos deverão ser confeccionados localmente, com prismas de plástico a serem fornecidos pelo Governo Anfitrião.

- Monitores/telas dos Programas para exibição diária dos cronogramas das reuniões (em todos os pontos de entrada).
- Conjuntos de bloco e martelo: 10; urnas de votação e caixas de dominó (*domino boxes*) serão enviadas de Nova York.
- Relógios nas salas de conferência.
- Fitas e/ou cassetes para gravação de arquivos (conforme especificações padronizadas; possivelmente enviadas pela Sede da ONU, a depender de negociação com possível fornecedor local, uma vez identificado).
- Blocos, lápis, jarras de água, copos e bandejas para salas de conferência e cabines de tradução.
- Bandeiras externas e internas da ONU e do país-sede, a serem fornecidas pela ONU. Mastros de bandeiras externas a serem fornecidos pelo país-sede.
- Crachás de identificação.
- Sistema de sonorização central para anúncios.

E. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO

Para apoiar a equipe de Segurança da ONU e o pessoal de segurança local:

I. Áreas de trabalho

- 1 escritório totalmente equipado para o Diretor da DHSSS (Divisão de Serviços de Segurança e Proteção da Sede), localizado no Pavilhão 5, incluindo uma estação de trabalho para 1 assistente no hall de acesso.
- Mínimo de 30 balcões de credenciamento no Pavilhão 1.
- 4 escritórios totalmente equipados (ESC, Adjunto de Ligação do ESC, Adjunto de Operações do ESC, e Diretor da Unidade de Coordenação de Proteção) no Pavilhão 1. Esses 4 escritórios serão apoiados por um Assistente Administrativo e 2 secretárias(os).
- 1 centro de coordenação de proteção de VVIP com 2 escritórios e 6 estações de trabalho no Pavilhão 5 (chapelaria);
- 10 estações de trabalho com computadores e 1 impressora compartilhada para preparação de relatórios pelos Supervisores Seniores da Equipe de Segurança no Pavilhão 1.
- Todos os escritórios e as estações de trabalho deverão estar equipados com linhas fixas de telefone, conexões a redes e um número adequado de impressoras e material de escritório. Pelo menos 2 aparelhos de fax deverão estar disponíveis nos escritórios da segurança.
- Cabo com cadeado para a segurança de equipamentos individuais em cada estação de trabalho.
- Sala de reuniões para *briefings* de segurança – até 40 participantes, preferivelmente no Pavilhão 1.

- 3 escritórios de segurança para a Unidade de Passe e Identificação, controle secundário de crachás e solução de problemas relativos a controle de acesso/crachás. Os escritórios deverão ser interligados e ter acesso direto às áreas de triagem de segurança e registro.
- Escritório de segurança com sala adjacente, com 1 balcão (informações, investigações, objetos retidos e achados e perdidos) no hall principal de triagem no Pavilhão 1.
- 2 armários com tranca para a guarda de objetos não autorizados apreendidos pela segurança.
- Sala para armazenagem de armas, com paredes de concreto, no Pavilhão 1, incluindo cofre com prateleiras com chave para armazenagem individual de pelo menos 100 revólveres.
- Uma unidade para descarregar armas de fogo (*weapons clearing tube*);
- Vestiários com banheiros para funcionários de ambos os sexos, com armários (previsão: 100 funcionários).
- Um Centro de Controle de Segurança (com mobiliário para monitoramento de CCTV, operações de rádio e estações de trabalho com computadores e impressoras), incluindo uma sala contígua para controle de crises, com uma mesa redonda para até 20 pessoas. Deve ter cabo para TV, a fim de permitir o monitoramento de notícias internacionais na TV.
- Área de descanso para pessoal de segurança da ONU e local, com sofás e mesas, para refeições ligeiras.
- Área de triagem de segurança com espaço suficiente para filas, providências e equipamentos de segurança – o número exato de máquinas de raio-X, detectores de metal, tanto manuais como portáteis, e de outros equipamentos será definido em coordenação com as autoridades de segurança brasileiras. Inclui, ainda, equipamento para a leitura de crachás, conforme requisitos detalhados de credenciamento e emissão de crachás.
- Área de inscrição para participantes e imprensa, com espaço de escritório para inscrição e foto de crachá com área de espera; sala de armazenagem adequada ao lado do escritório de inscrição para achados e perdidos.
- **Deve-se tomar providências semelhantes, igualmente, para funcionários da segurança nacional destacados para apoiar a Conferência, preferivelmente em área adjacente.**

2. Equipamentos de Segurança

- 8 veículos motorizados (1 ônibus com capacidade para 40 passageiros; 3 vans com capacidade mínima para 12 passageiros para transporte do pessoal da segurança; e 4 carros para atender a Arena da Barra, sendo um de alta potência para gerentes de alto nível e com funções de coordenação).
- 2 carros de golfe e 2 Segway (patinetes motorizados - veículos de emissão zero) para atendimento local.

- 4 computadores com *Microsoft Office Professional* (incluindo *MS Access* - preferivelmente versões 97-2003, se disponíveis), bem como acesso a internet e e-mail, com todos os acessórios (mouse, etc.).
- Também serão necessárias 3 impressoras coloridas (preferivelmente HP 35325). O escritório também precisará de uma copiadora colorida, bem como de um aparelho de fax e várias linhas telefônicas.
- Para emitir crachás secundários, o ideal seria a *HP Color LaserJet 3600 dn*, ou superior, se necessário. A impressora deverá ter capacidade para imprimir envelopes do tamanho A5, com bandeja manual. Os cartuchos de *toner* também deverão ser suficientes para imprimir 4 mil documentos coloridos. A impressora também deverá estar conectada em rede, para que esteja disponível a todos os computadores da unidade de Identificação/Passe. Sugere-se 2 dessas impressoras, sendo a segunda como reserva. Mais uma copiadora colorida deverá estar disponível, também em rede, para que possa ser usada por todos os computadores da unidade de Identificação/Passe. *Toner* para as impressoras acima mencionadas, bem como correntes e cliques para os crachás secundários.
- Sistema de radiocomunicação (criptografado/*trunking* UHF/VHF): o sistema de radiocomunicação para a segurança deverá permitir que os funcionários da segurança se comuniquem por rádio portátil. Se necessário, a rede deverá ter o suporte de uma estação repetidora que permita a comunicação em todas as áreas do centro da Conferência. O sistema deverá ter pelo menos 102 unidades de rádio individuais, portáteis, com fones de ouvido e duas baterias cada, bem como uma estação de base de rádio no Centro de Controle de Segurança.
- 50 telefones celulares locais para a Equipe de Segurança Central e postos-chave.
- Sistema de CCTV, com uma série de câmeras localizadas em cercas de perímetros, pontos de acesso e espaços públicos, incluindo monitores no Centro de Controle de Segurança (1 monitor para cada 8 câmeras);
- 40 megafones para anúncios urgentes.
- Armários (cerca de 30 cm x 50 cm x 170 cm), com 2 chaves cada armário, para 100 funcionários.
- 100 Luminárias.
- 2.000 barreiras de controle (esteira retrátil tipo aeroporto).
- Permissão de embarque de até 10 quilos para cada um dos 102 policiais da Segurança da ONU, para transporte de seus uniformes e equipamentos.

3. Requisitos Genéricos de Segurança a serem definidos em coordenação com as Autoridades de Segurança do País-Sede:

- Cercas móveis, conforme necessário, para delimitar o território da ONU.
- Barricadas – cercas móveis (1,5m) – como as usadas pela polícia para a organização de filas e controle de multidões, quando necessário.
- ≈62 detectores de metal pôrticos.

- ≈70 detectores de metal portáteis.
- ≈62 máquinas de raio-X para bagagens, mais 9 máquinas para pacotes grandes (bagagens volumosas) na área de entrega, incluindo 2 técnicos de segurança de radiação para manutenção, além de mesas estendidas e 10 cestos de plástico grandes e 5 pequenos (padrão aeroporto) por máquina de raio-X.
- ≈12 detectores de gás explosivos - itemizadores.
- ≈2 dispositivos (itemizadores) de mesa para detecção de explosivos na entrada principal - Pavilhão 1.
- ≈5 dispositivos de inspeção veicular em portões selecionados.
- ≈36 espelhos de inspeção veicular.
- ≈70 leitoras/scanners de crachá em cada entrada/saída do local, além de áreas de acesso restrito – números a serem definidos em conjunto com as autoridades de segurança do País-Sede (deverá ser revisto após definição das plantas baixas).
- Equipes médicas de plantão, no local oficial do evento, a partir da abertura da 3ª reunião preparatória até o encerramento da Conferência Rio+20.
- ≈10 ambulâncias de prontidão nas instalações do local oficial da Conferência (número a ser definido).
- Construção de estrutura temporária no Portão 13 (H) para controle de acesso de funcionários a pé, incluindo pelo menos 12 linhas de triagem (equipamentos já previstos acima).
- Um esquadrão antibomba com operadores de cães e equipamentos de detecção para realizar varreduras diárias para a detecção de explosivos nas instalações.
- Todos os veículos que entrarem nas instalações da Conferência deverão portar crachá identificando a delegação e o número da placa.
- Todas as pessoas que entrarem nas instalações da Conferência deverão portar identificação apropriada.
- Todos os volumes, pacotes e contêineres serão inspecionados antes de entrar nas instalações da Conferência.
- Todas as entregas deverão ser feitas por meio da área de triagem.
- Passes serão emitidos para todos os funcionários com atividades em áreas restritas.
- Centro de comando para comunicação e console.
- Sala de detenção para criminosos ou intrusos, até sua entrega às autoridades oficiais.
- Área segura com cofre, nas instalações da Conferência, para armazenar armas da Segurança das Nações Unidas.
- Fornecimento de pessoal adicional de segurança, em consulta com o Coordenador de Segurança de Eventos da ONU.

E. ESCRITÓRIO DE SERVIÇOS CENTRAIS DE APOIO

1. Requisitos de Espaço de Escritório para os Serviços de Gestão de Instalações (Pavilhão 1, térreo)

i) 3 escritórios totalmente equipados para:

- | | |
|---|---|
| • Especialista em distribuição de espaços | 1 |
| • A/V, Transmissão e Apoio à Conferência | 1 |
| • Apoio Logístico ao Evento | 1 |

ii) Mobiliário e Equipamentos de Escritório para os Serviços de Gestão de Instalações:

- 3 mesas
- 3 PCs
- 5 cadeiras
- 3 telefones – 1 com acesso local apenas; 2 com acesso internacional
- 1 impressora (compartilhada)
- 1 quadro grande, 4 x 5, de pé, dupla face, apagamento a seco, sobre rodas, para escrita/planejamento
- 1 aparelho de fax com acesso internacional
- 3 cestos de lixo
- Cabideiro

2. Requisitos de Espaço de Escritório para a Seção de Viagens e Transportes (Pavilhão 3)

- Escritório de Viagens para: Encarregado de Viagens; Encarregado de Transportes; e 1 Funcionário Local (Secretário(a));
- Escritório para acomodar 10 funcionários/auxiliares locais e um agente da *American Express*;
- Área de Armazenagem grande com prateleiras e porta larga para a entrada de carrinhos, acessível somente por meio do escritório de Viagens. A área de armazenagem deverá ser trancada com cadeado.

i) Mobiliário e Equipamentos para o Escritório de Viagens:

- 3 mesas
- 3 PCs
- 5 cadeiras
- 3 telefones – 1 com acesso local apenas; 2 com acesso internacional
- 1 impressora (compartilhada)
- 1 quadro grande, 4 x 5, de pé, dupla face, apagamento a seco, sobre rodas, para escrita/planejamento

- 1 aparelho de fax com acesso internacional
- 3 cestos de lixo
- Cabideiro

ii) Escritório fora do Escritório de Viagens: para pessoal local

- 3 mesas
- 2 PCs
- 10 cadeiras
- 1 impressora
- 2 telefones - *1 com acesso local apenas; e 1 com acesso internacional*
- 4 cestos de lixo
- 1 Cabideiro
- Depósito grande com tranca e prateleiras
- 8 pares de luvas de trabalho
- 4 carros de mão com plataforma, grandes
- 1 montacargas (à disposição, para uso quando necessário)

3. Equipamentos de Comunicação

- 2 telefones celulares quando da chegada – para receber ligações internacionais
- 2 pares de rádios bidirecionais (4 no total)

4. Planejamento de Espaço de Instalações (Pavilhão 1)

- 1 escritório
- 1 mesa
- 2 cadeiras
- Cesto de lixo
- Cabideiro
- 1 PC com internet (o OICT informará suas necessidades)
- 1 telefone celular (o OICT informará suas necessidades)
- 1 copiadora (o OICT informará suas necessidades)
- 1 telefone com acesso internacional (o OICT informará suas necessidades)

5. ESCRITÓRIOS DO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA (DPI)

Instruções Gerais:

Todos os escritórios e áreas de trabalho do DPI deverão ser bem iluminados e dotados de equipamentos normais de escritório e mesas com gavetas com chave, cadeiras e outro

mobiliário-padrão de escritório, cabideiros quando pertinente, telefones, PCs conectados a uma LAN com os requisitos-padrão de TI da ONU para Conferências, salvo especificações em contrário, e tomadas elétricas.

Todos os monitores de CATV deverão ter capacidade de troca de canais (canais de cobertura da conferência e de notícias - BBC, CNN [inglês e espanhol], TV5, Al Jazeera [inglês] e os canais de notícias brasileiros Globo News e Record News) e controle de volume.

Todos os escritórios deverão estar localizados na área do Centro de Mídia; permitir a escuta de registros de reuniões e conferências de imprensa; e estar dentro da faixa WI-FI do Centro de Mídia.

Telefones celulares, *walkie-talkies* (que podem ser substituídos por telefones celulares locais) deverão estar disponíveis para uso cinco dias antes do início da Conferência.

1. Escritório do Chefe de Equipe

Um escritório grande para o Chefe de Equipe do DPI:

- 1 mesa
- 3 cadeiras
- 1 mesa redonda com 6 cadeiras para reuniões
- 1 computador
- 1 impressora
- 1 telefone com acesso local e internacional
- 1 telefone celular (com acesso internacional)
- 1 monitor de CATV
- 2 sofás

2. Escritório do Coordenador de Logística e Equipe da NMD News

Um escritório grande para o Coordenador:

- 1 mesa
- 3 cadeiras
- 1 mesa redonda com 6 cadeiras para reuniões
- 1 computador
- 1 impressora
- 1 telefone com acesso local e internacional
- 1 telefone celular (com acesso internacional)
- 1 monitor de CATV
- 2 sofás

3. Escritório para o Porta-Voz

Um escritório grande para o Porta-Voz:

- 1 mesa
- 3 cadeiras
- 1 mesa com 8 cadeiras para reuniões
- 1 computador
- 1 impressora
- 1 telefone com acesso local e internacional
- 1 telefone celular (com acesso internacional)
- 1 monitor de CATV
- 2 sofás

4. Escritório para o Porta-Voz Adjunto

- 1 mesa
- 2 cadeiras
- 1 computador
- 1 impressora
- 1 telefone com acesso local e internacional
- 1 telefone celular (com acesso internacional)
- 1 monitor de CATV

5. Escritório para a equipe do Porta-Voz

Um escritório grande contíguo ao escritório do Porta-Voz (para 2 Encarregados de Informação e 1 Assistente de Informação; 1 Encarregado de Mídia Social; 1 Encarregado do UNIC; e 1 Assistente do UNIC)

- 6 mesas
- 9 cadeiras
- 6 computadores
- 1 impressora compartilhada
- 6 telefones com acesso local (2 deles com acesso internacional)
- 4 telefones celulares (2 deles com acesso internacional)
- 1 monitor de CATV
- 1 microfone ligado ao sistema de *paging* de mídia
- 1 aparelho de telefax
- 1 copiadora pequena
- 1 armário com tranca
- 1 arquivo

Uma área central comum para 6 Assistentes Locais de Informação à Mídia:

- 6 mesas
- 6 cadeiras

- 3 telefones com acesso local (com capacidade para atender a linha do Porta-Voz e outras linhas da Equipe de Informação à Mídia)
- 3 computadores
- 1 impressora compartilhada
- 1 aparelho de fax com acesso internacional
- 1 armário com tranca
- 1 monitor de CATV
- 1 copiadora de escritório
- 40 resmas de papel para cópia
- 1 balcão de informações com cerca de 5 metros de comprimento para atender os jornalistas e 2 cadeiras altas.
- 1 sistema de comunicação por TV (PC com conversor para vídeo composto - *composite video*) para projeção no Centro de Mídia e distribuição de RF.
- 1 quadro de avisos.

6. Equipes de Cobertura de Reuniões

Equipe de imprensa de língua inglesa: um escritório grande para acomodar editores, assessores de imprensa, revisores/ secretários de redação, pessoal local e mensageiros.

- 10 mesas
- 12 cadeiras
- 6 computadores em LAN conectados a computadores no Plenário e na Sala de Conferência de Mesas Rédondas
- 1 impressora a laser de alta velocidade, compartilhada
- 1 monitor de CATV
- 2 telefones com acesso local e internacional
- 1 telefone celular (com acesso internacional)
- 1 estante

Equipe de imprensa de língua francesa: um escritório grande para acomodar editores, assessores de imprensa, revisores/ secretários de redação, pessoal local e mensageiros.

- 10 Mesas
- 12 Cadeiras
- 6 computadores em LAN conectados a computadores no Plenário e na Sala de Conferência de Mesas Redondas
- 1 impressora a laser de alta velocidade, compartilhada
- 1 monitor de CATV
- 2 telefones com acesso local e internacional
- 1 telefone celular (com acesso internacional)
- 1 estante

Equipe de imprensa de língua portuguesa:

- 3 mesas
- 3 cadeiras
- 3 computadores pessoais em LAN conectados a computadores no Plenário e na Sala de Conferência de Mesas Redondas
- 1 impressora a laser de alta velocidade, compartilhada
- 1 monitor de CATV
- 2 telefones com acesso local e internacional
- 1 telefone celular (com acesso internacional)

7. Escritório de Webcast da ONU**i) Serviços – Escopo do Trabalho:**

- Transmissão ao vivo e sob demanda a um número ilimitado de usuários em todo o mundo, para os seguintes eventos paralelos:
 - Plenário – Ao vivo e sob demanda em inglês e no idioma da mesa/original
 - Mesas Redondas – Ao vivo e sob demanda em inglês e no idioma da mesa/original
 - Coletivas de Imprensa (Duas Salas) – Ao vivo e sob demanda em inglês e no idioma da mesa/original
 - Mídia Social: Cobertura ao vivo (webcast) no Facebook
- Todos os *webcasts* serão codificados em formato de *Flash* vídeo para todos os usuários da internet, garantindo acessibilidade a usuários em países em desenvolvimento. O vídeo do *webcast* também pode ser enviado a usuários de I-Phones, I-Pads, telefones celulares e outros dispositivos.
- Todos os *webcast* serão oportunamente arquivados para acesso imediato sob demanda, junto com metadados detalhados de cada orador, em um Sistema de Gestão de Conteúdo, para fácil acesso. Os usuários poderão adicionar e compartilhar vídeos facilmente em seus próprios sites e redes de Mídia Social.
- Todos os *webcast* serão promovidos e estarão acessíveis por meio do *site Webcast da ONU* (<http://www.un.org/webcast>) e interligados a partir do *site oficial* da Conferência e outros sites da ONU.

Uma área de escritório grande (cerca de 80 m²) disponível para a configuração da instalação de equipamentos até 9 de junho de 2012 para acomodar uma equipe de *Webcast* da ONU com 12 pessoas (3 internacionais + 9 locais), com os seguintes equipamentos e mobiliário:

- 12 mesas
- 14 cadeiras

- 10 mesas (para acomodar 12 codificadores + 1 TV + 1 impressora)
- 28 computadores (Windows XP), mínimo 4GB de RAM, computadores multimídia de ponta em uma LAN separada (16 para codificação + 6 para edição de vídeos + 4 para escaneamento + 2 para publicações na internet), cada um com fones de ouvido.
- 1 linha de Internet (banda larga de, no mínimo, 10 Mbps) para ser usada exclusivamente pela equipe de *Webcast* da ONU para cobertura ao vivo via *Webcast* e acesso a FTP.
- 16 placas de captura de vídeo [12 a serem fornecidos pelo *Webcast* da ONU e 4 pelo país sede] – 04 (quatro) placas de captura de vídeo Osprey 230.
Especificações: <http://www.viewcast.com/products/osprey-cards/osprey-230>; Entrada de vídeo: BNC composto; entrada de áudio: *Balance stereo* (XLR x 2)
- 1 Servidor de *Webcast* para distribuição global de *streaming* ao vivo (a ser fornecido pelo *Webcast* da ONU)
- 1 Servidor de Armazenagem de vídeos de *Webcast* (a ser fornecido pelo *Webcast* da ONU)
- Software de codificação e edição de *Webcast* (a ser fornecido pelo *Webcast* da ONU)
- Site de *Webcast* (a ser fornecido pelo *Webcast* da ONU)
- 1 impressora a laser, compartilhada.
- 4 Scanners Planos
1 monitor de CATV (se houver CATV)
- 16 cabos de alimentação de vídeo e 16 de áudio (inglês e idioma da mesa) conectores (BNC para vídeo e cabos de áudio XLR) a partir da Sala Principal de Controle de TV (cobrindo o Plenário, as Mesas Redondas e 2 salas de Informação à Imprensa), a serem fornecidos à sala de *Webcast* pela Emissora de TV designada para a conferência.
- 3 telefones celulares (um com acesso internacional)
- 3 linhas de telefone fixas (uma com acesso internacional)
- 2 armários com tranca

8. Escritório da Rádio ONU:

Um escritório (à prova de som, se possível) para acomodar 3 produtores da Rádio ONU (inglês, francês e português):

- 3 mesas
- 6 cadeiras
- 3 telefones com acesso internacional e local e conector de áudio para transmissão (preferivelmente, linha telefônica analógica)
- 3 computadores com alto-falantes conforme descritos no Documento de TI
- 1 impressora compartilhada
- 1 monitor de CATV

- 3 telefones celulares com acesso internacional

9. Apoio a Rádio

i) Centro de Transmissão Internacional da ONU

O Centro de Radiodifusão Internacional da ONU (não confundir com instalações da Rádio ONU) operado pelo Governo Anfitrião em bases comerciais, fornece à mídia credenciada *feeds* diretos de todos os programas ao VIVO em inglês, francês, português e no idioma da mesa por meio de telefone analógico com híbridos, e instalações de FTP sob demanda, conforme necessário.

ii) As 3 salas de edição da Rádio ONU (1 inglês, 1 francês e 1 português) deverão incluir o seguinte:

- Mesa de mixagem com interfone ou intercomunicador.
- Estação de trabalho de áudio com software, LAN, CD R, FTP ou arquivos de computador.
- 1 mesa com 4 cadeiras.
- 4 microfones.
- 4 fones de ouvido com isolamento acústico.
- 1 intercomunicador.
- 1 telefone híbrido.
- 1 linha telefônica internacional e aparelho analógico.
- *Feeds* diretos de todos os programas AO VIVO em inglês, francês e idioma da mesa.

10. Escritório da TV ONU

Um Escritório para acomodar um Diretor e um Produtor da TV ONU:

- 2 mesas
- 4 cadeiras
- 2 telefones com acesso internacional e local
- 2 computadores
- 1 impressora compartilhada
- 1 monitor de CATV
- 2 telefones celulares (um com acesso internacional)

11. Escritórios de Apoio à TV (3 áreas)

i) Matriz da ONU TV:

Dois aparelhos de Videoteipe (Sony DX CAM) ou Unidades de Disco Rígido (*Hard Drives*) por programa, cada um com quatro canais de áudio comutáveis e vídeo comutável para gravação simultânea de todos os programas. Código de tempo e idiomas conforme acima, com capacidade adicional para gravar dois outros idiomas. Intercomunicador entre a mesa de edição de notícias, o diretor e áreas de gravação, bem como com posições de câmeras AO VIVO. Até quatro programas simultâneos poderão ser necessários durante a conferência.

ii) Edições da TV ONU:

Dois aparelhos de videoteipe (Sony DX CAM) ou Edição Não Linear conforme acima, conectados para gravação AO VIVO e para uso editorial. O controlador de edição poderá ser simples, mas deverá permitir precisão na edição de fotogramas e ser baseado em código de tempo. A ilha de edição deverá poder permitir visualizar e gravar eventos AO VIVO enquanto edita o material gravado. A edição ou masterização incluirá capacidade para gravar sons de material de videotape em inglês para uso da rádio e gravação de narração vinda de um microfone local.

iii) Estúdio de Entrevistas VIP (parte da sala de coletiva de imprensa no Pavilhão 5)

Localizado próximo ao plenário para programas ao VIVO e gravados. Esse estúdio será equipado com uma câmera, mobiliário e painéis da Conferência, bem como telefone internacional para coordenação. Esse *feed* deverá estar disponível a qualquer emissora mediante solicitação, simultaneamente aos principais programas de TV.

12. Escritório dos Fotógrafos

- 2 mesas
- 2 cadeiras
- 2 telefones (um com acesso internacional)
- 2 Computadores Multimídia, calibrado com cores de alta qualidade, contendo Photoshop CS5, *software Photo mechanic* versão 4.6 e impressora compartilhada, conforme descrito no Documento de TI. (Esses componentes devem ser componentes atuais de processamento de fotos de última geração, incluindo um PC, em LAN de alta velocidade; com scanner de alta qualidade; e impressora de fotos de alta velocidade, HP color LaserJet 4600 ou superior. Além disso, 100 CDs e 500 folhas de papel brilhante para impressão, próprio para a impressora.)
- 2 computadores-padrão
- 1 impressora compartilhada
- 1 armário com tranca
- 2 telefones celulares com acesso internacional
- 1 monitor de CATV

13. Escritório de Agências de Notícias

Um escritório para acomodar um Redator de Notícias e um Assistente:

- 2 mesas
- 4 cadeiras
- 1 telefone com acesso internacional
- 2 computadores
- 1 impressora compartilhada
- 1 monitor de CATV
- 1 telefone celular (um com acesso internacional)

14. Escritório de Ligação com a Mídia

Um escritório para o Encarregado de Ligação com a Mídia:

- 2 mesas
- 2 PC
- 1 impressora compartilhada
- 2 cadeiras
- 2 telefones com acesso local
- 1 monitor de CATV
- 2 telefones celulares (um com acesso internacional)
- 1 cesto de lixo
- 1 cabideiro
- 1 armário com tranca

15. Mesa de Ligacão com a Mídia

Um escritório/área para acomodar 10 Assistentes de Ligação com a Mídia:

- 1 balcão (no máximo 6 metros de comprimento) para atender os jornalistas;
- 4 cadeiras altas
- 2 mesas
- 10 cadeiras
- 1 computador
- 1 impressora

16. Espaço de trabalho para 15 Funcionários do Sistema de Informação/Comunicações da ONU

- 10 mesas
- 12 cadeiras

- 6 computadores
- 1 impressora a laser compartilhada
- 1 monitor de CATV
- 1 telefone com acesso local e internacional
- 2 telefones com acesso local e internacional
- 1 telefone celular (com acesso internacional)
- 1 estante

17. Escritórios/salas de edição para o Projeto de Capacitação de Jornalistas CFI/ONU

- 3 salas de edição, com 3 estações de trabalho cada uma
- 12 estações de trabalho a serem compartilhadas dentro de sua área de trabalho aberta
- 2 monitores de CATV
- 3 telefones
- 1 impressora compartilhada

18. Sala Principal para Coletivas de Imprensa, P3-6 – (Pavilhão 3)

A sala deve ser à prova de som e conter:

- 1 pódio para cinco pessoas (ou mesa/balcão) com saia e frente coberta
- 5 cadeiras e microfones no pódio para oradores e 5 fones de ouvido para a interpretação.
- 638 assentos para a mídia (estilo auditório)
- 4 cabines de interpretação (para 2 intérpretes cada uma)
- 2 microfones de pé para perguntas de jornalistas
- Plataformas para equipes de TV, 4 caixas de distribuição de som com 20 saídas cada em inglês, francês, português e o idioma da mesa (próximo às plataformas de TV)
- 3 posições de câmera para cobertura em sistema de *pool*.
- Fones de ouvido em todos os assentos
- Espaços em mesa na frente da sala (de frente para as delegações) para 3 assessores de imprensa (1 para língua inglesa, 1 para língua francesa, 1 para língua portuguesa)
- 3 computadores pessoais conectados por LAN a computador na área do Escritório da Equipe de Cobertura.
- 1 telefone interno (com luz intermitente) para comunicação com os editores
- Os Assessores de Imprensa necessitarão de fones de ouvido para a interpretação.

19. Sala Pequena para Coletivas de Imprensa, P5-3 – PAVILHÃO 5 (Ver Plenário, Pavilhão 5)

- 1 pódio para cinco pessoas (ou mesa/balcão) com saia e frente coberta
- 5 cadeiras e microfones no pódio para oradores e 5 fones de ouvido para a interpretação.
- 86 assentos para a mídia (estilo auditório)
- 2 microfones de pé para perguntas de jornalistas
- Entrada separada para o pódio para Chefes de Estado/Governo
- 3 cabines de interpretação

20. CENTRO DE MÍDIA

Área de trabalho para uso exclusivo da mídia credenciada, que acomode até 638 pessoas de cada vez - 448 assentos mais 190 assentos para feeds de áudio e vídeo.

A área de trabalho para jornalistas (*bulipen*) deverá:

- Estar equipada com mesas e cadeiras, aparatos de telecomunicações para uso exclusivo da mídia.
- Ficar aberta 24 horas por dia, sete dias por semana, e permanecer aberta 24 horas após o término da conferência.
- Ter todos os tipos de aparatos para a que a mídia impressa e eletrônica acompanhe os trabalhos, grave programas inteiros ou segmentos de trabalhos por meio de *drops* de áudio e vídeo (caixas múltiplas).
- Essa área deve ter espaço para área de trabalho da internet, área de trabalho da imprensa eletrônica em bases comerciais, área de trabalho da imprensa escrita com tomadas de energia e linhas telefônicas (análogicas).
- Deverá haver um número de monitores de CATV ou telas grandes (pelo menos uma por evento AO VIVO) nessa área, para permitir aos jornalistas acompanhar reuniões, coletivas de imprensa, chegadas etc. Também deverá haver fones de ouvido para que possam ouvir diretamente o orador ou a interpretação do plenário. Pelo menos dois canais de som estarão disponíveis para cada um dos programas. Apoio aos quatro programas será necessário, se os eventos de mesa redonda acontecerem simultaneamente às conferências do plenário e às coletivas de imprensa.
- 168 assentos com computadores com acesso à internet e 280 assentos com pontos de conexão Wi-Fi à internet para laptops deverão estar disponíveis para os jornalistas, gratuitamente. Também deverá haver caixas múltiplas (*multiboxes*) de vídeo (para cada evento AO VIVO coberto, usando o formato de vídeo local), cada uma com saídas para 50 conexões de vídeo; e três caixas múltiplas (*multiboxes*) de áudio (ou caixas de distribuição de som, pode ser infravermelho), cada uma com as seguintes saídas: 20 inglês, 20 francês, 20 português e 20 com o idioma da mesa (para cada evento AO VIVO coberto). O ideal seria oferecer conexão WI-FI também gratuita. 8 impressoras a serem compartilhadas.
- Uma área de atendimento comercial deverá estar localizada próxima ao Centro de Mídia, para permitir aos jornalistas transmitir relatórios de TV, rádio e impressos por

telefone, fax, computador, conexões “ligar e usar” (*plug and play*), linhas fixas ISDN, satélite e fibra. Serviços de transmissão deverão ser oferecidos aos jornalistas com base em disponibilidade, gratuitamente (sob a coordenação da ONU). O custo de transmissão deverá ser coordenado com a TV ONU.

- Uma área adjacente deverá ser disponibilizada para as Vans de Transmissão externas. Conectividade com as vans deverá ser fornecida para que possam acessar os programas da ONU em sistema de *pool*, gratuitamente.
- Serviços de Radiodifusão deverão ser oferecidos aos jornalistas, com base em disponibilidade, gratuitamente (sob a coordenação da ONU). O custo de transmissão deverá ser coordenado com a TV ONU.
- Escritórios comerciais para empresas de comunicação internacionais (telefone, fac-símile, telex, telegrama) e serviços de fotocópia deverão estar disponíveis no Centro de Mídia 24 horas por dia, para uso exclusivo da Mídia.

Escrítorios deverão ser disponibilizados a grandes veículos da mídia internacional, com base em critérios acordados entre a ONU e o País Sede, sob a coordenação da ONU.

21. PLENÁRIO

Assessores de Imprensa:

- Espaços em mesa na frente do plenário (de frente para as delegações) para 6 Assessores de Imprensa (3 de inglês, 3 de francês). Notícias em português serão preparadas pelos Assessores de Imprensa de língua portuguesa, que não precisarão estar sentados no Plenário.
- 6 computadores pessoais ligados por LAN a computadores na área do Escritório da Equipe de Cobertura.
- 2 telefones internos (com luz intermitente) para comunicação com Editores por cada grupo de 4 Assessores de Imprensa
- Os Assessores de Imprensa necessitarão de fones de ouvido para ouvir a interpretação

22. OUTROS LOCAIS PARA EVENTOS A SEREM COBERTOS (Mesas Redondas)

Assessores de Imprensa:

- Espaços em mesa na frente do plenário (de frente para as delegações) para 4 Assessores de Imprensa (2 de inglês, 2 de francês)
- 4 computadores pessoais ligados por LAN a computadores na área do Escritório da Equipe de Cobertura
- 2 telefones internos (com luz intermitente) para comunicação com Editores
- Os Assessores de Imprensa necessitarão de fones de ouvido para ouvir a interpretação

23. OUTROS EQUIPAMENTOS, INSTALAÇÕES E ÁREAS DE ATENDIMENTO

i) Gravação de Arquivos do Departamento de Gestão da ONU (UN DM)

Gravações (feeds) de áudio e vídeo das salas de conferência e da sala de coletivas de imprensa deverão ser providenciadas, em separado - no idioma original e em inglês -, em formato digital (*wave file*) e em MP2, com a possibilidade de retrocompatibilidade para gerar gravações analógicas a serem impressas em meios analógicos, tais como fitas cassetes compactas, conforme solicitado localmente.

Os meios aceitáveis de gravação são CD/DVDs para gravação digital, com a possibilidade de retrocompatibilidade para gerar gravações analógicas a serem gravadas em meios analógicos tais como fitas cassetes compactas, conforme solicitado localmente.

A sala de gravação deverá estar equipada para permitir o monitoramento simultâneo de todas as gravações (*feeds*).

O sistema de gravação de arquivos do UN DM deverá ter acesso simultâneo a todos os *feeds* de idiomas.

Todas as gravações de áudio e vídeo devem ter os seguintes metadados:

- Título da reunião
- Data da reunião
- Local da reunião
- Status da reunião (aberta / fechada)
- Organização/departamento/agência solicitante
- Relação de oradores com registro do tempo da palestra
- Horários de início e fim da reunião
- Formato da gravação
- O esquema de metadados deve estar em conformidade com o *News ML*
- E Ohio Dublin PB Core 2.0
- E MFX

Opcionalmente, o Plenário deverá estar equipado com CART (*Communication Access Real Time Translation* – Tradução de Comunicação Acessível em Tempo Real), com a possibilidade de esse serviço ser utilizado mediante solicitação.

ii) Rádio ONU

a) Escopo do trabalho (SOW)

- Matriz de gravação digital de áudio (*master digital audio recording*), com áudio conforme especificações abaixo, que deverá estar disponível ao vivo

nos estúdios da Rádio ONU, ao estúdio designado para a mídia externa, ao centro de mídia (*drops*), e outros pontos de distribuição.

- 03 (três) estúdios exclusivos da Rádio ONU para fins de edição, um deles equipado para transmissão.
- Computadores em cada estúdio.

b) Uso de Áudio

- Áudio bruto (não editado) para distribuição à mídia, por meio de *drops* no centro de mídia ou via *downloads* de computador a partir das pastas do FTP (Protocolo de Transferência de Arquivos) da ONU.
- Áudio bruto para produtores da Rádio ONU, para uso em seus programas de rádio.
- Arquivos de áudio ou de arquivos selecionados para o DPI/Unidade de Recursos Multimídia (abertura, encerramento, segmento de alto nível). O arquivo de áudio deverá estar no formato MP3 queimado em CD ou DVD.

c) Especificações técnicas, incluindo Instalações Necessárias

1. Gravações originais (matrizes):

Uma sala de gravação digital de matriz de áudio capaz de gravar simultaneamente no formato MP3 (48 kHz, 16 Bit, Mono) os trabalhos no Plenário do início ao fim, no idioma da mesa e em inglês, e em outros idiomas conforme solicitados (a serem solicitados antecipadamente pela Rádio ONU); coletivas de imprensa de Chefes de Estado ou de Governo, bem como coletivas diárias e outras conferências de imprensa, conforme necessário. As gravações de áudio deverão estar disponíveis para produção e distribuição enquanto estiverem sendo feitas. Durante as coletivas de imprensa, providências técnicas deverão ser adotadas para permitir aos produtores de rádio (e outros membros da imprensa) extrair/gravar áudio de boa qualidade por meio da disponibilização de caixas múltiplas (*multiboxes*).

Todos os estúdios de rádio requerem capacidade de edição digital e capacidade de alimentação para transmissões por linha ou satélite, bem como para publicações nas páginas da rádio na internet. Todos os estúdios de rádio deverão ter acesso, pelo menos, às transmissões ao vivo do Plenário - no idioma do Orador e em inglês - e a dois feeds atualizáveis (*patchable feeds*) de outra cobertura via controle central de áudio.

Dois *loops* de áudio deverão estar disponíveis a partir do controle central de áudio para o PTT local; pelo menos 8 kHz (saída), 3.4 kHz (entrada). Se tecnicamente viável, uma linha telefônica ISDN exclusiva, além de alguns dos 5 (cinco) *loops* de áudio de 8 kHz – 3.4 kHz propostos. Acopladas a um transmissor digital, as

linhas ISDN são capazes de enviar e receber programas de áudio de qualidade em 15 kHz via linhas telefônicas comuns.

2. Estúdios para uso exclusivo da ONU:

03 (três) estúdios de rádio à prova de som, para uso exclusivo da Rádio ONU, incluindo pelo menos uma com capacidade para acomodar até 6 (seis) pessoas para entrevistas, equipadas com microfones, sala de controle com *mixer* de áudio e gravadores digitais, tais como PC. Um dos dois estúdios de rádio reservados para os produtores da Rádio ONU deverá dispor de discagem internacional e capacidade para gravar entrevistas telefônicas digitalmente.

d) Pessoal Técnico

O Governo Anfitrião providenciará todo o pessoal técnico necessário para a operação das instalações de rádio, conforme as necessidades operacionais e a jurisdição local.

iii) Gestão de Infraestrutura:

- A infraestrutura fornecida deverá assegurar a todos os participantes das reuniões acesso a tomadas de energia nas salas de conferência, bem como a rede de dados sem fio (*Wi-Fi*) em todo o local da conferência.
- A rede de dados sem fio (*Wi-Fi*) deverá ser adequadamente dimensionada, com base no número de participantes que acessarão a rede a partir de qualquer local.
- Todas as tomadas de energia acessíveis aos delegados deverão ser compatíveis com adaptadores de tomada universais.
- Todas as tomadas de energia acessíveis aos delegados deverão aceitar plugues elétricos Tipo A (lâmina plana), bem como Tipo C (Europlug), sem necessidade de adaptador.

24. TV ONU (UNTV)

A cobertura de TV e a disseminação de todas as reuniões abertas e de eventos afins solicitadas pelos organizadores deverão permitir a cobertura da transmissão ao vivo. As emissoras de TV credenciadas, inclusive a emissora anfitriã, em geral, não deverão usar as instalações reservadas para a TV ONU, mas poderão ser atendidas comercialmente pelo governo anfitrião. Caixas de distribuição de áudio/vídeo (*multiboxes*) deverão estar disponíveis gratuitamente no Centro de Mídia, no Plenário e na Sala de Coletivas de Imprensa; os custos de transmissão e apoio técnico além do que é oferecido gratuitamente à Mídia, serão administrados pelo Governo Anfitrião em bases comerciais. A cobertura da TV ONU deverá estar acessível a todas as emissoras gratuitamente.

CATV será necessário em todo o complexo, inclusive nas áreas de trabalho do DPI e no Centro de Mídia. Todos os monitores de CATV deverão ter capacidade de comutação entre todos os canais de conferências ao vivo (inclusive transmissão da CNN, Reuters, AP, e BBC, se disponível) e ter controle de volume.

i) Cobertura do Plenário e de Reuniões

Essa é uma grande área que necessitará de pelo menos 06 (seis) câmeras-padrão de transmissão com lentes capazes de fazer fotos de busto de qualquer pessoa no plenário (inclusive dos assentos do pódio e de todos os delegados). As câmeras estarão ligadas a um computador central de vídeo, com capacidade de comutação ao vivo e adequadamente sincronizado para uso em radiodifusão. As plataformas para todas as posições de câmera deverão estar separadas dos meios de radiodifusão em geral e em tablados acima do nível do plenário. Um sistema de intercomunicação será necessário para permitir o contato entre a mesa de edição de notícias, o diretor de TV e as áreas de gravação, bem como com as posições de câmera AO VIVO.

As matrizes de gravações de vídeo deverão ser feitas no formato Sony XDCAM, usando cassetes de longa duração (90 minutos) fornecidos pelo Governo Anfitrião no formato de vídeo local. As máquinas estarão conectadas para gravar até quatro trilhas de áudio cada, com conteúdo de idioma separado. O número de máquinas fornecidas deverá ser suficiente para gravar todas as reuniões, sem interrupção. Isso requer duas máquinas por trabalho (reunião), capazes de gravar com alguma superposição. Todas as gravações conterão código de tempo SMPTE configurado para a hora do dia. As entradas de máquinas devem ser atualizáveis (*patchable*) para permitir gravações adicionais, conforme necessário.

Feeds de TV – formatos locais e NTSC se possível, a serem disponibilizados ao Centro de Midia, à TV ONU e às instalações de edição da emissora cliente. O áudio deverá estar acessível no idioma do Orador, em inglês e nos idiomas selecionados de interpretação. *Feeds* ao vivo para distribuidores e emissoras deverão ser gratuitos, usando-se linhas ISDN, conexões via satélite ou fibra para transmissão internacional.

ii) Salas de Reunião (Mesas Redondas), P5-2 e Sala de Coletivas de Imprensa, P5-3

Cada uma dessas salas deverá ter pelo menos 04 (quatro) câmeras-padrão de transmissão com todos os requisitos de equipamentos listados acima. A sala de coletivas de imprensa deverá ter pelo menos um console de computador com acesso à internet, acessível ao moderador ou aos oradores, e uma tela grande para apresentações em PowerPoint.

Operadores de câmera no idioma inglês (Equipamento Portátil) (dois ou três operadores) para uso pela TV ONU - Sony XDCAM com kit padrão incluindo kit

de entrevistas com 3 luzes; dois microfones de lapela; microfone direcional (*shotgun*) e vara *boom* com anteparo de vento; microfone de mão para entrevistas, tripé, baterias e capa de chuva para câmeras. Um automóvel com motorista deverá ser providenciado para uso da equipe e do produtor quando necessário. Esse pacote deverá estar disponível dois dias antes do início do evento. Se outro formato que não Betacam for utilizado, a(s) ilha(s) de edição deverá(ão) incluir máquinas de edição de playback correspondentes ao formato que estiver sendo utilizado.

iii) Cobertura de TV de reuniões importantes

Deverá ser transmitida para salas de escuta conforme necessário. Pede-se observar que a Área da Sala de Controle, o Centro de Mídia e as Salas de Equipamentos deverão ter energia e ar condicionado ADICIONAIS para manter os equipamentos funcionando sem problemas.

iv) Relações de equipamentos

A relação abaixo deverá ser disponibilizada em uma Sala Central para a produção de todos os programas de eventos AO VIVO. Cada reunião AO VIVO necessitará de um grupo de equipamentos. Cada grupo de equipamentos constituirá uma sala de controle de TV independente.

1. Relação de Equipamentos de TV para o Plenário

- 6 câmeras de transmissão
- 1 computador de vídeo
- 1 mesa de mixagem de áudio com monitores de áudio
- Monitores para cada câmera, VTR, Preview e Programa
- Mínimo de dois gravadores de videotape com 8 trilhas de áudio para gravar os idiomas disponíveis
- Cabeamento para/da sala, incluindo intercomunicador, vídeo e áudio

2. Relação de Equipamentos de TV para cada Reunião (Mesas Redondas) e Sala de Coletivas de Imprensa

- 4 câmeras de transmissão
- 1 computador de vídeo
- 1 mesa de mixagem de áudio com monitores de áudio
- Monitores para cada câmera, VTR, Preview e Programa
- Mínimo de dois gravadores de videotape com 8 trilhas de áudio para gravar os idiomas disponíveis
- Cabeamento para/da sala, incluindo intercomunicador, vídeo e áudio

3. Uma Sala de Edição da TV ONU – não linear ou Betacam, aparelho de vídeo em formato padrão DVC Pro Local.

O controlador de edição poderá ser simples, mas deverá permitir precisão na edição de fotogramas e estar baseado em código de tempo. A sala de edição deverá ter capacidade para visualizar e gravar eventos AO VIVO enquanto edita o material gravado. A sala de edição deverá ter capacidade para gravar sons de material para uso de rádio e TV e produzir gravação de narração recebida de um microfone local.

4. Um estúdio para entrevistas com VIP, P5-3 sala de Coletivas de Imprensa

Localizado próximo ao Plenário para programas AO VIVO e gravados. Esse estúdio estará equipado com uma câmera, mobiliário e painéis da conferência, além de telefone internacional para a coordenação. Esse *feed* deverá estar disponível a qualquer emissora mediante solicitação, simultaneamente com os eventos de programa de TV AO VIVO.

Pede-se observar que o IMAGE MAG de cada sala deverá estar separado da cobertura de transmissão da TV ONU, mas poderá ser combinado ou isolar uma câmera no pódio. Os serviços da Conferência deverão providenciar apoio de áudio e PowerPoint para cada sala.

25. FOTOS: ESCOPO DO TRABALHO (SOW)

- Planos de situação do local da conferência.
- Plano geral, plano geral médio do Plenário nas datas de abertura e encerramento, bem como durante o segmento de alto nível.
- Votação ou acordo por consenso (apertos de mão de personalidades no pódio; aplausos dos participantes).
- Cobertura das sessões plenárias do início ao fim, com tomada em primeiro plano de cada orador, incluindo o logo no púlpito.
- A cobertura selecionada de comitês/oficinas de trabalho e coletivas de imprensa, as oportunidades e a seleção de fotos serão determinadas pelo grau de “ineditismo” dos eventos (a ser confirmado pelo escritório de informação que estará trabalhando na Conferência). Normalmente, todos os eventos com chefes de Estado e de Governo são fotografados. O presidente da Conferência poderá apresentar solicitações especiais não previstas neste SOW.
- Outras fotos coloridas do local da Conferência: chegadas de VIPs, exposições, representantes da mídia em ação, triagens de segurança, etc. etc.

Legendas deverão ser incluídas no arquivo digital, ou seja, quem (inclusive identificação de indivíduos da esquerda para a direita), onde, quando, por que. O escopo do trabalho não abrangerá as atividades do Secretário-Geral da ONU quando este estiver presente na conferência.

i) Usos das Fotos da ONU

- Empresas de comunicação social, fotos de alta resolução (distribuição a ser providenciada pelo escritório de informação no local da conferência).
- Sites da Conferência e da ONU, fotos com resolução para a internet (distribuição ao grupo da internet que estará trabalhando no local da Conferência ou na Sede da ONU).
- Para fins de arquivo, fotos de alta resolução (imagens e legendas correspondentes deverão ser transmitidas à Sede da ONU e copiadas em CD e DVD ou unidades de disco rígido (*hard drives*) externas, e entregues ao Setor de Recursos Multimídia do DPI na Sede da ONU.

Obs.: Todas as solicitações das delegações deverão ser atendidas pelo País-Sede, mediante pagamento. A ONU somente poderá atender solicitações da mídia.

ii) Requisitos Técnicos

- Alta resolução: a maior dimensão (comprimento) da imagem deverá ser 10" ou maior (não interpolada) e as imagens deverão ser de 300 dpi, podendo ser comprimidas no formato "jpeg" para cerca de 1,2 MB.
- FTP é o sistema preferido de distribuição e envio à Sede da ONU (coordenadas a serem fornecidas).
- Imagens de alta resolução deverão ser enviadas individualmente apenas se o FTP não estiver funcionando. As imagens deverão ser enviadas ao sistema de e-mail da ONU (detalhes do e-mail a serem fornecidos).

iii) Requisitos de Pessoal

- Os fotógrafos e o pessoal administrativo para as operações fotográficas descritas no escopo do trabalho deverão ser providenciados pelo País-Sede.

III. ESCRITÓRIO DE ASSENTOS JURÍDICOS

- Dois escritórios totalmente equipados para quatro Assessores Jurídicos da Sede. Um escritório com dois computadores, duas impressoras, dois telefones celulares com acesso internacional e um aparelho de fax. O segundo escritório deverá abrigar dois assessores e fornecer acesso à internet para *laptops*.
- Espaço adicional de trabalho próximo ao escritório acima descrito, para dois funcionários de apoio contratados localmente.

III - ÁREA DE CREDENCIAMENTO

Instalações de Credenciamento da ONU – Pavilhão 1 e Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*) na “Arena da Barra”

O Centro de Credenciamento das Nações Unidas, sob supervisão e controle das Nações Unidas, emitirá passes para os delegados governamentais, equipes, representantes credenciados da mídia, organizações não governamentais e outros Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*) que participam dos encontros da Rio +20.

As Instalações de Credenciamento deverão ser configuradas como três áreas contíguas, interconectadas, mas claramente separadas (uma para delegados e funcionários da ONU, uma para a mídia e outra para pessoas com deficiências. Os Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*) serão recebidos na “Arena da Barra” e requerem arranjos semelhantes. Cada local terá uma grande área para postos de emissão de crachás. O Centro de Credenciamento no Pavilhão 1 deve incluir áreas de escritório para o Credenciamento da ONU, para o Cerimonial da ONU, para a Segurança da ONU e para a Mídia. A instalação também deve conter balcões de informações, um centro de comunicação, áreas de espera e uma área de serviço de bebidas para os Delegados. Devem ser instalados pontos com água gelada em todas as áreas. A instalação deve disponibilizar tomadas elétricas aterradas, fiação e iluminação. Deve haver também uma área para bebidas para uso exclusivo da equipe da ONU e da equipe local.

Os computadores utilizados no processo de credenciamento devem ser operados num sistema *stand-alone*. A base de dados usada para propósitos de credenciamento será propriedade exclusiva das Nações Unidas. *Passes para participantes de outros eventos relacionados à Rio+20 (tais como expositores, parceiros empresariais, Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*) que participam somente dos fóruns da sociedade civil) podem ser emitidos pelo Governo Anfitrião em outro local.*

1. Exigências Minimas para Credenciamento/Emissão de Passe

i) Conceito de Credenciamento/Emissão de Passe

O atendimento de pedidos de credenciamento deve estar sob a responsabilidade de cada setor/unidade do Departamento, ou seja: Cerimonial, DPI (Mídia e ONGs), e DSS para incluir registro/veto de participantes.

OICT e DSS trabalharão em conjunto para compilar uma base de dados. Essa base de dados pode ser fornecida ao País Anfitrião, que normalmente recorre ao pessoal local para implementar a segunda fase, que consiste na importação da base de dados para um sistema compatível e capaz de emitir os crachás/passes sob a supervisão da ONU. Todos os principais equipamentos técnicos, incluindo

servidores, leitores de crachás, impressoras especiais, bem como PCs, câmeras e respectivos suprimentos, são usualmente adquiridos localmente pelo País Anfitrião.

O número mínimo de estações de emissão de passes deve incluir todo o equipamento necessário e estar distribuído em balcões, da seguinte forma:

- 44 estações no Pavilhão I;
- 12 estações na entrada H;
- 4 estações no Pavilhão 4.
- Um número adequado de estações na Arena da Barra para os Grupos Principais da Sociedade Civil (*Major Groups*), a ser determinado de acordo com o número esperado de participantes que deverão se registrar naquela área.

Este modelo garante:

- A integridade do processo de credenciamento, ao manter o controle geral com a ONU.
- Base de dados centralizada para diferentes categorias de participantes – os pontos focais de credenciamento do Cerimonial, ONG e Mídia confirmam e dão entrada nos dados.
- Fluxo rápido com o uso de sistema *turn-key*.
- Uso de crachás com características de segurança confiáveis.
- Uso de sistemas de leitura de crachá nos principais pontos de acesso às entradas para permitir o monitoramento da ocupação máxima do local do evento.

O sistema adquirido para emissão de crachás deve:

- Administrar os dados localmente, em uma base de dados com um servidor situado dentro do local da Conferência
- Importar dados de fontes da ONU por meio de uma planilha eletrônica do *Microsoft Excel* pré-definida
- Exportar dados para a ONU após a conferência
- Imprimir diferentes categorias de crachás, dependendo do participante
- Imprimir um código de barras único na frente do cartão, com transcrição abaixo
- Permitir verificar instantaneamente a legitimidade de um cartão, escaneando o código de barra
- Fornecer monitoramento em tempo real do acesso, por tipo de crachá
- Fornecer relatórios estatísticos de acessos o mais rapidamente possível, por tipo de crachá

Observações gerais:

1. O *software* e sua capacidade de manutenção e operação estarão sob a responsabilidade do Governo Anfitrião;
2. Mau funcionamento e falhas do software estão sob a responsabilidade do Governo Anfitrião; a divulgação não autorizada de dados e a produção não autorizada de crachás são estritamente proibidas;
3. Os dados e as informações são propriedade das Nações Unidas;
4. A rede de segurança (computadores para servidor) deverá ser uma rede fechada; cada estação de emissão de crachás deverá estar conectada direta e exclusivamente à rede de segurança;
5. Os crachás serão produzidos de acordo com *design* a ser aprovado, considerando-se os níveis de segurança da conferência, as diferentes categorias de participantes, funcionários e autorizações de acesso a serem concedidos ao pessoal;
6. O DSS será responsável pela supervisão geral do processo de emissão de passes;
7. Os especialistas em TI da ONU têm todo o direito de intervir e operar o *software* e/ou os dados, conforme considerado necessário pelas Nações Unidas.
8. O Governo Anfitrião deverá informar ao OICT e DSS os detalhes do pacote de *software* que será utilizado para a emissão de crachás o mais breve possível.
9. Todo o equipamento de emissão de crachás e de segurança, bem como os repositórios de dados, deverão ser apagados e zerados pelo pessoal da ONU ao final da conferência.

ii) Design do crachá e características de segurança

Os crachás serão impressos em um cartão plástico. As dimensões do cartão devem ser:

- Tamanho médio CR-80: 3,375" x 2,125 / 85,6 x 54mm
- Espessura média 020" (20mil) a .050" (50mil) / .508mm a 1,72mm

Os crachás deverão conter:

1. Um campo com o nome completo do portador, uma foto do rosto, nome do país/organização e posição.
2. A data de vencimento do crachá;
3. Uma letra, código de cor e/ou categoria que permita a fácil identificação visual do nível de autorização de acesso concedido.
4. Um código de barra único na frente do crachá, com transcrição abaixo.

iii) Controle do Acesso à Conferência

Cada posto responsável por um perímetro de segurança deve dispor de um quiosque, totem ou outro equipamento que permita ao funcionário do posto rapidamente verificar a correspondência entre o cartão e seu portador. No posto, cada funcionário terá um sistema manual de escaneamento de código de barra que escaneie o crachá, pesquisando a base de dados e produzindo um *pop up* no monitor com detalhes dos registros armazenados na base de dados de controle de acesso. O registro no *pop up* deve mostrar os detalhes do crachá.

A área de credenciamento da ONU deve estar funcionando integralmente 10 dias antes da abertura da terceira reunião preparatória da Rio+20 para que o credenciamento de participantes comece 7 dias antes do início da terceira reunião preparatória. O credenciamento de delegados, do pessoal de mídia e de pessoas com deficiências será realizado no Pavilhão 1. O credenciamento dos *Major Groups* será realizado na Arena da Barra. *Haverá serviço de ônibus circulares operando regularmente entre a Arena da Barra e o Pavilhão 1.* A Área de Credenciamento necessita do seguinte:

2. Área do Lobby

i) Balcão de Informações

Um Balcão de Informações circular na entrada da Área de Credenciamento e depois das cabines de triagem, a ser operado por 6 assistentes (em turnos) com segurança local em guarda. Os balcões devem ser equipados com:

- Escrivaninhas/Balcões
- Cadeiras (Banquetas altas)
- Sistema de Extensão de Telefone (Local) conectado ao Escritório de Credenciamento e Segurança da ONU
- Material de escritório

ii) Centro de Comunicações

Deverá estar próximo à Área de Credenciamento de Delegados. Deve ser equipado com:

- 5 computadores com acesso à internet
- 2 impressoras de rede (com papel)
- 2 máquinas de fax (para receber)
- 5 telefones (somente chamadas locais)

iii) Área de espera

A área será utilizada por delegados à espera de seus passes ou de assistência para fazer o credenciamento. Deve estar equipada com 30 - 50 cadeiras.

iv) Estação de Bebidas (para delegados na área de espera)

Deve estar localizada na proximidade da Área de Credenciamento de Delegados, dependendo da disponibilidade de espaço, para fornecimento de água e café enquanto esperam.

v) Instalações adicionais

É importante que haja instalações adequadas de banheiros na Área de Credenciamento e proximidades para uso de funcionários e delegados.

3. Área de Credenciamento do Cerimonial

i) Escrítorio de Credenciamento (para delegados governamentais/funcionários da ONU). Deve ser contíguo ou próximo ao Escritório de Segurança da ONU - Pavilhão 1

Um longo balcão dividido em seções, com 8 banquetas altas para acomodar 8 funcionários locais, e com espaço suficiente na parte da frente para que os delegados possam fazer filas.

Devem ser fornecidos ao balcão 2 telefones com linhas locais, além de material de escritório. Deve haver um escritório separado para a equipe de Credenciamento, equipado com:

- 3 escrivaninhas (com gavetas e fechaduras) e cadeiras;
- 3 computadores pessoais com acesso à internet;
- 2 impressoras coloridas com cartuchos de tinta adicionais;
- 2 *scanners*;
- 1 copiadora de grande porte com uma pequena mesa ao lado;
- 1 grande arquivo de metal (com fechaduras) capaz de conter 300 pastas suspensas de tamanho A4;
- 2 estantes altas;
- 3 telefones celulares locais;
- 3 aparelhos de telefone com linha local e internacional;
- 2 aparelhos de fax com linha local e internacional;
- Cadeiras adicionais para reuniões;
- Tomadas e extensões elétricas adicionais;
- Todo material de escritório padrão, incluindo bandejas, cestos de lixo, lápis, canetas, furador de 3 furos, encadernadores de 3 furos com capa dura (cinco de 2 polegadas e cinco de 3 polegadas), tesouras, grampeadores/grampos,

pastas de arquivo e pastas de arquivo suspenso, material para fax, luminárias de mesa, papel disponível para cópias;

- Duas escrivaninhas e cadeiras adicionais, fora do escritório separado, com 2 computadores pessoais (com acesso à internet) para 2 ou 3 funcionários locais e 5 cadeiras para delegados à espera.

ii) Escritório do Cerimonial (Lista de Delegações)

Este escritório deverá ser adjacente ao Escritório de Credenciamento e abrigará um funcionário do cerimonial e 7 datilógrafos responsáveis pela lista de delegações que participam da conferência. Deve ter 8 escrivaninhas, cada uma com um computador pessoal ligado à mesma rede, 3 impressoras de rede, 3 telefones com linha local, um telefone celular local e material de escritório padrão.

iii) Estação de Bebidas (para os funcionários)

Bebidas (chá/cafê, água e água quente) deverão estar permanentemente disponíveis, inclusive após as horas regulares de funcionamento, para uso do pessoal local e da ONU trabalhando no Centro de Credenciamento.

4. Registro de ONGs e outros Major Groups – localizado no “Parque dos Atletas”

- 3 grandes escrivaninhas para registro
- 6 computadores pessoais com impressoras
- 6 cadeiras
- 4 telefones
- 1 copiadora

UNIDADE de ONG (DESA)

- 2 escritórios e espaço para 1 secretária
- 2 telefones
- 1 telefone celular
- 1 PC com impressora
- 1 aparelho de fax com acesso internacional
- 1 armário com tranca
- Material de escritório padrão

5. Área de Registro/Credenciamento para a Mídia – Pavilhão 1

(área a ser localizada no escritório de passes e identificação definido pela segurança)
(Deverá estar pronta para funcionar 5 dias antes do inicio da conferência)

- 1 escrivaninha grande

- 6 cadeiras
- 2 mesas com 2 cadeiras (atrás das mesas de registro)
- 1 armário com tranca
- 3 computadores pessoais conectados à rede local
- 1 aparelho de fax com acesso internacional
- 2 telefones
- 1 copiadora

6. Escritório de Passe e Identificação

- 4 escrivaninhas com cadeiras
- 2 máquinas de escrever elétricas com auto-corretor e com teclado em inglês (com fitas adicionais)
- 1 copiadora com papel
- 1 aparelho de fax com acesso internacional
- 1 arquivo com tranca
- 14 mesas (36"x24") 29-30" de altura
- 2 computadores pessoais com impressora e acesso à internet
- 2 caixas de pastas marrom/papel pardo
- 1 apontador de lápis elétrico ou manual
- 50 cadeiras para pessoas que aguardam os passes
- Material de escritório padrão (fluido corretor, régua, grampeadores, grampos, furador de 2 furos, canetas, lápis, tesouras, clips, gomas elásticas etc)
- 40 postes cromados, com cordas (para delimitar espaços)

J. OUTROS REQUISITOS

1. Fotos em grupo

Plataformas elevadas para fotos em grupo, com 9 fileiras. Cada fileira deve acomodar 20 participantes.

Requisitos para fotos da ONU:

As necessidades de iluminação só serão definidas depois que o fotógrafo pesquisar o espaço e consultar o gerente das instalações do evento para definir o local. Serão necessários pelo menos 2 dias de preparação (isso facilitará a aquisição do sistema de iluminação e o posicionamento das lâmpadas). Na maior parte dos casos, dada a necessidade de profundidade de campo, o local/país anfitrião fornecerá e pagará

iluminação estroboscópica. As especificações técnicas serão fornecidas, com orientação do fotógrafo, após consultas com o coordenador de eventos especiais.

Os andaimes para os fotógrafos devem ter a metade da altura das plataformas (assim, se a plataforma tiver 6 metros, o andaime precisará ter 3 metros e capacidade de acomodar pelo menos 2 pessoas e câmeras com tripés; a plataforma deverá ter, no mínimo, 1,20m de profundidade e 2,40m de largura).

As plataformas devem ter 12 metros de largura, com um conjunto de 9 degraus em cada lado, sem incluir o piso. O pano de fundo deve ter 15 pés (4,5m) contados do topo do degrau mais alto.

2. Exibição de bandeiras

Exibição de bandeiras em espaço aberto. (Jogo de bandeiras, incluindo os 193 Estados-Membros, Ilhas Cook, Santa Sé e Niue). As bandeiras serão fornecidas pela ONU. Os mastros serão fornecidos pelo País Anfitrião.

3. Transporte

Deve ser fornecido transporte (circulares ou minivans) com horas adicionais de operação para até 100 funcionários da ONU que serão acomodados em hotéis nas proximidades.

4. Outros requisitos de transporte:

i) Escritório do Secretário-Geral

- 1 automóvel para o Secretário-Geral (blindado) e um sedã para a Sra. Ban.
- 4 sedãs com motorista para os funcionários acompanhantes
- 1 veículo grande com capacidade de transportar cerca de 50 peças de bagagem
- Minivan ou 2 sedãs com motorista

ii) Escritório do Presidente da Assembleia Geral

- 1 automóvel para o Presidente da Assembleia Geral e sua esposa
- 1 sedã para os 4 assessores acompanhantes

iii) Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais

- 3 sedãs e 1 micro-ônibus com motorista

iv) Departamento da Assembleia Geral e Gerência de Conferências

- 3 sedãs e 1 micro-ônibus com motorista

- 3 sedãs com motorista para o Chefe do Cerimonial e Assessores do Cerimonial. Um desses sedãs deve estar disponível para o turno da madrugada, se necessário

v) Departamento de Informação Pública

- 1 sedã e 1 micro-ônibus com motorista
- Devem ser tomadas providências na alfândega para que o pessoal do DPI, bem como jornalistas e outros membros da mídia que participam da Rio+20, entrem no país com seus equipamentos de áudio, vídeo e fotografia sem restrições e sem nenhum pagamento.

vi) Escritório de Serviços Centrais de Apoio

- 1 sedã com motorista (disponível na chegada)
- 1 micro-ônibus com motorista (disponível no dia seguinte)
- 1 utilitário (disponível quando necessário)
- Adesivos e passes de acesso para todos os veículos da ONU
- Área de Estacionamento destinada à ONU – o estacionamento do Centro de Conferência será utilizado para acomodar todos os carros alocados para a ONU, microônibus e caminhões durante a Conferência.

vii) Missões de Planejamento

- Transporte para o aeroporto (ida e volta) para todas as missões de planejamento, conforme necessário.

5. Requisitos de Aeroporto

- 3 passes de acesso a todas as áreas, um deles reservado para uso do Cerimonial da ONU (Alfândega e Imigração, Área de Bagagens, Salas VIP, Carga)
- Balcão de Recepção/Ligaçāo
- Balcão de Transporte
- Filas de visto especialmente designadas para o pessoal da ONU
- Autorização de Estacionamento

6. Instalações e equipamentos gerais que serão fornecidas no local da Conferência

- Cabo central e telefax, e máquina de fax (comercial)
- As áreas devem ter cabeamento para acesso à internet (Wi-Fi)
- Cabeamento para transmitir ao vivo as reuniões da Conferência para locais fora do Centro de Convenções (centros de *Major Group*)
- Sistema de telefonia internacional (com acesso internacional e local) em todos os escritórios e áreas de serviço, conforme especificado acima
- Telefones com linha direta para ligações internacionais
- Serviços de secretaria, faxes e fotocópias, por delegações

- Serviços de alimentação para uso das delegações e dos funcionários
- Banco
- Caixas eletrônicos
- Correios
- Balcões de informações e viagens
- Posto médico de primeiros socorros
- Pessoal de limpeza e de transportadoras

7. Dois sistemas móveis de PA para 200 pessoas cada.

8. Equipamentos para apoiar serviços de acessibilidade detalhados em seções anteriores.

K. OUTROS REQUISITOS DE ESPAÇO DE ESCRITÓRIO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO

Por razões práticas, seria muito conveniente que os escritórios estejam localizados o mais perto possível dos funcionários da ONU que darão atendimento à Conferência.

1. Escrítorio de Apoio de TI

- 1 escritório - com tranca
- 6 escrivaninhas
- 6 cadeiras para escrivaninha
- 6 cestos para papéis
- 6 cadeiras para visitantes
- 1 arquivo - com tranca
- 1 cabideiro
- 2 luminárias de mesa
- 1 monitor CCTV
- 6 computadores de mesa de alto desempenho
- 6 telefones celulares para chamadas internacionais

2. Atendimento a Usuários

- 1 escritório
- 14 escrivaninhas
- 14 cadeiras para escrivaninha
- 14 cestos para papéis
- 14 PCs
- 1 impressora de rede média
- 1 arquivo
- 1 cabideiro
- 14 luminárias de mesa

- 14 linhas de telefone local
- 14 telefones celulares para chamadas locais
- 20 laptops com imagem padrão da ONU

3. Especificações do *Hardware* dos Computadores de Mesa

Os computadores de mesa para uso genérico devem atender às seguintes especificações mínimas:

Processador:	3.0 GHz Intel Core Duo VPro
Memória	2 GB DDR3 RAM
Hard Disk	160 GB 7200 RPM
Teclado	Completo, com 104 teclas em inglês americano
Mouse	USB ótico
Network	100 MB Ethernet
USB	4 USB 2.0 ports
Drive Ótico	drive CD/DVD RW

Os computadores de mesa de alto desempenho devem atender às seguintes especificações mínimas:

Processador:	3.0 GHz Intel Core Duo VPro
Memória	4 GB RC3-8500 1066MHz DDR3 RAM
Hard Disk	250 GB 7200 RPM SATA
Vídeo	NVidia GeForce 9500 com 512MB DDR3 RAM
Teclado	Completo, com 104 teclas em inglês americano
Mouse	USB ótico
Network	100 MB Ethernet
USB	4 USB 2.0 ports
Drive Ótico	drive CD/DVD RW

Cada computador deve dispor de um monitor LCD de pelo menos 17 polegadas, *mouse pad*, auto-falantes (integrados ou externos).

4. Especificações do *Software* dos Computadores de Mesa

Os seguintes aplicativos devem estar pré-instalados em todos os computadores de mesa:

- Microsoft Windows XP com Service Pack 3
- Microsoft Office Professional 2003
- Symantec Endpoint Protection 10.0
- WinZip 9.x
- Microsoft Silverlight

- Adobe Acrobat Reader 9.x
- Adobe Acrobat Professional
- Adobe Flash 10.x
- Adobe Shockwave
- Realplayer 10.x

O fornecedor deve ter peças de reposição à mão e em número suficiente para, no prazo máximo de uma hora, resolver um problema detectado no hardware.

5. Requisitos do Servidor

A conferência necessitará de sete servidores. Eles fornecerão as seguintes funcionalidades:

- 1 servidor de infraestrutura que forneça autenticação, resolução de nomes, impressão compartilhada e localização de endereço.
- 2 servidores para armazenagem de arquivos.
- 1 servidor de base de dados para o portal web ISPS.
- 2 servidores web para o portal ISPS.
- 1 *bastion host* para manutenção remota pela Sede da ONU.
- 1 dispositivo de distribuição de carga (Netscaler 7000)

Cada servidor deve ter abastecimento duplo de energia e componentes de sistema redundantes. A Sede das Nações Unidas normalmente usa servidores HP Proliant DL 380 G7.

6. Especificações do Hardware dos Servidores

O servidor de infraestrutura deve atender às seguintes especificações mínimas:

Sistema Operacional Windows Server 2008
2 Processadores six core de 3.46 GHz
12 GB ECC RAM
Controlador RAID
2 System Hard Drive de 72 GB em uma configuração RAID 1 (espelhada)
2 adaptadores de rede de 1 GB
1 Drive USB DAT- DDS72 Tape Backup

Os 2 servidores de arquivo devem atender às seguintes especificações mínimas:

Sistema Operacional Windows Server 2008
2 processadores six core de 3.46 GHz
12 GB ECC RAM
Controlador RAID
2 System Hard Drive de 72 GB em uma configuração RAID 1 (espelhada)
4 Data Hard Drive de 146 GB em uma configuração RAID 5 (striped)
2 adaptadores de rede de 1 GB

O servidor *bastion host* deve atender às seguintes especificações mínimas:

- Sistema Operacional Windows Server 2008
- 2 processadores six core de 3.46 GHz
- 12 GB ECC RAM
- Controlador RAID
- 2 System Hard Drive de 72 GB em uma configuração RAID 1 (espelhada)
- 2 adaptadores de rede de 1 GB

O servidor de base de dados deve atender às seguintes especificações mínimas:

- Sistema Operacional Windows Server 2008
- 2 processadores six core de 3.46 GHz
- 24 GB ECC RAM
- Controlador RAID
- 2 System Hard Drive de 72 GB em uma configuração RAID 1 (espelhada)
- 4 Data Hard Drive de 146 GB em uma configuração RAID 5 (striped)
- 2 adaptadores de rede de 1 GB

Os 2 servidores web devem atender às seguintes especificações mínimas:

- Sistema Operacional Windows Server 2008
- 2 processadores six core de 3.46 GHz
- 24 GB ECC RAM
- Controlador RAID
- 2 System Hard Drive de 72 GB em uma configuração RAID 1 (espelhada)
- 4 Data Hard Drive de 146 GB em uma configuração RAID 5 (striped)
- 2 adaptadores de rede de 1 GB

O fornecedor dos servidores deve ter os seguintes equipamentos essenciais de reposição disponíveis para reparos imediatos:

- 1 Hard Drive de 32 GB
- 1 Hard Drive de 146 GB
- 1 adaptador de rede de 1 GB
- 1 Drive LTO3 para Backup de Fita

7. Requisitos de software do servidor

A infraestrutura, os servidores de arquivos e o *bastion host* devem ser instalados com uma instalação *default* do sistema operacional do Windows Server2008. Além do sistema

operacional de base, os seguintes aplicativos de outro fornecedor devem ser adquiridos e instalados:

Symantec Endpoint Protection 11.x, somente componente antivírus

Os servidores devem ser apoiados por uma UPS de 3 kVA para fornecer energia condicionada aos servidores e permitir que se encerrem de forma ordenada caso haja interrupção de energia.

8. Especificações do hardware de backup

O *drive* para *backup* de fitas deve ser um *drive* DAT-DDS72 (HP Part DW027A ou compatível). O fornecedor do *drive* deve prover 15 fitas de *backup* DAT-DDS72 para permitir *backups* diários. Após a conclusão da Conferência, será feito um *backup* final do arquivo nos dois servidores. Todas as fitas de *backup* retornarão à Sede das Nações Unidas para arquivamento.

9. Especificações de software

A Sede das Nações Unidas usa o EMC Networker como pacote padrão de *software* de *backup*. As Nações Unidas fornecerão e instalarão a versão disponível mais recente do *software*.

10. Especificações Mínimas da Impressora dos Computadores de Mesa

Até 35 páginas por minuto
Bandeja de entrada de papel com capacidade para 300 folhas
Resolução de 1200x1200 dpi
RAM de 12MB
HP LaserJet P2055DN ou equivalente

11. Especificações Mínimas de Impressora de Rede em Preto e Branco

Até 50 páginas por minuto
Bandeja de entrada de papel com capacidade para 500 folhas
Resolução de 600x600 dpi
RAM de 128 MB
Servidor de impressão integrado à Ethernet
HP LaserJet 9050dn ou equivalente

12. Especificações Mínimas de Impressora de Rede a Cores

Até 28 páginas por minuto
Bandeja de entrada de papel com capacidade para 500 folhas
Resolução de 600x600 dpi

RAM de 160 MB
Servidor de impressão integrado à Ethernet
HP Color LaserJet 5550dn ou equivalente

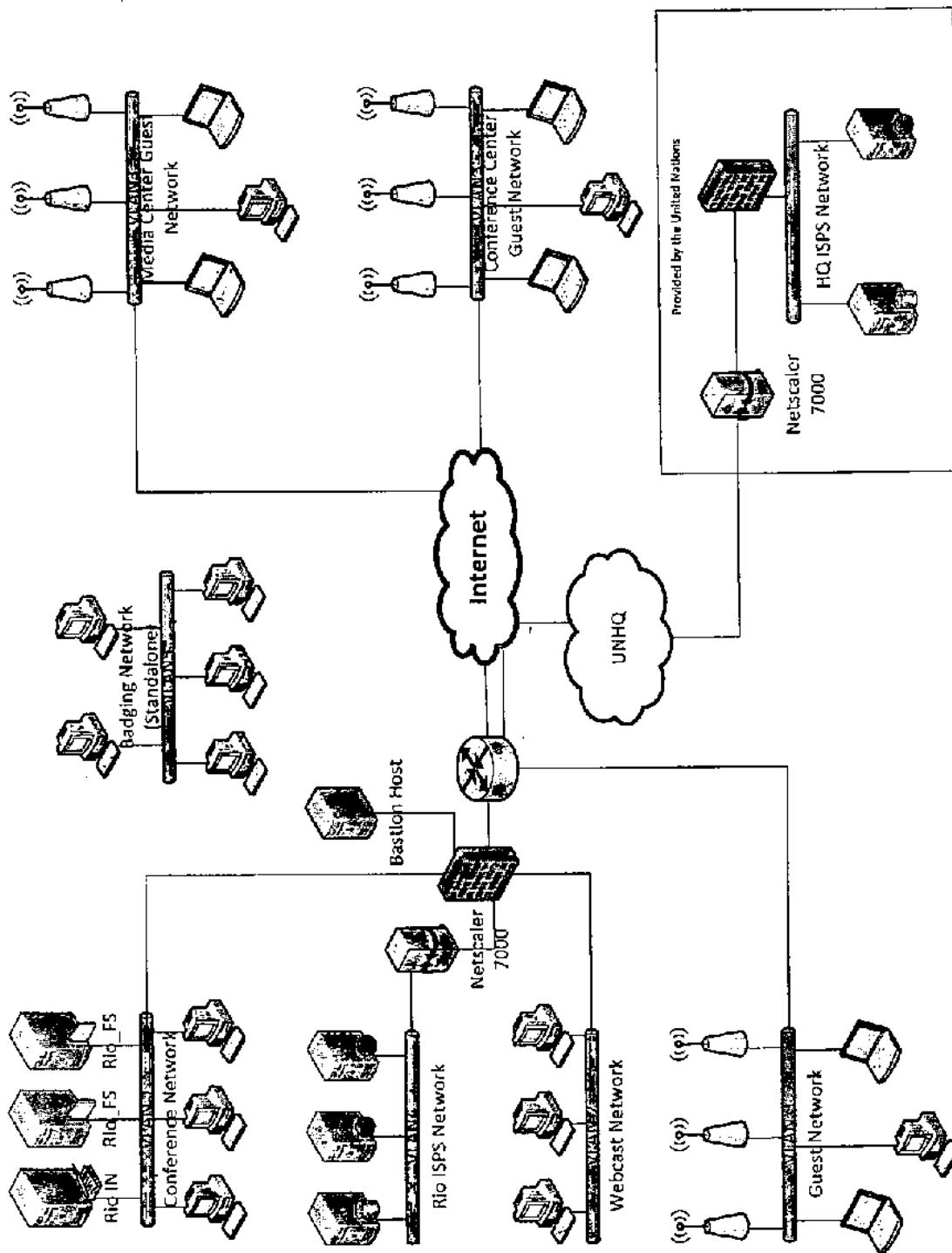
13. Especificações mínimas de aparelho Multifuncional: Impressora, Scanner, Copiadora, Fax

Até 30 cópias/impressões por minuto
Fax (chamadas locais e de longa distância)
De scan para email (necessário um servidor SMTP)
Bandeja de entrada de papel com capacidade mínima de 3.000 folhas
Resolução de 1.200x1.200 dpi
RAM de 512 MB
Servidor de impressão integrado à Ethernet
Copiadora digital Lanier LD360 ou equivalente

14. Especificações da impressora de identificações

- Sistema de impressão - 300dpi, 24-bit impressão em tons contínuos, 16,7 milhões de cores
- Método de impressão – Transferência térmica (dye-sublimation)
- Imprimir cartões para a mídia de PVC ou poliéster com acabamento polido de PVC
- Imprimir 140 crachás por hora
- USB 2.0 compatível
- Área de impressão - Borda a borda
- Capacidade de *input* - 100 cartões
- Capacidade de *output* - 100 cartões
- *Kits de limpeza*

Anexo II: Acordo de Sede com o Brasil - Ativo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, 2012, Rio de Janeiro, Brasil: 20-22 de junho de 2012 e ao Comitê Preparatório, Rio de Janeiro, Brasil: 13-15 de junho de 2012



15. Conectividade com a Internet

A rede local das instalações do Riocentro deve estar conectada à internet por meio de pelo menos duas conexões de fibra (com rotas diferentes) de 4 Gbps cada.

Dada a crescente dependência do uso da internet para esta Conferência, e a fim de garantir que os participantes possam acessar seus sistemas originais de e-mail, novos sites etc., a ONU requer que exista uma capacidade reservada de conexão internacional equivalente a um OC3 (155 Mbps) disponível no Riocentro durante os trabalhos do Comitê Preparatório (Prepcom) e da Conferência.

16. Infraestrutura de rede

As Nações Unidas requerem múltiplas infraestruturas de rede virtual. Cada uma dessas redes fornece um único serviço aos que trabalham na Conferência, e cada uma terá diferentes exigências de segurança e largura de banda.

17. Rede Local Virtual da Conferência (VLAN)

A VLAN da conferência é para uso exclusivo do pessoal da ONU que trabalha na Conferência. Os dispositivos desta rede devem ser capazes de se comunicar com a internet e devem ter uma qualidade de serviço adequada para fornecer 250 Mbps para a internet. Esta rede contém dois servidores de arquivo e um servidor de infraestrutura que atende às necessidades de autenticação de Active Directory, autenticação LDAP, serviços de nomenclatura e gerenciamento de IP.

18. Rede de Webcast

A rede de *webcast* fornece sinal (feed) de vídeo para servidores repetidores baseados na internet, acessados pelo público mundial. São usados múltiplos PCs na VLAN de *webcast* para codificar o vídeo feito nas salas de conferência em diferentes formas e resoluções da web. Esta rede requer conectividade redundante com a internet e deve ter uma reserva internacional de banda de pelo menos 20Mbps para garantir um sinal de vídeo ininterrupto.

19. Rede de Segurança

A rede de segurança é uma rede virtual independente sem nenhum acesso a nenhuma outra rede em nenhum local da conferência. As estações conectadas a essa rede devem ser interligadas e consistirão apenas em emissão de crachás, controle de acesso e estações de trabalho de segurança. A rede de segurança terá pelo menos um servidor que atua como um servidor da base de dados para os sistemas de emissão de crachás conectados a ele.

20. Rede do Portal da Conferência

A Rede do Portal da Conferência fornecerá um ponto único para os delegados localizarem documentos na rede de convidados do Rio Centro. Essa rede deve ser uma DMZ que permita acesso controlado aos recursos que contém. O portal consiste em dois servidores web e um servidor de base de dados. Os servidores web requerem distribuição de carga por meio de um Citrix Netscaler 7000.

21. Rede de Convidados

A rede de convidados é para uso irrestrito dos participantes da Conferência que desejem incluir delegados, OIGs, ONGs e Mídia. Dispositivos conectados a esta rede devem ter permissão de se conectar sem senha ou autenticação somente dentro da área do Riocentro. Esta rede é a única rede habilitada da ONU com permissão para ter dispositivos sem fio conectados a ela. Estações de trabalho, PDAs, tablets e smartphones conectados a esta rede serão fornecidos com acesso à internet. A ONU espera que o acesso sem fio à rede de convidados tenha intensa utilização.

Esta rede deve ser uma rede WiFi de alta densidade, com alto throughput, disponível em todos os prédios da conferência no Riocentro, nas áreas comuns e nos espaços públicos. A ONU espera uma média de dois dispositivos WiFi por participante.

LIGA ISPS - ESPECIFICAÇÕES DE IMPRESSORA, SCANNER e SOFTWARE

1. Especificações para Impressoras: Como as impressoras serão utilizadas para impressão sob demanda, deve ser fornecido um software adequado para impressão sob demanda.

i) Impressora de alta capacidade

- Todas as instruções e etiquetas serão fornecidas em inglês
- Todos os membros da Liga ISPS deverão receber treinamento para operação de impressoras e reparo de defeitos
- É necessário haver acesso imediato a um ponto focal adequadamente treinado e que forneça pronto atendimento

Tipo de impressora	Monochrome (preto) digital
Sistema de impressão	Transferência eletrostática a Laser

Número de impressões por mês	300.000 páginas
Funções	Impressão duplex, cópia, diferentes posições para costura, impressão a partir de memória USB (opcional);
Linguagens de impressão	Postscript nível 3 e PCL
Sistemas operacionais compatíveis	Últimas versões Mac OS X, Microsoft Windows 2000/XP, Microsoft Vista, Microsoft Windows 7
Memória padrão	1 Gb
Sistema do hard disk	80 Gb
Resolução de impressão	Mínimo de 600 dpi x 600 dpi
Velocidade de impressão	75 ppm
Padrão de interfaces	10Base-T/100Base-T/1000Base-T Ethernet, USB 2.0
Protocolos de rede	TCP/IP (IPv4 / IPv6), IPX/SPX, NetBEUI, AppleTalk (EtherTalk), SMB, LPD, IPP, SNMP, HTTP, software de base SQL.
Alimentador automático de	Até 100 originais A6-A3; 60-200 gr/m ² simplex e duplex

documentos	
Tamanho do papel	A4- 8 ½ x 11 in, 12 x 18 in
Gramatura do papel para impressão	60-200 gr/m ²
Capacidade de papel	2.000 folhas, A4 – 8 ½ x11 in, 11 x 17 in Alimentador manual: até 12 x 18 in - 200 gr/m ²
Acabamento	Agrupa, Classifica, Grampeia, Fura, Dobra ao meio, Brochura
Grampeamento	Grampeamento em múltiplas posições: em cima, em baixo, ambas
Fluxo de trabalho	A impressora deve ser compatível com JDF e associada a uma solução simplificada de software que controle o fluxo de trabalho dos documentos e suporte um ambiente de escritório em rede.

Equipamento de referência: Minolta Bizhub 751 ou equivalente.

ii) Impressora Grande a Jato de Tinta

- Todas as instruções e etiquetas serão fornecidas em inglês
- Todos os membros da Liga ISPS deverão receber treinamento para operação de impressoras e reparo de defeitos
- É necessário haver acesso imediato a um ponto focal adequadamente treinado e que forneça pronto atendimento

Especificações

Área da impress./hr, largura máx: Modo rascunho, opaco	103m ² /hr
Tempo de impressão mecânica, US D Imagem colorida, Melhor modo, brilhante	4,9 min/pág.
Tempo de impressão mecânica, US D imagem colorida, Modo normal, brilhante	3,9 min/pág.
Tempo de impressão mecânica, US D Imagem colorida, Modo normal, opaco	3,3 min/pág.
Tempo de impressão mecânica, US D Imagem colorida, Modo rascunho, opaco	1,2 min/pág.
Tempo de impressão mecânica, US D desenho linha colorida, Modo rascunho, opaco simples	25 sec/pág.
Precisão da linha	+/- 0,1%

Largura mínima da linha: 0,003 in

Qualidade/tecnologia da impressão

Tecnologia de impressão	HP Thermal Inkjet
Resolução	Até 2400 x 1200 dpi otimizado de 1200 x 1200 dpi input sobre meio brilhante
Cabeçotes de impressora	524 por printhead, 1048 por cor em configuração Double Swath
Cartuchos de tinta	4 (1 cada: preto, ciano, magenta, amarelo)
Tipos de tinta	Dye-based (cor), base pigmento (preto)
Tamanho da gota de tinta	15 pi/preta, 5 pi/cor

Manuseio do papel

Comprimento máximo do rolo	Até 30 m
Acabamento do documento	Alimentação manual de páginas, alimentação manual do rolo, cortador: automático
Tamanhos do meio, padrão	A, B, C, D, E (folhas e rolos até 1 m de largura)
Tipos de meio	Papel (opaco, brilhante, opaco pesado, jato de tinta, tracing natural, foto, simples, semi-brilho, super pesado opaco, Bond transparente, vellum), filme, tela

Peso médio recomendado: 75-242 g/m²

Memória/línguas de impressão/caracteres

Memória, padrão	256 MB
Línguas de impressão, padrão	Adobe PostScript Level 3, Adobe PDF 1.5, HP-GL/2, HP-RTL,TIF, JPEG, CALS-G4

Conectividade

Conectividade: Hi-Speed USB 2.0, Fast Ethernet (10/100 Mbps)

Sistemas Operacionais compatíveis

Sistemas Operacionais	Windows XP, Windows Vista, Windows 7
Compatíveis	

Equipamento de referência: Impressora HP Designjet 4000ps (Q1274A) ou equivalente.

2. Material para impressora/impressão requerido para cada impressora

Requer-se o seguinte material para cada impressora de alta capacidade. Para ser aceito, o papel fornecido deve conter pelo menos 30% de fibra recuperada reciclada pós-consumo, não conter ácido (para propósito de arquivamento) e não conter cloro.

- Toner preto: 1 extra para cada impressora (caixa de 6)
- 30 pacotes de papel branco A4 75 gr./m²
- 30 pacotes de papel branco de 8 ½ x 11 in 75 gr./m²
- 1 pacote de papel branco de 11 x 17 in 75 gr./m²

- 1 pacote de papel branco de 12 x 18 in 75 gr./m²
- 2 grampeadores adicionais

Requer-se o seguinte suprimento de papel para a impressora grande a jato de tinta:

- 1.200 metros de papel brilhante pesado com 91cm (36 polegadas) de largura

3. Especificações Sugeridas para a Impressora em Braille

- Todas as instruções e etiquetas serão fornecidas em inglês
- Todos os membros da Liga ISPS deverão receber treinamento para operação de impressoras e reparo de defeitos
- É necessário haver acesso imediato a um ponto focal adequadamente treinado e que forneça pronto atendimento

Velocidade de impressão	15 caracteres por segundo. Pode produzir 6 ou 8 dot Braille, regular (12,5 dpi) e alta resolução (17 dpi) gráficos e Dynamic Braille Scaling para diferentes tamanhos de Braille.
Largura da linha	44 caracteres.
Papel	formulário continuo Braille de um só lado, trator de alimentação de papel Braille até 8,5 polegadas de largura.
Gramatura do papel	Variável.
	Ajuste de impacto para papel mais pesado ou mais leve
Protocolo de rede	USB
Software	Duxbury Braille Translator (DBT) requerido.

4. Material para impressora/impressão em Braille

5 caixas (5.000 folhas) de papel Braille.

Equipamentos de referência: Enabling Technologies Romeo Attaché (portátil) ou equivalente

5. Especificações do Scanner

- Todas as instruções e etiquetas serão fornecidas em inglês
- Todos os membros da Liga ISPS deverão receber treinamento para operação de impressoras e reparo de defeitos
- É necessário haver acesso imediato a um ponto focal adequadamente treinado e que forneça pronto atendimento

Modo de Alimentação de Documentos	Alimentador automático de documentos (ADF) & Flatbed		
Tecnologia	Dispositivo CCD, sensor de imagem		
Resolução do Output (dpi)	Monochrome, Grayscale e Color, 50 – 600 dpi		
Resolução Ótima	600 dpi		
Formato e Cor do Output	24 bit, 8 bit/4 bit; Grayscale: 8 bit, 4 bit; Monochrome: 1 bit		
Conversor AD	1024 níveis (10 bit)		
Capacidade do alimentador automático	200 folhas (carta/A4, 20 lb.)		
Tamanho do Documento	Mínimo: 2 in. x 3 in; Máximo: 11.7 in. x 17 in.		
Interface	Ultra SCSI (50m) / Hi Speed USB 2.0 / Third Party Slot & Ultra SCSI (50m) / Hi Speed USB 2.0 / Ultra Wide SCSI (68m) VRS / Hi Speed USB 2.0 VRS (CGA)(1)		
Sistemas operacionais aceitos	Mac OS X Microsoft® Windows 2000/XP, Microsoft® Vista, Microsoft® Windows 7, Microsoft® Windows Server 2003/2003 R2, Microsoft® Server 2		
Inbox Software / Drivers	TWAIN, ISIS™, Adobe® Acrobat® Standard, VRS Professional with Bar Code, ScandAll PRO, QuickScan™ Pro (Trial), Image Processing Option		
Software Drivers Support	ISIS e TWAIN drivers incluídos (Win 98 SE/2000/NT/XP/Vista e Windows 7)		
Temperatura ambiente e umidade	De acordo com o local.		
Características	Duplex scan Detecção automática de cor, rotação baseada em conteúdo, supressão inteligente de páginas em branco, saturação do fundo, claridade avançada, fundo selecionável, compressão onboard JPEG, pivô ADF Outras: detecção de multi-feed Escaneamento de papel longo		
Velocidades de Escaneamento (mínimo)	Modo Carta/Retrato	Simplex	Duplex
	Monochrome, Grayscale & Color @ 200 dpi	70 ppm	140 ipm
	Monochrome, Grayscale & Color @ 300 dpi	60 ppm	120 ipm

Equipamento de referência: Fujitsu 6770 ou equivalente.

6. Especificações para Software e Fontes

i) SOFTWARE

Como as impressoras serão utilizadas para impressão sob demanda, deve ser fornecido um *software* adequado para impressão sob demanda.

Software	Versão
Windows	XP Professional, v. 2002, Service Pack 3
Microsoft Office	2003
Adobe InDesign	5.5
Adobe InCopy	5.5
Adobe Acrobat	9
Adobe DreamWeaver	5.5
Adobe Photoshop	5.5
Microsoft Internet Explorer	7
Woodwing Enterprise*	7.4
Drupal plugin*	
Duxbury Braille Translator ou equivalente	

* Nota: Woodwing Enterprise e Drupal Plugin exigirão mudanças especiais no firewall da rede para permitir a conexão com servidores em Nova York.

ii) FONTES

- Todas as fontes nativas TrueType e OpenType do Windows, Microsoft Office 2003 e Microsoft Office 2007 e 2010;
- Todas as fontes nativas Opentype do Adobe Creative Suite.

7. Fluxo de trabalho

As impressoras e os *scanners* devem aceitar aplicativos nativos e fluxo de trabalho em PDF. A solução de *software* deve aceitar documentos submetidos de dentro e de fora das áreas da Conferência. O sistema deve prover *drivers* da *web* e capacidade de submissão à *web* e ferramentas para submeter documentos eletronicamente à área de impressão sob demanda. Se o sistema fornecer uma base de dados SQL para manter e capturar informações de produção (isso permitirá o fornecimento de estatísticas de uso e outras informações úteis), ele fornecerá uma solução de documento abrangente que otimiza a infraestrutura de documentos da Conferência. Deve ser conseguido algo semelhante no tocante ao OCE Prisma. OCE Prisma também pode interagir com outros dispositivos.

Anexo III: Necessidades de Pessoal Local para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20

1.	Escrítorio do Secretário-Geral.....	1
2.	Escrítorio de Assuntos Jurídicos	3
3.	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.....	3
4.	Departamento da Assembleia Geral e Administração de Conferências.....	6
5.	Departamento de Segurança e Proteção.....	11
6.	Escrítorio de Serviços Centrais de Apoio	11
7.	Departamento de Informação Pública.....	14
8.	OICT.....	21

1. Escrítorio do Secretário-Geral

Uma (1) Secretária e um (1) Assistente Técnico (Data do início: 18 de junho de 2012)

- Para o Secretário-Geral e sua delegação;

As responsabilidades incluirão:

- Atuar como assistentes da delegação do Secretário-Geral;
- Prestar todos os serviços de secretaria e apoio técnico ao secretário designado e aos assessores seniores do Secretário-Geral e sua delegação.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Conhecimento de francês ou espanhol desejável. Competência em computadores e digitação acurada, com pelo menos 50 ppm. Capacidade de trabalhar sob pressão.

Dez (10) Assistentes de Cerimonial (Data do início: 5 assistentes em 4 de junho de 2012 e 5 assistentes em 11 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Prestar serviços ao Escritório de Cerimonial em questões relativas ao cerimonial em geral, sob a orientação do Chefe do Cerimonial;
- Auxiliar o Chefe do Cerimonial da ONU a receber, saudar e acompanhar dignitários; realizar outras tarefas e atribuições, conforme necessário.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Conhecimento de francês ou espanhol ou árabe desejável. Treinamento em cerimonial pelo Ministério das Relações Exteriores desejável.

Onze (11) Assistentes de Credenciamento (Data do início: 4 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Ajudar a equipe de Credenciamento da ONU a manter o funcionamento normal da tenda de credenciamento;
- Receber, registrar e distribuir pedidos de credenciamento ao funcionário chefe do Credenciamento para revisão e aprovação;
- Fazer cópias de todos os pedidos de credenciamento e distribuir aos funcionários do Cerimonial para inclusão nas listas de delegações;
- Arquivar todos os pedidos e manter os arquivos organizados;
- Receber representantes de Estados-Membros, Organizações Intergovernamentais, Agências Especializadas e escritórios da ONU no Balcão de Recepção e responder a indagações em geral;
- Distribuir tíquetes de autorização e passes VIP;
- Ajudar em todo o processo de credenciamento, conforme necessário.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Conhecimento de francês ou espanhol ou árabe desejável. Competência em computadores e digitação fiel, com pelo menos 50 ppm. Capacidade de trabalhar sob pressão.

Sete (7) Assistentes/Digitadores (Data do inicio: 7 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Ajudar os funcionários do Cerimonial a compilar e digitar listas de delegações;
- Arquivar e manter as listas de modo organizado;
- Atender a chamadas telefônicas e ajudar em todas as rotinas gerais, conforme necessário;
- Prover serviços de ligação entre as delegações e os funcionários do Cerimonial.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Conhecimento de francês ou espanhol ou árabe desejável. Competência em computadores e digitação fiel, com pelo menos 50 ppm. Capacidade de trabalhar sob pressão.

Seis (6) Assistentes de Informação (Data do início: 6 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Trabalhar em turnos nos Balcões de Informações.
- Receber representantes de Estados-Membros e Organizações Intergovernamentais.
- Ajudar em todo o processo de credenciamento, conforme necessário.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Conhecimento de francês ou espanhol ou árabe desejável. Competência em computadores e digitação fiel com pelo menos 50 ppm. Capacidade de trabalhar sob pressão.

Dois (2) Assistentes de Comunicação (Data do início: 6 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Trabalhar em turnos no Centro de Comunicações;
- Receber representantes de Estados-Membros e Organizações Intergovernamentais no Centro de Comunicações;
- Fornecer assistência técnica.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Conhecimento de francês ou espanhol ou árabe desejável. Competência em computadores e digitação fiel com pelo menos 50 ppm. Capacidade de trabalhar sob pressão.

2. Escritório de Assuntos Jurídicos

Dois (2) Assistentes Jurídicos (Datas do serviço: 12-23 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Ajudar na revisão técnica de credenciais a fim de determinar se as comunicações submetidas pelos Estados-Membros são originais ou cópias de originais;
- Fazer a ligação com o Escritório de Cerimonial com vista a obter credenciais, e fazer cópias de cartas, notas verbais, aide memoires e outras formas de comunicação oficial recebidas dos Estados-Membros relativas à participação na Conferência;
- Ajudar na preparação do memorando do Secretariado sobre credenciais, do relatório do Comitê de Credenciais e de outros documentos para o encontro do Comitê de Credenciais, inclusive a formatação desses documentos;
- Ajudar a preparar a sala para o encontro do Comitê, inclusive pondo as placas de identificação (prismas) nos lugares e certificando-se de que cada Membro do Comitê tenha os documentos necessários;
- Ajudar o Encarregado do Escritório de Assuntos Jurídicos /Chefe do Escritório de Assuntos Jurídicos em outras funções administrativas, conforme solicitado.

Requisitos: Excelente domínio do inglês, tanto falado quanto escrito. Competências secretariais usuais, inclusive para usar computadores e digitar e formatar documentos.

3. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais

Dez (10) Assistentes de Eventos Paralelos (Datas do serviço: 12-23 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Auxiliar a equipe de eventos paralelos na coordenação e administração de eventos paralelos;
- Fazer a ligação entre a equipe e os patrocinadores dos eventos paralelos e os técnicos que operam os equipamentos;
- Estar presente nas respectivas salas de reuniões durante todos os eventos paralelos;

- Tomar notas e destacar pontos relevantes após a conclusão do evento paralelo.

Requisitos: Educação superior em relações internacionais/desenvolvimento sustentável ou áreas afins desejável. Mínimo de um ano de experiência de trabalho na área de desenvolvimento sustentável /relações internacionais desejável. Disposição para trabalhar intensamente durante muitas horas. Capacidade de trabalhar sob pressão. Fluência em inglês. Fluência em outras línguas da ONU será vantajoso.

Dois (2) Assistentes Administrativos (Datas do serviço: 12-23 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Fornecer apoio local aos participantes em relação a viagens e outras questões de logística e ajudar a atender as reuniões intergovernamentais durante a Terceira Reunião do Comitê Preparatório e a Conferência.

Requisitos: Excelente domínio do inglês, tanto falado quanto escrito. O conhecimento de outras línguas da ONU é desejável. Experiência em assuntos administrativos e orçamentários é desejável. Excelente domínio da computação.

Três (3) Secretários/Assistentes (Datas do serviço: 12-23 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Atuar como assistentes da administração sênior, inclusive do Diretor da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e da delegação;
- Prover serviços secretariais completos e apoio técnico ao secretário designado e aos assessores seniores do Secretário-Geral e sua delegação.

Requisitos: Excelente domínio do inglês, tanto falado quanto escrito. O conhecimento de outras línguas da ONU é desejável. Experiência de secretaria. Excelente domínio da computação, com competência para digitar e formatar documentos.

Oito (8) Assistentes Administrativos (Datas do serviço: 12-23 de junho de 2012)

Os encarregados ajudarão o Escritório Executivo e o Escritório de Programação de Orçamento e Contas nas seguintes tarefas:

- Recolher documentos de viagem dos participantes da reunião para efeito de pagamento de diárias;
- Fotocopiar os documentos de viagem exigidos para o pagamento de diárias;
- Garantir o manuseio e a devolução segura desses documentos;
- Conforme a necessidade, e quando solicitado, ajudar a atualizar as planilhas de Excel e/ou documentos em Word necessários para o registro acurado dos pagamentos;
- Transportar documentos entre os dois Escritórios;
- Facilitar a comunicação com funcionários locais, conforme requerido.

Requisitos: Fluência em inglês. O conhecimento de português e de mais uma língua oficial da ONU é desejável. Competência para realizar uma ampla gama de tarefas administrativas, secretariais e de escritório em geral. Competência com computadores: competência para usar Microsoft Office (especialmente MsWord e MsExcel), conhecimento de e-mail e Internet. Competência para atender a chamadas telefônicas e anotar recados. Familiaridade com equipamentos de escritório, inclusive computadores, copiadoras, aparelhos de fax, scanners etc. Competência para se ajustar ao horário de trabalho e cumprir atribuições ocasionais, conforme necessário.

Vinte (20) Assistentes de Major Groups (Datas do serviço: 8-23 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Ajudar a equipe de *Major Groups* a registrar e orientar os representantes de *major groups*;
- Fazer a ligação entre a equipe, os parceiros organizadores e as organizações nacionais de contrapartida;
- Ajudar na organização e no apoio de reuniões e eventos dos parceiros organizadores de *Major Groups*.

Requisitos: Educação secundária. Boas habilidades de contato interpessoal e de comunicação. Domínio da informática. Disposição de trabalhar intensamente durante muitas horas. Capacidade de trabalhar sob pressão. Fluência em inglês e português.

Cinco (5) pessoas contratadas localmente para promover e facilitar discussões on-line (Datas do serviço: 12-23 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Facilitar discussões on-line nas plataformas pré-existentes e em outras (Twitter, Facebook, TEDxChange) para incrementar a participação e conectar, de forma significativa, todas as pessoas que não puderam estar presentes no Rio.

Requisitos: Fluência em português e inglês. Saber francês e/ou espanhol será muito vantajoso. Estar cursando pós-graduação em áreas ligadas ao desenvolvimento ou ao meio ambiente é desejável. Compreensão das questões substantivas. Competência para se familiarizar com a estrutura e o conteúdo do documento final e com as principais recomendações de políticas de cada *major group*. Conhecimento das várias atividades, consultas e eventos paralelos de cada *major group* na Rio+20. Familiaridade com mídia social, conversas on-line e networking (embora não seja necessário ser um profissional da área).

Dois (2) Mensageiros (Datas do serviço: 12-23 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Transportar documentos e mensagens;

- Fazer trabalhos avulsos, conforme solicitado.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Familiaridade com o centro de conferências, a localização de salas e serviços. Competência para ler e entregar documentos aos escritórios adequados. Competência para transmitir mensagens. Competência para prestar ajudas necessárias.

4. Departamento da Assembleia Geral e Administração de Conferências (DGACM)

Todo o pessoal local do DGACM deve ter habilidades linguísticas em inglês e português e ter capacidade de trabalhar em dois ou três turnos, atendendo as reuniões e processando documentos.

(a) Escritório do Secretário da Conferência

Quatro (4) Secretários(as); (Data do início: 9 de junho de 2012)

- Sub-Secretário, Lista de Palestrantes, Comitê de Secretários

Requisitos: Fluência em inglês e português. Habilidade de realizar tarefas administrativas, de secretariado e de escritório em geral. Competência com computadores e uso de MS Word. Competência para atender a chamadas telefônicas e anotar recados. Familiaridade com copiadoras. Habilidade de trabalhar com horário flexível e desempenhar atribuições ocasionais, conforme necessário.

Dois (2) Mensageiros (Data do início: 9 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Servir água e fornecer blocos de anotações e lápis ao pódio de cada sala de reunião e a cada cabine de interpretação;
- Transportar documentos e placas de identificação para as salas de reuniões, caso solicitado.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Familiaridade com o centro de conferências, a localização de salas e serviços. Competência para ler e entregar documentos aos escritórios adequados. Competência para transmitir mensagens. Competência para prestar ajudas necessárias.

Quatro (4) Assistentes de Assistentes de Serviços de Reuniões (Data do início: 9 junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Prover assistência e apoio técnico às Secretarias do Comitê na coordenação geral e no planejamento das reuniões da Conferência;
- Receber instruções dos Assistentes Seniores de Serviços de Reuniões relativas à arrumação prévia de cada sala de reunião;
- Organizar as placas de identificação e a disposição nas salas de reuniões de acordo com os mapas de cada sala;
- Ao arrumar as placas de identificação nas salas de reuniões, observar a disposição protocolar aprovada dos assentos para o pódio e para delegações oficiais, observadores e outras entidades participantes;
- Distribuir textos de pronunciamentos e documentos da sala de conferência para os intérpretes e outros funcionários responsáveis pelas línguas (e, se solicitado, para as delegações) durante reuniões;
- Atualizar placas nas portas e quadros de avisos com base nos programas diários de reuniões;
- Preparar e guardar urnas e outros itens usados nas votações durante reuniões.

Requisitos: Fluência em inglês e português. O conhecimento de mais uma língua oficial da ONU é desejável (árabe, chinês, francês, russo, espanhol). Falar e escrever de maneira clara e eficaz. Saber ouvir outras pessoas, interpretar corretamente mensagens de outros e responder de forma adequada. Fazer perguntas para esclarecer, e mostrar interesse em ter uma comunicação bilateral. Ajustar linguagem, tom, estilo e formato para se adaptar à audiência. Demonstrar abertura para partilhar informações e manter informadas as pessoas. Demonstrar espírito de equipe, trabalhando em colaboração com colegas para o bom atendimento das reuniões. Disposição para aprender com outros.

(b) Serviços da Conferência

Quatro (4) Secretários(as): (Data do inicio: uma em 11 de junho de 2012, duas em 9 de junho e uma em 4 de junho)

- Um (1) para cada: Escritório do Coordenador/Sub dos Serviços da Conferência; Assistente de Programa/Periódicos; Intérprete Principal; Controle de Documentos

As responsabilidades do(a) Secretário(a) da Unidade de Controle de Documentos incluirão:

- Atender a chamadas telefônicas e anotar recados quando o pessoal do escritório não estiver presente;
- Ajudar no arquivamento;
- Transportar documentos para impressão entre o Controle de Documentos e a área de reprodução;
- Assegurar-se de que todos os balcões de documentos da sala de conferência estejam devidamente providos de documentos e periódicos;
- Ajudar na resolução de qualquer problema que possa surgir.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Competência para desempenhar tarefas administrativas, secretariais e de escritório em geral. Competência com computadores e com o

MS Word. Competência para atender a chamadas telefônicas e anotar recados. Familiaridade com copiadoras. Habilidade para trabalhar com horário flexível e desempenhar atribuições ocasionais, conforme necessário.

Quatro (4) Mensageiros (Data do início: 11 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Servir água e fornecer blocos de anotações e lápis ao pódio de cada sala de reunião e a cada cabine de interpretação;
- Transportar documentos e placas de identificação para as salas de reuniões, caso solicitado.

Requisitos: Fluência em inglês e português. Familiaridade com o centro de conferências, a localização de salas e serviços. Competência para ler e entregar documentos aos escritórios adequados. Competência para transmitir mensagens. Competência para prestar ajuda, conforme necessário.

Vinte (20) Assistentes de Assistentes de Serviços de Reuniões (Data do inicio: 10 em 9 de junho de 2012, 10 em 16 de junho)

As responsabilidades incluirão:

- Prover assistência e apoio técnico às Secretarias do Comitê na coordenação geral e no planejamento das reuniões da Conferência;
- Receber instruções dos Assistentes Seniores de Serviços de Reuniões relativas à arrumação prévia de cada sala de reunião;
- Organizar placas de identificação e a disposição nas salas de reuniões de acordo com os mapas de cada sala;
- Ao artumar as placas de identificação nas salas de reuniões, observar a disposição protocolar aprovada dos assentos para o pódio e para delegações oficiais, observadores e outras entidades participantes;
- Distribuir textos de pronunciamentos e documentos da sala de conferência para os intérpretes e outros funcionários responsáveis pelas línguas (e, se solicitado, para as delegações) durante reuniões;
- Atualizar placas nas portas e quadros de avisos com base nos programas diários de reuniões;
- Preparar e guardar urnas e outros itens usados nas votações durante reuniões.

Requisitos: Fluência em inglês e português. O conhecimento de mais uma língua oficial da ONU é desejável (árabe, chinês, francês, russo, espanhol). Falar e escrever de maneira clara e eficaz. Saber ouvir outras pessoas, interpretar corretamente mensagens de outros e responder de forma adequada. Fazer perguntas para esclarecer, e mostrar interesse em ter uma comunicação bilateral. Ajustar linguagem, tom, estilo e formato para se adaptar à audiência. Demonstrar abertura para partilhar informações e manter informadas as pessoas. Demonstrar espírito de equipe, trabalhando em colaboração com colegas para o bom atendimento das reuniões. Disposição para aprender com outros.

(c) Divisão de Reuniões e Publicações/Secretariado de ISPS

Os recursos humanos contratados localmente precisam garantir que a CNUDS e sua Reunião Preparatória possam ser realizadas de acordo com o modo PaperSmart. A Liga ISPS-Rio consistirá dos seguintes grupos formados com base em competências específicas, conforme descrito abaixo. Mulheres e Pessoas com Deficiências são encorajadas a se candidatar.

Apoio ao Balcão de Serviços de Publicação ISPS

Um (1) Coordenador do Balcão de Serviços de Publicação (Data do início: 11 de junho de 2012)

- Trabalhará sob a orientação do secretariado do ISPS e ajudará a Liga ISPS.

As responsabilidades incluirão:

- Supervisionar o trabalho dos membros da equipe ISPS-Rio-Tiger;
- Relatar questões ao Secretariado do ISPS;
- Coordenar a rotatividade dos Supervisores da Liga ISPS-Rio em turnos diurnos e noturnos, bem como a designação para tarefas específicas durante o fim de semana, conforme necessário;
- Estar disponível para possíveis horas extras, dependendo das necessidades do serviço;
- Realizar outros trabalhos relacionados, conforme requerido.

Requisitos: Inglês e francês são as línguas de trabalho das Nações Unidas. Para esta função, os candidatos devem ter como língua materna uma das seis línguas oficiais e ter proficiência em escrita e gramática. Fluência em inglês oral e escrito. Formação universitária. Domínio da gramática. Formatação e digitação rápida em uma das seis línguas oficiais das Nações Unidas. Pelo menos 5 anos de experiência em supervisão, além de 1-2 anos de experiência na produção de documentos e/ou publicações, inclusive tipografia, layout, editoração eletrônica e preparação de tabelas, gráficos e imagens. O conhecimento de softwares Adobe (Acrobat, Illustrator, InDesign, InCopy e Photoshop) é desejável.

Sessenta e seis (66) Membros com uniformes a serem designados pelo país anfitrião (Data do inicio: 11 de junho de 2012)

- Requeridos para ajudar a Liga ISPS.

As responsabilidades incluirão:

- Fornecer aos participantes da conferência um ponto único de contato para provisão de produtos ISPS e apoio;

- Atender os participantes da conferência quando pedirem os seguintes produtos ISPS: impressão sob demanda, tablets, mídia física (USB) e cabos para redes;
- Dar solução inicial a problemas com hardware e software relacionados a tablets fornecidos a participantes da conferência;
- Redirecionar pedidos de apoio ao ponto focal adequado, de acordo com a natureza da questão;
- Atualizar o software de inventário de dispositivos para registrar a entrega de tablets aos participantes, a devolução de tablets depois de concluída a conferência, ou registrar faltas;
- Manter o desenvolvimento profissional para atender às demandas cambiantes do trabalho, participar em atividades de treinamento adequadas e encorajar e apoiar a equipe em seu desenvolvimento e treinamento;
- Desempenhar outras tarefas atribuídas pela administração.

Requisitos: Inglês e francês são as línguas de trabalho das Nações Unidas. Para esta função, os candidatos devem ter, idealmente, pelo menos duas das seis línguas oficiais como suas línguas principais. Fluência em inglês falado. Diploma universitário é preferível. 1-2 anos de experiência profissional relevante em um contexto de serviço/atendimento a clientes.

Equipe Tiger

Dez (10) Membros, equipe ISPS-Rio-Tiger (Data do início: 11 de junho de 2012)

- Requeridos para ajudar a Liga de Publicações do Secretariado do ISPS a servir a CNUDS no modo PaperSmart.

As responsabilidades incluirão:

- Supervisionar os 66 membros dos Balcões de Serviços de publicação de ISPS para garantir que cada balcão receba cobertura suficiente durante toda a conferência;
- Prover apoio de emergência para os Balcões de Serviços de publicação de ISPS para solucionar problemas ou apoiar carga de trabalho extra em qualquer área específica relacionada à provisão de serviços para as reuniões;
- Redirecionar pedidos de apoio para o ponto focal adequado, em função da questão;
- Manter o desenvolvimento profissional para atender às demandas cambiantes do trabalho, participar de atividades de treinamento adequadas e encorajar e apoiar a equipe em seu desenvolvimento e treinamento;
- Desempenhar outras tarefas atribuídas pelo Coordenador do Balcão de Serviços de Publicação ISPS.

Requisitos: Inglês e francês são as línguas de trabalho das Nações Unidas. Para esta função, os candidatos devem ter, idealmente, pelo menos duas das seis línguas oficiais como suas línguas principais. Fluência em inglês falado. Um diploma universitário é obrigatório. 1-2 anos de experiência de supervisão em um contexto de serviço/atendimento a clientes é obrigatório.

5. Departamento de Segurança e Proteção

Oitocentos (800) Assistentes de Segurança Locais (Data do inicio: 3 de junho de 2012)

Serão confiadas aos Assistentes de Segurança Locais, sob supervisão direta do pessoal de Segurança das Nações Unidas, as seguintes tarefas:

- realização das operações nas áreas de triagem;
- operação das máquinas de Raio X, dos portais de detecção de metal (WTMD) e dos detectores de metal manuais para garantir que os padrões de segurança das ONU sejam observados nos pontos de acesso;
- organização de filas;
- apoio a operações de triagem;
- fornecimento de informações a participantes;
- orientação do trânsito de veículos;
- controle do acesso a áreas específicas;
- ajuda para garantir o fluxo ágil de participantes;
- outras obrigações, conforme requerido.

Requisitos: Os ASLs devem ser plenamente treinados e capazes de lidar com todas as peças de equipamento nas áreas de triagem. Sua qualificação deve ser oficialmente certificada pelo País Anfitrião. Adicionalmente, podem receber missões específicas para apoiar o pessoal de segurança da ONU em outras áreas. Não portarão armas de fogo; usarão roupas comuns e terão um emblema (seja uma braçadeira ou uma peça específica de vestimenta) que os distinguirá como pessoal de segurança. Um nível básico de inglês será uma vantagem.

Dez (10) Secretárias (Data do inicio: 3 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

Atuar como assistentes da administração sênior e prover todo tipo de apoio secretarial e técnico aos gerentes e supervisores seniores de segurança, bem como apoiar o centro de operações quando necessário.

Requisitos: Excelente domínio do inglês, tanto falado quanto escrito. Conhecimento de espanhol e francês também desejável.

6. Escritório de Serviços Centrais de Apoio

(a) Viagem e Transporte

Uma (1) Secretária (Datas do serviço: 11-24 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Atender a chamadas telefônicas;
- Digitar textos curtos;
- Controlar horários;
- Prover assistência administrativa aos funcionários de Transportes.

O horário de trabalho será das 8h30min às 16h30min. Esta posição deve estar preenchida pelo menos um dia antes do começo da conferência.

Requisitos: A Secretaria deve ser capaz de falar e escrever tanto inglês quanto português.

Dez (10) Operários (Datas do serviço: 11-24 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Operar alavancas manuais
- Erguer, carregar, descarregar e entregar em todo o centro de conferências todos os materiais da conferência enviados da Sede da ONU.

O trabalho será feito em horas alternadas, das 8h30min às 18h30min, dependendo da carga de trabalho. Esta posição deverá estar preenchida pelo menos um dia antes do início da conferência e um dia depois do final da conferência.

Requisitos: Os operários devem ter um bom comando tanto do inglês quanto do português.

(Número a ser definido) Motoristas (Datas do serviço: a definir)

A única responsabilidade será dirigir um veículo.

O horário de trabalho dependerá das necessidades e exigências do escritório para o qual o motorista estiver designado.

Requisitos: Os motoristas devem ter excelente conhecimento das ruas e vias do Rio de Janeiro e grande familiaridade com o acesso a áreas-chave como aeroportos, hotéis e o local da conferência. Os motoristas devem ter bom comando do inglês e do português.

(c) Serviços de Gerenciamento de Instalações

Alocação de espaço

Um (1) assistente de alocação de espaço (4-15 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Atender e supervisionar todos os espaços das instalações;
- Coordenar-se com o arquiteto do país anfitrião;

Requisitos: Conhecimento de inglês desejável.

Trinta e cinco (35) especialistas em transmissão A/V (13-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Instalar e operar todos os equipamentos A/V requeridos em todos os locais da conferência.

Sete (7) especialistas em radiodifusão (além do pessoal local do DPI) (13-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Manutenção e solução de problemas com os equipamentos de transmissão A/V.

Requisitos: a definir (ad)

Doze (12) Especialistas em Sistemas de Conferência (CMSI) (13-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Operar os sistemas CMSI.

Requisitos: ad

Três (3) assistentes de A/V para atender os Pavilhões 5, 3 e o Pavilhão Temporário (13-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Apoio administrativo ao pessoal de A/V; agendamento e programa.

Requisitos: ad

Três (3) Operadores de Câmera para IMAG (P3-CR1): (13-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Operar câmeras de TV

Requisitos: ad

Um (1) Shader/comutador: (13-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Fazer a comutação das tomadas de câmeras de TV

7. Departamento de Informação Pública**(a) Escritório do Porta-voz****Dez (10) Assistentes Trilingues (I / E / P) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)**

As responsabilidades incluirão:

- Responder às perguntas básicas da mídia em inglês, português e espanhol, encaminhando questões mais difíceis ao pessoal da ONU;
- Monitorar e compilar a cobertura da mídia em inglês, português e espanhol;
- Ajudar a agendar coletivas de imprensa e organizar entrevistas para a mídia;
- Pesquisar informações necessárias para o *briefing* diário do porta-voz;
- Ajudar o pessoal da mídia social a escrever e postar materiais no Facebook e no Twitter.

Requisitos: Trilingue (I / E / P); Competência para responder às perguntas básicas da mídia em inglês, português e espanhol. Competência básica com computadores, inclusive processamento de textos (MS Word). Competência para seguir o processo da conferência e pesquisar informações on-line. A familiaridade com jornalismo, questões de desenvolvimento sustentável e mídia social é desejável. Pós-graduação ou experiência equivalente.

(b) Credenciamento da Midia e Liaison**Seis (6) Assistentes de Credenciamento (Datas do serviço: 5-22 de junho de 2012)**

As responsabilidades incluirão:

- Prover assistência ao pessoal da mídia (equipes de TV/fotógrafos) com acesso aos locais da conferência onde se realizam reuniões bilaterais de Chefes de Estado e de Governo e/ou eventos especiais;
- Ajudar no credenciamento on-line da mídia e na administração da base de dados, fazendo pesquisa e mantendo contato com a segurança;
- Responder a perguntas pessoalmente ou por telefone sobre procedimentos de credenciamento, acesso da mídia e recursos disponíveis para a mídia na conferência.

Requisitos: Conhecimento de inglês. O conhecimento de outras línguas será uma vantagem.

Vinte (20) Assistentes de Liaison (Datas do serviço: 11-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Prover assistência ao pessoal da mídia (equipes de TV/fotógrafos) com acesso aos locais da conferência onde se realizam reuniões bilaterais de Chefes de Estado e de Governo e/ou eventos especiais;
- Ajudar no credenciamento on-line da mídia e na administração da base de dados, fazendo pesquisa e mantendo contato com a segurança;
- Administrar as coletivas de imprensa: informar onde podem se posicionar as equipes de TV, informar os fotógrafos sobre aonde podem ir e aonde não podem;
- Responder a perguntas pessoalmente ou por telefone sobre procedimentos de credenciamento, acesso da mídia e recursos disponíveis para a mídia na conferência;
- Ajudar na distribuição diária do *Alerta para a Mídia*; colher informações para o *Alerta para a Mídia*, fazer cópias, abrir e-mails etc.

Requisitos: Conhecimento de inglês. O conhecimento de outras línguas será uma vantagem.

Seis (6) Assistentes de Reprodução e Distribuição de Documentos (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Ajudar na distribuição diária do *Alerta para a Mídia*; colher informações para o *Alerta para a Mídia*, fazer cópias, abrir e-mails etc.;
- Copiar e distribuir documentos, conforme requerido.

Requisitos: Conhecimento de inglês. O conhecimento de outras línguas será uma vantagem.

(c) Cobertura das Reuniões

Um (1) Assistente de Editoria em inglês (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Ajudar na preparação e divulgação de sumários das reuniões e de comunicados à imprensa;
- Outras tarefas, conforme necessário.

Requisitos: Excelente conhecimento e comando do inglês e competência para fazer revisões acuradas em inglês. Excelente domínio do Microsoft Word. O conhecimento de outras línguas será uma vantagem.

Um (1) Assistente de Editoria em francês (Datas do serviço: 12-22 junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Ajudar na preparação e divulgação de sumários das reuniões e de comunicados à imprensa;
- Outras tarefas, conforme necessário.

Requisitos: Excelente conhecimento e comando de francês e competência para fazer revisões acuradas em francês. Excelente domínio do Microsoft Word. O conhecimento de outras línguas será uma vantagem.

Três (3) funcionários de Informação/Imprensa (I / P) a serem recrutados em consulta com o UNIC Rio (Datas do serviço: 1º de maio-30 de junho de 2012)

Requisitos: (I / P).

(d) Cobertura de Webcast

Nove (9) Assistentes de Webcast (Bilingües: I / P) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Monitorar cobertura Webcast simultânea de múltiplos eventos, ao vivo e sob demanda;
- Iniciar e concluir live encoding;
- Fazer edição básica de vídeo Flash, incluindo criação de videoclips, por palestrante e língua.

Requisitos: Bilingue (I / P). Responsável por monitorar a cobertura Webcast simultânea de múltiplos eventos, ao vivo e sob demanda. Competência para iniciar e concluir live encoding. Competência para fazer edição básica de vídeo Flash, incluindo criação de videoclips, por palestrante e língua.

(e) Cobertura de rádio

Um (1) Assistente de Produção de Rádio (Bilingue: I / P) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

Requisitos: Bilingue (I / P).

Um (1) Assistente de Produção de Rádio (Bilingue: F / P) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

Requisitos: Bilingue (F / P).

Um (1) Assistente de Produção de Rádio (Português) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

Requisitos: Português.

(f) Cobertura de televisão:

Um (1) Assistente de Produção de TV (Bilingue: I / P) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

Requisitos: Bilingue (I / P).

Número de pessoal de televisão:

(Os números se baseiam em quatro eventos simultâneos AO VIVO)

Quatro (4) Diretores (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Dirigir as tomadas de câmera durante a cobertura AO VIVO de um evento. Isso pode incluir dimensionar as tomadas ou fazer o enquadramento de câmeras;
- Controlar a aparência do programa, evitar edições desnecessárias e capturar todos os conteúdos gráficos importantes.

Requisitos: Um mínimo de cinco anos de experiência recomendado.

Quatro (4) Mixadores de Áudio (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Garantir a harmonização de todos os microfones e a gravação de um bom nível de sinal sem distorção. Algumas vezes será solicitado ao mixador que faça a equalização de graves e agudos para ajudar a separar o som e garantir a clareza do que está sendo gravado.

Requisitos: Cinco anos de experiência com mixagem recomendado.

Quatro (4) Comutadores de Vídeo (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Garantir que a câmera adequada seja enviada para a emissão final do programa;
- Editar o aspecto visual de um programa mixando diferentes ângulos de câmera, incorporando gráficos, dissolvendo ou fundindo uma imagem na seguinte e sendo responsável pela aparência final de um programa;
- Receber instruções do Diretor.

Requisitos: Um mínimo de cinco anos de experiência como comutador de vídeo é necessário.

Quatro (4) Operadores de Vídeo (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Gravar o programa;
- Preparar a matriz de um programa, seja em formato digital ou em fita. Com frequência, realizar a tarefa adicional de tocar fitas durante um programa;
- Atuar como técnico de controle de qualidade.

Requisitos: Um mínimo de três anos de experiência é necessário.

Dezesseis (16) Operadores de Câmera (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Operar a câmera de vídeo e seguir instruções do Diretor;
- Dimensionar tomadas, enquadrar e fazer zoom-ins e zoom-outs quando solicitado.

Requisitos: Um mínimo de cinco anos de experiência como operador de câmera.

Quatro (4) Shaders de Câmera de Vídeo (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Definir a exposição e ajustar as cores das câmeras para que estejam harmonizadas numa situação multicâmera;
- Determinar o nível de brilho e opacidade da imagem de vídeo.

Requisitos: Um mínimo de três anos de experiência.

Um (1) Editor de Vídeo (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Como principal engenheiro de vídeo (também conhecido como E.I.C, ou *engineer in charge*), supervisionar toda a equipe técnica no que se refere à aparência de um projeto de vídeo;
- Supervisionar o reparo de equipamentos se ocorrerem defeitos.

Requisitos: Um mínimo de dez anos de experiência como principal engenheiro de video.

Quatro (4) Técnicos Substitutos/ Equipe ENG (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Auxiliar como substituto de técnicos/engenheiro

Requisitos: ad

Um (1) Engenheiro Sênior (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Como engenheiro sênior de vídeo (também conhecido como E.I.C, ou *engineer in charge*), supervisionar toda a equipe técnica no que se refere à aparência de um projeto de vídeo;
- Supervisionar o reparo de equipamentos se ocorrerem defeitos.

Requisitos: Um mínimo de dez anos de experiência como engenheiro sênior de vídeo.

Um (1) Técnico Sênior Assistente de TV (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

A responsabilidade:

- Ajudar o engenheiro sênior

Requisitos: ad

Um (1) Engenheiro de Áudio Sênior (Técnico de Rádio) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Como engenheiro sênior de áudio (também conhecido como E.I.C, ou *engineer in charge*), supervisionar todos os aspectos relativos ao som de uma produção de TV e de uma produção de rádio;
- Fazer o controle de qualidade de todos os aspectos relativos ao som.

Requisitos: Um mínimo de dez anos de experiência como engenheiro sênior de áudio.

Um (1) Editor de Áudio/Rádio (Técnico de Rádio) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Realizar as operações técnicas de montar um programa de acordo com as decisões de criação dos produtores ou de seus assistentes;
- Assumir a principal responsabilidade pela edição eletrônica do áudio de segmentos de programas e de notícias.

Requisitos: Experiência mínima de três anos.

Quarenta e seis (46) Técnicos para Operações/ Técnicos Adicionais para Instalação
(Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão: *ad*

Requisitos: *ad*

(g) Cobertura fotográfica:

Quatro (4) Fotógrafos Locais (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Fazer a cobertura profissional de notícias e documentos internacionais da conferência;
- Legendar em inglês e transferir arquivos via FTP para os sites designados.

Requisitos: *Possuir todos os equipamentos de câmera e computador necessários. Facilitar a cobertura da conferência. Competência para legendar em inglês e incorporar a arquivos digitais. Competência para transferir arquivos de imagens via FTP para a Sede da ONU.*

Um (1) Redator de Legendas de Fotos (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão:

- Agendamento e legendagem simples.

Requisitos: *Fazer revisão e escrever, em inglês, as legendas finais de acordo com o estilo padrão da ONU para imagens capturadas por fotógrafos na conferência. Agendar e priorizar a cobertura para fotógrafos da conferência. Competência para transmitir via FTP para a Sede da ONU ou por e-mail; conhecimento básico de Photoshop.*

Um (1) Técnico de laboratório de fotografia com competências em Photoshop (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

Requisitos: *Competência de nível profissional para editar/relocar imagens usando photoshop. Competência e conhecimento para transmitir via FTP para a sede da ONU.*

(h) Serviços de Notícias:

Um (1) Assistente de Redação de Notícias (Bilingue: Ing./Port.) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

Requisitos: *Bilingue I / P. Excelente domínio do inglês. Competência com computadores e internet. O conhecimento básico de filmagem/trabalho de câmera e produção de multimídia será útil. A familiaridade com assuntos internacionais ou da ONU será útil. Experiência em notícias/jornalismo será útil.*

(i) Salão Digital

Um (1) jornalista sênior/coordenador (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

As responsabilidades incluirão: *ad*

Requisitos: *ad*

Um (1) jornalista/produtor de web (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

Requisitos: *ad*

Dois (2) assistentes técnicos para operar câmeras, fazer edição básica de vídeo (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

Requisitos: *ad*

Um (1) assistente bilingue (português/inglês) (Datas do serviço: 12-22 de junho de 2012)

Requisitos: *Bilingue: I / P.*

3. OICT

Onze (11) Técnicos de Atendimento a Clientes

Os técnicos locais de atendimento a clientes ajudarão a equipe OICT na implementação e manutenção dos equipamentos de tecnologia de propriedade da conferência, incluindo telefones, computadores em rede, impressoras em rede, aparelhos de fax e impressoras multifunções.

Os técnicos do atendimento a clientes devem ser fluentes em inglês e ter conhecimentos especializados do sistema operacional do Windows XP e da suite de automação de escritório Office 2003, inclusive MS Word, MS Excel e MS PowerPoint.

Um (1) Coordenador de Atendimento a Clientes

O coordenador local do pessoal de atendimento a clientes cuidará da operação cotidiana do atendimento a clientes. É responsável por encaminhar as chamadas recebidas pelo atendimento a clientes e priorizar o trabalho a ser realizado pelos técnicos de atendimento. O Coordenador do atendimento a clientes deve ser fluente em inglês e ter conhecimento especializado do sistema operacional Windows XP e da suite de automação de escritório Office 2003, inclusive MS Word, MS Excel e MS PowerPoint.

Quatro (4) Engenheiros de Sistemas

Os engenheiros de sistemas do pessoal local auxiliarão a equipe da OICT no planejamento, implementação e manutenção da rede TCP/IP da conferência. São responsáveis por garantir que a conectividade com a internet e com a rede UNHQ seja mantida durante todo o período da conferência.

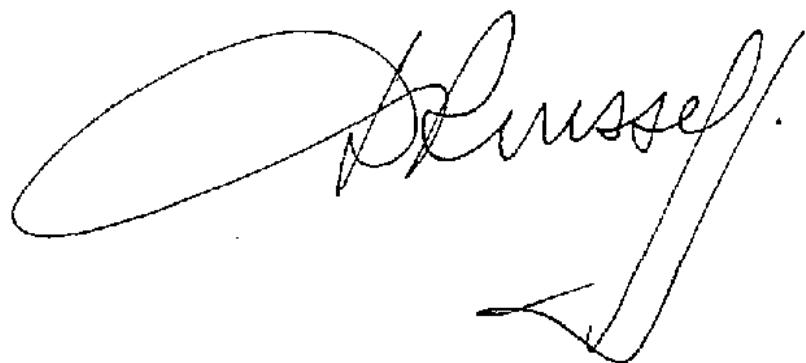
Os engenheiros de sistemas devem ser treinados e certificados no equipamento de sistemas escolhido pelo fornecedor de tecnologia da conferência.

Mensagem nº 145, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.

Brasília, 24 de abril de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Serra". The signature is fluid and cursive, with a large, sweeping loop on the left side. A small, stylized mark or initial is visible at the bottom right end of the signature.

EM nº 00124/2012 MRE

Brasília, 10 de Abril de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem, que encaminha o texto do Acordo de Sede para realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012, pela Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, e pelo Secretário-Geral da Conferência Rio+20, Embaixador Sha Zukang.

2. A Assembléia Geral das Nações Unidas aceitou a oferta do Governo da República Federativa do Brasil para sediar a Rio+20. Pela mesma resolução, foi decidido que a Conferência deve contar com o comparecimento de Chefes de Estado e de Governo ou seus representantes, no mais alto nível possível, e que tanto a Conferência quanto seu processo preparatório devem assegurar a equilibrada integração de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, como componentes interdependentes do desenvolvimento sustentável.

3. A Conferência ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro, no Centro de Convenções Riocentro, de 13 a 22 de junho de 2012. Além das instalações do Centro de Convenções Riocentro, o Governo proverá áreas adicionais, oficiais, para uso dos Estados membros das Nações Unidas, membros das agências especializadas ou membros da Agência Internacional de Energia Atômica, Estados não-membros, entidades e organizações que contam com convite permanente da Assembléia Geral para participar como observadoras nas sessões de trabalho de todas as conferências internacionais realizadas sob os auspícios das Nações Unidas, órgãos afins das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, outras organizações intergovernamentais acreditadas para a Conferência, e a sociedade civil em geral, para mostras, seminários, encontros, atividades culturais e outras manifestações relacionadas à Conferência.

4. O presente Acordo define, dentre outros aspectos, a adequada utilização do local, as necessidades em termos de equipamento, suprimentos e material de consumo, as instalações médicas, hospedagem, transporte, proteção policial e segurança, financiamento, responsabilidades civis, privilégios e imunidades e questões relacionadas a impostos e taxas para importação temporária de todo equipamento necessário, incluindo equipamento técnico acompanhado de representantes da imprensa.

5. Trata-se de documento essencial, enfim, para que a Conferência possa ser realizada em total segurança, com modernas soluções de acessibilidade, capazes de garantir aos participantes as melhores condições para o livre intercâmbio de propostas e de conhecimentos, de modo que se possa obter, ao final dos extensos trabalhos, os almejados compromissos em prol ~~do~~ “desenvolvimento sustentável” da erradicação da pobreza e de proteção ao meio-ambiente.

6. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 121 a 124, de 2012, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre as matérias, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A Srª Senadora Angela Portela enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srªs e Srs. Senadores, não poderia deixar de registrar a aprovação do texto-base do projeto que modifica o Código Florestal Brasileiro, ocorrida ontem, no plenário da Câmara dos Deputados, e que ainda terá 15 destaques de parlamentares a serem submetidos à análise.

Em que pesem retrocessos no texto já aprovado, ressalto meu contentamento por constar do novo documento a alteração que propus em benefício de Roraima, sem prejuízos à natureza.

Foi uma grande vitória para o nosso Estado garantir a inclusão, entre as alterações apresentadas ao projeto do Código Florestal, da proposta de redução da reserva legal de 80% para 50% nos estados da Amazônia Legal que já tenham mais de 65% de seus territórios em unidades de conservação de domínio público e terras indígenas.

Minha proposta foi acatada pelo relator do projeto no Senado, senador Jorge Viana (PT/AC), e aprovada no plenário da Comissão de Meio Ambiente, desta Casa. O relator entendeu que a propositura que eu havia apresentado não provocava qualquer afronta à legislação ambiental.

Assim, no Capítulo V, da Área de Reserva Legal, a Seção I, que trata da “Delimitação da Área de Reserva Legal”, o artigo 13 estabelece o que segue: “Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel.”

Nesse artigo da nova lei, já contemplando nossa proposta, o parágrafo 5º diz que:

“... o Poder Público Estadual, ouvido o Conselho Estadual de Meio Ambiente, po-

derá reduzir a Reserva Legal para até 50% (cinquenta por cento), quando o Estado tiver Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado e mais de 65% (sessenta e cinco por cento) do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, devidamente regularizadas, e terras indígenas homologadas.”

O Ministério do Meio Ambiente tem dados que comprovam que esta regra só poderá ser aplicada ao Amapá e a Roraima, Estados que superam o limite de 65%. Aliás, esclareço que na Amazônia o percentual continuará a ser de 80%.

Nós, de Roraima, estamos, assim, atendidos em nosso desejo de garantir o direito de desenvolver atividades agropecuárias no nosso Estado, com a preservação do meio ambiente e a segurança jurídica dos produtores rurais, especialmente aqueles da agricultura familiar.

Srªs e Srs., devo dizer que não foi fácil a aprovação deste novo código. Esse exame final passou por um longo processo de negociação que envolveu o governo federal, por meio da ministra do Meio Ambiente Izabela Teixeira, do relator Jorge Viana, da bancada governista no Senado e dos atores sociais nacionais.

No Estado, também promovemos reuniões com os representantes do setor produtivo e com os técnicos do Ministério, que compreenderam que a mudança viria contribuir, sobremaneira, para o desenvolvimento de Roraima.

No tocante ao desenvolvimento de meu Estado, ainda ontem, fiz na tribuna do Senado um pronunciamento falando a respeito do projeto de desenvolvimento – que é sonho da população e motivo de envolvimento de toda a bancada de nosso Estado.

Portanto, entendo que a garantia de redução da reserva legal para Roraima produz avanços sem desmatamento, prática, aliás, que não cabe mais na realidade brasileira, que nos últimos anos tem registrado altos índices de redução.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, invocando a proteção de Deus, encerro a sessão, marcando outra para amanhã à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 29 minutos.)

PARECER

Nº 4, DE 2012-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 2, de 2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para os fins que especifica”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Senador VICENTINHO ALVES

1. Relatório

1.1 Histórico

A Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 23, de 2012-CN (nº 95/2012, na origem), submete à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, de 2012-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para os fins que especifica.

Lida na Sessão do Senado Federal em 26 de março de 2012, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e designado este parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

De acordo com a Exposição de Motivos – EM nº 0039/2012/MP –, que acompanha o PLN 2/2012-CN, o crédito permitirá a inclusão de novo projeto, o qual integrará o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com vistas à construção da Barragem de Serro Azul, no Estado de Pernambuco, objetivando garantir a segurança das populações das cidades de Palmares, Água Preta e Barreiros, frequentemente afetadas pelas cheias da bacia do Rio Uma.

A referida EM esclarece que a programação objeto de cancelamento (Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco), também integrante do PAC, não

sofrerá prejuízos em sua execução, pois o remanejamento foi decidido com base em projeções das possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

A Exposição de Motivos destaca também que, caso sejam necessários, os ajustes do Plano Plurianual para o período 2012 a 2015 – PPA 2012/2015, de que trata a Lei nº 12.593, de 18 de agosto de 2012, em decorrência das alterações promovidas pelo crédito especial em análise, deverão ser realizados de acordo com o § 4º do art. 21 da referida Lei.

A EM ainda informa que a abertura do crédito especial não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, visto tratar-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.860, de 17 de fevereiro de 2012, segundo estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

Ao projeto de lei foram apresentadas quinze emendas, conforme detalhamento abaixo:

- Emendas de nºs 1 a 3, do Senador Valdir Raupp pretendem alocar recursos, respectivamente, nas ações "Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais – Arranjos Produtivos Locais – APL – No Estado de Rondônia", "Obras de Pequeno Vulto de Macrodrrenagem – No Estado de Rondônia" e "Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria – No Estado de Rondônia". Como cancelamento compensatório indicam as dotações consignadas à "Implantação da Adutora do Agreste – no Estado de Pernambuco";
- Emenda de nº 4, do Deputado Federal João Carlos Bacelar Filho, tem como objetivo remanejar parte dos recursos destinados ao "Programa Oferta de Água – Implantação da Adutora do Agreste – Na Região Nordeste", para direcioná-la ao "Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres – No Estado da Bahia", com vistas à construção de barragens nos municípios de Seabra e Mucugê;
- Emendas de nºs 5 a 14, apresentadas pelo Deputado Federal Wellington Roberto, têm por objetivo cancelar dotações destinadas à "Construção da Barragem Serro Azul - no Estado de Pernambuco" e destiná-las a:
 - "Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica no Município de Lagoa Tapada – No Estado da Paraíba", com vistas a possibilitar o acesso à água, própria para o consumo humano (Emenda nº 5);
 - "Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica no Município de Cachoeira dos Índios – No Estado da Paraíba", também no intuito de possibilitar o acesso à água para comunidades com carência de recursos hídricos (Emenda nº 6);
 - "Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica no Município de Mulungu – No Estado da Paraíba", com o objetivo de construir galerias pluviais para o escoamento da água proveniente de chuvas, de esgotos e das residências, evitando a poluição dos lençóis freáticos e diminuindo o risco de danos à saúde da população (Emenda nº 7);
 - "Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas no Município de São João do Tigre – No Estado da Paraíba", alocando recursos para a ampliação da barragem do rio Comprido (Emenda nº 8);

- "Implantação de Obras de Infraestrutura Hídricas no Município de São João do Tigre – No Estado da Paraíba", com o objetivo de realização das obras necessárias à melhoria do sistema de abastecimento de água (Emenda nº 9);
 - "Ações de Defesa Civil no Município de Patos – No Estado da Paraíba", com vistas à realização de obras para a prevenção de desastres no período das chuvas (Emenda nº 10);
 - "Implantação de Obras de Infraestrutura Hídricas no Município de Riacho de Santo Antônio – No Estado da Paraíba", com o objetivo de implantar açude em local estratégico da zona rural do município (Emenda nº 11);
 - "Ações de Defesa Civil no Município de Mulungu – No Estado da Paraíba", visando à realização de obras para a prevenção de desastres no período das chuvas quando é impossível trafegar pela região devido ao volume de água (Emenda nº 12);
 - "Apoio a Obras Preventivas de Desastres no Município de Mogeiro – No Estado da Paraíba", para investimento em obras de drenagem urbana sustentável (Emenda nº 13);
 - "Ações de Defesa Civil no Município de Mogeiro – No Estado da Paraíba", com vistas à diminuição de danos materiais aos moradores em casos de grandes precipitações pluviais (Emenda nº 14);
- Emenda de nº 15, apresentada pelo Deputado Federal José Airton, tem por objetivo cancelar dotações destinadas à "Construção da Barragem Serro Azul - no Estado de Pernambuco" e destiná-las à "Construção de Passagem Molhada – No Município de Jaguaruana – No Estado do Ceará", para garantir a segurança das populações das cidades do Baixo Jaguaribe, frequentemente afetadas pelas cheias (Emenda nº 15).

1.2 Análise

O Projeto de Lei nº 2, de 2012- CN atende ao disposto no art. 167, inciso V, da Constituição, e no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, apontando as fontes de recursos necessárias para abertura de crédito especial.

Conforme detalhado no Anexo II, as fontes de recursos para abertura do crédito decorrem do cancelamento de dotações consignadas para o projeto de Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco.

A Exposição de Motivos apresenta a justificativa para a abertura do crédito especial, informando que o pleito decorre de solicitação formalizada pelo próprio Ministério da Integração Nacional para cancelamento de programação integrante do PAC, que não sofrerá prejuízos na sua execução. Até a data de 16/04/2012, conforme registro do sistema SIGA Brasil, não houve utilização das dotações consignadas à implantação da Adutora do Agreste, conforme apresentado no Anexo I a este Parecer.

A aprovação do projeto de lei em apreço não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o presente exercício, pois se trata apenas de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para tornar prioritária nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites constantes do Anexo I

do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, que estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012.

Assim, o projeto de lei de crédito especial em análise encontra-se em conformidade com os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito a sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012) e a sua conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 – LDO/2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2012).

No que diz respeito às emendas apresentadas, manifestamo-nos pela inadmissão das Emendas de nºs 1 a 4, em razão do não atendimento ao disposto no art. 109, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 1, de 2006, uma vez que indicam como fonte de cancelamento compensatório a mesma programação objeto de cancelamento constante do projeto de lei. O Anexo 2 a este Parecer relaciona as emendas a serem inadmitidas.

Em relação às Emendas de nºs 5 a 15, manifestamo-nos pela sua rejeição, apesar do mérito, tendo em vista a necessidade de se manter a totalidade dos recursos destinados à construção da Barragem Serro Azul, que tem por objetivo proteger dez municípios do Estado de Pernambuco das inundações recorrentes em épocas de chuva. O Anexo 3 a este Parecer sintetiza as decisões tomadas.

Ressaltamos, ainda, que o remanejamento proposto ocorre dentro da mesma unidade federativa, sendo que o acolhimento de emendas para atender outros estados prejudicaria o Estado de Pernambuco.

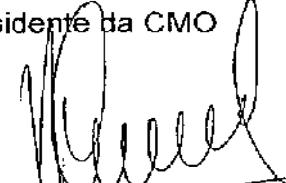
2. VOTO

Diante do exposto, e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2012 - CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, com a inadmissão das Emendas de nºs 1 a 4 e rejeição das de nºs 5 a 15.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado PAULO PIMENTA

Presidente da CMO



Senador VICENTINHO ALVES

Relator

ANEXO 1**LOA 2012 – Execução do cancelamento proposto pelo PLN 2/2012 - CN**

R\$ 1,00

Programa	Ação	Dotação Inicial	Autorizado
Oferta de Água	Implantação da Adutora do agreste no Estado de Pernambuco	266.578.400,00	266.578.400,00

Obs: Até 16/04/2012 não houve empenho das autorizações constantes da LOA 2012.

ANEXO 2**Relação das Emendas a serem Inadmitidas**

EMENDA	AUTOR	SITUAÇÃO	FUNDAMENTO
1	Senador Valdir Raupp	Inadmitida	Art. 109, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 1/2006 – CN
2	Senador Valdir Raupp	Inadmitida	Art. 109, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 1/2006 – CN
3	Senador Valdir Raupp	Inadmitida	Art. 109, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 1/2006 – CN
4	Deputado Federal João Carlos Bacelar	Inadmitida	Art. 109, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 1/2006 – CN

ANEXO 3**Relação das Emendas com Voto pela Rejeição**

EMENDA	AUTOR	SITUAÇÃO
5	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
6	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
7	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
8	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
9	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
10	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
11	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
12	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
13	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
14	Deputado Federal Wellington Roberto	Rejeitada
15	Deputado Federal José Airton	Rejeitada

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de abril de 2012, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador VICENTINHO ALVES, favorável ao Projeto de Lei nº 02/2012-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Quanto às 15 (quinze) emendas apresentadas **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs 1 a 4 e **REJEITADAS** as demais.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Reinaldo Azambuja, Segundo Vice-Presidente, Antonio Brito, Arnaldo Jardim, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Giovanni Queiroz, Hugo Motta, Jaime Martins, João Maia, João Paulo Lima, Joaquim Beltrão, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Luiz Carlos Setim, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Roberto de Lucena, Vanderlei Siraque, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e os Senadores Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, Vicentinho Alves, Terceiro Vice-Presidente, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias.

Sala de Reuniões, em 25 de abril de 2012.

Deputado PAULO PIMENTA
Presidente

Senador VICENTINHO ALVES
Relator

**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA
E DECORO PARLAMENTAR**

ATA DA 4^a REUNIÃO DE 2012

Ata Circunstaciada da 4^a Reunião de 2012, convocada para 19 de abril de 2012, quinta-feira, às 11h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação de Requerimentos.

Estiveram presentes os Srs. Senadores membros do Conselho:

PMDB

Renan Calheiros
Romero Jucá

PT

Humberto Costa
Wellington Dias
José Pimentel

PSDB

Cyro Miranda

PTB

Gim Argello

DEM

Jayme Campos

PR

Vicentinho Alves

PP

Ciro Nogueira

PDT

Acir Gurgacz

PSB

Antonio Carlos Valadares

Corregedor

Vital do Rêgo (PMDB)

Estiveram presentes também os Srs. Senadores não membros do Conselho: Pedro Simon e Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4^a Reunião do Conselho de Ética, convidando o nosso Vice-Presidente, Senador Jayme Campos, para compor a Mesa. (*Pausa.*)

Esta reunião será destinada à apreciação de requerimentos. Inicialmente, submeto à aprovação do Plenário as Atas circunstanciadas das 2^a e 3^a reuniões

deste Conselho, realizadas em 12 de abril de 2012, cujas cópias se encontram sobre as bancadas.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As Atas serão publicadas.

A Presidência informa que o Conselho recebeu os seguintes documentos: um, de autoria do Senador Ciro Nogueira; outro, de autoria do Senador Valdir Raupp.

Senador Ciro Nogueira, Senador da República, do Estado do Piauí, vem respeitosamente à presença de V. Ex^a informar que, com fundamento no art. 15 § 2º da Resolução nº 20, de 1993, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, por motivo de foro íntimo declina da função de relator da representação que investiga o Senador Demóstenes Torres.

S. Ex^a já tinha feito isso verbalmente e, agora, confirma.

O Senador Valdir Raupp enviou ao Senador José Sarney o seguinte ofício, que me foi encaminhado pelo nobre Presidente:

Com os meus cordiais cumprimentos, venho comunicar a V. Ex^a o meu pedido de renúncia, em caráter irrevogável, da minha condição de suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual tive a honra de ser escolhido pelos meus ilustres pares.

Aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de consideração e apreço.

Senador Valdir Raupp, o ofício vai à publicação.

Esta comunicação é também para a Liderança do PMDB providenciar a substituição do suplente, oportunamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Fora do microfone.) – Para a eleição no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Exatamente, mas será uma indicação da Liderança do PMDB, da Bancada do PMDB.

Há, sobre a mesa, dois requerimentos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Um requerimento é da data de...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Dez de abril.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dez de abril. O outro pede a substituição. Válido o requerimento da substituição, que é vazado nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos da Resolução nº 20, de 1993, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Ministro Ricardo Lewandowsky, do Supremo Tribunal Federal, o compartilhamento com este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de todos os dados e informações contidos no Inquérito nº 3.430, decorrente da Operação da Polícia Federal denominada Monte Carlo que se refiram ou possam estar relacionados ao Senador Demóstenes Torres, inclusive a representação formulada pelo Procurador-Geral da República para a abertura de inquérito judicial, voltado à apuração de eventual prática de infração criminal a fim de subsidiar a apuração de cunho disciplinar, objeto da Representação nº 1, de 2012, com o compromisso de manutenção da cláusula do sigilo de que se revestem as informações fornecidas.

Com a palavra, o autor para fazer sua justificação oral.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, tenho consciência de que estamos na fase preliminar. De qualquer modo, boa parte das informações que chegaram foi com base nas informações da imprensa e todas, inclusive as colocadas pelo autor, fazem referência ao Inquérito nº 3.430. Dessa forma, considero importante a aprovação do requerimento e a razão de não terem sido enviadas nem à Corregedoria nem a outros pedidos feitos foi a questão do sigilo.

Por essa razão, apresentei esse segundo requerimento com as condições necessárias e legais para que o relator, para que V. Ex^a, enfim, para os que estão analisando mais profundamente possam ter acesso a essa documentação.

Então, faço aqui esse pedido de aprovação e que sejam respeitadas as condições dessa fase preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Continua franqueada a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Simon, com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu não sei, mas gostaria de saber se o V. Ex^a poderia dar uma explicação à Casa sobre a reunião que teve com o Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

Antes, porém, para fortalecer mais ainda o pedido do Senador Wellington Dias, eu gostaria de fazer a leitura de uma decisão do julgamento do dia 25 de

junho de 2008, do Tribunal Pleno, que teve como Relator o Ministro Carlos Britto.

Uma questão de ordem no inquérito policial sob supervisão do Supremo Tribunal Federal, pedido veiculado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, compartilhamento das informações. Finalidade: apurações de cunho disciplinar, presença de dados obtidos mediante interceptação telefônica judicialmente autorizada, prova emprestada, admissibilidade, juízo de proporcionalidade – inciso XII, do art. 5º e § 2º do art. 55 da Constituição Federal.

Precedentes:

1º) A medida pleiteada de compartilhamento pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados se mostra adequada, necessária e proporcional ao cumprimento dos objetivos do § 2º do art. 55 da Constituição Federal de 1988.

Há possibilidade de compartilhamento de dados obtidos mediante interceptação telefônica judicialmente autorizada para o fim de subsidiar apurações de cunho disciplinar.

Precedente específico: segunda questão de ordem no Inquérito nº 2.424, do Ministro Cesar Peluso.

3º) Questão de ordem se resolve no sentido do deferimento da remessa de cópia integral dos autos ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, a quem incumbirá a responsabilidade pela manutenção da causa do sigilo de que se revestem as informações fornecidas.

Então o requerimento do Senador Wellington Dias coaduna-se, harmoniza-se com a decisão judicial, isto é, manutenção da cláusula do sigilo de que se revestem as informações fornecidas.

E a decisão do Tribunal Pleno, tendo como Relator o Ministro Carlos Britto – que hoje toma posse na presidência do Supremo – é a seguinte:

O Tribunal, resolvendo questão de ordem [Senador Renan Calheiros, esta decisão aqui é a que lastreia, que dá fundamentação jurisprudencial ao Senador Wellington Dias] suscitada pelo relator, deferiu, por maioria, o requerimento de remessa de cópia dos autos do inquérito ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, com a cláusula de sigilo.

Vencidos os Srs. Ministros Marco Aurélio, Joaquim Barbosa, que indeferiam o pedido [etc., etc.]

Plenário, 25 de junho de 2008.

Então, com essa explicação, reforça-se a necessidade, bem como para dar maiores subsídios e elementos ao nobre Relator, Senador Humberto Costa, da aprovação desse requerimento, que, em momento próprio, será de grande utilidade que essas informações cheguem ao Conselho de Ética, nas quais o nosso Relator também se baseará, além dos depoimentos, de perícias de documentos e do próprio depoimento do representado.

Portanto, atendendo ao pleito do Senador Pedro Simon, eu estive com o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Relator do inquérito da Operação Monte Carlo, acompanhado dos Senadores Humberto Costa, Vital do Rêgo e Wellington Dias. Na conversa que mantivemos, conversa reservada, mas muito cordial, fizemos ver a S. Ex^a a necessidade imperiosa de uma troca, de uma permuta, de um compartilhamento de informações entre o que está acontecendo no inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal sobre a Operação Monte Carlo, no que se refere, única e exclusivamente, ao Senador Demóstenes Torres, bem como a remessa de informações que possam ser colhidas aqui pelo Relator, Senador Humberto Costa, e que sejam importantes para o relatório ou futuro parecer do Ministro Ricardo Lewandowski.

Então, em resumo, o Ministro, na prática, não expressou nenhuma decisão a respeito de que forneceria esses documentos. No entanto, S. Ex^a reconheceu, como todos nós sabemos, a existência de precedentes em casos iguais a este que poderiam embasar uma decisão futura. Porém, ele não se comprometia que iria ler, assim que chegasse oficialmente, o pedido do Conselho de Ética. E é isso que nós estamos fazendo, ou seja, procedendo à oficialização de um pedido do Conselho de Ética, que é a instituição encarregada de fazer a investigação sobre a conduta do Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – S. Ex^a deu a entender o prazo que levaria para tomar essa decisão?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não; não houve prazo.

Na verdade, nós podemos aprovar esse requerimento, ficando a critério do Relator, de acordo com o nosso Estatuto, verificar o momento apropriado para o aproveitamento de possíveis provas que possam ser feitas pelo Relator do caso no Supremo Tribunal Federal.

Não havendo mais quem queira se pronunciar...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Simon, tem a palavra V. Ex^a, com prazer.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu levanto aqui – e acho que este é o lugar apropriado – uma questão que julgo da maior importância. O Sr. Cachoeira estava preso em Natal numa penitenciária de segurança máxima, onde estava isolado. A imprensa publicou que S. S^a, ontem, veio para Brasília. O seu advogado, o Sr. Márcio Thomaz Bastos, um brilhante advogado, conseguiu, porque, conforme a imprensa publicava, ele estava muito angustiado, longe da esposa, num lugar isolado. Então, a imprensa publicou que um desembargador aqui de Brasília concordou com a vinda dele para Brasília, e a imprensa publica que ele está numa cela com não sei mais quantos presos junto com ele.

Eu chamei a atenção ontem, pela imprensa, e acho que esta Comissão de Ética deve tomar uma providência, pois nós temos um antecedente muito grave: o Sr. PC Farias. O Sr. PC Farias era, muito menos do que hoje o Sr. Cachoeira, um laboratório ambulante na expectativa de que alguma coisa pudesse acontecer. Ele foi assassinado. Quanto à versão feita pela Polícia de Alagoas – a coisa de um absurdo total –, a Polícia Federal não interveio, não entrou, quer dizer, com tudo aquilo que estava acontecendo, com uma CPI em funcionamento, a Polícia Federal não tomou nenhuma providência, deixou com a Polícia de Alagoas. O que aconteceu? Conclusão: o Sr. PC Farias foi assassinado por questões sentimentais, emotivas. A sua namorada, apaixonada, matou a fonte de renda e depois se suicidou. E ficou por isso. E aquela fonte enorme que tinha, de milhões de coisas a contar, morreu.

Eu chamo a atenção e alerto para aquilo que aconteceu agora. Nós temos obrigação de preservar o Sr. Cachoeira. É fato – e as manchetes estão dizendo aí a toda hora – que ele tem fontes de gravações para tudo quanto é lado, com A, B, C ou D. Tem alguém até que diz que o advogado de defesa dele só é advogado de defesa – e eu estranhei muito desde o início, porque S. Ex^a, o advogado de defesa, Sr. Bastos, era Ministro da Justiça. Vamos lembrar muito isso, quando tudo isso que começou a acontecer, aconteceu com o Sr. Cachoeira. Ele que começou, ele que estava na televisão. E apareceu escandalosamente o Sr. Waldomiro, Subchefe da Casa Civil, recebendo dinheiro e a proposta do Sr. Cachoeira.

Eu fui lá ao Governo Federal pedir para demitir o Sr. Waldomiro e processar o Sr. Cachoeira, não aconteceu nada. Pedimos à CPI, e o Sr. Sarney, Presidente da CPI, sob orientação do Sr. Lula, não deixou criar a CPI.

O Senador Jefferson Péres e eu entramos no Supremo e ganhamos, só que ganhamos um ano depois;

e um ano depois não era mais a CPI do Cachoeira, era a CPI do Mensalão, porque, pelo fato de não ter punido, a corrupção se espalhou.

E o final foi aquele: o Sr. PC Farias foi assassinado, porque ele tinha um milhão de provas a ser apresentadas, e nada aconteceu. Agora, de repente, sem mais, nem menos, o Sr. Cachoeira, que, na minha opinião, estava muito bem lá em Natal – eu acho que a pior coisa que pôde acontecer foi trazê-lo para cá, neste foco de notícias e de manchetes, aqui em Brasília, onde está todo mundo dizendo que ele vai publicar isso, que ele vai publicar aquilo, que o Sr. Thomaz Bastos é o advogado dele... Não por algum peso, para ganhar dinheiro ou não ganhar dinheiro, mas ele é advogado dele para influenciar o Sr. Cachoeira nas declarações que ele der, para as fitas que ele for publicar nesse sentido.

Então, tem tanta coisa envolvida, tem tanta gente com medo do Sr. Cachoeira que, cá entre nós, colocar ele num presídio, misturar com não sei quantas pessoas, daqui a pouco ele aparece morto. Acho que é uma responsabilidade do Estado, é uma responsabilidade nossa, e hoje, Sr. Presidente, é uma responsabilidade de V. Ex^a como Presidente do Conselho de Ética orientar e determinar que sejam tomadas providências para garantir as condições físicas de vida do Sr. Cachoeira. Eu acho isso fundamental.

Então, essa notícia de que ele está num presídio com mais não sei quantos presos é um absurdo! Ele deve estar isolado, com garantia. E eu digo aqui: a União é responsável pela vida do Sr. Cachoeira. Se alguma coisa lhe acontecer, foi por ação ou omissão por parte daqueles que têm obrigação de garantir. Achei ridícula a decisão de um desembargador, não sei a troco de quê, pura e simplesmente, tomar a decisão como veio. E ele veio num voo comercial, num meio de uma aviação cheio de gente, ele veio, pura e simplesmente, assim.

Eu acho que é importante e eu peço a V. Ex^a as providências: que V. Ex^a mantenha a preocupação, não mais do que a preocupação com relação à segurança que deve ser dada ao Sr. Cachoeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A palavra de V. Ex^a já é uma manifestação de preocupação. Tenha certeza, nós compartilhamos, todos nós que participamos deste Conselho e a sociedade brasileira, da preocupação com a incolumidade física de Carlinhos Cachoeira, testemunha viva do que está acontecendo no seu meio.

Para aproveitarmos o quórum, é de bom alvitre que coloquemos em votação o requerimento. Logo em seguida, daremos a palavra ao Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Abre para outros Senadores depois.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – ...Alvaro Dias e a todos aqueles que queiram manifestar-se.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Ex^a vai colocar em votação o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O requerimento do Sr. Senador Wellington Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu queria exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Falar sobre ele?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Falar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ah, V. Ex^a tem direito, já que estava em discussão o requerimento.

Senador Humberto Costa em seguida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sobre as preocupações manifestadas por V. Ex^a.

Antes, apenas sugiro a V. Ex^a, em razão do que colocou o Senador Pedro Simon, que encaminhe formalmente ao Ministro da Justiça as preocupações deste Conselho de Ética e do Senado Federal em relação à necessidade de preservação da vida do Sr. Carlos Cachoeira, que hoje é a principal testemunha desse escândalo que vamos investigar através da CPI.

Mas, em relação às preocupações manifestadas por V. Ex^a, eu gostaria de fazer também, no sentido de contribuir e de evitar possamos aqui dar motivação para que a parte contrariada se utilize de eventual equívoco regimental, a seguinte consideração: o Conselho necessita ter acesso a esses autos do inquérito – não há dúvida quanto a isso – para promover uma análise mais acurada e bem fundamentada. No entanto, é preciso observar o procedimento regimental e legal sob o risco de anulação do que for aqui deliberado e produzido.

Este Conselho encontra-se na fase preliminar de análise da representação. Não há ainda um processo disciplinar instaurado. Na verdade, esta é a fase de exame inicial, em que o Plenário deverá decidir se há indícios de prática atentatória ao decoro parlamentar. Somente após apresentação da defesa pelo Senador Demóstenes Torres e o oferecimento do relatório preliminar pelo Senador Humberto Costa, é que este colegiado decidirá se será aberto ou não o processo disciplinar.

Nesse sentido, estabelece a Resolução nº 20, de 1993, que a instauração probatória, ou seja, a produção de provas e diligências, inclusive externas, ocorrerá

após iniciado o processo disciplinar, ou seja, em fase na qual ainda este Conselho não se encontra.

Art. 17-A. Iniciado o processo disciplinar, o Conselho procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, assim como às requeridas pelo representante ou denunciante, pelo representado ou denunciado, e pelo relator e pelos demais membros do Conselho, mediante a intimação prévia do representado ou denunciado, que poderá ser feita por intermédio de seu gabinete no Senado Federal.

O risco que detectamos ao aprovarmos esses requerimentos é protelar a apuração, na medida em que o Sr. Demóstenes terá de ser intimado para tomar conhecimento desses novos documentos que eventualmente estão por vir. Inclusive o representado poderá manifestar-se sobre esses documentos, mesmo após a apresentação da defesa prévia, que deverá ocorrer já na próxima semana, em atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Portanto, Sr. Presidente, as ponderações de V. Ex^a e as preocupações que manifestou inicialmente têm procedência. Mas, de qualquer maneira, o nosso objetivo aqui é contribuir para a celeridade. Não entendam ser uma ação de obstrução. Ao contrário, estamos tentando colaborar para a celeridade dos procedimentos no Conselho de Ética.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Acho que temos de votar o requerimento proposto pelo Senador Wellington Dias. O encaminhamento já foi feito pelo valoroso Senador Wellington. Nós tínhamos de votar aqui, tendo em vista que a própria convocação para renúncia ao Conselho nada mais é do que a votação, naturalmente, da pauta estabelecida pela Presidência nesta Comissão.

De maneira que faço um apelo a V. Ex^a: vamos votar primeiro os requerimentos e depois, naturalmente, vamos discutir se é preciso pedir segurança para Cachoeira, se ele vai sair da Papuda para onde, isso é outro assunto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes, eu gostaria de dizer ao Senador Alvaro Dias o seguinte: quando nós admitimos, na primeira reunião, a representação do PSOL, nós todos do Conselho ficamos investidos da autoridade de buscarmos toda e qualquer prova que possa robustecer, consubstanciar aquela representação que foi admitida pelo Conselho, por meu intermédio.

De forma que não há nenhum impedimento no Regimento de formulação de qualquer proposta visando a dar elementos, subsídios a este Conselho e notadamente ao relator para decisões futuras. Não significa dizer que o requerimento, de pronto, vá ser utilizado, se as informações chegarem, pelo nobre relator antes da fase apropriada, que é a fase instrutória, após a aprovação, por este Conselho, do relatório preliminar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Adotando esta cautela...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – De forma que o relator terá todas as cautelas necessárias não só para manter o sigilo das informações, como para usar essas informações somente no momento adequado.

Com a palavra o relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para dizer que concordo com V. Ex^a, adotando-se essa cautela de se utilizar o requerimento apenas no momento, na fase...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Isso, Senador, inclusive por um motivo de economia processual. Se deixarmos para aprovar esse requerimento lá na frente, pode haver um retardamento do andamento desse processo. Nós queremos acelerar, sem atropelar o Regimento, o andamento desse processo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Concordo. Esta é a cautela que estávamos recomendando: a utilização apenas no momento regimental adequado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É isso mesmo.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, o que eu ia falar aqui é exatamente o que V. Ex^a já afirmou. OK?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço.

Senador Wellington, para terminar e votarmos o requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Exatamente.

Sr. Presidente, quero só reafirmar aqui, inclusive como autor, que já fiz a apresentação do requerimento com essas cautelas, ou seja, de um lado, o respeito ao sigilo colocado nesse tipo de processo, e, ao mesmo tempo, com os cuidados para se evitar qualquer dificuldade na fase preliminar.

Mas é bom lembrar: é o requerimento de uma documentação que leva um período para ser entre-

gue. Basicamente isso. Mas há todos esses cuidados que o Senador Alvaro Dias aqui acaba de lembrar também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Peço ao nobre Corregedor, tendo em vista que essa votação será nominal, que faça o chamamento dos membros deste Conselho, em face do requerimento do Senador Wellington Dias.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Lobão Filho? (*Pausa.*) Ausente.

Senador Renan Calheiros? É para votar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Com o relator.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Na verdade, com o autor. (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Com o autor e com o relator. (*Risos.*)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Romero Jucá? (*Pausa.*) Ausente.

Senador Humberto Costa, voto conhecido.

Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto conhecido.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – “Sim”.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – José Pimentel “Sim”. Senador Mário Couto? (*Pausa.*) Ausente.

Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o requerente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Gim?

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – “Sim”.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Jayme?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – “Sim”, com o autor.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Vicentinho? (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira? (*Pausa.*) Estava aqui.

Senador Acir? (*Pausa.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – “Sim”, com o requerente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Vital do Rêgo, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Aprovado o requerimento...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Mesmo não se computando o voto do autor...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É claro que não faço parte da Comissão. Mas, se fizesse parte, eu também votava a favor. (*Risos.*)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Mas, em deferência à história de V. Ex^a, fica o registro de...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a o prestígio. Mas há um outro requerimento...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ...de V. Ex^a como não-membro votante. Pela sua história.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Há um outro requerimento, de autoria do Senador José Pimentel. Faço questão de ler esse requerimento, e, havendo número, nós o colocaremos em votação.

Sr. Vice-Presidente, faça o favor de fazer essa leitura.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, trata-se do Requerimento nº 2, de 2012, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

REQUERIMENTO N° 2, DE 2012 – CEDP

Nos termos do § 10 do art. 17 e do art. 17-A da Resolução 20, de 1993, requeiro que este Conselho de Ética solicite cópia do inquérito da Operação Vegas (2009) ao Procurador-Geral da República.

Os documentos solicitados destinam-se a apurar atos atribuídos ao Senador Demóstenes Torres na Representação nº 1 de 2012.

Sala da Comissão, de abril de 2012. – Senador **José Pimentel**, PT/CE.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador José Pimentel, tem a palavra V. Ex^a, para justificar o requerimento

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, no mesmo sentido da justificativa do requerimento anterior, o objetivo aqui é compartilhar as informações que são da Operação Vegas, ainda na Procuradoria-Geral da República, para que possamos instruir também esse processo, já que os dois inquéritos são continuidade um do outro. Vai permitir a este Conselho ter mais dados para ter a sua posição com mais clareza sobre a matéria.

Portanto, peço o voto dos nossos Pares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Como há número regimental para votação, vamos colocar em votação.

Peço ao nobre Senador Vital do Rêgo que proceda ao chamamento dos Senadores.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Lobão Filho. (*Pausa.*). Ausente.

Senador Renan Calheiros.

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – “Sim”.

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*). Ausente.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – “Sim”.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – “Sim”.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – “Sim”.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Mário Couto. (*Pausa.*). Ausente.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o requerente.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Gim.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – “Sim”.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – “Sim”.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Vicentinho. (*Pausa.*). Ausente.

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*). Ausente.

Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – “Sim”.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Vital do Rêgo, “sim”.

O Senador Antonio Carlos não vota.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Srs. Senadores, está aprovado o requerimento.

Eu queria apenas fazer uma consulta ao Conselho, que é a seguinte: no dia 25, que é a próxima quarta-feira, a quarta-feira da próxima semana, o representado – até a próxima quarta-feira – terá o direito de apresentar a sua defesa prévia. Apresentada a defesa prévia, o Relator Humberto Costa terá cinco dias para emitir o seu parecer prévio. Ora, então, a minha sugestão, a minha ideia é de que nós marquemos para o dia 26, que é uma quinta, pela manhã, de hoje a oito dias, uma reunião às 10 horas. Não significa que, na quinta-

-feira, o Relator já entregará o relatório preliminar. Mas pode ser que, daqui até lá, surjam fatos que aconselhem uma reunião do Conselho após a apresentação da defesa prévia. Então, por uma precaução, vamos marcar uma reunião para a próxima quinta-feira, às 10 horas, nesta sala de reuniões.

Está terminada...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Antes de encerrar, creio que... Eu queria só compreender. Acho que são importantes as questões levantadas pelo Senador Pedro Simon e creio que esse encaminhamento do Senador Alvaro Dias é importante. Eu queria só que pudéssemos encaminhar, em nome do Conselho de Ética, como foi dito aqui, às autoridades mencionadas um pedido dos cuidados necessários em relação à segurança da vida do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Será feita, na forma regimental, essa comunicação às autoridades competentes.

Documentos pertinentes à 4ª Reunião de 2012 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

1 – Lista de Presença membros (1 fl.);

2 – Lista de Presença não membros (1fl.);

3 – Lista de Votação Nominal do Requerimento nº 1, de 2012-CEDP, do Senador Wellington Dias (1 fl.);

4 – Lista de Votação Nominal do Requerimento nº 2, de 2012-CEDP, do Senador José Pimentel (1 fl.);

5 – Of.GSVR nº 002/2012, datado de 17.04.2012, do Senador Valdir Raupp, comunicando sua renúncia como membro suplente do Conselho (1 fl.);

6 – Documento lido pelo Presidente do CEDP durante a reunião (1 fl.);

7 – Requerimento datado de 10.04.2012, apresentado pelo Senador Wellington Dias e substituído na 1ª Reunião do Conselho (1 fl.);

8 – Ofício nº 370/12 – GSWDIA, do Senador Wellington Dias, datado de 18.04.2012, solicitando a substituição do requerimento datado de 10.04.2012. (1fl.)

9 – Requerimento nº 1, de 2012-CEDP, do Senador Wellington Dias (1 fl.);

10 – Requerimento nº 2, de 2012-CEDP, do Senador José Pimentel (1 fl.);

11 – Documento apresentado pelo Senador Ciro Nogueira na 2ª Reunião do CEDP, declinando da relatoria da Representação nº 1, de 2012.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

4ª REUNIÃO DE 2012

Em 19 de abril de 2012, quinta-feira, às 11h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho	1.
João Alberto Souza	2. Vago
Renan Calheiros	3. Valdir Raupp
Romero Jucá	4. Eunício Oliveira
PT	
Humberto Costa	1. Aníbal Diniz
Wellington Dias	2. Walter Pinheiro
José Pimentel	3. Angela Portela
PSDB	
Mário Couto	1. Paulo Bauer
Cyro Miranda	2. Vago
PTB	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
DEM	
Jayme Campos	1. Maria do Carmo Alves
PR	
Vicentinho Alves	
PP	
Ciro Nogueira	
PDT	
Acir Gurgacz	
PSB	
Antônio Carlos Valadares	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Vital do Rêgo	

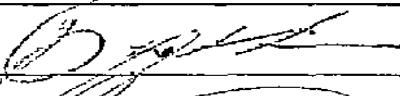
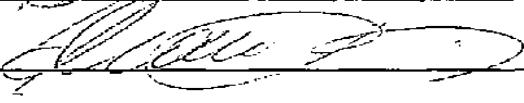
Visto: _____

Brasília, 19 de abril de 2012

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**4ª REUNIÃO DE 2012**

Em 19 de abril de 2012, quinta-feira, às 11h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA - SENADORES NÃO MEMBROS DO CONSELHO

SENADOR	Assinatura
SENAU SIMON	
ALVINO DIAS	

Visto:

Brasília, 19 de abril de 2012

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

4ª REUNIÃO DE 2012

Em 19 de abril de 2012, quinta-feira, às 11h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO: Requerimento do Senador Wellington Dias *nº 1, de 2012 - CEP*
(unanimemente)
(APC)

Presidente: Antonio Carlos Valadares

Vice-Presidente: Jayme Campos

Titulares	Sim	Não	Abstenção	Suplentes	Sim	Não	Abstenção
PMDB				PMDB			/
Lobão Filho <i>A</i>							/
João Alberto Souza <i>Q</i>	<input checked="" type="checkbox"/>			Vago			/
Renan Calheiros <i>X</i>				Valdir Raupp			/
Romero Jucá <i>A</i>				Eunício Oliveira			
PT				PT			
Humberto Costa <i>X</i>				Aníbal Diniz			
Wellington Dias <i>X</i>				Walter Pinheiro			
José Pimentel <i>X</i>				Angela Portela			
PSDB				PSDB			
Mário Couto <i>A</i>				Paulo Bauer			
Cyro Miranda <i>X</i>				Vago			
PTB				PTB			
Gim Argello <i>X</i>				João Vicente Claudino			
DEM				DEM			
Jayme Campos <i>X</i>				Maria do Carmo Alves			
PR				PR			
Vicentinho Alves <i>X</i>							
PP				PP			
Ciro Nogueira <i>A</i>							
PDT				PDT			
Acir Gurgacz <i>X</i>							
PSB				PSB			
Antonio Carlos Valadares							
	Corregedor		Sim	Não	Abstenção		
	Vital do Rêgo <i>X</i>						

TOTAL _____ SIM _____ NÃO _____ ABSTENÇÃO _____

VISTO: *Chave*

SALA DE REUNIÕES, em 19 de abril de 2012.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

4ª REUNIÃO DE 2012

Em 19 de abril de 2012, quinta-feira, às 11h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO: Requerimento do Senador José Pimentel n.º 2, de 2012.

Presidente: Antonio Carlos Valadares

Vice-Presidente: Jayme Campos

C E D P

Titulares	Sim	Não	Abstênia	Suplentes	Sim	Não	Abstênia
PMDB				PMDB			
Lobão Filho	A						
João Alberto Souza				Vago			
Renan Calheiros	S			Valdir Raupp			
Romero Jucá	A			Eunício Oliveira			
PT				PT			
Humberto Costa	S			Aníbal Diniz			
Wellington Dias	S			Walter Pinheiro			
José Pimentel	S			Angela Portela			
PSDB				PSDB			
Mário Couto	A			Paulo Bauer			
Cyro Miranda	S			Vago			
PTB				PTB			
Gim Argello	S			João Vicente Claudino			
DEM				DEM			
Jayme Campos	S			Maria do Carmo Alves			
PR				PR			
Vicentinho Alves	A						
PP				PP			
Ciro Nogueira	A						
PDT				PDT			
Acir Gurgacz	S						
PSB				PSB			
Antonio Carlos Valadares							
	Corregedor	Sim	Não	Abstênia			
	Vital do Rêgo						

TOTAL _____ SIM _____ NÃO _____ ABSTENÇÃO _____

VISTO: _____ SALA DE REUNIÕES, em 19 de abril de 2012.

OF. GSVR Nº002 /2012

Brasília, 17 de abril de 2012

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSE SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho comunicar a Vossa Excelência o meu pedido de renúncia, em caráter irrevogável, da minha condição de suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual tive a honra de ser escolhido pelos meus ilustres pares.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Senador VALEDIR RAUPP
PMDB/RO

Resalvo 50%
em 18 de abr. 2012.
Cinthia Ferreira Leite
Assistente Parlamentar
Matr. 213035

Prática de Interpretação**Acórdãos**

Inq 2725 QO / SP - SÃO PAULO
QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO
Relator(a): Min. CARLOS BRITTO
Julgamento: 25/06/2008 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-182 DIVULG 25-09-2008 PUBLIC 26-09-2008

Parte(s)

AUTOR(A/S) (ES): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INDIC. (A/S): PAULO PEREIRA DA SILVA
ADV. (A/S): PIERPAOLO CRUZ BOTTINI E OUTRO(A/S)

Ementa

EMENTA: QUESTÃO DE ORDEM. INQUÉRITO POLICIAL. SUPERVISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PEDIDO VEICULADO PELO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES. FINALIDADE: APURAÇÕES DE CUNHO DISCIPLINAR. PRESENÇA DE DADOS OBTIDOS MEDIANTE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, JUDICIALMENTE AUTORIZADA. PROVA EMPRESTADA. ADMISSIBILIDADE. JUÍZO DE PROPORCIONALIDADE (INCISO XII DO ART. 5º E § 2º DO ART. 55 DA CF/88). PRECEDENTES. 1. A medida pleiteada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados se mostra adequada, necessária e proporcional ao cumprimento dos objetivos do parágrafo 2º do artigo 55 da Constituição Federal de 1988. 2. Possibilidade de compartilhamento dos dados obtidos mediante interceptação telefônica, judicialmente autorizada, para o fim de subsidiar apurações de cunho disciplinar. Precedente específico: Segunda Questão de Ordem no Inquérito 2.424 (Ministro Cesar Peluso). 3. Questão de Ordem que se resolve no sentido do deferimento da remessa de cópia integral dos autos ao Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, a quem incumbe a responsabilidade pela manutenção da cláusula do sigilo de que se revestem as informações fornecidas.

Decisão

Decisão: O Tribunal resolvendo questão de ordem suscitada pelo relator deferiu, por maioria, o requerimento de remessa de cópia dos autos do inquérito ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, com a cláusula de sigilo, vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio e Joaquim Barbosa, que indeferiram o pedido. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Gilmar Mendes (Presidente), Celso de Mello, Ellen Gracie e Menezes Direito. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cesar Peluso (Vice-Presidente). Plenário, 25.06.2008.

Indexação

-QUESTÃO DE ORDEM: VIDE EMENTA.

Observação

- Inteiro teor não disponível por se tratar de sigilo de

REQUERIMENTO N°

1

, DE 2012

— CGDP

Senhor Presidente,

Considerando o precedente firmado nos autos da Denúncia nº 1, de 2000, requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, se digne solicitar a Sua Excelência o Ministro Ricardo Lewandowski, cópia dos autos do Inquérito nº 3.4567, em que figura como indiciado o Senador Demóstenes Torres, para o devido fim de instrução da Representação nº 1, de 2012.

Sala das Reuniões, 10 / abril / 2012



Ofício 370/12-GSWDIA

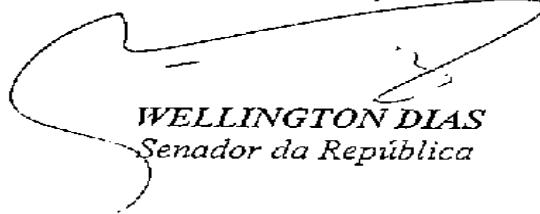
Brasília, 18 de abril de 2012

A Sua Excelência o Senhor
Senador Antonio Carlos Valadares
Presidente do Conselho de Ética
Senado Federal
Brasília-DF

Excelentíssimo Senhor Senador,

Cumprimento Vossa Excelência e, ao ensejo, solicito a substituição do Requerimento apresentado por mim em 10/04/2012, conforme anexo.

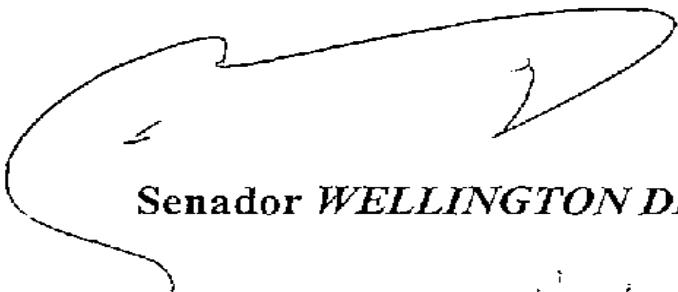
Atenciosamente,



WELLINGTON DIAS
Senador da República

REQUERIMENTO N° 1 - CEDP, DE 2012

Requeiro, nos termos da Resolução nº 20, de 1993, e do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, o compartilhamento, com este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de todos os dados e informações contidos no Inquérito nº 3.430, decorrente da operação da Polícia Federal denominada Monte Carlo, que se refiram ou possam estar relacionados ao Senador Demóstenes Torres, inclusive a representação formulada pelo Procurador Geral da República para abertura de inquérito judicial voltado à apuração de eventual prática de infração criminal, a fim de subsidiar a apuração de cunho disciplinar objeto da Representação nº 1, de 2012, com o compromisso de manutenção da cláusula do sigilo de que se revestem as informações fornecidas.



Senador WELLINGTON DIAS

Arcebispo na SCOP em
18.04.12, p. 194/5.

Maria Espedita Moreira Miliari
Assessor Técnico da SCOP
Matr. 48565

REQUERIMENTO N° 2, DE 2012 – Conselho de Ética

Parlamentar (CC-DE)
A. Vieira

Senhor Presidente,

Nos termos do § 10 do art. 17 e do art. 17-A da Resolução 20 de 1993, requeiro que este Conselho de Ética solicite cópia do inquérito da Operação Vegas (2009) ao Procurador-Geral da República.

Os documentos solicitados destinam-se a apurar atos atribuídos ao Senador Demóstenes Torres na Representação nº 1 de 2012.

Sala da Comissão, de abril de 2012.

J. Pimentel
Senador JOSÉ PIMENTEL
PT/CE

*Cláudia Lyra - Assinatura
Secretaria-Geral da Mesa*

EXMO. SR. SENADOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL – SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

CIRO NOGUEIRA, Senador da República pelo Estado do Piauí, vem, respeitosamente à presença de V.Exa. informar que, com fundamento no art. 15, parágrafo 2º, da Resolução nº 20/93 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, **POR MOTIVO DE FORO ÍNTIMO**, declina da função de relator da representação que investiga o Senador Demóstenes Torres.

Brasília (DF), 12 de abril de 2012.



CIRO NOGUEIRA
Senador da República

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 061 33033514
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,14)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁸⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁸⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muñoz Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECP, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECP, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 15/2012-GLDEM).

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL ⁽²⁶⁾

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Angéla Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
VAGO ⁽²⁴⁾	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Gim Argello (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).
 2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (8)
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) (7,8)
Jorge Viana (PT) (10)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (34,35)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁰⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) (41)	1. Roberto Requião (PMDB) (3,4,16,21,28,41)
Pedro Simon (PMDB) (2,17,41)	2. Clésio Andrade (PMDB) (5,16,38,41)
Romero Jucá (PMDB) (41)	3. Eduardo Braga (PMDB) (14,16,41)
Vital do Rêgo (PMDB) (41)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16,41)
Renan Calheiros (PMDB) (21,41)	5. Lobão Filho (PMDB) (41)
Luiz Henrique (PMDB) (27,41)	6. Waldemir Moka (PMDB) (41)
Francisco Dornelles (PP) (41)	7. Benedito de Lira (PP) (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11)
José Agripino (DEM) (19,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,44,46)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,47)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (12,47)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,36,37)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO (33)
PSD	
Sérgio Petecão (42,43,45)	1. Kátia Abreu (30,31,32,39,42,43,45)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
34. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
35. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
36. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
37. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
38. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
39. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
40. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferreira, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
42. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
43. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
46. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
47. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22,46)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,32,42,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(31,34,43,46)	4. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
VAGO ⁽⁴⁶⁾	6. Ciro Nogueira (PP) ^(23,46)
VAGO ⁽⁴⁶⁾	7. VAGO ^(11,46)
VAGO ⁽⁴⁶⁾	8. ⁽⁴⁶⁾
VAGO ⁽⁴⁶⁾	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁸⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,37)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSD, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
- 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
- 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
- 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
- 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,26)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,27)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollembeerg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
(4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) (9)	1. Anibal Diniz (PT) (9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (11)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) (12)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) (7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
(11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,39,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
VAGO (2,13,28,29,30,42)	2. VAGO (38)
VAGO (31,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,32)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (1)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pescas e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 16/2012-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pescaria e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
- ***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazzotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude do Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kátia Abreu ^(28,31)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMBD nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
 3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
 4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
 5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Notas:

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22,24,28,32)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
VAGO ^(22,23,24,26,31)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
35. Em 17.04.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(6,7,9)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO (4,5,8)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)
Alfredo Nascimento (PR) (24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) (24)
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) (31)	1. Kátia Abreu (PSD) (33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,18)	2. João Ribeiro (PR) (18)
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽³⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 18/04/2012

Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

VAGO (8,15)

PT

Ana Rita (ES) (10)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) (3)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) (4)

PR

VAGO (9,14,16)

PP

Ciro Nogueira (PI) (1)

PDT

Zeze Perrella (MG) (13)

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) (5)

PSOL

VAGO (2,11)

PRB

Eduardo Lopes (RJ) (12)

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/04/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

VAGO ^(11,21,22)

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾

PDT

Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾

PSOL

VAGO ^(14,15)

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,20)

PSC

Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 09/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

DEM

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾

PSB

João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾

PSC

PSD

Sérgio Petecão (AC) (2)

PV

Paulo Davim (RN) (10)

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº 006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMIC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽⁷⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽²⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁸⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽³⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁶⁾

PSC

PSD

Kátia Abreu (TO) (4)

PV

Paulo Davim (RN) (5)

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 Fax:(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC
 (Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}

Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}

Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputada Perpétua Almeida
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação da Comissão: 14-12-2011

Instalação da Comissão: 8-2-2012

Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
^{2 e 8}	1.
^{3, 4 e 9}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente:
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazzotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)

Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)

Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)

Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Edio Lopes (PMDB/RR)
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Rogério Marinho (PSDB/RN)
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foleto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN**, cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de horas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

EMISSÃO DE CRU SIAFI

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRACA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

